

JESSÉ SOUZA

Autor de *A elite do atraso*

A CLASSE MÉDIA NO ESPELHO

Sua história, seus sonhos
e ilusões, sua realidade

ESTAÇÃO
BRASIL

Copyright © 2018 por Jessé José Freire de Souza

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores.

edição: Pascoal Soto

preparo de originais: Cláudio Marcondes

revisão: Rafaella Lemos e Taís Monteiro

projeto gráfico e diagramação: Natali Nabekura

capa: Retina_78

foto do autor: © Marcus Steinmeyer

adaptação para e-book: Marcelo Moraes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S715c

Souza, Jessé

A classe média no espelho [recurso eletrônico]/ Jessé Souza. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.
recurso digital

Formato: eBook

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-5608-040-0 (recurso eletrônico)

1. Classe média - Brasil. 2. Estrutura social - Brasil. 3. Brasil - Condições sociais. 4. Brasil - Condições econômicas. 5. Livros eletrônicos. I. Título.

18-53018

CDD: 305.550981

CDU: 316.342.2

Todos os direitos reservados, no Brasil, por
GMT Editores Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 – Gr. 1.404 – Botafogo
22270-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244
E-mail: atendimento@sextante.com.br
www.sexante.com.br

Agradeço a todos que me confiaram os relatos de suas vidas para a construção deste livro. Agradeço de modo muito especial a Joyce Anselmo, com quem discuti todas as questões deste livro, e minha dívida é tão grande que não caberia em rodapés.

Sumário

Introdução

A MORALIDADE DA CLASSE MÉDIA

A classe média e a construção do indivíduo moderno

A invenção histórica do “ser humano sensível”

Aprendizado moral e justificação de privilégios

A CONSTRUÇÃO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

A gênese da classe média brasileira

O campo na cidade

O advento do capitalismo industrial

A construção dos projetos nacionais: um mais inclusivo e o outro excludente

A oposição entre mercado e Estado como expressão da luta de classes – e a classe média como fiel da balança

O golpe de 2016 e suas precondições: o capitalismo financeiro e o papel das classes médias

TRAJETÓRIAS DE VIDA

A alta classe média

Sérgio: o CEO de um banco explica como se compra o mundo

Antônio: o gerente da cadeia de lojas e a luta de classes na classe média

A família Prado

Renata e Roberto: a classe média de Oslo

Caio: o gerente de fazenda

Análise das entrevistas da alta classe média

A massa da classe média

Ronaldo: publicitário no Rio de Janeiro

Inácio: corretor imobiliário que virou motorista de carros de luxo

William: o engenheiro que virou motorista da Uber

Mirtes: a aposentada que foi às ruas e se arrependeu

Lídia: como se todo tipo de racismo fosse uma coisa só

Gisálio: a vitória sobre a pobreza

Análise das entrevistas da massa da classe média

Conclusão: A classe média em tempos de capitalismo financeiro

Notas

Sobre o autor

Sobre a Estação Brasil

Um dia a Verdade e a Mentira se encontram. A Mentira diz à Verdade: “Hoje está um dia maravilhoso!” A Verdade olha para o céu, desconfiada, e suspira, pois o dia estava realmente lindo. Elas passam algum tempo juntas, chegando finalmente a um poço. A Mentira diz à Verdade: “A água está muito boa, vamos tomar um banho juntas!” A Verdade, mais uma vez desconfiada, testa a água e descobre que realmente está muito gostosa. Elas se despem e começam a tomar banho. De repente, a Mentira sai da água, veste as roupas da Verdade e foge.

A Verdade, furiosa, sai do poço e corre para encontrar a Mentira e pegar suas roupas de volta.

O mundo, vendo a Verdade nua, desvia o olhar, com desprezo e raiva.

A pobre Verdade volta ao poço e desaparece para sempre, escondendo nele sua vergonha. Desde então, a Mentira viaja ao redor do mundo vestida como a Verdade, satisfazendo as necessidades da sociedade. Porque o mundo não nutre o menor desejo de encontrar a Verdade nua.

Parábola judaica

Introdução

O que será dito acerca da classe média neste livro, o leitor ou a leitora – muito provavelmente pertencente a esta classe social – não ouviu nem leu em nenhum outro lugar. A perspectiva que adoto implica a crítica a todas as concepções correntes do termo na sociedade brasileira. A despeito de se colocarem como científicas, as ideias dominantes produzem um efeito de “desconhecimento”, e não de “conhecimento”, distorcendo a realidade e invertendo as causas de todos os fenômenos sociais.

Pelo menos 90% do que se passa por científico nas ciências sociais e costuma ser ensinado nas universidades não passa de mera confirmação de um conjunto de preconceitos que visa eternizar a dominação social de uns poucos sobre muitos. Contudo, não há como dispensar a ciência, pois apenas por meio dela é possível realizar a crítica à falsa ciência. Trata-se aqui, portanto, de criticar a falsa ciência com base nos instrumentos da ciência verdadeira.

A distinção do verdadeiro e do falso será constatada pelo próprio leitor ou leitora. Basta que faça uso adequado desse dom que nos foi presenteado, muito embora seja cada vez menos utilizado, que é a nossa capacidade de refletir com autonomia.

Estou convencido de que tudo pode ser explicado, até mesmo os assuntos mais complicados, de forma clara e acessível. É o que pretendo fazer aqui, sem banalizar temas complexos nem ceder a superficialidades. Por mais novo e

surpreendente que seja o conteúdo, meu objetivo é que qualquer leitor ou leitora possa acompanhar com facilidade a reconstrução histórica e social que faço aqui da classe média brasileira.

A linguagem “difícil” da maioria dos intelectuais tem a ver com um uso do conhecimento semelhante ao uso nocivo do dinheiro: para marcar diferenças sociais e acentuar o sentimento narcísico de superioridade em relação aos não iniciados. No entanto, qualquer coisa pode ser dita de um modo comprehensível para a maioria das pessoas.

Infelizmente, o grande obstáculo para se alcançar um conhecimento efetivo, emancipador e autônomo está não somente na maior ou menor clareza das ideias, mas sim no medo diante da verdade. Embora possa ser libertadora e emancipadora, a verdade também pode ser bastante incômoda. Apesar de dizermos o contrário para nós mesmos, todos nós amamos as mentiras que confirmam a vida que levamos na prática e que legitimam as nossas ilusões. E detestamos a verdade que nos mostra que somos diferentes daquilo que imaginamos.

O que espero do leitor e da leitora não é a paciência para destrinchar algo especialmente difícil, tampouco que tenha conhecimentos prévios. O que peço é que tenha coragem, pois a covardia é a grande aliada da mentira, inclusive da mentira que nos vendem como ciência.

Assim, nas redes sociais costumamos nos proteger dos conteúdos contrários ao que acreditamos e, nos livros, só buscamos aquilo que confirma as nossas convicções. A covardia e a mentira são falsas aliadas de todos nós e excluem tudo o que há de generoso e belo na natureza humana. Elas nos transformam em formigas que, ainda que produtivas e ordeiras, repetem a mesma vida há milhões de anos. Só a verdade abre caminho para o aprendizado, e isto só é possível quando superamos o medo.

Nesse sentido, faço uma aposta com o leitor ou leitora: se chegar ao final deste livro, prometo que você vai mudar, em alguma medida significativa, a concepção que tem de si mesmo, de sua classe social, do seu país e do mundo. Concordando ou discordando do que será dito, aposto que não ficará indiferente.

Antes de tudo, porém, teremos de desconstruir as mentiras, pretensamente científicas, que nos contaram a vida toda.

Tais mentiras são de dois tipos. No primeiro, com o intuito de sermos mais domináveis, somos induzidos a nos ver como homens e mulheres excepcionalmente capacitados. Esta é a grande cilada do liberalismo hegemônico, o pressuposto implícito de todas as ciências ensinadas nas universidades. Segundo ele, somos “indivíduos” autônomos e livres, que vivem num mundo transparente e claro.

O mundo social está aí para ser conquistado por nós, basta que sejamos disciplinados e diligentes. Mais adiante, contudo, vamos ver o quanto há de equívoco nessa ideia, mesmo sendo ela a base não só do senso comum da rua, mas também do ensino da economia, do direito, da política, da psicologia e da sociologia, tanto no Brasil como no resto do mundo.

A falsidade dessa ideia é de fácil demonstração, como se verá. Mais importante é saber por que, sendo falsa e superficial, todos nós preferimos acreditar nela. O motivo é simples: ela estimula nosso narcisismo infantil, ou seja, o desejo de nos termos como fortes, inteligentes e poderosos. A felicidade está logo ali na esquina, e depende apenas de nossa vontade livre e autônoma para ser conquistada.

O nosso ego é “inflado” por essas concepções que nos atribuem um perfeito controle sobre nós mesmos e nos dizem que sabemos de onde viemos, o que somos e o que queremos. Elas também reforçam a ilusão de que a vida em sociedade, com toda a sua complexidade, é de fácil compreensão. Neste mundo, que nos seria completamente transparente, não existe mistério nem mentira – e querer é poder. Amamos essas mentiras porque nos dão a impressão de que não somos limitados nem estamos submetidos a constrangimentos e impossibilidades. Temos a impressão de que podemos tudo, basta querer.

Entretanto, o custo de amar as mentiras é altíssimo. São justamente essas mentiras – que somos todos fortes e autônomos e que o mundo é benigno, justo e de fácil compreensão – que nos tornam escravos de uma ordem social

determinada. Uma ordem social que tem donos. Tais ideias só se tornaram hegemônicas porque existem aqueles que lucram, e muito, com isso.

É mais fácil explorar as pessoas quando elas acham que são livres e autônomas. Reclamar do quê e de quem, se o mundo é perfeito e transparente? Se há algo errado, então o erro só pode estar em nós mesmos, que não somos suficientemente livres, autônomos, diligentes ou disciplinados. É exatamente por isso que existem essas mentiras, que estão por toda parte: nas escolas, nas universidades, no cinema, na televisão, nos jornais, nas propagandas – e em tudo o que vemos e ouvimos desde que nascemos. Essa é a função delas.

O mesmo se dá com a própria ideia de classe social. Como pode existir classe social, se somos todos indivíduos livres, autônomos e poderosos? Admitir que pertencemos a uma classe social é reconhecer que somos “reduzidos” a alguma coisa. Como fica nossa liberdade? E nossa autonomia? Por conta disso, inventou-se uma ideia de classe social que não restringe ninguém, não reduz a liberdade de ninguém nem retira a autonomia de nenhum indivíduo. E nenhuma classe social é mais escravizada por essas mentiras sociais de liberdade e de autonomia individual do que a classe média.

Entre todas as classes sociais, a classe média – assim como a dos excluídos – é também a menos conhecida. Mas isso acontece por razões opostas. Enquanto os excluídos são simplesmente invisibilizados e desprezados, a classe média representa um ideal desejável e de grande força simbólica.

Ao contrário da classe dos proprietários – admirada mas sempre suspeita de abuso econômico – e da classe trabalhadora – percebida como grandeza massificada –, a classe média está intimamente associada ao individualismo e à autonomia individual. E não existe valor mais alto no Ocidente do que a autonomia individual. Além disso, uma sociedade de classe média é percebida como igualitária e justa, conciliando os registros positivos do trabalho produtivo, da liberdade individual e da vida democrática.

Daí se entende por que, quando no poder, o Partido dos Trabalhadores tenha escolhido elaborar a sua narrativa – sobre a importante e histórica ascensão social dos excluídos sociais que efetivamente viabilizava, elevando-os ao

patamar da classe trabalhadora, ainda que precária – com base no advento de uma suposta “nova classe média”.

Essa estratégia de marketing míope nem mesmo era necessária, pois tal ascensão ocorreu de verdade e foi inédita na história do nosso país patologicamente desigual. O fato de ter sido adotada mostra o quanto é sedutora a ideia de classe média. Esta é a força simbólica a que me referi. O economista Marcelo Neri, o pai da ideia de uma “nova classe média”,¹ simplesmente deduziu a suposta nova classe a partir da renda média, como se uma classe social fosse construída apenas pela renda.

O problema é que essa definição liberal de classe social, que permite “falar” de classe, ao mesmo tempo que retira dela qualquer efeito importante, continua a ser hegemônica, tanto no campo da direita como no da esquerda. O recurso à definição de classe social baseada na renda torna possível falar de classe social e manter completamente intocadas as mentiras sobre liberdade e autonomia.

Ora, essa concepção impede a compreensão do mundo social, sobretudo porque distorce e inverte o que está no centro da ideia de classe. A classe social é, antes de tudo, *reprodução de privilégios*, sejam eles positivos ou negativos. O problema é que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado – precisamente o tipo de capital monopolizado pela classe média real – são literalmente invisíveis.

A possibilidade de aprendizado efetivo na escola requer a existência anterior, no ambiente doméstico e desde a mais tenra idade, de estímulos emocionais e morais (também invisíveis). Ninguém nasce com capacidade de concentração, disciplina e autocontrole, amor à leitura, pensamento prospectivo ou capacidade de pensamento abstrato.

Em seu conjunto, essa herança imaterial permite a reprodução do privilégio da classe média real de uma geração a outra, transmitindo, por meio da socialização familiar típica da classe, o bom aproveitamento escolar e, mais tarde, o ingresso privilegiado no mercado de trabalho. A renda também ajuda a aprofundar a desigualdade, na medida em que as famílias de classe média podem comprar o tempo livre dos filhos apenas para o estudo. Nas classes populares,

por outro lado, os filhos começam a trabalhar e estudar aos 12 ou 13 anos. Mas a injustiça começa no berço e fica evidente aos 5 anos de idade, quando uns chegam à escola como vencedores e os outros como perdedores.

Ou seja, a renda auferida pelos integrantes adultos da classe média só existe por conta dessa reprodução invisível de privilégios positivos na infância e na adolescência. Por aí se explica a renda diferencial dos indivíduos da classe média em relação aos das classes populares. Ao tornar invisível a reprodução de privilégios, a pseudociência liberal se torna manipuladora, invertendo causas e efeitos.

Ela legitima privilégios injustos atribuindo-os ao “mérito individual” – a tal “meritocracia” hoje tão em voga – e chega até mesmo a culpar as vítimas do abandono pela sua própria exclusão. O objetivo deste livro é precisamente oferecer uma percepção desse segmento fundamental da nossa sociedade, a classe média, de tal forma que seja superado o superficialismo com o qual ela costuma ser vista atualmente.

Dada a dimensão de desejo evocada pela ascensão social, mesmo quando fantasiosa, a classe trabalhadora precária – os “batalhadores brasileiros”, na definição que utilizei em livro da época² – adorou a ascensão imaginária tanto ou mais do que a ascensão real. Hoje em dia, o trabalhador precário não se considera pobre, mas de classe média. Os pobres são apenas os excluídos e marginalizados. A classe média real, por sua vez, se vê como “elite”, contribuindo para um autoengano fatal e de consequências terríveis para o destino da sociedade brasileira e da própria massa da classe média.

Espero que este livro possa contribuir para a autocompreensão tanto dos indivíduos dessa classe social – da qual faço parte – quanto da sociedade brasileira como um todo. Nesta tarefa, é crucial o entendimento adequado da classe média real.

Primeiro, numa classe tão mal conhecida – e da qual a nossa ignorância leva em conta apenas a renda, imaginando os seres humanos como páginas em branco, sem família nem passado –, o que se requer é esclarecer que indivíduos são esses que possuem bem mais do que uma carteira mais recheada.

Trata-se, portanto, de reconstituir os valores que servem de guia para o comportamento efetivo dos que fazem parte desta classe, assim como as formas específicas de sua socialização familiar e escolar, o que vai explicar a renda diferencial posterior, na idade adulta. Se a classe média é a classe do individualismo ético por excelência, torna-se fundamental entender o verdadeiro significado dessa ideia para identificar a singularidade da classe média no conjunto das classes sociais.

Esse é um primeiro ponto que vai surpreender o leitor ou leitora. Num mundo onde se imagina existir apenas dinheiro e poder como forças determinantes do nosso comportamento, estou convencido de que é possível demonstrar cabalmente a fragilidade e a mentira dessa visão. Os valores que orientam nossa vida podem não estar claros na nossa cabeça, mas estarão sempre presentes no nosso comportamento concreto.

É bem assim que podemos “provar” a existência de ideias e valores que influem em nossa vida, ainda que não tenhamos consciência deles. Basta mostrar de que modo, no comportamento do dia a dia, eles estão presentes e determinam o que fazemos, mesmo sem termos uma ideia clara disso. Precisamente porque não os submetemos a um exame consciente, tais ideias e valores têm uma eficácia ainda maior.

De modo claro e cristalino, vamos mostrar a existência de uma hierarquia moral, composta pela combinação de ideias e valores que nos influenciam tanto quanto a busca por dinheiro e poder. O que marca a singularidade da personalidade individual é a combinação destes estímulos empíricos, o dinheiro e o poder, e da eficácia dessa hierarquia moral e valorativa em cada pessoa. Trata-se, portanto, de revelar o núcleo contraditório e tensional da personalidade moderna e a forma específica que ela assume na classe média brasileira.

Depois será preciso destacar o que diferencia a classe média brasileira das classes médias de outros países. Para o conhecimento de qualquer fenômeno da vida social, nada melhor do que o estudo de sua gênese histórica. Isso também vale para a classe média. Ainda que as suas precondições sociais, econômicas e políticas tenham variado ao longo do tempo, a sua gênese, desde que bem

compreendida, nos oferece uma perspectiva muito fecunda para um entendimento adequado da conjuntura atual.

Além da origem, outro recurso crucial de autoconhecimento é a perspectiva comparada. Enquanto indivíduos, sempre estamos, quer tenhamos consciência ou não, nos comparando com outros indivíduos. Tal comparação, se feita com a devida coragem para a autocritica, é indispensável para nos tornarmos melhores do que somos.

Com as sociedades acontece o mesmo. É sempre pela comparação que apreendemos nossos defeitos e virtudes – e, por extensão, os defeitos e virtudes da sociedade em que vivemos. Nosso ponto privilegiado de comparação será a construção histórica da classe média europeia e, em menor grau, da norte-americana. Quase sempre, essa comparação tem sido feita com base em interpretações dos mitos nacionais, sem compromisso com a verdade científica. No caso brasileiro, sobretudo a partir do mito nacional norte-americano, idealizado como modelo.

Além da mentira que nos faz crer que somos indivíduos livres e autônomos, sem passado nem classe social, há outro grande engodo a ser desconstruído: aquele sustentado pelo mito nacional dominante, a partir da idealização servil e “vira-lata” do americano supostamente perfeito e honesto. A classe média brasileira será o principal suporte social dessas mentiras sociais compartilhadas por todos.

A forma particular de vida brasileira – não apenas na política, mas também nas várias dimensões da existência econômica e social – só pode ser compreendida desde essa perspectiva crítica, que leva em conta a violência sutil que se esconde por trás das ideias que fundamentam e justificam nosso comportamento cotidiano.

Além do interesse de gênese e de comparação, o terceiro elemento constitutivo deste estudo é de caráter relacional. Como só se conhece uma classe social quando a relacionamos com as outras, é preciso examinar as relações da classe média com a elite e com as classes populares. As classes não existem

isoladas no mundo social, mas sempre em relações de aliança e de disputa pelos recursos escassos com outras classes sociais.

Por isso, esclarecer os fatores que influem tanto nas alianças quanto nas disputas nos permite compreender o comportamento de cada classe social na realidade social e política. Vale ressaltar, nesse aspecto, que os recursos escassos não são apenas econômicos, como se supõe em geral. Os indivíduos das diversas classes lutam tanto por monopolizar o acesso a coisas materiais – carros, viagens e apartamentos –, como pelo acesso a coisas imateriais e simbólicas – respeito, reconhecimento social e prestígio. As duas dimensões têm igual relevância e são indissociáveis.

Por fim, vamos reconstituir a trajetória de pessoas concretas, seja da alta classe média, seja da massa da classe média real e estabelecida. Na vida prática de cada um vai ser possível demonstrar que a reconstrução teórica e histórica faz todo o sentido na construção de uma nova visão, muito diversa da dominante, a respeito de como os indivíduos de classe média levam sua vida e quais são seus sonhos, angústias, heranças passadas irrefletidas, concepções de felicidade, etc. Nesse sentido, o que se propõe a seguir é colocar a classe média brasileira diante do espelho e revelar suas várias frações e concepções de mundo.

Desde novembro de 2015, quando iniciei o trabalho neste livro, fiz uso de dois tipos de materiais. O primeiro inclui mais de 200 entrevistas qualitativas em profundidade com membros da classe média, conduzidas no âmbito do projeto Radiografia da Sociedade Brasileira, uma pesquisa de abrangência nacional, que coordenei enquanto presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).³ O segundo tipo de material abrange dezenas de entrevistas que realizei pessoalmente entre 2016 e 2018, com pessoas de classe média, em diversas cidades brasileiras.

Visando tornar mais atraente o conteúdo dessas entrevistas, assim como explicitar os vínculos entre os tipos individuais e os tipos mais universais de uma classe, decidi fazer uso de um procedimento consagrado: mesclar várias entrevistas para criar os indivíduos mais característicos a fim de delinear os “tipos ideais” da classe média brasileira. “Ideal” não com o sentido de modelo

ou exemplo, e sim de “construção ideacional”, de uma ideia elaborada a partir da realidade concreta para destacar as características mais relevantes da amostragem original que fundamentou a pesquisa.

Devido à enorme disparidade e complexidade dos exemplos concretos, boa parte da análise do material empírico concentra-se na pesquisa das características comuns. Apesar de que tudo o que consta da seção final deste livro tenha sido efetivamente relatado por alguém, nenhum desses tipos existiu de fato enquanto indivíduo singular. Todos os tipos são, portanto, um amálgama do relato de várias pessoas entrevistadas.

Ao analisar as entrevistas, dei-me conta de uma importante divisão na classe média. Passei a atentar menos para os cortes horizontais das frações da classe média, ainda que sejam relevantes para a análise, e enfocar mais as distinções verticais, que permitem diferenciar a “alta classe média” da “massa da classe média”, ou seja, a hierarquia específica no interior do próprio segmento social.

A alta classe média é o verdadeiro representante, o real “capataz” que, por delegação, exerce a função de comando da sociedade em todos os níveis, mas em nome de uma ínfima elite de proprietários efetivos. Que esta classe muito bem paga, mas com origem e trajetória de classe típicas da classe média, se perceba como “elite” faz parte da ilusão objetiva que lhe permite defender tão bem os interesses dos seus patrões.

Já a massa da classe média perfaz o que se costuma denominar classe média baixa ou média – ou ainda, pelos critérios aproximativos de renda, as chamadas classes A e B. Nesse sentido, de acordo com o critério exclusivo de renda, a massa da classe média abrange a maioria da classe A e a totalidade da classe B. A alta classe média, por sua vez, abrange apenas os segmentos superiores da classe A segundo o mesmo critério.

Assim, em termos quantitativos, a massa da classe média perfaz, no máximo – os resultados variam conforme o critério adotado –,⁴ entre 15% e cerca de 18% da população brasileira. A alta classe média é bem menor e não inclui, certamente, mais do que 2% da população, sendo a fração de grandes proprietários, a “elite real”, ainda bem menor e mais restrita.

Para efeitos de quantificação, sempre meramente aproximativa, parto do pressuposto de que no máximo 20% da população brasileira faz parte da classe média real. No contexto brasileiro, portanto, essa é uma classe privilegiada pelo acesso facilitado à incorporação de capital cultural e conhecimento útil mais valorizado e prestigioso. E isso fica muito evidente quando a comparamos às classes populares. Esse é o dado fundamental, como veremos a seguir, e sua quantificação, com margem de erro de um pouco mais ou um pouco menos, tem importância secundária.

A MORALIDADE DA CLASSE MÉDIA

A classe média e a construção do indivíduo moderno

Em todas as épocas e lugares, os seres humanos têm necessidades similares. Todos possuem uma “necessidade externa” – por comida, proteção contra as intempéries e sobrevivência material –, e uma “necessidade interna” – de dotar de sentido a própria vida. A necessidade externa nos remete à nossa realidade “animal” e ao impulso de autopreservação que partilhamos com todos os seres vivos. Já a necessidade interna, imaterial, é especificamente humana e tem a ver com o desafio de construir uma vida virtuosa e feliz.⁵

A forma específica pela qual os indivíduos e as sociedades resolvem essas questões fundamentais muda de acordo com o lugar e a época. Mas não varia o fato de serem ambas as questões centrais da existência humana neste planeta. É exatamente isso que nos permite comparar indivíduos e sociedades muito distintas no espaço e no tempo.

A necessidade externa, que se confunde com a dimensão econômica da sobrevivência, é sempre mais evidente e compreensível. O que muda nessa dimensão é fundamentalmente o nível tecnológico, que permite dominar a natureza e colocá-la a serviço dos homens. A necessidade interna é de mais difícil compreensão. Como possui uma dimensão moral e política além da existencial, ela tem a ver com a legitimação pessoal e social que justifica a existência individual e a dominação social em todos os aspectos.

Na sociedade moderna, tendemos a reprimir essas questões e a não enfrentá-las de forma refletida e consciente. Só a necessidade externa acaba por ser conscientemente articulada. Mais que isso, ela aparece como o único aspecto relevante da vida pessoal e social. A necessidade interna de justificação e sentido é reprimida e permanece irrefletida e fragmentada, relegada ao indivíduo isolado e incapaz de se abstrair de seu próprio contexto.

Não por acaso, portanto, a capacidade humana de autorreflexão e descoberta de novos sentidos para a vida pessoal e social sempre foi recalcada e mantida sob estrita vigilância. Essa capacidade humana é revolucionária e, quando deixada livre, tende a questionar o sentido da tradição e da reprodução impensada da vida. Os detentores de privilégios não têm interesse nesse tipo de liberdade, que abre o caminho para a crítica à tradição e a invenção de um mundo novo.

Esse é o caso da nossa sociedade atual. Há uma contradição óbvia entre as novas possibilidades históricas de acesso à educação e à informação, potencialmente favoráveis à difusão do pensamento reflexivo e autônomo, e, do outro lado, as forças mobilizadas para que isso jamais aconteça. Uma imprensa manipuladora e hipócrita, como a brasileira, uma indústria cultural antirreflexiva e concepções de mundo hegemônicas e subservientes ao poder de fato são os atuais exércitos simbólicos que mantêm submissa a sociedade e bloqueiam seu potencial de desenvolvimento humano.

Para saber como chegamos a este ponto, nada melhor que revisitar as origens e a gênese histórica dessa saga do espírito humano. De início, a construção e a interpretação da necessidade interna são determinadas pela religião. Toda a vida simbólica dos indivíduos articula-se em função de mensagens religiosas particulares. Para além da mera percepção física do corpo e suas necessidades fisiológicas, a própria ideia de “individualidade” resulta do desempenho específico de uma certa mensagem religiosa.

Assim, a ideia que fazemos de nós mesmos, hoje em dia, como indivíduos dotados de vontade própria está longe de ser um fato natural, como o nascer ou o pôr do sol. Como todas as concepções importantes que movem nossa vida, a

ideia de que somos indivíduos que possuem vontade própria é resultado de uma construção histórica.

Essa construção histórica teve um pano de fundo religioso. O surgimento da noção de uma individualidade que não só pensa o mundo a partir de si mesma, como efetua “escolhas” de acordo com sua capacidade de discernimento, é um produto da tradição judaico-cristã. Essa tradição está na origem de tudo o que nos parece mais característico do Ocidente. Ao contrário do que afirmam certas correntes do Iluminismo, o mundo da Antiguidade e da Idade Média, dominado pela religião, não foi uma época de trevas.

A religião foi a forma pela qual a vida simbólica humana, mesmo no âmbito da política, conseguiu se articular e se expressar de modo comprehensível para as pessoas daquela época. Até o próprio nascimento da “consciência moral” – a característica mais importante da individualidade, pois permite a escolha entre formas de vida conflitantes com base na reflexão – é um produto direto do desenvolvimento das religiões.

Em termos históricos, foi o judaísmo antigo que legou essa conquista ao Ocidente. Com o judaísmo, pela primeira vez os mandamentos da divindade são percebidos como demandas morais dirigidas à consciência individual dos fiéis, que “escolhem”, de acordo com sua consciência, seguir ou não a regra imposta pela divindade. É a liberdade de escolher entre caminhos alternativos que funda e faz nascer, historicamente, a moralidade no sentido em que a conhecemos hoje: a introjeção do dilema moral na consciência individual nos torna responsáveis pela vida que escolhemos. Esse dilema simplesmente não existia antes de ter sido inventado pelo judaísmo antigo.

Antes do dilema moral dirigido às consciências individuais, o que havia era o império da magia, ou seja, de interdições morais externas cujo único apelo era a tradição compartilhada em sociedade. Em geral, a desobediência do indivíduo a essas regras tradicionais acarretava castigos impiedosos ou a morte, pois era tida como uma falta que colocava em risco a sociedade inteira e, portanto, exigia uma punição exemplar.

Percebidos como parte de um todo social indiviso, os indivíduos não se viam

como dotados de consciência ou de vontade própria. Em resumo, eles existiam fisicamente como indivíduos, com cabeça, tronco e membros, mas não estavam expostos ao desafio da escolha existencial, que empresta dignidade moral à noção de individualidade.

O cristianismo recebe e aprofunda o legado judaico. A mensagem de São Paulo rompe a divisão judaica entre eleitos e não eleitos e difunde a ideia de que todos são iguais e passíveis de salvação. Agora, a mensagem religiosa se estende potencialmente a toda a humanidade. No século IV, Santo Agostinho interpreta o caminho para a salvação nos termos da ideia platônica da virtude. O “bem” é definido como o controle do espírito sobre as paixões corporais, tidas como perigosas e incontroláveis. A partir de então, quem quisesse ser salvo teria de controlar seus impulsos naturais, como o desejo sexual e a agressividade. Já se nota, então, a forma singular pela qual as ideias influenciam o comportamento prático das pessoas comuns.

A noção platônica de virtude passa a ser a fonte moral que separa a ideia de bem e de mal no Ocidente, mas não porque todos passaram a ler Platão e se convenceram intelectualmente de que ele tinha razão. Longe disso. A enorme maioria mal sabia ler e jamais conseguiria acompanhar os meandros de um pensamento complexo como o do filósofo grego. Não obstante, as pessoas comuns passaram a se guiar na vida cotidiana por um platonismo prático, porque, no cristianismo, o caminho específico da salvação eterna – o objetivo principal da forma como era interpretada na época a necessidade interna de conferir sentido à existência – requeria o controle das pulsões corporais do indivíduo.

Assim, a maior instituição do Ocidente, a Igreja cristã, exerceu um impacto extraordinário na humanidade, com seu exército de padres e missionários que chegavam aos recantos mais remotos a fim de difundir uma mensagem oral para aqueles que, embora não soubessem ler, podiam ouvir e aprender. As ideias morais e a eficácia prática dessa mensagem singular estão, portanto, intimamente relacionadas ao esforço cotidiano e incansável de instituições importantes. Essa é uma constatação fundamental para os fins deste livro.

Dada a invisibilidade desse processo secular de inculcação e incorporação inconsciente de ideias, tendemos a achar que nossos hábitos e comportamentos nos são transmitidos pelo sangue ou que vêm das nuvens. É esse esquecimento que nos faz de tolos, pois a dinâmica das instituições que nos dominam e os interesses que elas defendem se tornam literalmente invisíveis. Não dá para criticar o que não se vê e o que não se percebe.

Daí que o intuito deste livro seja reconstruir os meandros dessa epopeia das ideias que dão sentido ao nosso comportamento prático. Nosso objetivo é recuperar essa lembrança e, com ela, a capacidade reflexiva que os poderes voluntariamente, nos fizeram esquecer com o intuito de melhor nos controlar.

Para terem efeito prático na vida real, as ideias precisam estar conectadas aos interesses materiais ou simbólicos – como o “interesse ideal” na salvação eterna – que movem a vida e as escolhas dos indivíduos comuns. O estudo das ideias por seu valor intrínseco é de interesse apenas para especialistas e intelectuais, ou seja, uma parcela ínfima da humanidade.

Não são tais ideias que nos preocupam, e sim aquelas que se tornam guias práticos da vida comum de pessoas comuns e com interesses comuns. O que nos importa, portanto, é a eficácia social das ideias, que as torna fatores determinantes da existência cotidiana. Existem ideias que humilham, desempregam e oprimem, fingindo que fazem precisamente o oposto. São essas ideias que têm de ser denunciadas.

Nesse sentido, é crucial notar que as ideias práticas e influentes não são apenas construções cognitivas destinadas a perceber o mundo como sendo verdadeiro ou falso. As ideias relevantes são aquelas que vinculam de modo orgânico o impulso cognitivo de compreender o enigma do mundo, ou seja, o dilema do verdadeiro ou falso, com a questão ainda mais importante de distinguir o certo do errado e o justo do injusto. As ideias que de fato importam são as ideias morais, que permitem conciliar a interpretação do mundo com a atuação prática e proposital nele.

A moralidade não se confunde, portanto, com o moralismo, ou seja, com a

obediência rígida a princípios éticos tradicionais, embora esta seja uma confusão corriqueira. Definida como a ação revestida de propósito no mundo – implicando uma escolha e, portanto, uma responsabilidade pela vida escolhida –, a moralidade é a dimensão mais elevada da vida individual e social.

Desse modo, a necessidade interna de conferir sentido ao mundo, essa demanda presente em todas as épocas, não apenas é um anseio intelectual por explicação e esclarecimento, mas, antes de tudo, uma necessidade pragmática de orientar o comportamento prático e dotá-lo de propósito. A moralidade é a dimensão que ilumina e constrói uma prática concreta. E nós, como seres humanos, somos a resultante da ação de ideias que são, ao mesmo tempo, valores e nos orientam na condução cotidiana da vida.

É a noção platônica de virtude, definida como a superioridade e o controle do espírito sobre as paixões e pulsões animais, que vai constituir o pano de fundo moral pressuposto em nossas ideias e avaliações do mundo. O modo como avaliamos a nós mesmos e aos outros, a nossa percepção de algo como virtuoso ou como vil, só se explica com base nessa hierarquia moral “invisível”. Ainda que não seja refletida, tal hierarquia domina a produção de todas as nossas avaliações morais.

Sem a compreensão e a percepção dessa fonte moral – tanto na sua gênese como na forma pela qual continua até hoje a ser reproduzida institucionalmente –, imaginamos que nascemos com ideias morais, tal como nascemos com olhos e boca. A ignorância acerca de tudo o que nos move e determina nosso comportamento prático faz com que tendamos sempre a considerar como “natureza” e “dado” aquilo que, na realidade, é “cultura”, ou seja, “invenção humana” e construção histórica.

Pior ainda, tendemos a achar que as ideias morais são criadas por nós individualmente, como se cada pessoa tivesse seus próprios valores morais, tal como cada um tem sua bicicleta, seu carro ou apartamento. O liberalismo dominante nada de braçada nessas ilusões objetivas. Para os egos infantilizados e inflados, ele reforça a ideia de que cada indivíduo define sua vida, seu conceito de felicidade e seus próprios valores. O resultado concreto disso são indivíduos

dóceis e tradicionalistas na esfera pessoal e pública – e também consumidores ávidos num mercado que sempre oferece algum produto certo para acalmar a ansiedade e a insegurança existenciais.

Imaginar que os valores são criações individuais, como fazemos no dia a dia, é uma bobagem facilmente criticável e passível de refutação empírica. Ora, a moralidade é, por definição, social, ou seja, pressupõe ao menos duas pessoas com expectativas recíprocas de comportamento. Nesse sentido, todo indivíduo já nasce dentro de um contexto moral, o qual ele incorpora de modo insensível e irrefletido pela socialização familiar, e depois escolar, como algo afetivo e sagrado, uma vez que transmitido por pessoas próximas e amadas. Daí advém a força emotiva das demandas morais, as quais, quando descumpridas, inexoravelmente despertam sentimentos de culpa, de ressentimento e de autodesvalorização.

Esses inevitáveis “sentimentos morais” – como culpa, remorso, ressentimento, raiva ou inveja – comprovam que o “social” e sua força moral estão “dentro” – e não apenas “fora” – de nós, e precisamente por conta disso essa força é tão acentuada. Ninguém inventa os próprios valores morais. No máximo, enquanto indivíduos, podemos reagir de modo peculiar ao enorme impacto de uma moralidade social que, por sua vez, nos oprime e nos molda quase por completo. As reações individuais à moralidade social, quando não se tornam força social e política, tendem a ser uma teimosia descontínua, subjetiva e desprovida de consequências práticas.

No Ocidente, o processo de secularização do mundo mudou radicalmente a forma como os indivíduos percebem o dilema moral. Antes, a noção de felicidade e virtude que dava sentido à vida acenava com a possibilidade de salvação no além-mundo. Em medida variável, de pessoa a pessoa, esse era o único meio para conferir sentido e motivação à existência, para além da luta cotidiana pela sobrevivência. Isto muda com o advento histórico do individualismo secular como valor moral e existencial mais alto: a partir de então, o próprio homem e sua vida – aqui e agora, e não no hipotético futuro após a morte – estão no centro de toda a problemática relativa ao sentido da vida.

Nesse processo histórico em que se deu a passagem da religiosidade à secularização do mundo, o fundamental é compreender como o sentido da vida pessoal e do mundo social deixa de depender da “salvação no além-mundo” para se tornar “salvação neste mundo”. Não foi algo que ocorreu de um dia para o outro, nem supõe o esclarecimento de quem até então vivia nas trevas, como defende a leitura triunfalista do iluminismo liberal.

Na verdade, literalmente todas as questões existenciais e políticas atuais já estavam presentes na compreensão religiosa e cristã do mundo. Todas as ideias associadas à valorização da igualdade, à autonomia e à felicidade individual foram herdadas e transfiguradas a partir do repertório religioso. Ainda que a religião continue sendo importante para muitos, as grandes questões individuais e sociais vão ser definidas, a partir de então, sem o recurso à linguagem e à semântica religiosa.

Vimos que a hierarquia moral legada pelo cristianismo tem como eixo principal a oposição entre espírito e corpo. Tudo o que é associado ao espírito passa a ser nobre e digno de admiração, e tudo o que tem a ver com o corpo e suas funções é visto como animal, banal e inferior. Como, para a interpretação que se torna dominante a partir de santo Agostinho, o espírito é definido como um “espaço interno”, uma dimensão de “interioridade”, ele também é o caminho que leva a Deus.

Note que a ideia atual de interioridade, como espaço subjetivo só nosso e dentro de nós, não caiu das nuvens e muito menos é inata. Ela foi criada e inventada historicamente, e só depois de sua reiteração secular – e persistente institucionalização cotidiana – foi que passamos a ver essa ideia como algo natural e óbvio como o nascer do sol. Antes de tudo, porém, ela é uma construção histórica e contingente da religiosidade ocidental.

A concepção de indivíduo dotado de uma dimensão moral autônoma e capaz de escolha consciente e responsável, demarcando um espaço interior e subjetivo próprio, sofre transformações profundas também com a Reforma protestante do princípio do século XVI. O protestantismo está na origem dos aprendizados

históricos que vão marcar indelevelmente a versão secularizada da individualidade ocidental.

Cabe ressaltar aqui que as consequências do protestantismo não se restringem aos países protestantes, como muitos imaginam, inclusive boa parte dos intelectuais. Primeiro, o protestantismo provocou uma profunda reação do catolicismo, por meio da Contrarreforma, em grande medida um compromisso e uma aceitação parcial de várias concepções protestantes. Segundo, as transformações culturais do protestantismo afetaram os mais diversos âmbitos – entre os quais o econômico, o político e o cultural –, com reflexos nas sociedades ocidentais como um todo.

Um exemplo são as fábricas, escolas, universidades e empresas, em países tanto católicos quanto protestantes, que vão estimular o mesmo tipo de disciplina e autocontrole que o protestantismo antes difundia por convencimento religioso. Hoje não precisamos que ninguém nos convença de nada. Simplesmente somos reprovados nos exames escolares se não formos disciplinados no estudo ou somos despedidos se não nos mostrarmos disciplinados no trabalho. Ou seja, o que antes o protestantismo defendia sob a forma de princípios religiosos hoje nos é imposto pela força das práticas, com seus prêmios e castigos, das instituições mais importantes em nossa vida.

De certo modo, somos todos protestantes hoje em dia, posto que, na prática, independentemente de sermos ou não religiosos, vivemos cotidianamente sob o império das ideias da disciplina protestante. Dá até para dizer que a verdadeira revolução burguesa e capitalista foi a mudança das consciências promovida pelo protestantismo, que se tornou o princípio universal da eficácia de todas as instituições e, portanto, serve de orientação para o comportamento prático das pessoas comuns. É crucial, portanto, entender como essas ideias se tornam um imperativo prático do funcionamento corriqueiro das instituições, ou seja, como antigas ideias se tornam tijolo, cimento, exame de escola e contrato de trabalho. Sem isso não compreendemos nada de importante no mundo moderno.

Nessa redefinição moderna da noção de indivíduo, o primeiro impacto do protestantismo tem a ver com a nova valoração atribuída ao trabalho produtivo.

Até então, o trabalho havia sido encarado historicamente como restrito a escravos ou servos, uma atividade destituída de nobreza e respeitabilidade. As classes superiores tinham sua nobreza confirmada pelo fato de que não trabalhavam, sendo o ócio e a contemplação atributos que conferiam honra e nobreza.

Martinho Lutero e, em seguida, todas as vertentes do protestantismo invertem por completo o sentido do trabalho. Em vez de desonroso e desrespeitoso, o trabalho passa ser visto, enquanto meio de realização do desígnio de Deus na terra, como “sagrado” e fonte principal de toda honra, prestígio e respeito social.

A revolução de consciências protestante vira de ponta-cabeça o imaginário social. O trabalho produtivo e cotidiano torna-se o suporte tanto da autoestima como do reconhecimento e respeito social do indivíduo. Não há como negar o aspecto democratizante dessa mudança histórica. Como todos podem exercer alguma forma de trabalho, a honra deixa de ser atributo da nobreza e passa a ser fonte de uma dignidade potencialmente universal. E a revalorização protestante não diferencia os tipos de trabalho, o que abriria a porta para novas distinções em função de diferentes ofícios, mas enfatiza o modo como se realiza o trabalho, qualquer que seja ele.

Como diz o filósofo neo-hegeliano Charles Taylor, referindo-se à passagem da honra à dignidade, o Deus protestante “ama advérbios”.⁶ Qualquer trabalho é digno desde que exercido da melhor maneira possível. Aí está o núcleo da mensagem protestante. Aqui já se nota a semente do processo de secularização do protestantismo se transformando em utilitarismo, na medida em que, aos olhos de Deus, o trabalho ganha o sentido de trabalho útil exercido em favor do bem comum.

O pensador alemão Max Weber foi quem melhor compreendeu o significado e a importância da revolução protestante para o mundo moderno. Para ele, o protestantismo era um “mediador evanescente”, que “morre” para que nasça a sociedade disciplinar do capitalismo moderno.⁷ Nesse sentido, o protestantismo se “realiza” no mundo, com suas ideias se tornando práticas institucionais e

sociais. As pessoas costumam esquecer que tais práticas, hoje generalizadas, foram um dia inventadas por religiosos e não caíram do céu. Para Weber, o protestantismo começa como uma ideia moral religiosa para depois se tornar, sob a forma de “utilitarismo”, uma ideia moral secular.

Se a fonte moral do protestantismo é religiosa e divina, a fonte moral do utilitarismo é secular e laica, guiada pela noção de bem comum. Com o passar do tempo, o utilitarismo corre o risco de se transformar em mero consumismo e hedonismo, sem qualquer relação com a moralidade protestante que lhe deu origem – e abandona o vínculo explícito com qualquer forma de moralidade. Ela passa a ser, por conta disso, reprimida, recalcada e “subjetivada”. Daí que vejamos só a ação de dinheiro e poder na vida. Daí o desafio de torná-la compreensível e explicitada que me propus nesta primeira parte do livro. A moralidade secular tem de ser, a partir de então, reconstruída de modo tensional e contraditório pela articulação política consciente e refletida.

Esse encadeamento histórico, no entanto, é quase sempre esquecido pelos intelectuais que recorrem a Weber para postular uma hierarquia entre países protestantes, superiores e honestos, e países católicos, inferiores e desonestos. É o que ocorre, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, ainda que com o sinal trocado, com a maioria dos intelectuais.

Tudo se passa, para estes, como se o protestantismo não tivesse atravessado essas transformações históricas, que redundaram no domínio da moralidade secular, apenas para melhor moralizar e legitimar a opressão de sociedades inteiras por interesses imperialistas. Toda a interpretação dominante sobre o Brasil de hoje, por exemplo, advém desse entendimento equivocado e superficial dirigido contra os próprios nacionais.

Note o leitor e a leitora que a noção de indivíduo como caminho para Deus, no sentido de santo Agostinho, primeiro para “dentro”, como um espaço de interioridade, e depois para “cima”, em direção à divindade, sofre uma radical redefinição no protestantismo. Permanece a noção de individualidade como um espaço subjetivo, mas agora concentrada na transformação da realidade exterior por meio do trabalho.

Ser “racional” passa ser definido pela capacidade de autocontrole e de disciplina das paixões e inclinações naturais do corpo, em nome de um objetivo externo ao indivíduo. A disciplina interior deve servir a um propósito, o que implica a noção de “responsabilidade” individual. É essa responsabilidade que enseja uma nova forma de “dignidade” do ser humano, e lhe garante o respeito tanto dos outros como de si mesmo. Os seres humanos, que antes buscavam a justificação de suas ações na mensagem religiosa, agora passam a se definir a partir de sua capacidade de autocontrole como um fim em si mesmo.

Essa é a nova dignidade, agora secularizada, do ser humano capaz de exercer uma condução racional da vida com base numa combinação de autodisciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. Acessível a todos, e não mais restrita à honra e glória aristocráticas, a nova dignidade é o que confere o caráter “democrático” da nova hierarquia de valores que passa a vigorar no Ocidente com a Reforma protestante.

Para servir a Deus, não é mais necessário recolher-se em orações num mosteiro e voltar-se para dentro de si mesmo, e sim trabalhar na prática para sua maior glória neste mundo. Como isso implica a busca do bem comum, a noção de “trabalho útil” é pouco a pouco pensada em termos apenas seculares de utilidade prática. Esta passa a ser o centro, a fonte moral por excelência, que vai comandar todas as avaliações e os julgamentos práticos acerca do valor ou desvalor relativo dos indivíduos.

Na época, o suporte social privilegiado dessa mensagem religiosa foi, antes de tudo, a “classe média” – ou seja, a crescente população, predominantemente urbana, de artesãos e comerciantes, abaixo da nobreza e acima dos camponeses pobres. A ideia central é que apenas o trabalho, e não mais a herança de sangue e os privilégios de estirpe, deve ser o fundamento e a medida do valor individual. Como se sabe, o sucesso dessa ideia foi estrondoso em todo o Ocidente. Ela legitimou uma transformação radical de todos os valores então vigentes.

Do campo econômico e do mundo do trabalho, a entronização do trabalho útil como valor paradigmático migra para as outras esferas sociais. Na esfera política, a noção de “cidadania” – pela qual os indivíduos são portadores de

direitos inalienáveis nos âmbitos econômico, político e social – revoluciona o sentido das lutas políticas e sociais. A valorização do trabalho cotidiano como a virtude social máxima constrói um novo mundo simbólico em todas as dimensões da vida.

Se inicialmente apenas a burguesia, a caminho de se tornar a classe social dominante, apropriou-se do discurso do trabalho útil para o bem comum a fim de deslegitimar o discurso tradicional da nobreza, logo a situação muda. Também as classes trabalhadoras passam a exigir sua inclusão econômica e política, e pelas mesmas razões que a burguesia evocara contra a nobreza. O aspecto crucial dos últimos duzentos anos de lutas dos trabalhadores foi precisamente o esforço pelo reconhecimento do valor social de seu trabalho, e não apenas do trabalho de seus patrões.

Essa luta se deu em etapas. O reconhecimento da contribuição dos trabalhadores abriu o caminho para a participação em igualdade de condições – pelo menos no sentido formal do termo – na esfera política. Em todos os lugares, inicialmente, o direito ao voto era reservado aos detentores de renda, ou seja, aos burgueses. Foi o paulatino reconhecimento da contribuição econômica da classe trabalhadora que levou à vitória do sufrágio universal nos principais países capitalistas. Não há prova mais irrefutável do trabalho útil como o fundamento valorativo central das sociedades ocidentais.

O que passa a ser definido e percebido por todos como “virtuoso”, digno de valorização e avaliação positiva, muda seu sentido histórico de modo radical. Uma vez que todos podem trabalhar, todos podem ser valorizados por sua contribuição à sociedade, e não apenas os filhos das famílias nobres que monopolizavam a ideia aristocrática de honra com base na linhagem de sangue. Por outro lado, se a contribuição de muitos para a riqueza econômica é socialmente reconhecida, então a ideia de uma participação política universal se torna irresistível. Esse é o contexto do surgimento e a fonte de legitimação da noção de uma democracia fundada no sufrágio universal.

Aí está a importância de uma compreensão adequada dessas hierarquias morais, que tendemos a naturalizar e achar inatas, o que implica não percebê-las

conscientemente, tal como não percebemos o ar que respiramos. Afinal, são essas hierarquias que explicam nosso comportamento prático no dia a dia. E elas decorrem de fatos históricos, que explicam a origem e a causa de tudo o que valorizamos e consideramos digno de luta e defesa – como, por exemplo, a própria ideia de democracia e de direitos individuais universais.

Essas fontes morais são, portanto, o fundamento da hierarquia moral sob cuja égide vivemos no dia a dia. Por ela se determina quem tem direitos, quem tem “lugar de fala” e quem possui as justificativas aceitas por todos como válidas. A partir da generalização dessa nova hierarquia moral a toda a sociedade, muda também o sentido da própria autoestima individual de todos os indivíduos que convivem nesse contexto social.

Isso demonstra que os indivíduos são submetidos a uma ordem simbólica e moral socialmente construída que determina até mesmo o próprio sentimento que possuem acerca de si mesmos. Essa eficácia da moralidade e da realidade simbólica é tanto maior quanto menor a consciência que se tem dela. Sem consciência da realidade que nos molda, somos vítimas ainda mais impotentes de sua força.

A força que as hierarquias morais histórica e socialmente construídas exerce sobre todos é difícil de ser percebida por duas razões que se combinam e se retroalimentam. Primeiro, no mundo moderno, temos a dificuldade de notar tudo que seja simbólico nas dimensões cognitiva, moral ou estética. Presidida pelo dinheiro como valor e equivalente universal, a sociedade moderna tende de tal modo a se concentrar no mundo da troca e aquisição de mercadorias materiais e palpáveis que isso aparece, para muitos, como a única realidade existente.

Tudo o que existe são “coisas”, que podem ser compradas e tocadas com as mãos. O mundo simbólico em todas as suas dimensões permanece irrefletido, e apenas os desejos e as justificativas da existência cotidiana ocupam o espaço possível do pensamento. Somos, nesse caso, como as formigas disciplinadas e consumidoras, que não fazem qualquer uso efetivo da capacidade reflexiva e crítica que caracteriza a dignidade especificamente humana.

Combinado a este fato, e por ele retroalimentado, está a dimensão do

narcisismo individual: o fato de nosso comportamento ter como principal referência a satisfação dos desejos e a legitimação da vida que levamos – algo que, de resto, caracteriza, em gradações distintas, todos os seres humanos. No entanto, no grande número de pessoas para quem a reflexão crítica acerca de si mesmo e do mundo não desempenha papel decisivo, essa dimensão narcísica é “infantilizada” e “inflada”, ou seja, elas só aceitam ouvir confirmações de suas próprias ilusões e opiniões, evitando a todo custo qualquer pensamento crítico. Desse modo, a própria ideia de que somos, em nossos sentimentos mais íntimos, determinados por uma moralidade social que se manifesta sem que tenhamos qualquer controle, é algo que assusta e incomoda muita gente.

Para esse tipo de público, é confortável achar que os indivíduos escolhem a vida, criam suas próprias ideias morais e obedecem apenas a si mesmos. Todo-poderoso, o ego inflado e infantilizado é presa fácil de todas as legitimações da indústria cultural e da grande imprensa venal. Compreender o mundo em sua complexidade simbólica e moral não é, portanto, apenas um desafio intelectual. Antes de tudo, é um desafio emocional, pois rompe com certezas tranquilizadoras, baseadas na repetição de chavões e clichês.

Não é apenas o sentimento que o indivíduo tem de si próprio que decorre da moralidade social dominante. Desta também depende o valor relativo que atribuímos aos outros, por exemplo como pessoas a serem evitadas na rua ou que merecem apenas um contato superficial e breve, em contraposição àquelas com as quais forjamos amizades duradouras ou até casamentos.

Nada disso é decisão individual apenas. A nossa concepção positiva ou negativa dos outros está permeada por avaliações sociais que funcionam como o estopim fundamental para qualquer afeto individual. Daí por que reconstruir a genealogia das hierarquias morais que nos comandam é tão importante e fundamental para a compreensão de um indivíduo e de seu mundo social.

A invenção histórica do “ser humano sensível”

Além da valorização do trabalho útil e cotidiano, há no Ocidente outra fonte moral de origem histórica, que igualmente permeia todas as avaliações acerca de nós mesmos e do mundo. Trata-se do que se poderia chamar de “expressivismo” ou de “ética da autenticidade”.

Se o desempenho no trabalho útil do ser humano produtivo constituía o núcleo da dignidade universalizável do trabalhador, na ética da autenticidade a noção de “ser humano sensível” é o núcleo dessa outra fonte moral singular. O processo de aprendizado moral e histórico procurou associar o desempenho produtivo em benefício da comunidade ao desenvolvimento de uma sensibilidade única em cada indivíduo.

Além de produtivo, todo ser humano “deve” ser, também, consciente dos sentimentos e emoções que o tornam diferente dos outros. Ser autêntico é ter a capacidade de conhecer a si mesmo e ter a coragem de ser o que se é. Se, antes, os desejos eram o inimigo do espírito e da disciplina que asseguram o controle e a repressão, agora devemos nos reconciliar com nossos desejos e nossos afetos se quisermos nos tornar seres humanos completos.

Por exemplo, se antes o impulso sexual tinha de ser controlado e reprimido pelo espírito, agora ele deve ser o fundamento do mundo afetivo sempre singular de cada indivíduo. Antes tidas como perigosas e incontroláveis, as paixões são

renomeadas como sentimentos e elevadas a um patamar no qual unem, e não mais separam, corpo e espírito. Com a revolução expressiva, os seres humanos se definem não só pelo trabalho que fazem, mas também pela autenticidade de sua vida sentimental.

A revolução da sensibilidade e do expressivismo também nasceu na classe média. Não na dos artesãos e comerciantes dos séculos XVI e XVII, como no caso da dignidade do trabalho produtivo, mas na classe média letrada dos artistas e intelectuais dos séculos XVIII e XIX. O expressivismo é, portanto, mais tardio, e surge como crítica ao conteúdo unilateralmente produtivista e instrumental do mundo do trabalho. A ideia subjacente é a de que os seres humanos são mais complexos e sofisticados do que as produtivas e ordeiras formigas e abelhas. A vida “bem vivida” deve ter o complemento de uma vida emocional e sentimental rica que é sempre, ou deve ser, única e intransferível.

Em decorrência das revoluções protestante e expressiva, todos os indivíduos de todas as classes sociais vão definir o êxito ou o fracasso relativos de suas vidas com base não apenas no âmbito do trabalho, mas também no âmbito afetivo. Tanto quanto o trabalho, ganham relevo, assim, a família e os relacionamentos eróticos e afetivos.

Hoje em dia, se perguntarmos a qualquer um o que considera mais importante, a resposta mais provável será a felicidade no trabalho e na família. Mais uma vez: isso não caiu do céu nem foi inventado pelo ego inflado de ninguém. É o resultado de um aprendizado histórico, moral e social. E hoje nos domina a todos, tanto ou mais que as considerações acerca de dinheiro e poder.

A relação do expressivismo ou da ética da autenticidade com a dignidade do trabalho útil é, ao mesmo tempo, de cunho complementar e contraditório. Ela é complementar na medida em que só se torna possível por meio da ideia de individualismo e de uma noção de “interioridade” como espaço interno individual – esta uma consequência, como vimos, da mensagem cristã. Assim, tanto a ética da autenticidade como a dignidade do trabalhador útil são ambas versões secularizadas e tardias da mensagem religiosa ocidental e se constroem a partir da mesma concepção do indivíduo enquanto consciência moral.

A fonte da moralidade, no entanto, muda em cada um dos casos. O expressivismo contradiz a dignidade do trabalhador útil, posto que nasce, historicamente, mais tarde e como reação a uma utilidade vista como superficial e mesquinhamente econômica. Se a dignidade do trabalho útil é uma mensagem que começa a se universalizar no século XVI de Lutero, o expressivismo é uma realidade mais tardia, fruto do trabalho especulativo de elites intelectuais e artísticas em processo de secularização. Suas fontes históricas mais claras se encontram no movimento romântico e expressivo alemão da última metade do século XVIII, que depois se difunde rapidamente por toda a Europa.

O sentimento determinante desse movimento voltava-se contra um mundo do trabalho percebido como repetitivo, desumanizador e alienante. A noção de indivíduo, pressuposta nesse ambiente comandado pela noção de utilidade, é a de que o ser humano não passa de uma máquina destinada ao trabalho, desvinculado de outras necessidades humanas que não as necessidades materiais da mera reprodução econômica e animal da sobrevivência. Ou seja, a necessidade interna, inerente a todos os seres humanos de todas as épocas, foi percebida por essas elites intelectuais como uma interpretação amesquinhada e superficial por se restringir apenas ao trabalho produtivo.

Já a ética da autenticidade e do expressivismo defendem que o indivíduo e a vida humana são – ou devem ser – mais do que a reprodução de um animal que trabalha para sobreviver materialmente. Portanto, o ser humano não deve ser pensado apenas como instrumento, mas como um fim em si mesmo. Afinal, no contexto do mercado capitalista, o trabalho produtivo e útil é um meio para fins postos pelo próprio mercado. Fins estes que ninguém escolhe e que são impostos de fora para dentro, obrigando o indivíduo a se submeter à lógica do mercado, sob pena de ficar desempregado e passar fome.

Na verdade, essas duas leituras modernas sobre as fontes morais da existência, as quais conferem sentido à nossa vida, quer tenhamos consciência disso ou não, espelham precisamente as duas vertentes mais importantes do protestantismo. Embora ambas sejam influenciadas pela visão luterana, seus sentidos são muito distintos.

O chamado “protestantismo ascético”, influente sobretudo na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos, apresenta uma visão do indivíduo como instrumento de transformação da realidade exterior, sendo o trabalho produtivo e útil o meio adequado para esta intervenção. Nesta versão da mensagem protestante, o mundo interior está subordinado à ação transformadora da realidade exterior.

O que conta aqui – para o aumento da glória de Deus na terra, e depois, na versão secularizada, da contribuição individual para o bem comum – é a efetiva transformação da realidade exterior. Este é o critério pelo qual o indivíduo vai ser avaliado, seja por si mesmo, seja pelo restante da sociedade. Como toda moralidade é social e nunca individual apenas, a fonte da autoestima não se distingue da fonte do reconhecimento social dos outros.

Em grande medida, formamos a nossa autoimagem em função da forma como os outros nos percebem. Por isso é crucial a dimensão simbólica e moral. Ela pode nos humilhar e anular nossa capacidade de ação no mundo ou pode nos fortalecer e nos tornar ativos e autoconfiantes. Tanto a nossa autoimagem como a visão dos outros sobre nós derivam da mesma fonte e avaliam o desempenho do indivíduo segundo os mesmos critérios. Assim, a própria ideia, positiva ou negativa, que fazemos de nós é o resultado de uma construção social.

Já a versão mais emotiva do protestantismo, influente na Alemanha, na Escandinávia e na região central da Europa, percebe o vínculo religioso antes como um sentimento íntimo, no coração de cada um, e só depois como realização no mundo exterior. Se no mundo religiosamente determinado o indivíduo se via como portador da divindade, como um sentimento que o preenchia e dava sentido à vida, na esfera secularizada tal concepção está na origem de tudo o que hoje associamos ao mundo interior e subjetivo.

O mero fato de que nos percebemos como possuindo algo “dentro de nós” – uma dimensão subjetiva só nossa e que não se confunde com o mundo social ou com o mundo objetivo fora de nós – foi uma construção histórica e contingente tardia em comparação com a revalorização do trabalho produtivo. Do mesmo modo que o trabalho produtivo definia a virtude do indivíduo na dimensão

anterior e pragmática nos termos do protestantismo ascético, com a versão emotiva do protestantismo, são os sentimentos que encontramos em nós mesmos que definem quem somos e como devemos viver.

O pensador alemão Max Weber argumentou que a noção de indivíduo no protestantismo ascético simboliza a ideia de um “instrumento divino”, visando a maior glória de Deus na terra. Por outro lado, a versão emotiva se ligaria à ideia do indivíduo que traria a divindade dentro de si, com algo “interior” ao sujeito. As noções secularizadas de indivíduo e de suas fontes morais vão dar continuidade a essas duas tradições, sob o império da nova linguagem agora secularizada, sem portanto apelar para a ideia de Deus como fonte primeira.

Assim, a noção de dignidade do trabalho útil representa uma continuidade secularizada da noção de instrumento divino, enquanto a ideia de ética da autenticidade e do expressivismo remonta à noção do indivíduo como vaso e recipiente da divindade. O fato da origem comum protestante não deve nos enganar acerca da validade empírica universal, pelo menos no Ocidente, dessas categorias.

Como dissemos, cabe salientar que apenas a origem histórica é protestante. Depois essas ideias acabaram institucionalizadas, nas sociedades católicas e nas protestantes, bem como no resto do mundo, sob a forma da disciplina das fábricas e das escolas, nas ideias difundidas pela arte e pela ciência, pela indústria cultural e assim por diante.

O entendimento desse processo – pelo qual uma mera ideia torna-se prática cotidiana e institucional – é decisivo. Aqueles que não compreendem isso acabam acreditando nas tolices racistas do culturalismo dominante, que substitui o “branco” pelo “protestante”, o “negro” pelo “católico”, aqui e alhures, para idealizar o americano perfeito e honesto – e estigmatizar, por exemplo, o brasileiro como estúpido e corrupto. O problema é que há muitos intelectuais que seguem por esse caminho.

No Brasil, ainda nos pensamos como país católico e ibérico, nos opondo aos Estados Unidos como país protestante, como se tais distinções fizessem sentido. E ainda se recorre a esse procedimento pré-científico para afirmar a

superioridade e inferioridade de um e de outro, não só em termos econômicos, mas também morais. A vira-lattice brasileira sobrevive por conta dessa visão míope e rasteira do mundo, reproduzida por universidades, escolas, TVs e jornais.

Para esclarecer a questão, cabe distinguir duas formas muito diferentes de se perceber a influência da ideia de cultura. Primeiro, há o que chamo de “culturalismo conservador”, o qual imagina as sociedades concretas sendo regidas por concepções de mundo ainda religiosas e transfiguradas em mitos nacionais, de caráter positivo ou negativo. Nesse sentido, predomina a ideia de que os Estados Unidos até hoje são protestantes ascéticos e, por conta disso, mais produtivos e honestos que os outros. Trata-se de um mito nacional positivo para os americanos, um mito que legitima o lugar dos Estados Unidos de potência imperialista, recobrindo o fato material da dominação com a pátina de uma suposta superioridade moral e simbólica.

No caso brasileiro, o mito nacional é negativo, uma leitura vira-lata da sociedade, onde o brasileiro, em grande medida devido à origem católica e ibérica, é percebido como inferior, dominado pelas emoções e, portanto, animalizado, improdutivo e ignorante, além de moralmente corrupto. Vamos ver adiante que essas ideias não valem um tostão furado do ponto de vista científico. Mas são convincentes, pois reproduzem a ideia de senso comum segundo a qual a transmissão cultural se dá pelo sangue.

Tal mito serve unicamente para legitimar interesses inconfessáveis. Como, por exemplo, a rapina das riquezas nacionais, sob a alegação de que, para evitar o controle de políticos corruptos, é melhor entregar os nossos recursos naturais aos americanos e europeus “honestos”. É precisamente isso, apesar de ser absurdo, tolo e ridículo, que está acontecendo com nosso petróleo e com a maior empresa brasileira, a Petrobras.

A crítica desse culturalismo conservador, mero revestimento de interesses econômicos inconfessáveis de uma elite da rapina, não implica negar a relevância da dimensão cultural e simbólica, desde que *bem compreendida*. Afinal, as ideias não se transmitem pelo sangue, muito menos pelas correntes de

ar. As ideias só são importantes na prática quando se transformam em “vida prática” na esfera institucional.

Um exemplo é o da educação familiar, que, em todas as sociedades capitalistas, possibilita um processo de introjeção e incorporação afetiva e moral, desde o nascimento, dos princípios de disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo (a percepção do futuro como mais importante do que o presente). Tais princípios vão ser fundamentais para moldar o indivíduo em trabalhador digno, capaz de trabalho produtivo útil. A escola formal e a socialização do trabalho vão apenas arraigar e tornar automática e inconsciente essa influência.

Desse modo, as ideias simbólicas e culturais, com sua história peculiar, constituem a base de nosso comportamento prático, quase sempre sem que tenhamos consciência disso. Aliás, quanto menor a consciência do público, tanto maior a eficácia manipulativa, dado que não podemos nos defender reflexivamente daquilo que não percebemos nem compreendemos.

Os mitos nacionais existem para tornar invisível essa realidade simbólica e distorcer a necessidade pública e privada de compreensão das questões existenciais e políticas. Para tanto, recorrem a explicações *ad hoc*, elaboradas para justificar relações sociais injustas, que prejudicam o entendimento do público e permitem sua manipulação em nome de interesses elitistas inconfessáveis.

A reconstrução da dimensão cultural e simbólica aqui proposta parte da desconstrução e crítica desses engodos manipulativos, de modo que possamos perceber a eficácia prática das ideias que determinam nosso comportamento. Sem distorcer o mundo social, as classes dirigentes não podem fazer o trabalho sujo de se apropriar da riqueza social. Daí que os intelectuais e a imprensa façam, hoje em dia, o trabalho que os jagunços faziam – e ainda fazem – para os latifundiários do passado: facilitar, por meio da violência, a apropriação da riqueza coletiva.

A diferença é que a eliminação física foi substituída – desde que não se seja pobre ou negro – pelo sequestro da inteligência e da capacidade reflexiva dos homens e mulheres comuns, sob a forma de ideias que nos manipulam e nos

fragilizam e tornam nosso comportamento prático hesitante e confuso. Afinal, nossa principal diferença em relação aos animais é o fato de nosso comportamento ser possibilitado e influenciado por ideias. É isso que permite que possamos aprender, desde que nos interroguemos acerca das ideias que influenciam nosso comportamento real e cotidiano.

A exposição acima demonstra que o Brasil não é um “planeta verde-amarelo”, com a singularidade vira-lata de um povo burro, preguiçoso e corrupto dominado pelas emoções. O capitalismo não pode ser compreendido apenas por sua dimensão econômica, enquanto fluxo de capital e troca de mercadorias, mas também como uma dimensão simbólica, moral e cultural comum.

Dimensão que os mitos nacionais – positivos como o americano ou negativos como o brasileiro – negam e tornam invisível, como as fontes morais aqui examinadas. Qualquer americano, alemão, mexicano ou brasileiro possui as mesmas contradições e os mesmos objetivos de vida. Nesse terreno, ao contrário do que se pensa, as diferenças de classe em cada país são bem mais relevantes do que as diferenças nacionais.

Em qualquer país ocidental – seja qual for o seu nível de desenvolvimento econômico –, as pessoas concretas orientam a sua vida prática segundo ideias e valores muito similares. Em todos – no Brasil, na Alemanha, na Argentina ou nos Estados Unidos –, a dignidade do trabalho útil é parte fundamental da autoestima e do reconhecimento social. Em todos, a expressão da individualidade cria laços de solidariedade entre aqueles que se consideram detentores de um “bom gosto” no estilo de vida e vai produzir preconceito contra os que são vistos como toscos e animalizados.

A validade empírica disso é óbvia. Afinal, essas duas fontes morais estão no centro da esfera privada e íntima, tanto quanto no da esfera pública e social. Basta indagar sobre as coisas que mais dão sentido à nossa vida. Qualquer um, se for sincero, vai responder que é o trabalho e a família (ou o amor). Um bom trabalho, feito com prazer e bem-remunerado, e uma vida afetiva e sentimental feliz – esses são os objetivos ou sonhos paradigmáticos de todo ser humano

moderno, seja onde for. Não há outra coisa que se compare em importância a isso.

Quem não tem uma ou outra sofre e leva uma vida incompleta. Quem possui as duas se sabe feliz e completo. Quem não possui nem uma nem outra leva uma vida miserável, indigna desse nome. Simples assim. E isso vale para todos, pois a definição de infelicidade ou felicidade é compartilhada e social, e não individual e particular, como alardeiam o liberalismo e as propagandas de bancos. Claro que há outras coisas que são objeto do nosso desejo. Mas ou são derivações desses dois objetivos ou são secundárias em termos de importância e urgência.

A própria noção de amor moderno, como base da família e de uma vida sentimental estável, foi criada pelo expressivismo e pelo romantismo do final do século XVIII. Ela está no cerne da ética da autenticidade. É aqui que a mulher, pela primeira vez, deixa de ser vista como ser humano de segunda classe e, portanto, de estar submetida aos homens e aos costumes – como, por exemplo, aqueles que não levavam em conta sua vontade nos casamentos acertados por motivos econômicos e pragmáticos.

Norbert Elias, em seu livro sobre o processo civilizatório,⁸ mostra como o tratamento dispensado às mulheres, mesmo nas classes altas, era de uma violência hoje inconcebível. Se um nobre não gostava da intervenção da esposa num jantar com amigos, podia desferir um soco e quebrar-lhe o nariz, sem que ninguém achasse o fato incomum ou digno de reprovação.

Assim, a própria ideia de que a mulher deve ser conquistada, e não simplesmente arrebatada com violência, é recente e fruto da revolução expressiva nas elites artísticas e intelectuais, um processo que tem início no século XVIII e demora a se impor para o resto da população. A necessidade da conquista amorosa por convencimento, e não pela força física ou pela pressão econômica, cria um novo mundo, o da “esfera erótica”, em parte independente das outras esferas da vida e com regras próprias.

A sublimação do desejo sexual, que de mera pulsão natural se estende aos sentimentos – sem com isso implicar negação da pulsão sexual, mas muitas

vezes até aumentando sua intensidade devido à introdução do elemento afetivo –, vai construir a ideia-força que designamos hoje em dia abstratamente como “amor”.

Depois dessa invenção cultural e histórica, quer ela seja vivida como ilusão ou realidade, nenhum de nós deixa de sentir o aguilhão do desafio que nos é imposto: uma vida sem amor não passa de uma subvida. Criações históricas, as fontes morais, como nos dois casos aqui tratados, passam a comandar nossa existência, e não apenas modificam a forma como percebemos o mundo social. Elas nos transformam, “por dentro”, e conferem nova orientação aos nossos desejos e emoções mais íntimas. Esta é a comprovação empírica da eficácia dessas ideias morais.

Desde o século XVIII, essa revolução expressiva vem se expandindo paulatinamente para todas as classes e todo o mundo. Um grande catalisador foi o movimento dos jovens, dos hippies e da contracultura na década de 1960. A partir daí ela deixa de ser associada às elites culturais e se torna um valor para as grandes massas. Também ultrapassa os limites da poesia e da literatura e avança para a indústria cultural, virando conteúdo de novelas, filmes e revistas de grande vendagem. Surge assim uma poderosa indústria para ensinar o que é e como se conquista a felicidade que vislumbramos no amor.

O expressivismo e a demanda por sensibilidade instauraram uma necessidade universal, que sustenta uma indústria cultural, uma indústria da beleza, do bom gosto e do entretenimento – tudo para vender aquilo que, por definição, não se poderia comprar: a sensibilidade única e original de cada um. O que deveria ser uma aventura de autodescoberta individual acaba por virar mercadoria massificada.

Não apenas a percepção do amor e da vida familiar sofreu uma mudança drástica por causa do expressivismo. A própria ideia de trabalho produtivo também mudou. No século XVIII começam as críticas ao trabalho igual e repetitivo, como sendo indigno da grandeza humana. Tal como a vida sentimental, igualmente o trabalho tem de fazer sentido e, portanto, exibir um componente de prazer e de autossatisfação, e não apenas de obrigação. Assim,

em vários países depois da Segunda Guerra Mundial, a primeira geração de jovens com acesso a educação de qualidade vai ser o grande suporte social dessa ideia. Na França, esses jovens quase conseguem derrubar o poder instituído quando se unem a 7 milhões de trabalhadores em greve.

É então que o capitalismo se dá conta de que gerou seu maior inimigo. Não mais a União Soviética, tão produtivista quanto o próprio capitalismo, mas o inimigo em casa, os filhos que se revoltam contra o mundo bem-comportado, baseado na mesmice e na tradição acrítica representada pelas gerações mais velhas. O capitalismo financeiro, essa etapa do capitalismo que se impõe globalmente a partir da década de 1980, vai utilizar toda a semântica e o vocabulário do expressivismo da década de 1960 para produzir a versão turbinada do domínio do capital: exploração máxima dos trabalhadores por meio da promessa expressivista de criatividade, invenção e solidariedade, agora dentro da própria empresa.

Parece ironia, mas é a pura verdade. Tudo o que foi inventado nos últimos duzentos anos em termos de reflexão crítica e de luta política radical da contracultura acabou engolido pelo capitalismo, mastigado e depois cuspido de volta em outros termos e com outros objetivos: o lucro máximo e infinito. A criatividade deixa de ser a invenção radical de uma vida nova e agora é utilizada a favor da maior lucratividade empresarial.

Como nas empresas os fins já estão dados – maximizar o lucro no mercado –, tudo se torna meio e instrumento para esse objetivo. Mas o expressivismo sempre quis ser um fim em si, ou seja, uma escolha última de como conduzir a vida, e não um meio para se alcançar outra coisa. Ao transformar a revolução expressiva em mero instrumento de acumulação financeira, o capital retira-lhe todo o sentido e força efetiva.

Foi precisamente isso que fez o capitalismo financeiro, aliciando um exército simbólico de intelectuais e jornalistas, apropriando-se de todos os jornais e de toda a imprensa, subsidiando e manipulando a produção de filmes, espetáculos musicais e todo tipo de expressão artística.

Com isso, o terreno estava ganho para a redefinição da criatividade como

gestão de pessoas com fins empresariais, da originalidade como meio de solução de problemas corporativos, da solidariedade como trabalho em equipe para maior produtividade organizacional. Enfim, para fazer os trabalhadores se verem não como explorados, mas como “colaboradores” e empresários de si mesmos. É assim que muitos se consideram hoje em dia. Somente desse modo podem ser superexplorados a tal ponto que não mais separam o tempo de trabalho do de lazer, ficam à disposição via celular o tempo todo e ainda se acham muito importantes e felizes com a nova servidão.

Em sua origem, essas concepções de liberdade radical tiveram como suporte social principal a classe média, por excelência a classe associada ao individualismo. As ideias de trabalho com sentido e de vida amorosa feliz e completa se disseminaram para todas as classes sociais, mas é na classe média, como veremos nas trajetórias de vida na parte final deste livro, que vamos encontrá-las em sua maior diversidade, profundidade e força.

Essa reconstrução das nossas bases morais é, portanto, fundamental. Sem percebê-las adequadamente, imaginamos que nosso comportamento é motivado apenas por estímulos pragmáticos como dinheiro e poder. Imaginamos que somos páginas em branco, sem nada dentro, e que nossa renda, o dinheiro que temos no bolso, explica não só nosso consumo, mas também o nosso modo de vida. Para completar o absurdo, imaginamos que, como indivíduos, criamos tudo, os valores e as ideias que seguimos. Aqui se chega ao ápice da imbecilidade: o indivíduo não sabe de nada, nem quem é, tampouco o que a sociedade fez dele, e ainda imagina que sabe de tudo.

O ego mais frágil e inseguro é bem aquele que precisa se pensar como o mais forte e capaz. O ego inflado do indivíduo moderno é o fator determinante de seu uso pelo mercado e pelos podres poderes para a reprodução de todos os interesses daqueles que estão acumulando riqueza. Se alguém furar com um alfinete esse ego inflado, predominante por toda a parte, mas sobretudo na classe média, o que teremos é um flato, não obstante percebido como perfume pelo seu dono.

Max Weber antecipou como ninguém este novo homem bifronte da nova

época: composto pelo “especialista sem espírito”, que entende tudo de seu pequeno mundo de trabalho, mas nada da sociedade ao seu redor, tampouco o papel que nela desempenha; e o “homem do prazer sem coração”, na busca compulsiva por emoções intensas, sem a menor compreensão do que tanto anseia. A incompreensão das fontes morais de nosso comportamento nos torna mesquinhos, pequenos, títeres dos poderes que controlam o mundo.

Em nenhuma classe social este dilema é mais acentuado do que na classe média. Afinal, ela é a classe do expressivismo e da ética da autenticidade, seja na esfera do trabalho, seja na esfera íntima das emoções e dos desejos. Só a percepção adequada da dimensão cultural e simbólica da vida social nos permite uma compreensão mais profunda e verdadeira da vida que levamos como indivíduos.

Ela permite também desmascarar e denunciar os usos perversos do desconhecimento de um público indefeso, usos que promovem interpretações cuja única razão de ser é a legitimação de privilégios injustos. Permite, ainda, que possamos nos armar de uma compreensão mais justa e verdadeira dos conflitos sociais e existenciais de nosso tempo e de nossa sociedade. Perceber como o mundo social funciona de fato é o maior desafio para uma vida com sentido, autonomia e direção própria.

Aprendizado moral e justificação de privilégios

O reconhecimento das fontes morais que nos guiam seja na vida pública seja no âmbito mais íntimo é, portanto, um passo decisivo para nossa autocompreensão. Como não costumamos ter consciência desses fatores morais, esse reconhecimento muda, de forma radical, o modo como percebemos a vida privada e pública. No entanto, essas fontes morais estão mescladas a fins pragmáticos – que também influenciam o comportamento prático – como o poder e o dinheiro.

Normalmente, só levamos em conta essa ação do poder e do dinheiro na condução da vida, o que é um grave erro. Nosso entendimento de nós mesmos e do mundo se empobrece muito com isso. Porém, desde que percebidos conjuntamente com a dimensão moral, o dinheiro e o poder são igualmente decisivos em nossa vida privada e pública.

É a luta política que vai definir a importância, para a sociedade, do domínio relativo da dimensão moral ou da dimensão pragmática. A percepção da dimensão moral é cognitiva. O seu domínio na vida corriqueira das pessoas, no entanto, é resultado de lutas políticas. Em sociedades que restringiram o mundo da troca de mercadorias a certas esferas da vida social, isso ocorreu à custa de muito sangue e luta, quase sempre das classes populares.

Ali onde o dinheiro parece mandar em tudo, como no Brasil e nos Estados

Unidos, isso também foi resultado de luta política, dessa vez decidida, sem compromissos, pelas classes dominantes, ou seja, pelos proprietários que impõem sua moeda – o dinheiro – como supremo valor social.

Como a interpretação humana do mundo é sempre moral, ou seja, sempre decorrente de uma noção implícita ou explícita de virtude, do bem e da boa vida, o predomínio do dinheiro e do poder puro e simples pressupõe uma colonização da esfera moral – num processo similar ao da colonização, pelo capitalismo financeiro, da semântica e da linguagem da ética da autenticidade e do expressivismo.

Os donos do dinheiro e do poder não podem simplesmente dizer ao restante da sociedade: “Nosso intuito é deixar todos vocês, otários, sem propriedade e sem poder, apenas com a roupa do corpo, trabalhando nas condições mais favoráveis para mim.” Não é assim que acontece. Caso contrário, teríamos revolta e revolução. Não há dominação de poucos sobre muitos sem o recurso à mentira e ao engano. Em consequência, a opressão precisa ser moralizada, difundindo-se a ilusão de que o interesse do dominado é levado em conta e, mais importante, convencendo-o de que a própria dominação é para o seu bem.

Tão importante quanto notar devidamente a dimensão simbólica da sociedade é compreender a interconexão entre moralidade e poder, ou entre aprendizado efetivo e mera justificação de privilégios injustos. A infantilização e o bloqueio da capacidade de reflexão se dão seja pela construção de mitos nacionais vira-latas, contos de fadas para adultos, seja pela instauração de uma oposição simplista entre o bem e mal. O resultado é a difusão da crença de que existem pessoas do bem, de um lado, e pessoas do mal, de outro.

Esse é o mundo das novelas, dos romances best-seller recheados de clichês, dos telejornais da Rede Globo, dos programas de rádio patrocinados por bancos, etc. Na realidade, não existem pessoas que incorporam unicamente a virtude absoluta ou o mal absoluto. Algumas podem ser muito boas e outras muito más. Porém mesmo esses casos limítrofes são muito raros. A grande parcela da humanidade, cerca de 99% das pessoas, é uma mescla de ambas as coisas no

comportamento concreto e cotidiano, e cada um de nós faz o que pode para separar o joio do trigo.

O bem e o mal, portanto, estão “dentro de nós”, assim como estão “dentro de nós” as fontes morais, historicamente construídas, que definem o que é a virtude e o que é o vício. Como vimos, na cultura ocidental o bem e a virtude são definidos tanto como controle das emoções pelo espírito quanto pela expressão verdadeira dessas mesmas emoções. Isso implica que ser virtuoso, segundo nossos próprios termos, é uma aventura contraditória e conflituosa, seja na dimensão existencial, seja na dimensão pública da vida política.

Usando a linguagem popular, viver a vida de todo dia “não é fácil para ninguém”. Essa dificuldade é, ao mesmo tempo, existencial e política. Somos dilacerados por demandas valorativas conflitantes. Além disso, somos coagidos pela antiga demanda moral que caracteriza a tradição judaico-cristã ocidental: devemos, afinal, escolher seguir os valores morais ou optar pelo interesse egoísta de ocasião?

A primeira dificuldade é cognitiva e se refere ao desafio de compreender as fontes morais que nos comandam. Como esses valores sociais comuns são inarticulados e inconscientes, imaginamos, infantilmente, que criamos subjetivamente os valores que nos servem de guia. As consequências disso, como veremos, são de fácil comprovação empírica. Apesar de tais valores serem invisíveis – ou melhor, apesar de serem tornados invisíveis à nossa reflexão consciente pelos podres poderes que nos dominam –, seus efeitos no comportamento prático são facilmente observáveis e comprováveis.

Basta observar o mais importante, ou seja, o comportamento prático, e não as opiniões explícitas que as pessoas mantêm sobre si mesmas. A opinião explícita que temos sobre nós mesmos tende a ser a mera justificativa da vida que levamos ou a mera repetição de chavões da mídia e da indústria cultural. Como amamos justificar o que somos, exatamente por conta disso costumamos odiar a verdade.

Misturado e confundido com esse desafio cognitivo, há o desafio moral de viver ou não de acordo com esses critérios normativos. Essa é outra questão,

distinta da primeira, ainda que relacionada a ela. Alcançar uma compreensão cognitiva daquilo que nos orienta em termos práticos não significa, necessariamente, uma mudança automática na vida prática, embora ajude nessa direção. Ao se reforçarem mutuamente, essas duas dificuldades constroem o contexto de desorientação, confusão e impotência que nos assalta a todos, se formos sinceros com nós mesmos, tanto na vida privada como na vida pública.

Antes de tudo, vamos examinar o conflito entre, de um lado, a dimensão moral e instrumental e, de outro, a dignidade do produtor útil. Uma inegável dimensão de aprendizado e evolução moral está associada à substituição da honra medieval, acessível apenas à nobreza, por oposição a todos os outros, desprovidos de honra e fadados à submissão política e servidão econômica. Quando se substitui essa honra pela dignidade – ou seja, quando a restrita nobreza de sangue dá lugar à dignidade do trabalho de muitos –, temos o que talvez seja a maior conquista moral e política do Ocidente. Como em praticamente todas as ideias seculares, sua origem remonta à implantação do valor máximo do cristianismo, ao longo de dois milênios de pregação constante, resultando num aumento da igualdade real entre os seres humanos.

Precisamente a realização desse valor máximo de nossa cultura está em jogo na passagem da honra de poucos para a dignidade de muitos. O ganho moral é inegável. Tanto a autoestima e o amor-próprio como o respeito dos outros e o reconhecimento social – coisas que buscamos e necessitamos tanto quanto um prato de comida – podem, agora, ser universalizados, alcançando todos os que trabalham. Pelo menos potencialmente, todos os seres humanos podem ter acesso a essa dimensão antes muito restrita. A fonte moral de todo amor-próprio, prestígio social e reconhecimento individual – sem os quais ficamos doentes e somos apenas uma sombra de nós mesmos – passa a ser referida ao trabalho que todos podem realizar.

Se essa é a dimensão moral, de evolução e aprendizado valorativo, a dimensão instrumental, sua irmã siamesa, coloca-se de duas maneiras distintas. Primeiro, aos poucos vai ficando evidente que nem todo trabalho tem o mesmo

valor. A quantidade e o tipo específico de conhecimento incorporado pelo trabalhador vão criar, também nesta dimensão, distinções sociais.

Toda a ênfase inicial da religiosidade protestante no modo, e não no tipo, de trabalho efetuado não evita que isso aconteça. Nas classes que reproduzem privilégios positivos pela transmissão de um capital cultural mais valorizado, como no caso paradigmático da classe média, a dignidade específica resultante do trabalho produtivo vai ser “mais igual” do que no caso do conhecimento incorporado pelas classes trabalhadoras.

Esse conhecimento diferenciado é o requerido para os cargos de direção, supervisão e controle dos trabalhadores no mercado e no Estado. Também é o tipo de conhecimento necessário à legitimação da dominação socioeconômica na esfera pública e no imaginário social. Como recompensa, esse trabalho mais valorizado vai proporcionar melhores salários e maior prestígio social e reconhecimento público. O seu âmbito é o lugar social por excelência da classe média e do seu privilégio específico. Mesmo nos países mais avançados neste aspecto moral e simbólico – e, portanto, mais igualitários –, tal diferenciação crucial gera distinções sociais perceptíveis.

Assim, na própria dimensão da dignidade do trabalho útil, potencialmente universalizável para todos que trabalham e contribuem para a vida social, passam a existir graduações e hierarquias conforme o tipo de trabalho e o tipo de desempenho. Há trabalhos e desempenhos individuais que são percebidos por todos como mais dignos que outros, implicando uma forma de admiração e de reconhecimento social distinta e comparativamente maior. Maior salário e maior prestígio social costumam ser os prêmios conferidos a essas modalidades de trabalho.

No entanto, essa combinação concreta e empírica de moralidade e aprendizado, de um lado, e instrumentalidade e distinção social preconceituosa, de outro, não é o pior problema nesse contexto. Em países como a Suécia ou a Alemanha, ainda que também exista, não é tão significativa a diferença entre um trabalhador qualificado e seu compatriota de classe média que ocupa cargo de

chefia. Em termos econômicos e prestígio social, todos são percebidos e avaliados socialmente como seres humanos respeitáveis e dignos de admiração.

Ao contrário do que aconteceu recentemente em São Paulo, a polícia alemã, por exemplo, não pode matar com marteladas na cabeça um adolescente pobre,⁹ mesmo se for de outra etnia, sem que haja consequência ou comoção social. Muito provavelmente, lá as consequências seriam sérias, tanto para o policial quanto para os seus superiores.

O mesmo vale para a Suécia, a Dinamarca e, eventualmente, a França ou a Inglaterra. São todas sociedades nas quais, apesar de distinções sociais inegáveis – e hoje, infelizmente, crescentes –, generalizou-se o respeito a todos os seres humanos. Nesses países, uma parcela considerável do ideário cristão de igualdade foi de fato realizado – sem dúvida, após muita luta de trabalhadores e camponeses.

O ordenamento jurídico e formal que assegura a igualdade, ainda que imperfeito, tem como alicerce consensos valorativos construídos ao longo da história. Nele se articula um compromisso entre as classes sociais, segundo o qual todos os indivíduos de qualquer classe devem desfrutar de um nível mínimo de respeitabilidade – e de reconhecimento de suas necessidades sociais, econômicas e políticas.

Por conta disso, nessas sociedades mais igualitárias há grande probabilidade de que a lei geral da igualdade formal seja aplicada e respeitada, garantindo uma efetiva universalização da dignidade, não apenas em termos retóricos, mas da noção concreta da dignidade potencial de todo trabalhador útil, evidente no dia a dia.

Nesses países mais avançados no sentido moral e político, a desigualdade entre classes superiores e classes populares se manifesta de forma mais clara por meio da distinção estética. A obra-prima do pensador francês Pierre Bourdieu nos dá a dimensão exata do que queremos dizer.¹⁰ De forma genial, Bourdieu demonstra que, mesmo nos países mais igualitários, como a França da década de 1970, existe uma dimensão da vida social invisível e mais profunda do que o

plano da igualdade jurídica formal, e nesse outro plano são recriados preconceitos inabaláveis que legitimam a desigualdade de fato.

Embora não reconstrua a gênese da fonte moral, aqui apresentada com a ajuda da obra de Charles Taylor, Bourdieu comprehende que a distinção entre espírito/corpo instaura uma linha divisória que as pessoas comuns não percebem conscientemente, mas que, não obstante, dirige seu comportamento prático e suas escolhas e avaliações. Como vimos, o comportamento prático é o que deve ser levado em conta, e não as ilusões com que justificamos o nosso modo de vida.

Essa dimensão é tornada invisível porque, conscientemente, os franceses consideravam, com justificado orgulho, que viviam na pátria da revolução e das grandes lutas pela igualdade, além de ser a nação da escola republicana igual para todos. É nessa sociedade, na qual as lutas de classe chegaram ao ponto mais explosivo, que Bourdieu demonstra a força prática de distinções sociais, as quais, precisamente porque não são percebidas como mecanismo hierarquizador, constituem um novo e poderoso mecanismo de legitimação da desigualdade. O senso estético, seja real ou postiço, logra separar na vida cotidiana os seres humanos sensíveis do restante da população, percebido apenas como massa ignara condenada ao trabalho produtivo e manual.

Desse modo, o consumo de vinhos caros, roupas elegantes, iguarias requintadas, acompanhado de formas específicas de comportamento social, expressas no modo de andar, de falar ou de se dirigir às outras pessoas, criam os vínculos mais sólidos de solidariedade de classe, conferindo uma sensação de superioridade àqueles que participam desse estilo de vida. A classe do privilégio pode se reconhecer facilmente na rua ou num evento social, constituindo uma espécie distante e, sobretudo, superior de ser humano.

As amizades, os casamentos – 99% das pessoas casam dentro de sua classe social –, os relacionamentos pessoais e de negócio, tudo será facilitado pela percepção imediata do compartilhamento de um mesmo estilo de vida, baseado num gosto comum. Essa sensação de pertencimento de classe social não é consciente nem explícita. É uma sensação prática, que transmite a certeza

emotiva de se estar diante de um igual, “gente como a gente”, o que gera simpatia e empatia imediatas.

A classe média brasileira não se comove com a morte ou mesmo o massacre de milhares de pobres, os quais são vistos como “gente inferior”. Mas se comove muito com o drama humano de um único indivíduo de sua classe, quando é sequestrado ou morto.

Esse tipo de solidariedade e empatia imediata entre os membros de uma classe se contrapõe ao preconceito em relação aos que não fazem parte do mesmo mundo social. Assim, quem consome cachaça ou cerveja barata, come bife gorduroso no almoço, veste camiseta regata e bermuda e fala com erros de português, sem demonstrar o menor senso estético, é percebido como sendo “menos gente” por todos das classes privilegiadas. Isso não exclui o contato social, quando, por exemplo, entram nas casas de classe média para fazer a faxina ou consertar algo. Mas com essa gente não se travam amizades reais, não se casam, não se fazem negócios.

É assim que o mundo social se mantém desigual apesar da pretensão formal de igualdade jurídica entre as pessoas. É assim que o pertencimento de classe efetivamente atua em nosso cotidiano. E isso acontece em todas as atuais sociedades capitalistas, seja na periferia do sistema, como no México e no Brasil, seja no centro, como nos Estados Unidos e na França.

Aqui se nota como é idiota – não há termo melhor, pois faz de imbecis aqueles que nisso acreditam – a noção de que existiria um jeitinho brasileiro, só nosso, um planeta vira-lata e verde-amarelo só dos brasileiros. Em todas as sociedades modernas, são essas ligações emotivas e personalíssimas que estão por trás de todo tipo de privilégio.

A concepção do ser humano sensível, que nos afeta a todos, mostra a ambiguidade inexorável da vida social e humana. Por um lado, ela implica efetivamente um aprendizado moral. É importante se autoconhecer, saber quais são as emoções, os desejos e sentimentos que nos singularizam como produtos de uma biografia que, apesar de obedecer a traços sociais gerais, sempre é muito particular a cada indivíduo. Mesmo no interior de uma mesma família, as

pessoas expressam a sua humanidade de modo único. Se os seres humanos não são apenas animais que trabalham, com ordem e disciplina como as abelhas e as formigas, a descoberta da sensibilidade individual de cada um é essencial.

Nessa descoberta, o papel desempenhado pela arte verdadeira – aquela produzida pelos grandes escritores, pensadores e artistas – é indispensável. Uma vez que, em grande medida, aprendemos por comparação, as narrativas singulares e exemplares da experiência humana nos permitem também ousar em nossa singularidade, ser criativos e transformar nossas vidas em aventuras de descoberta. A descoberta da sensibilidade é, portanto, efetivamente um grande avanço da ideia de individualismo como força moral e social.

Ao mesmo tempo dor e delícia de tudo o que é humano, a ideia de sensibilidade também é uma arma contra os outros na luta pela posse dos recursos sempre escassos, tanto materiais, como roupa e vinho, quanto imateriais, como prestígio, charme, admiração ou respeito. Embora tal luta seja dos indivíduos – quando as classes não percebem a política como arma de classe –, o ponto de partida para o privilégio positivo ou negativo é dado pela classe social. Daí a injustiça de todos os privilégios, uma vez que ninguém deve ser condenado até o fim da vida pelo berço que não escolheu.

A ambiguidade da noção de privilégio estético não termina aí. Como todo aprendizado efetivo é muito difícil e exige enorme dedicação, numa busca sempre incerta, a maior parte das pessoas simplesmente “compra” a aparência de senso estético. Claro que isso não pode parecer mera compra, ou não se consegue enganar os outros nem, muito especialmente, a si mesmo. O dinheiro compra o que está à venda, mas não compra nenhum aprendizado real, posto que este só se alcança com esforço. Mas é possível comprar a aparência de aprendizado real.

Quando um privilegiado põe na mesa um vinho especial de 20 mil ou de 50 mil reais, não está apenas exibindo o seu dinheiro. O que lhe importa é provocar nos outros e em si mesmo a sensação de que possui bom gosto, percepção sofisticada e sensibilidade “inata”. O dinheiro tem que ser um detalhe menor, quase uma casualidade fortuita.

Como a mera aparência tende a produzir os mesmos efeitos públicos do aprendizado real, alguns dos maiores setores de negócios no mundo se formaram para atender a esse tipo de necessidade simbólica: a indústria cultural, a da moda, a dos produtos especiais, orgânicos, sustentáveis, etc. Como salientamos, a regra é a ambiguidade e, em todos os seres humanos, há uma mistura dessas dimensões sob a égide das ideias morais que alçam a sensibilidade a um valor supremo.

A proporção do que é real aprendizado e do que é comprado para efeito público varia, em muitos, em quantidade, mas não em qualidade. A indústria cultural produz os seus efeitos em todos nós, por mais dedicação que se tenha tido no aprendizado efetivo da dimensão sensível. O contrário também é verdadeiro.

O decisivo aqui é constatar a forma pela qual se dá a legitimação e justificação dos privilégios injustos da classe média e da elite em detrimento das classes populares, seja dos trabalhadores, seja dos marginalizados. A “superioridade” das classes do privilégio positivo, herdada do berço, não precisa estar escrita na lei jurídica, pois está inscrita em nosso comportamento prático corriqueiro. A lei formalizada nos códigos normalmente se curva à lei prática de uma sociedade. Mais ainda, aparece como superioridade óbvia sem estar escrita em nenhuma parte, o que dificulta sua crítica e facilita sua difusão em todas as classes.

Assim, o sonho de toda criança das classes marginalizadas é ter um tênis Nike ou um iPhone, produtos corriqueiros entre os filhos da classe média real. As classes subalternas já se percebem como inferiores por não terem acesso aos mesmos símbolos de status e de bom gosto. Desse modo, nem precisa escrever na lei que essas pessoas são gente de menor valor, pois elas próprias estão convencidas disso, na prática cotidiana, pela impossibilidade de ter acesso a mercadorias que são mais um símbolo de distinção social do que algo para uso concreto.

Nesse sentido, as classes médias no Brasil usam de subterfúgio semelhante ao das classes médias de outros países – invalidando a sociologia do planeta

verde-amarelo, corrupto por natureza, que herdamos de nossos “pensadores”. A forma de exercício do privilégio é semelhante. A concepção vira-lata do jeitinho brasileiro serve para outros fins, como veremos adiante. Mas, sem apelar a esse vira-latismo, há de fato entre nós uma singularidade da dominação social na relação entre as classes privilegiadas e as classes populares.

Como o esforço da minha vida foi o de dotar a inteligência e a sociedade brasileiras de uma concepção mais verdadeira e profunda do funcionamento efetivo de nosso corpo social, procurei desenvolver uma ideia que me parece tão fundamental e relevante quanto a descoberta da “gramática invisível” do senso estético por Bourdieu. Por conta disso, me empenhei em elaborar teoricamente¹¹ e depois comprovar empiricamente¹² que nas sociedades modernas existe uma dimensão invisível e legitimadora da desigualdade que se manifesta também na noção de (sub)dignidade do trabalho útil.

Essa dimensão nunca foi explorada por Bourdieu, a despeito de ele ter analisado sociedades similares à brasileira, como é o caso da Argélia. Para mim, nem Bourdieu nem Taylor, os autores que mais contribuíram nessa minha empreitada, desenvolveram ou atentaram para as características hierarquizantes e justificadoras de desigualdades fáticas dessa dimensão do trabalho útil. Isso se explica pelo fato de que as sociedades de que respectivamente fazem parte, a França e o Canadá, não possuem – ou pelo menos não possuíam – contingentes expressivos de marginalizados.

Para mim, ao contrário, esse é o ponto a ser explicado para se entender a singularidade brasileira. Mesmo quando não compreendia o fenômeno teoricamente, ou seja, não identificava a forma específica com que se produzia, nem tinha a oportunidade de comprová-lo empiricamente, minha intuição de “brasileiro” dizia que não havia nada mais importante para entender o país de modo mais profundo do que compreender a eternização entre nós de uma parcela marginalizada da população.

É essa “ralé” de marginalizados, abaixo da classe trabalhadora, que, sob outra forma, dá continuidade à sociedade escravocrata do passado. Portanto, o meu desafio era entender, sob uma forma “moderna”, e não mais pela simples

cor da pele, por que há neste país uma quantidade tão grande de pessoas desafortunadas, abandonadas e humilhadas. Para mim, descobrir isso era a chave para a compreensão da sociedade brasileira como um todo. Uma chave capaz de explicar o fato de que, ainda que participando do mundo moderno e do capitalismo industrial, mantínhamos aqui uma sociabilidade violenta, bárbara, sádica, patológica e repugnante.

Sob a influência das tolices do patrimonialismo vira-lata, sempre nos vimos como uma sociedade marcada pela corrupção do Estado, relegando ao esquecimento o mais óbvio: somos os herdeiros da maior sociedade escravocrata do planeta. Quem não sabe quem é jamais pode aprender, e quem nunca aprende está condenado à repetição.

Como se constrói a “ralé de novos escravos” e de que modo isso explica boa parte do comportamento de nossa classe média? Aqui o essencial é constatar o papel do conhecimento como um capital tão importante para o funcionamento do capitalismo quanto o próprio capital econômico. O próprio dinamismo econômico do capitalismo advém de seu aproveitamento sistemático da ciência e do conhecimento nos meios de produção.

Sem esse aspecto, o capitalismo perde a vantagem comparativa diante de outros sistemas econômicos. Além disso, é o conhecimento incorporado no próprio trabalhador que determina, em grande medida, a maior ou menor produtividade do trabalho. A incompreensão disso nos condena a uma interpretação redutora e economicista do capitalismo, tal como o fazem os liberais, que reduzem a classe social à faixa de renda, ou ainda, como alguns marxistas, que levam em conta apenas a ação do capital econômico.

Afinal, o capital econômico e a propriedade são concentrados em todo o mundo. O potencial democrático do capitalismo sempre depende da generalização do conhecimento, uma fonte de distinção e reconhecimento social de acesso restrito nas sociedades pré-capitalistas. Ao contrário do escravismo, por exemplo, o capitalismo não explora a mera energia muscular do trabalhador, e sim o conhecimento incorporado que o capacita, por exemplo, a operar máquinas complexas.

Ainda que o conhecimento da classe média real seja mais valorizado – em função de sua escassez e do tempo livre requerido para sua incorporação, um privilégio das classes médias que podem dispor do tempo livre dos filhos e de boas escolas –, também os trabalhadores têm acesso a conhecimento útil. Ainda que menos valorizado e legítimo, esse conhecimento é o que permite à classe trabalhadora lutar no mercado de trabalho por empregos melhores e mais estáveis do que os marginalizados.

Estes estão fora do mercado de trabalho competitivo por falta das condições prévias mínimas para a incorporação de qualquer conhecimento útil. Esse fato, obviamente, não significa que esta classe não seja explorada. Antes pelo contrário, por conta de sua fragilidade, ela é superexplorada, sobretudo pela própria classe média.

Como é a classe dos marginalizados que herda o abandono, o esquecimento, o ódio, a humilhação e o desprezo cotidianos que se dirigiam ao escravo, tudo para ela vai ser mais difícil. Em vez de ajuda ou reparação do que lhe foi retirado com violência, ela é humilhada e vítima do mesmo sadismo e prazer na humilhação que animava os senhores brancos contra os negros no Brasil escravocrata.

Uma das consequências é a dificuldade para essas pessoas formarem famílias, pois a tradição nesta classe é a ausência de família, dificultada no escravismo e depois reproduzida pela socialização familiar precária, uma vez que os pais não podem dar aos filhos o que nunca tiveram. Sob todas as formas, o abuso dos mais fortes sobre os mais frágeis é o dia a dia dessa classe odiada e esquecida.

Como o bom aproveitamento escolar exige pressupostos normalmente invisíveis – como atenção, foco, concentração, disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo e capacidade de abstração –, os filhos da classe média já entram como vencedores no sistema escolar, ao passo que os filhos da classe dos marginalizados – e não por culpa deles, já que ninguém escolhe o berço – chegam como perdedores em tenra idade. Muitos saem da escola como analfabetos funcionais, incapazes de participar do mercado de trabalho

competitivo. Resta a eles depender do emprego da própria energia muscular, tal como no caso dos escravos. E a maioria acaba exercendo trabalhos físicos desvalorizados, extenuantes e mal remunerados.

A exploração econômica do trabalho barato permite à classe média não só “roubar” o tempo da “ralé de novos escravos” – ocupados nas funções repetitivas e desgastantes do serviço doméstico e do serviço pesado e perigoso em geral –, como usá-lo depois em tarefas mais bem pagas em benefício próprio.

Essa opressão de classe nunca é notada quando definimos as classes apenas em função de níveis diferenciais de renda, como se as relações de dominação e subordinação que se estabelecem entre elas não fossem o aspecto decisivo para entender como os indivíduos de cada uma se comportam uns com os outros. O que está em jogo nessas relações é uma luta de classes muito singular: entre uma que tem tudo e outra que não tem nada. O que está em jogo, na verdade, é uma covarde opressão de classe que tende a se eternizar.

Num país de passado escravocrata como o nosso, esse tipo de dominação nunca é apenas de caráter econômico. Não se trata de uma apropriação, ainda que legalizada, do tempo de outra classe, comprado a baixo custo, a fim de dedicar ao estudo ou a atividades profissionais mais bem remuneradas e valorizadas o tempo que seria gasto em cuidado dos filhos, na limpeza da casa, no preparo de comidas, etc. Os privilégios de uma classe condenam a outra à precariedade eterna, já que não lhe sobra tempo para nada. Enquanto isso, a classe opressora tem cada vez mais oportunidades de avançar e obter conhecimento e riqueza.

A este aspecto econômico se soma o sadismo, presente no cerne de toda sociedade fundada no trabalho escravo. Ninguém escraviza o outro sem, ao mesmo tempo, negar-lhe a humanidade. Como o outro não deixa de ser humano e resiste na medida do possível, nem que seja por meio de pequenas sabotagens, a humilhação tem de ser reforçada a cada dia. É preciso mostrar que o outro é inferior e está ali apenas para servir.

Com o tempo, o exercício da humilhação se torna prazeroso, multiplicando-se sob as formas da piada suja, do chiste aparentemente apenas de brincadeira,

do insulto direto, do preconceito de classe e de raça e, não menos importante, do abuso. Não apenas sexual, embora este seja a forma paradigmática de todo abuso.

A classe média brasileira herda o abuso e o sadismo de seus avós, e um dos motivos para isso é que nossa inteligência cooptada e colonizada nem sequer percebe a escravidão como a nossa semente social mais importante. A balela do patrimonialismo, e da corrupção como se fosse atributo apenas do Estado e da política, assume o lugar principal e subordina, relega ao esquecimento e torna supérflua essa herança maior. Mais uma vez: quem não sabe quem é nunca pode se autocriticar, e quem não se critica nunca aprende nada. Nossa classe média não apenas explora economicamente as classes abaixo dela, ela humilha covardemente os mais frágeis, os esquecidos e abandonados tanto por ela, classe média, quanto pela “elite do atraso”.

Pior ainda, extrai tanto prazer dessa opressão que sai às ruas toda vez que a política pretende diminuir a abissal distância entre as classes, ainda que com o pretexto do moralismo de fachada contra a “corrupção seletiva” só da política e só da “esquerda”. Somente contra os partidos das classes populares a classe média revoltada sai às ruas, nunca contra os partidos da elite dos proprietários. É isso que a faz tão dócil e manipulável.

Outras sociedades, como a francesa após a Comuna de Paris, em 1871, decidiram incluir, por meio do sistema escolar republicano, a parcela da sua população abandonada à própria sorte ou azar. A inclusão dos humilhados sempre é uma decisão política e moral, e nunca consequência apenas do desenvolvimento econômico, como se comprova no Brasil. Entre nós, a elite e a classe média preferem ignorar essa situação secular e continuar explorando e humilhando os mais frágeis.

A causa de todos os golpes de Estado, em especial o de 2016, nunca teve nada a ver com a corrupção. Por que apenas a suposta corrupção petista incomoda a classe média, e não a dos outros partidos, mesmo quando comprovada em gravações exibidas na TV? Alguém viu a classe média em massa nas ruas, protestando contra a corrupção de partidos de elite? Nunca vi

ninguém mostrar sua revolta nas ruas pela corrupção, por todos sabida, por exemplo, do PSDB. E você, leitor ou leitora, já viu?

Então vamos ter a coragem de assumir que o que de fato incomoda a classe média escandalizada não é e nunca foi a corrupção. Um dos objetivos centrais deste livro será precisamente explicar o que incomoda de verdade a classe média. Até aqui mostramos o que ela tem em comum com as outras classes médias do mundo. Agora vamos demonstrar o que afasta a nossa das classes médias em países moral e politicamente mais desenvolvidos.

Para começar, a singularidade de cada país não se deve, como pensamos até hoje, a heranças malditas, como uma suposta corrupção herdada de Portugal. Critiquei essa ideia imbecil e imbecilizante no livro *A elite do atraso*.¹³ Afinal, a tradição não se transmite pelo sangue, pelo ar nem por picada de mosquito. São instituições concretas – a família, a escola, o trabalho, etc. – que nos fazem o que somos. Somos filhos de instituições concretas, não de ideias supostamente transmitidas no DNA. Isso é pseudociência e boa parte de nossa ignorância a respeito de nós mesmos advém dessas bobagens pré-científicas.

Ora, no Brasil, a instituição que influenciou todas as outras foi a escravidão. Como sistema econômico e social, o escravismo jamais existiu em Portugal. A escravidão, portanto, é brasileiríssima. É nossa verdadeira herança. Visível, em primeiro lugar, na família precária da “ralé de novos escravos” que nossa sociedade vem reproduzindo há 500 anos, agravada pelo sadismo e perversidade das classes privilegiadas. O relacionamento dessas classes com os marginalizados é a forma especificamente “moderna” que a herança escravocrata, intocada no seu núcleo patológico, assume entre nós.

Para mim, que venho trabalhando neste tema teórica e empiricamente desde muito tempo, tudo o que nos marca mais acentuadamente tem a ver com a abissal distância entre as classes sociais: tanto a distância absurda entre as classes do privilégio e as classes populares, quanto a perpetuação de uma legião de oprimidos, desprezados e esquecidos que perfazem, pelo menos, mais de um terço da população e funcionam, entre nós, como uma “casta de intocáveis”.

Todas as questões centrais do desenvolvimento econômico, político e social

brasileiro têm origem nessa distância e nessa marginalização gigantesca, e nada têm a ver com as balelas e mentiras de patrimonialismo, jeitinho brasileiro e povo corrupto ou preguiçoso. A fim de entender direito esse aspecto crucial, teremos de reconstruir a forma como se constituíram as relações entre as classes sociais no Brasil, bem como o papel central assumido pela classe média nesse contexto.

A CONSTRUÇÃO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

A gênese da classe média brasileira

Um livro especialmente relevante para o entendimento adequado da gênese da classe média brasileira é *Homens livres na ordem escravocrata*, da professora Maria Sylvia de Carvalho Franco.¹⁴ Ainda que seja muito desigual e, na segunda parte, proponha uma discussão frágil do patrimonialismo – já criticada por mim em outros livros –,¹⁵ os capítulos iniciais, por outro lado, são algumas das melhores páginas da sociologia histórica brasileira.

Ao falar de “homens livres” no ambiente rural brasileiro do século XIX, Carvalho Franco obviamente não está se referindo à classe média como a conhecemos. Esse estrato intermediário de pessoas formalmente livres, entre senhores e escravos, é formado por homens e mulheres dependentes, tanto material quanto simbolicamente, dos proprietários de terras e de gente. No sentido mais econômico e material, a dependência desse estrato social é inexorável.

Como a instituição da escravidão e do escravismo é a base econômica do sistema capitalista mercantil colonial, os homens livres, apesar de seu número expressivo – para Carvalho Franco o setor mais numeroso, perfazendo dois terços da população em meados do século XIX –, literalmente não têm lugar no sistema produtivo principal.

Assim se constitui entre nós – como forma econômica, política e social – a figura do “agregado”. Figura fundamental na literatura e na sociologia histórica

brasileira, o agregado vai formar a primeira classe intermediária entre proprietários e despossuídos. Daí sua importância para nosso tema. Como é composta por dependentes de forma objetiva, a maior parte dessa classe vai constituir a ralé de quatro séculos que vaga pelo nosso país, em vez de ser o predecessor de uma classe média moderna. Vários dentre eles vão se juntar aos ex-escravos, abandonados pela “abolição” meramente formal, e constituir uma das maiores classes sociais do Brasil moderno: a ralé estrutural de despossuídos e abandonados.

Em termos individuais, a mobilidade ascendente, no entanto, era perfeitamente possível nesse estrato social. Era o que se dava, por exemplo, nas ocasiões em que cumpria eliminar, por meio da violência física, concorrentes de arrivistas e de poderosos já estabelecidos, que recorriam à abundante mão de obra armada de agregados organizados em uma espécie de milícia privada.

Talvez seja o escritor Graciliano Ramos quem melhor tenha compreendido essa dinâmica social e seus reflexos nos indivíduos. O romance *São Bernardo* mostra, de forma magistral, o processo de desumanização que um agregado que se torna proprietário de terras tem que realizar num contexto marcado pelo arbítrio e a violência. O assassinato como meio de resolução de conflitos, o confinamento da amizade aos “cabras” e aos dependentes, a incapacidade de expressar afeto que o faz perder a mulher amada, o definhamento de toda dimensão afetiva e sentimental são o corolário do homem de sucesso nesse ambiente. Não conheço crítica mais brilhante a esse contexto perverso de dominação.

Mas o destino mais comum dos agregados eram as franjas do sistema produtivo principal, baseado no trabalho escravo, sob a forma da dependência pessoal em relação ao senhor de terra e gente. As formas mais comuns de agregado serão o tropeiro, o sitiante, o vendeiro e, acima de tudo, o “cabra”, o braço armado do patrão, disposto a matar ou morrer por ele.

Com argúcia, Carvalho Franco ressalta a ambiguidade de uma relação que é de dependência objetiva – dada a inexistência de alternativas de sobrevivência –, mas que aparece na consciência de ambos como um acordo voluntário, uma

escolha entre homens livres. A liberdade mútua não passava de uma ilusão, dado que o agregado sempre dependia da boa vontade do proprietário.

Mas a ilusão de liberdade vale muito – na ausência de outra opção, resta a fantasia – e ainda permite aliviar o desgaste do arbítrio e da autoridade aberta. Mais que isso, convida o serviçal agradecido a adivinhar o desejo do patrão e identificar-se com seus interesses e vontades, abdicando dos próprios. O convite a se servir na mesa do patrão, relações de amizade e compadrio, tudo serve para produzir na consciência do dependente um sentido de bilateralidade e, por meio dela, a restituição da autoestima e da dignidade.

O pressuposto do acordo de cavalheiros entre o senhor e o dependente é que o escravo trabalha para ambos. Para nosso tema, o fundamental nesse “acordo de classe” é que o reconhecimento da humanidade e da dignidade passa a ficar restrito a aqueles que não são escravos. Fundamental porque irá perdurar como o nó górdio das relações entre as classes no Brasil desde então: a preservação da distância social de todas as classes em relação aos escravos assegura um espaço de distinção social e privilégio que permite a fidelidade e subserviência dos estratos médios em relação aos estratos superiores.

Essa relação vai se perpetuar no Brasil dos séculos seguintes em relação aos abandonados e marginalizados, ou seja, os atuais descendentes dos ex-escravos de qualquer cor de pele, embora a maioria continue sendo negra, mesmo depois da abolição formal da escravidão. O escravo é, portanto, aquele em relação ao qual mesmo o dependente desvalido vai poder se distinguir e se sentir superior. Sua sensação de liberdade vem de sua condição não escrava.

Este é um ponto crucial das relações de classe no Brasil: os escravos, e depois seus descendentes, formando um exército de humilhados e esquecidos de todas as cores, vão se tornar uma espécie de casta dos intocáveis, tal como na Índia. A função da casta inferior na Índia – os “intocáveis”, no sentido de que qualquer contato físico com eles contaminaria a pureza relativa das castas superiores – sempre foi precisamente o de possibilitar um sentimento de superioridade e distinção social positiva às castas acima dela.

Por conta disso, historicamente, o sistema hindu era aberto à inclusão de

novas castas, incorporadas ao sistema desde que ocupando as posições mais subalternas e realizando os serviços mais degradantes. Todas as outras castas ganhavam em prestígio simbólico na hierarquia social em função do estigma localizado e concentrado na casta mais baixa.¹⁶

Essa é precisamente a função que o escravo desempenhou entre nós – e que seus descendentes continuam a desempenhar na nossa sociedade atual. O homem livre, mesmo empobrecido – e não efetivamente livre, pois não dispunha de seus meios de sobrevivência –, podia se sentir superior, se sentir “gente” ao ser recebido à mesa do senhor com dignidade, tratado como se fosse igual. Tudo isso apenas porque não era escravo.

Quem não considera esses aspectos não econômicos da dominação social não sabe nada sobre a própria vida nem sobre a sociedade em que vive. A manutenção do escravo e da distância social em relação a ele passa ser valorizada, portanto, não só pelos donos que exploram o trabalho cativo, como também por todas as classes que retiram sua dignidade e autoestima social dessa distância em relação a um contingente de seres desclassificados e desumanizados. Essa situação se mantém ao longo do tempo como a característica mais relevante da sociedade brasileira e, mesmo quando esta se moderniza, vai marcar profundamente os estratos médios, o nosso tema neste livro.

Ao contrário da colonização norte-americana, feita em grande medida por pequenos e médios proprietários de terra, no Brasil a colonização se deu por meio do latifúndio sem lei – na verdade, sua única lei é a do mais forte e do mais inescrupuloso –, que subordina e comanda toda a realidade social. Essa é a real e principal diferença entre a história social desses dois países, e não as bobagens preconceituosas e racistas do “protestante divinizado”, que nossos intelectuais, colonizados no complexo de inferioridade até o osso, até hoje compram pelo valor de face.

No caso brasileiro, sem a pressão de uma comunidade maior composta pelo conjunto de iguais em termos econômicos e sociais, o arbítrio e a violência aberta dos donos de terra e gente são o único critério que conta. O latifúndio

baseado no roubo e na grilagem de terra cria um estado permanente de guerra entre vizinhos, no qual boa parte dos homens livres vai encontrar sustento e razão de vida: como o braço armado do latifundiário. Essa é uma realidade que até hoje caracteriza as relações nas áreas rurais do Brasil, com o mesmo tipo de gente prestando-se a fazer o mesmo tipo de trabalho sujo. É na cidade que outra modalidade de trabalho sujo, o da dominação social urbana e despótica, vai assumir novas formas.

O campo na cidade

O domínio absoluto do latifúndio no campo não é o espaço propício à formação de uma classe média. Ao monopolizar a terra – o fator produtivo mais significativo –, o grande proprietário sufoca as outras formas de propriedade e de arranjo produtivo. Além do latifundiário, que a tudo preside e a tudo comanda, só existem escravos e agregados dependentes.

A surra de chicote – ou de “rrrelho”, como prefere a senadora gaúcha Ana Amélia, que aplaudiu o fato¹⁷ – que fazendeiros gaúchos deram em manifestantes pacíficos no Rio Grande do Sul mostra a continuidade da violência mais covarde e abjeta que marca as relações sociais no ambiente rural.

A mudança do campo para a cidade, que já se prenuncia com a passagem, em termos de dinamismo econômico, da agricultura de exportação para a mineração na segunda metade do século XVIII, ao contrário, já contempla inovações importantes para o nosso tema.

O processo de urbanização transforma a realidade material e simbólica das pessoas e cria necessidades que não existiam no meio rural. Obviamente, a transformação de fato revolucionária se dá com o avanço do capitalismo industrial, que repõe toda a reprodução social sob bases novas e sob seu comando. Mas isto só vai ocorrer no princípio do século XX e muito concentrado de início na cidade de São Paulo.

Mesmo assim, já com o advento da mineração e, sobretudo, com as duas

novidades associadas à vinda da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808 – a data de nascimento do Brasil moderno –, notam-se mudanças sociais de vulto na sociedade brasileira. Essas duas transformações são a abertura dos portos e a transplantação do aparato do Estado português de Lisboa para o Rio de Janeiro.

Embora restritas ao marco do capitalismo comercial da época, tais mudanças vão reorientar o modo de vida e a estrutura social então dominante. É necessário compreendê-las bem. A abertura dos portos significou, na realidade, a introdução da lógica das trocas mercantis nas grandes cidades brasileiras, marcadamente no Rio de Janeiro, como capital do novo reino, mas também em Recife e Salvador.

Esse é um dado novo que não existia antes. Com o crescimento das cidades se criam novas necessidades e funções econômicas para dar conta do abastecimento de víveres, o surgimento de pequenas oficinas, a modernização dos meios de transporte e de tudo o mais que tem a ver com o atendimento das inúmeras necessidades de uma população concentrada num espaço demarcado. A vinda da Família Real, por sua vez, se deu com a transplantação de parte do Erário português e de milhares de funcionários e burocratas encarregados de refundar o novo Estado nos trópicos.

Dentro das limitações óbvias do capitalismo comercial, começa a brotar a semente de um Estado centralizado e de um mercado incipiente. Esses dois fatores combinados fazem surgir um pequeno mundo antes inexistente. Primeiro, começam a afluir estrangeiros de toda sorte se aproveitando das novas oportunidades comerciais e de negócios.

Chegam alemães da Bavária para produzir as primeiras cervejas brasileiras; franceses para vender roupas e badulaques para as jovens e senhoras; e chegam, sobretudo, ingleses, trazendo até as primeiras máquinas, viabilizando manufaturas e oficinas voltadas para o reparo e a produção de um sem-número de itens.

O influxo comercial dá origem a complexos de compra e venda por atacado e varejo em praticamente todos os ramos do comércio. Esse primeiro movimento de atividade econômica urbana anima a Colônia, que se torna Vice-Reinado. Surgem escolas e hospitais, e a incipiente atividade financeira estimula um maior

fluxo monetário. Surgem os primeiros profissionais liberais, bem como novos ofícios e funções profissionais. Na mesma época também aportam por aqui, em missões de Estado, os primeiros artistas, intelectuais, aventureiros e viajantes.

A transplantação do aparelho de Estado é o outro fator que explica as mudanças estruturais na vida citadina. A chegada de uma nova burocracia real cria não só demandas de mercado, mas também aumenta a complexidade da sociedade como um todo. Bancos estatais abrem espaço para um adensamento da economia monetária e do fluxo de capitais e mercadorias. As novas funções de Fisco, Justiça e policiamento não só estimulam a demanda por bens e serviços, mas também, na dimensão simbólica e política, ajudam a tornar o exercício do poder mais impessoal e generalizado.

O impacto dessas mudanças nas cidades brasileiras mais importantes não é irrelevante. Ainda que as mudanças não alcancem o interior, nas cidades litorâneas são evidentes as alterações no modo de vida. A influência europeizante passa a marcar o ambiente urbano, revolucionando tanto a vida produtiva e cotidiana quanto o gosto estético e os padrões de moralidade.

Tudo o que estivesse associado ao passado português e “oriental” (o comércio antes restrito às colônias portuguesas na África e na Ásia) agora é tido como de mau gosto e inferior, e tudo associado às novas modas inglesas e francesas passa a ser visto como de bom gosto e superior, merecedor de imitação.¹⁸

A entrada da instituição estatal, ainda que precária, no cotidiano das pessoas também muda hábitos, expectativas e modos de vida. A lei do monarca, mais ampla e abstrata que a lei pragmática dos potentados locais, instaura paulatinamente uma nova forma de perceber e vivenciar as relações sociais. Para as mulheres, o médico toma o lugar do padre confessor. Figuras como o juiz e o diretor da escola materializam uma ordem, incipiente sem dúvida, mas que aponta as linhas de desenvolvimento opostas ao mero arbítrio concreto e pragmático do senhor de terra e gente.

Também o mercado, fomentado pelo impulso comercial, traz novidades importantes para nosso tema. Ainda que aos poucos, começa a surgir uma série

de ofícios e profissões novas. A modista, o alfaiate, o livreiro, o comerciante, o importador de novidades europeias tendem a generalizar novos padrões de consumo e um modo de vida e de comportamento que não existia antes.

É na esteira dessas transformações que podemos analisar melhor o nascimento entre nós de uma primeira forma de “classe média”. Mais uma vez, para evitar mal-entendidos: é óbvio que essas formas não refletem condições sociais amadurecidas como as atuais. A realidade não nasce pronta. Mas as linhas de desenvolvimento essenciais e os fatores determinantes do desenvolvimento futuro já se manifestam de modo claro aqui e ali.

O ponto crucial para nossos fins é a nova valorização do conhecimento que se cria no Brasil nessa época. Nada é mais importante nem mais característico da classe média do que a valorização do conhecimento. Num contexto em que a propriedade é de tal modo concentrada em poucas mãos, o conhecimento útil e de prestígio vai ser o único capital ao alcance daqueles que não são proprietários. Assim começa a se constituir uma classe que, não sendo proprietária, também não é despossuída.

Afinal, o capitalismo não implica apenas a valorização do capital econômico. O próprio dinamismo da atividade econômica no capitalismo depende do aproveitamento sistemático da técnica e da ciência, ou seja, do conhecimento. É isso que torna o capitalismo dinâmico e produtivo. E não são apenas os meios de produção que requerem o uso intensivo de conhecimento aplicado. Não existe nenhuma atividade ou função, no âmbito do mercado ou do Estado, que possa ser exercida sem conhecimento técnico específico.

A classe que vai se apropriar desse recurso fundamental, como base de sua reprodução social, é precisamente a classe média. Como o que define uma classe social e assegura sua continuidade no tempo é a reprodução de privilégios, negativos ou positivos, no caso da classe média o privilégio positivo que ela reproduz é o capital cultural do conhecimento valorizado.

Embora todas as virtualidades desse fenômeno só se desenvolvam no contexto do capitalismo industrial, mesmo sob a égide do capitalismo comercial

há formas embrionárias que nos permitem discutir e examinar a gênese de uma classe média entre nós nesse período de formação.

No Brasil do século XIX, que se moderniza sob impulso externo, são duas as formas pelas quais se realiza essa fonte de classificação social, relativamente independente da propriedade econômica: de um lado, como conhecimento técnico e útil dos novos ofícios mecânicos, e, de outro, como conhecimento humanístico ou pragmático.

Os ofícios mecânicos são realizados por aprendizes de oficinas inglesas na condição informal de aprendizado prático e imitativo. No âmbito do capitalismo comercial, esse tipo de atividade tem pouca relevância, mas indica já uma nova modalidade de qualificação do trabalho, que requer instrução, e uma forma de incorporação do conhecimento para além do mero dispêndio de energia física.

Este é um fio genético importante. O que o capitalismo explora no trabalhador é, antes de tudo, o conhecimento incorporado por ele, e não apenas sua energia muscular. É desse contexto que, mais tarde entre nós, vai sair uma das novas classes sociais resultantes do capitalismo já industrial: a classe trabalhadora.

Aos abandonados e esquecidos restam as tarefas desqualificadas, típicas da ralé. Estas, em grande medida, como no caso do trabalho doméstico, serão uma continuidade do escravismo, agora sob novas máscaras. A exploração direta da energia muscular – que mal nos distingue de um cavalo ou de uma mula –, com pouco conhecimento incorporado, é a característica distintiva, ainda que não a única, em relação aos trabalhadores com maior grau de qualificação técnica.

Obviamente, há fluidez entre as classes sociais e, na realidade concreta, a determinação da fronteira exata entre estratos sociais é sempre complexa e exige pesquisas empíricas muito bem conduzidas. Como grande parte dessa classe marginalizada será negra ou mestiça, a continuidade do preconceito contra o escravo vai se dar sobretudo nesse segmento das classes populares. Não só as camadas “superiores”, mas a própria classe trabalhadora, bem como a “massa” da baixa classe média, vai procurar de todos os modos se afastar e se distinguir da ralé de novos escravos.

Já o conhecimento humanístico e pragmático mais prestigioso e valorizado vai constituir a principal base genética da classe média real e estabelecida. Mais uma vez, obviamente a classe média moderna vai se desenvolver em todas as suas virtualidades apenas com o capitalismo industrial. Neste é que se generaliza a necessidade de novas funções de controle e supervisão da produção econômica em grande escala. Neste também vai surgir a necessidade do trabalho de legitimação e justificação da nova ordem, tarefa que será assumida pela classe média letrada.

No Brasil do século XIX, porém, são as formas prototípicas desse fenômeno que nos interessam. O Estado, mais que a economia, será o *locus* dessas novas necessidades e funções. O novo Estado é de início uma excrescência, imposta de fora para dentro. Pouco a pouco desenvolve-se aí uma lógica dupla.

Primeiro, o Estado reflete o poder do monarca em sua luta por abstração e generalização do império da lei, ainda que de modo fragmentado e pontual na maioria dos casos. Nesse sentido, a formação estatal adquire o sentido clássico de combater os potentados locais, impondo-se como instância absoluta de poder em todas as dimensões. Sem êxito neste combate, o Estado centralizado não sobrevive, uma vez que precisa deter o monopólio da violência legítima.

De outro lado, ele instaura uma nova forma de luta, mais “pacificada” e regulada entre os poderosos, tendo em vista a expressão não violenta de interesses conflitantes e regionalizados. Instaura-se, assim, a disputa regulada entre os poderosos com vista ao controle do Estado “por dentro”. Os partidos e as instituições políticas então criados têm esse sentido de instaurar canais de expressão de interesses sob a sombra do Poder Moderador, exercido pelo imperador.

Como as novas funções no Estado requerem conhecimento, sobretudo de natureza jurídica, para as funções de Fisco, organização de contratos e administração da justiça, são os filhos dos proprietários, e não mais seus pais – homens do conhecimento empírico e da experiência –, que dominam os novos cargos de comando.

São os filhos que vão estudar na Europa ou nas recém-criadas faculdades

jurídicas em Recife e São Paulo, e irão compor aquilo que Joaquim Nabuco chama de “neocracia”, expressão cunhada para expressar o poder dos jovens que, pelo estudo, passam a ocupar o lugar de poder e comando antes ocupado por seus pais.

Pouco a pouco, a consolidação do Estado, o impacto ainda que limitado do capitalismo comercial e os efeitos da urbanização e do adensamento das relações sociais nas grandes cidades vão criando um mundo novo em relação à violência nua e crua do latifúndio no interior. A partir da segunda metade do século XIX surge um público letrado, e os primeiros jornais e semanários satíricos, aproveitando-se da figura tolerante do imperador, passam a promover um incipiente debate público. De início restrito à elite, esse debate passa a atingir, crescentemente, também o público, ainda limitado, da classe média letrada.

As duas grandes batalhas políticas desse período, a Abolição da escravatura e o advento da República, já são levadas a cabo em grande medida como uma luta pela hegemonia da opinião pública nos maiores centros urbanos. Polemistas brilhantes como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio galvanizam as correntes de opinião da época e ajudam a construir consensos sociais que permitem interpretar as questões candentes do tempo de acordo com uma nova hegemonia de ideias.

Esse é um fio condutor fundamental, o da batalha das ideias que lutam pela hegemonia na sociedade, que vamos retomar adiante. Antes, temos que compreender a inflexão que a Abolição significou do ponto de vista social e econômico.

O advento do capitalismo industrial

A Abolição representa uma transição fundamental. Abre-se com a emancipação dos escravos – ainda que muito tarde, o que comprova o caráter arcaico e atrasado da elite dominante – o caminho para o desenvolvimento capitalista enquanto tal. O trabalho livre permite a formação de um mercado interno capitalista que antes só existia de modo incipiente nas cidades litorâneas. O surto da cultura do café no estado de São Paulo, com base no trabalho livre do imigrante, é que vai ser o germe dessa nova sociedade.

Por outro lado, o modo como ocorreu a transição entre os dois modos de produção econômica também demonstra a onipresença das ideias, avançadas ou atrasadas, para esclarecer a forma singular que assumem os processos históricos. O racismo científico, predominante na época e na elite, viu uma oportunidade de embranquecimento da população por meio da importação de europeus empobrecidos pelo avanço do capitalismo nas áreas rurais do Sul da Europa, sobretudo da Itália.

Por conta disso, o escravo negro – que havia séculos era explorado, enganado e humilhado – viu-se outra vez condenado à exclusão e à marginalidade. Nenhuma ajuda lhe foi oferecida para que aproveitasse as novas oportunidades descontinuadas pelo trabalho livre.¹⁹

O negro e seus descendentes vão se somar, então, aos esquecidos e humilhados de todas as cores e formar uma classe específica que se desenvolve

no capitalismo da periferia: o que chamo de “ralé brasileira”.²⁰ Desde o início, ela se forma para não ser incluída na sociedade competitiva capitalista, como outras classes mais tarde o seriam. Em vez disso, se forma para ser explorada e humilhada da forma mais vil e covarde de modo permanente.

Quem não entende isso e imagina que a sociedade é comandada por imperativos pragmáticos e econômicos, como pensam muitos liberais e até marxistas acríticos, não entende o principal sobre a vida social. Os mecanismos simbólicos de distinção social são tão importantes quanto os estímulos econômicos. Por isso, qualquer ajuda a essa classe vai ser bloqueada pelas classes privilegiadas, como mostram os recorrentes golpes de Estado.

Obviamente, não existe uma exclusão total. Claro que as formas de exploração econômica dessa classe de despossuídos permanecem no novo contexto e até se acentuam. Porém, se antes lhes era dificultado o acesso à terra, agora se dificulta o seu acesso ao conhecimento, o recurso mais importante das classes não proprietárias.

É bem isso, e não mais apenas a cor da pele – ainda que esta continue a ser alvo de ação insidiosa, sob a forma de desprezo e animalização –, o que exclui essa classe do mercado de trabalho competitivo e a coloca à mercê de formas de exploração pessoal que asseguram a continuidade da escravidão sob outras vestes.

Esse ponto é fundamental, e só quando bem compreendido podemos entender a razão específica pela qual a escravidão continua entre nós, mesmo após ter sido abolida formalmente. Ainda que as pessoas não sejam mais separadas pela cor da pele desde o berço para serem senhores ou escravos, elas são separadas por processos invisíveis que produzem efeitos semelhantes.

Dado que o acesso a conhecimentos úteis, aquilo que o capitalismo explora no trabalhador, tem como pressupostos a capacidade de se concentrar, o autocontrole, a disciplina, a capacidade de pensamento abstrato e de pensamento prospectivo – desigualmente distribuídos entre as classes sociais em função de suas formas específicas de socialização –, são as classes do trabalho semiqualificado e desqualificado que vão receber a herança da escravidão.

Na parte inicial deste livro, vimos que quem não reúne tais condições é considerado indigno como ser humano e passa a ter um status prático, no dia a dia, de “sub-humano”. Por esse motivo, esses excluídos e marginalizados podem ser assassinados, por exemplo, sem que isso cause comoção pública. Ainda que a ralé seja a mais atingida por este mecanismo de desumanização, o mesmo ocorre, em graduações diferentes, com todas as classes populares que realizam trabalho semiqualificado, ou seja, com a maioria da população.

O corte da luta de classes vai separar esse universo e contrapô-lo ao universo das classes médias e da elite de proprietários. A herança da escravidão não irá contaminar apenas a ralé, negra e mestiça, mas todas as classes populares. E isto é decisivo para se entender a posição e atitude das frações da classe média em relação às classes populares.

Assim, a gênese do capitalismo entre nós desde o início carrega seu segredo e sua mácula. Em São Paulo, na cidade e no estado onde tudo começa efetivamente, o mercado competitivo de trabalho será reservado ao imigrante branco, sobretudo ao italiano. Os quase 2 milhões de italianos que migram ao Brasil acabam se concentrando no estado de São Paulo e em sua capital.²¹

Entre 1890 e 1900, o Brasil supera os Estados Unidos e a Argentina como destino prioritário desses migrantes que fogem das consequências do desenvolvimento tardio do capitalismo em seu país. Imigrantes de outras nacionalidades seguem os italianos, e o Brasil como um todo recebe quase 6 milhões de europeus e asiáticos.²²

O desenrolar desse processo em São Paulo já manifesta todas as suas características e prenuncia o que vai se repetir em âmbito nacional. Não desaparecem as classes formadas por ex-escravos: a “elite do atraso”, antes escravocrata, preserva intocado o seu poder econômico e político no novo arranjo da chamada República Velha. Agora, sob a forma agrário-exportadora com extensões comerciais e financeiras – e com a mesma ideologia liberal restritiva e antipopular.

A República Velha dá seguimento, praticamente sem qualquer mudança, ao período anterior. O domínio social da elite agrária continua irrestrito, com o

sistema eleitoral sabotando qualquer veleidade de soberania popular. Além da quantidade ínfima de eleitores, nunca mais do que 5% da população, as fraudes nas eleições “a bico de pena” são a regra. Os orçamentos estaduais e federal são tratados como coisa particular dessa elite e de seus compromissos com outras elites regionais. A violência monopolizada pelo Estado é usada contra seus inimigos de classe.

Os ex-escravos também continuam marginalizados, de forma aberta ou velada, como prestadores de serviços pessoais. As classes modernas do capitalismo, tanto a burguesia industrial nascente quanto a moderna classe trabalhadora, são formadas pelos recém-chegados imigrantes. A outra classe moderna do capitalismo, a classe média, apresenta uma composição de origem variada, com prevalência do componente nativo, sobretudo os filhos da alta classe média de profissionais liberais.

O influxo do capitalismo comercial agro-exportador, alicerçado no trabalho livre, passa a ter uma conotação industrializante muito acentuada em São Paulo, significativa no Rio de Janeiro e de alguma expressão no Centro-Sul. As regiões Nordeste e Norte permanecem à margem desse processo no início.

Este é o contexto de surgimento da classe média moderna, que obedece à lógica capitalista. Na fase inicial do capitalismo, temos dois tipos de classe média no desenvolvimento europeu e norte-americano: a pequena burguesia de pequenos e médios proprietários e a classe média de produtores autônomos de serviços, como no caso paradigmático das profissões liberais. Juntas, constituem a “antiga classe média”, para usar a terminologia consagrada do sociólogo americano C. Wright Mills, em seu livro clássico sobre a classe média americana.²³

No Brasil, a pequena burguesia jamais teve relevo tão grande – salvo em episódios políticos isolados²⁴ – enquanto, por exemplo, na França e nos Estados Unidos. No caso francês, a pequena burguesia foi, muitas vezes, o fiel da balança nas sangrentas lutas de classe entre os proprietários e trabalhadores que marcaram o século XIX. Nos Estados Unidos, a pequena burguesia até chegou a

ser, durante muito tempo, ao menos até a Guerra de Secesão, a classe dominante nas esferas econômica, social e política.

O núcleo do mito consubstanciado no *self-made man* é, por excelência, pequeno burguês, o que mostra quanto esta classe comandava o imaginário social nos Estados Unidos. E é um mito que perdura, mantendo-se em parte até hoje, atuante e fundamental, mesmo depois de o capitalismo monopolista do grande capital dominar a sociedade americana.

A expressão econômica e política relativamente menor da pequena burguesia clássica no desenvolvimento brasileiro deve-se, antes de tudo, ao fato de que a produção capitalista entre nós surge já sob o domínio do grande capital comercial e financeiro.²⁵ Mas essa não é a única razão. Mais uma vez a degradação do trabalho manual, resultante do passado escravista, parece ter exercido, também aqui, efeito fundamental.

Esse fato tende a facilitar a aproximação, ainda que em posição subordinada, da pequena burguesia clássica em relação à elite de proprietários, e não, como se deu na França em várias ocasiões, levando-a a uma função diretiva da massa proletária. Também a origem estrangeira de parte expressiva da pequena burguesia tradicional – em boa parte composta por portugueses nas cidades litorâneas,²⁶ sobretudo no Rio de Janeiro, os quais dificultavam a ascensão dos nacionais – ajudou a manter o isolamento e a impotência política dessa classe.

Esse aspecto é muito importante para a compreensão das relações históricas entre as diversas classes sociais no Brasil. Tanto a degradação do trabalho manual – uma herança perversa do escravismo – como a composição estrangeira da pequena burguesia tradicional – que impedia a ascensão social do elemento nativo das classes populares – atuaram no sentido de produzir uma aliança das classes superiores e médias, bem como a manutenção da distância social delas em relação aos elementos populares. Além de produzirem uma espécie de anteparo a qualquer veleidade de participação popular, os estratos médios estrangeiros eram brancos, o que certamente desempenhou papel decisivo na preferência da elite nativa.

De qualquer modo, é verdade que a passagem do artesanato para a

manufatura, e daí para a grande produção industrial, não se reproduz no Brasil tal como no capitalismo clássico de outros países. Aqui o capitalismo se desenvolve entre 1890 e 1930, já à sombra do grande capital comercial e financeiro, constituído na esteira da valorização do café no mercado internacional.

As grandes massas de trabalhadores imigrantes assalariados formam um contingente expressivo, estimulando uma demanda interna por bens de primeira necessidade que passam a ser ofertados pelas primeiras indústrias têxteis e de alimentos.²⁷ Na outra ponta, os lucros crescentes criam uma demanda por artigos de luxo para a elite e a alta classe média.

Antes de se tornarem grandes industriais, quase todos os grandes empresários imigrantes – os Matarazzo, Gamba, Crespi, Lundgren, Klabin, Jafet, Weizsflag – foram, de início, importadores de produtos destinados ao abastecimento do crescente mercado interno.²⁸ Afinal, são os importadores que sabem melhor do que ninguém fazer o cálculo de custos que permite decidir sobre o mais lucrativo: a fabricação local ou a importação.

Identificada a viabilidade financeira de se produzir internamente um produto, as mesmas redes de negócios bancários vinculadas à comercialização do café e atividades afins podem ser utilizadas para as inversões na indústria local. Além disso, vários bancos internacionais intermediavam tais negócios, favorecendo os grupos étnicos que representavam.

Este não é mais o capitalismo limitado de entreposto comercial e portuário que havia nas cidades litorâneas brasileiras do século XIX. O influxo econômico com base em São Paulo, ainda que comandado pelo capitalismo agrário-comercial exportador, e dependente da vitalidade deste, possui uma base de trabalho assalariado mais ampla e dinâmica, o que vai permitir a consolidação de um capitalismo industrial e de uma consequente dinâmica própria das relações econômicas e sociais.

Em condições favoráveis, teria sido possível uma direção própria da sociedade a partir das necessidades do capital industrial instalado. No entanto, desde essa época, o industrialismo brasileiro procura se acomodar com a elite

agrária e comercial/financeira dominante. Em parte, tal estratégia se revestia de interesse prático. A falta de um mercado de capitais, por exemplo, fazia com que os industriais dependessem de inversões constantes dos produtores de café e dos importadores. Estes últimos ainda controlavam a distribuição de mercadorias.

O Estado não intervivia de modo algum para diminuir essas dificuldades. O aumento exponencial da riqueza dos novos industriais imigrantes, que assustava a elite agrária-comercial, bem como o papel secundário dos industriais no sistema político poderiam ter desencadeado, entre as frações internas da classe dominante, uma luta pelo comando do processo econômico e político.²⁹

No entanto, os industriais preferiram sempre a acomodação e o compromisso, não raro por meio de casamentos vantajosos com os filhos da elite agrária, em vez do enfrentamento aberto em nome da defesa dos seus interesses de classe. No partido dominante, o Republicano, tinham papel secundário e comportavam-se mais como clientes em busca de favores do que como sócios que reivindicam direitos em igualdade de condições.³⁰

Talvez a origem estrangeira dessa classe a tenha predisposto a subordinar um projeto de classe de longo prazo, eventualmente transfigurado em projeto nacional autônomo, a um projeto familiar de alcance menor. Alguns desses pioneiros capitães de indústria tinham mais relações e demonstravam mais lealdade e apego aos seus países de origem do que ao país que os havia enriquecido, como se comprova no caso dos Crespi e dos Matarazzo.

Além disso, havia interesses mais racionais. Para muitos desses industriais, o seu destino econômico estava vinculado à pujança do setor comercial-agrário voltado para a exportação. O fato é que, desde então, o industrialismo brasileiro teve de se contentar com uma “industrialização sem industriais”. Boa parte dos limites e fracassos do nosso desenvolvimento industrial advém disso. O inegável é que, a partir de então, o industrialismo brasileiro vai se manifestar mais pela mão do Estado e, depois, das multinacionais, ou seja, mais de empresas estrangeiras com interesses próprios do que como projeto articulado de uma classe nativa de industriais.

Esse ponto é crucial. Em todos os grandes embates políticos nos 100 anos

seguintes, nota-se o peso dessa origem politicamente subordinada da fração industrial do capital. Em todos os golpes de Estado, como os de 1954 (frustrado em suas últimas consequências pelo suicídio de Vargas), de 1964 e de 2016, foi uma política de esquerda, realizada em nome do capital industrial, que redundou ao fim em união de toda a classe proprietária, inclusive da fração industrial, pondo fim a projetos nacionais mais inclusivos.

Num país tão populoso quanto o Brasil, apenas o desenvolvimento industrial poderia proporcionar empregos mais qualificados e bem-remunerados e a formação de um mercado interno forte e dinâmico. O projeto liberal das frações agrária e financeira consegue subsistir premiando apenas 20% da população com as benesses do mundo moderno. Mas os custos sociais disso são elevadíssimos.

Uma industrialização mais autônoma e nacional permitiria uma articulação com as massas trabalhadoras, as quais também se beneficiariam com o processo. Um forte mercado interno com salários decentes que garanta o poder de compra dos trabalhadores interessa, pelo menos objetivamente, a essas duas grandes classes do capitalismo clássico. Entre nós, porém, a fragilidade e a visão míope da classe industrial levaram essa fração a sempre tomar o partido da classe proprietária enquanto tal, mesmo objetivamente contra seus interesses, sufocando assim qualquer veleidade de ascensão das classes populares.

Foi o que ocorreu nos governos de Vargas, Jango e Dilma. Políticas industrializantes, voltadas para o fortalecimento do mercado interno, foram boicotadas pelos próprios empresários do setor. A esquerda, por sua vez, com a sua eterna crença na existência de uma “boa burguesia” – exatamente essa fração industrial –, deu com os burros na água em todas as ocasiões. Isso explica a inexistência no Brasil de um processo virtuoso de industrialização, como no Japão, na Coreia do Sul ou, agora, na China.

Comprova-se assim, mais uma vez, o fator determinante da gênese social de uma classe ou fração de classe em sua trajetória futura. Não se trata aqui, obviamente, de uma causalidade culturalista e vira-lata, remetendo a legados culturais obscuros e imutáveis, que criticamos de modo recorrente.³¹ Pelo contrário, o que se deve salientar é que cada classe social realiza aprendizados

históricos concretos, ou deixa de realizá-los, no entrelaçamento e confronto com as demais.

O resultado desse processo histórico prático de aprendizados fundamentais, ou da inexistência destes, vai dotar certas classes da habilidade de comando do processo social. Ou, então, torná-las dependentes, subordinadas e hesitantes. No caso brasileiro, a ausência de aprendizado histórico de comando por parte da fração industrial vai torná-la hesitante e subordinada em momentos decisivos da nossa história recente.

Desde o início do século XX, quando começa a se formar esta constelação de classes, a alta classe média se alia às frações anti-industriais, representadas pela elite agrária e pelo capital comercial-financeiro exportador e importador. Nesse contexto, não caberia à indústria remodelar a sociedade de acordo com suas necessidades, como em outros países industrializados. Ela deve permanecer tópica e localizada, subordinada à lógica de reprodução das outras frações do capital.

Desde essa época, a alta classe média confere grande valor à possibilidade de consumir a baixo custo mercadorias importadas, desde manteiga dinamarquesa até carros importados. Assim como a elite agrária, ela ganha com uma taxa de câmbio que lhe possibilita manter um estilo de vida europeu nos trópicos, a grande marca de sua distinção social. Da República Velha ao governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas de câmbio anti-industriais serão muito bem recebidas pela alta classe média, e nisto também está baseado o seu apoio à velha elite agrária e ao atual rentismo.

A reação ao arranjo dominante na República Velha veio de fora do núcleo no poder. De modo geral, todas as classes sociais não proprietárias se sentiam relegadas a segundo plano num processo político tão restrito como o da República Velha. O jogo de cartas marcadas e obviamente fraudulento fez com que até membros da alta classe média, que tendia a adotar o liberalismo superficial das elites, sendo normalmente tão conservadora quanto estas, se envolvessem em lutas de facções no interior da elite dominante.

O aparecimento do Partido Democrático em São Paulo, dissidência do

Partido Republicano, o representante dessa fração de classe, é um exemplo. Além disso, fatores econômicos circunstanciais, como a alta de produtos de luxo importados, levaram também essa classe a criticar o “câmbio vil”.

Todavia, era na massa da baixa classe média e da incipiente classe operária que a inflação, decorrente das constantes emissões de moeda para pagar os empréstimos estrangeiros – uma vez que o governo não tinha força para tributar os latifundiários –, que a situação econômica se tornou premente. Para a massa da classe média – empregada no setor terciário de comércio e serviços, em decorrência direta do desenvolvimento industrial, e que soma cerca de 20% da população empregada em 1920 –,³² a exploração econômica se soma à exclusão política.

A alta classe média e, em menor grau, a massa da baixa e média classe média têm interesse na manutenção da hierarquia do capitalismo que as privilegia como classes do trabalho não manual e relativamente mais prestigioso e valorizado. São as classes da educação e do conhecimento. Dentro desses limites, porém, todas as posições são possíveis, tanto as que as aproximam das classes dos proprietários, como aliados subordinados e inferiores, quanto as que as aproximam das classes populares.

São situações ao mesmo tempo econômicas, simbólicas e ideológicas que vão decidir a possibilidade de alianças de classe acima ou abaixo. Isso também vai depender, como veremos, da capacidade de convencimento e direção das classes dirigentes e das classes populares de acordo com as circunstâncias.

A capacidade de organização das classes populares e trabalhadoras sempre fora reprimida com violência e falta de escrúpulos pela elite dirigente. Acostumada ao cotidiano de truculência e humilhação que caracterizava a escravidão, a elite nativa reagiu às primeiras manifestações de organização do protesto popular com as mesmas armas.

A primeira grande greve geral de trabalhadores de São Paulo, liderada por trabalhadores e trabalhadoras com passado anarco-sindicalista nos países de origem, a grande greve de 1917, terminou em banho de sangue e na traição de todos os acordos assinados por parte dos patrões.

Como conta José Luiz Del Roio em seu belo livro sobre a greve de 1917,³³ os trabalhadores conseguiram vencer a resistência patronal após meses de paralisação, apesar de a força pública ter assassinado com sabres centenas de homens, mulheres e crianças. No entanto, logo depois da assinatura do acordo, publicado em vários jornais para garantir seu cumprimento, encerrando a greve afinal vitoriosa para os trabalhadores, os patrões promoveram uma feroz repressão e perseguição dos líderes do movimento.

Alguns são assassinados ou deportados, enquanto a maioria é mandada presa ao Amapá, onde grassava uma epidemia de malária, para morrerem sem cuidados. Essa era a forma como a elite lidava – e ainda lida, como se vê na covarde repressão ao MST hoje em dia – com os movimentos populares e de trabalhadores.

Dada a truculência com que a organização das classes populares foi reprimida entre nós, bem como a impotência relativa do movimento operário que se seguiu, a arregimentação dos setores médios não podia mais partir de baixo. Por sua vez, a subordinação da fração industrial ao arranjo elitista agrário-comercial impedia uma arregimentação desses mesmos setores por cima. Apesar de possuir os meios para isso, se assim o quisesse, a fração industrial jamais desafiou o arranjo agrário-comercial-financeiro elitista e antipopular.

Nesse contexto, é compreensível o apelo da pregação tenentista, sobretudo para a massa da baixa e média classe média. Os tenentes captam à moda militar, ou seja, a partir de cima e impondo autoritariamente uma ideia de Estado centralizador e forte, que regula e arbitra desde o alto a relação entre as classes sociais.

O apoio das camadas médias se baseia, antes de tudo, na massa da classe média, que abraça o projeto da revolução tenentista e lhe confere apoio “popular”. E incluía até mesmo setores da alta classe média, como se viu na recepção a Vargas em São Paulo, organizada pelo Partido Democrático.

Até pela origem social de muitos tenentes, o tenentismo canalizou a insatisfação com a política “a bico de pena” e com uma concepção de economia voltada para os interesses de uma pequena elite privilegiada. A ideia de refundar

o Brasil, combater a corrupção e usar o Estado como instrumento de mudanças consideradas necessárias, na economia, na sociedade e na política, possui no tenentismo sua primeira grande expressão articulada.

A chamada Revolução de 30 é, portanto, o resultado de uma bem urdida articulação entre, de um lado, as elites subalternas ao arranjo agrário-comercial paulista e, de outro, os tenentes, como expressão militar do descontentamento difuso que grassava na massa da classe média que se formava sob o influxo do capitalismo industrial.

Nesse reconhecimento de anseios populares, era decisiva a tutela das massas trabalhadoras. O objetivo era angariar o seu apoio – o que de fato ocorreu – com o cuidado de acolher ambigamente o sentimento antiproletário da massa da classe média. Afinal, a tutela significava que as classes populares se beneficiavam, mas não lideravam o processo político.

É interessante notar que a conjuntura de 1930 se manteve, em seus traços mais gerais, pelos quase 100 anos seguintes, o que ajuda a esclarecer os momentos históricos que chegaram ao ponto de ebulação em 1954, em 1964 e em 2016. Por ela se explica, por exemplo, boa parte do arcaísmo e do sentimento de repetição compulsiva que hoje nos aflige na situação social e política atual.

Antes de tudo, o fato inegável é que as relações entre as classes preservaram uma posição muito semelhante em todo este tempo, sendo a ascensão do proletariado urbano com o Partido dos Trabalhadores, o PT, na década de 1980, o único ponto de inflexão e a única novidade real nesse período da nossa história.

Todavia, o PT não consegue reconstruir o imaginário social a ponto de assegurar uma ruptura efetiva, ainda que modesta e reformista, da dominação de classes e do acordo vigente. Ao contrário, o partido permanece colonizado, em boa medida, pelo discurso que fragiliza sua atuação, sobretudo o do patrimonialismo e do populismo.

Em segundo lugar, os imaginários sociais dominantes que disputam a hegemonia e a capacidade de orientar o comportamento prático das classes sociais foram construídos nessa década de 1930 – ainda que sua maturação tenha

se dado em um contexto de longa duração – e até hoje constituem as ideias-força que movem a sociedade brasileira.

Igualmente interessante notar é que a Revolução de 30 poderia ter sido um mero episódio passageiro, não tivesse nos deixado um legado, que desde então se confunde com a figura carismática de Getúlio Vargas. Por exemplo, a vocação industrializante impulsionada pelo Estado foi se cristalizando aos poucos e só amadurece de fato durante a Segunda Guerra. Foi por ocasião deste conflito mundial que uma parcela da base militar do regime se convence da importância do desenvolvimento tecnológico e industrial para a segurança nacional num ambiente de acirrada competição internacional.

Os grandes investimentos na indústria de base – no setor siderúrgico, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN; na infraestrutura energética, com a construção de hidrelétricas; e na extração do petróleo, com a criação do monopólio estatal da Petrobras – são consolidados nesse período. Com isso, foram superados alguns dos gargalos que impediam a entrada do país no capitalismo monopolista.

Na dimensão ideológica temos, também, a partir da década de 1930, a formação dos ideários e concepções de mundo de grande influência nas classes e nos indivíduos que até hoje demarcam o nosso horizonte mental. Cabe lembrar que o Brasil enquanto tal – como uma ideia totalizante e com um projeto coletivo articulado e inclusivo – simplesmente não existia antes de 1930. O país era um agregado de potentados regionais frousamente interligados, cada qual com seu mercado regional e cada qual com sua tradição ideológica e política.

É imenso, portanto, o desafio que se coloca ao Estado interventor de 1930. No plano material, urgia construir e unificar o mercado interno, o que, por sua vez, requeria um novo patamar de infraestrutura energética e industrial, além de uma rede de interligação para a troca de mercadorias entre diversas regiões. Essa rede começa de fato a ser implantada nessa época, tendo como centro o eixo São Paulo e Rio.³⁴

Na dimensão ideológica, prosperam dois projetos concorrentes, os quais até hoje continuam sendo fundamentais para as concepções que temos do país. Um

deles estava mais identificado com o Estado interventor e, comparativamente, era mais inclusivo; já o outro representava a legitimação possível do projeto liberal agrário-comercial elitista, conjunturalmente derrotado em 1930.

A fragilidade relativa das classes populares, massacradas e reprimidas como sempre, impedia que pudessem elaborar intelectualmente uma interpretação alternativa e viável da sociedade. Para quem acha que as ideias pouco importam e ficam nos livros, basta pensar em como seria o mundo sem Cristo, sem Maomé, sem Lutero ou, no contexto secular, sem Marx, sem Freud e sem Weber.

Mais uma vez, na ciência e na política, a repetição é tão importante quanto na música: todo o nosso comportamento está baseado em ideias, quer saibamos disso ou não. E, se não sabemos, não há como nos defender dessas ideias que influem em nossos atos, por vezes até em sentido oposto aos nossos interesses.

Então quais são essas ideias e como elas determinam o nosso imaginário e o nosso comportamento? Sem uma contrapartida das classes populares que funcionasse como anteparo à visão dominante, o que temos até hoje são duas visões elitistas, ainda que distintas nos seus efeitos, acerca da sociedade brasileira. E ambas foram concebidas na década de 1930.

Essa mesma década é marcada por intensa agitação na esfera intelectual e cultural, com esforços para dar conta desse novo desafio: pensar e interpretar o novo Brasil que então se delineava.

A construção dos projetos nacionais: um mais inclusivo e o outro excludente

Se o país, no sentido “material”,³⁵ estava sendo gestado naquela época, ou seja, com a criação de um Estado centralizado e de um mercado minimamente interconectado, nada mais natural que a necessidade de pensá-lo também no sentido simbólico e “ideal” se impusesse a todos os espíritos. Afinal, que país era esse que estava sendo construído?

Essa era a questão candente na época (questão, aliás, que hoje se repõe diante do esgotamento das explicações de então) e mobilizou toda uma geração de intelectuais. Mesmo para quem sabe que são os interesses, tanto materiais quanto ideais, que movem o mundo, eles o fazem sempre por meio de ideias, que orientam os interesses de outra maneira cegos. Por isso as ideias são tão decisivas e importantes quanto os próprios interesses.

O nó górdio crucial, o divisor de águas para a sociedade brasileira desde então, vai ser a questão da inclusão ou da exclusão das classes populares no processo de desenvolvimento capitalista. Tudo o que importa gira em torno dessa escolha fundamental, que vai dividir a sociedade e os espíritos.

Os temas centrais – o desenvolvimento deve ser impulsionado pela indústria ou pela agricultura (a “vocação agrária”), o grau de maior ou menor

inclusividade do sistema político – derivam dessa questão básica. Desse modo, os projetos nacionais que se propõem a moldar o “imaginário social” do novo país que se constituía também se distinguem pela importância conferida ao problema da inclusão popular.

A primeira dessas interpretações foi proposta por Gilberto Freyre na obra *Casa-grande e senzala*, publicada em 1933.³⁶ Freyre – como, aliás, nenhum outro intelectual brasileiro antes de meu próprio trabalho crítico – não enxerga o principal: a importância de fazer a crítica aos pressupostos racistas de toda a reflexão dominante na ciência social ocidental – pressupostos que condenam a América Latina e outras regiões à “animalidade” das emoções e da corrupção, ao mesmo tempo que atribuem aos americanos e europeus, supostamente racionais e honestos, as virtudes do “espírito”.

A noção de “corpo animalizado” contraposta a “espírito virtuoso” não é apenas o fundamento da desigualdade entre as classes sociais produzida de modo irrefletido, automático e, portanto, invisível e imperceptível. Ela também está na base da hierarquia racista, agora entre as culturas, uma vez que o racismo da “cor da pele” é, como vimos, apenas a forma mais visível de separar o mundo entre “animalizados” e “espiritualizados”.

Míopes são aqueles que consideram apenas o racismo mais visível, em função da cor da pele, pois não conseguem perceber os outros racismos, que se manifestam de modo mais sutil e mais subliminar. Afinal, o procedimento racista, que consiste em separar ontologicamente o “humano” do “sub-humano”, ou seja, o “espírito” do “corpo”, se manifesta do mesmo modo em todos esses casos.

Apesar de não ter levado em conta o principal, Freyre lutou bravamente no terreno do inimigo, perpassado de racismo subliminar, para não falar do americano – ou, mais precisamente, o mito americano, o material de comparação de 99% dos intelectuais brasileiros – em termos de uma oposição simples entre espírito e animalidade.

Ele consegue isso ao fazer o elogio da mestiçagem brasileira. Não vou repetir o que já escrevi, longamente, em outros livros.³⁷ Aqui me interessa

apenas examinar de que modo o elogio da mestiçagem funcionou como mecanismo arregimentador do varguismo, em contraposição à interpretação liberal elitista.

Ainda que também seja de cunho elitista, relegando a segundo plano os conflitos de classe e de raça, a interpretação freyriana representou na época um grande avanço. Num contexto de racismo explícito, marcado pela concepção de branqueamento da população, o fato de reconhecer que o povo brasileiro é mestiço, e de ver isso como valor positivo, foi revolucionário. Afinal, tanto na época como hoje, o povo é o grande não dito, o grande ausente.

Para a elite, pretos e mestiços, supostamente indolentes, deveriam desaparecer e dar lugar a brancos de origem europeia. Para uma elite que preferia – e ainda prefere – tornar invisível o povo brasileiro, dizer quem era realmente o povo e, ainda por cima, anunciar que isso não era nenhum problema foi obviamente um enorme avanço.

Vargas reconhece o potencial aglutinador dessa mensagem e ressalta o seu conteúdo inclusivo – do povo, da massa da baixa e média classe média e das classes populares que apoiavam seu governo. A intenção então era organizar, articular e direcionar esse apoio difuso, transformando-o de maneira deliberada e consciente. A fim de evocar solidariedade e apoio ao seu projeto político inclusivo, nada mais eficaz do que mostrar ao povo que ele podia se orgulhar de si mesmo. Afinal, a vergonha de si mesmo era o que ensinava a elite da época a fim de melhor dominar os humilhados. O governo Vargas passa, portanto, a celebrar a mestiçagem, o que é revolucionário para o espírito reacionário e abertamente racista da época.

Além disso, a sociedade brasileira não apenas se industrializava e se urbanizava. Esses dois elementos combinados introduziram também a “sociedade de massas”. A industrialização e a urbanização criam o mercado tanto de bens materiais como de bens simbólicos. Uma indústria cultural de bens simbólicos surge, assim, na esteira da indústria de bens materiais, como roupas e alimentos. Os ídolos do rádio viram as primeiras celebridades. É nessa época que

o samba deixa de ser música de morro e de preto, tornando-se a música nacional por excelência.

O futebol, antes restrito à elite, passa a ser reconhecido como esporte nacional e tem, nessa época, seu primeiro grande ídolo nacional em Leônidas da Silva, o “Diamante Negro”, um negro, portanto. Os terceiros colocados na Copa de 1938 são recebidos como heróis e como se tivessem conquistado o título no Rio de Janeiro. Esse impulso inclusivo no imaginário social e na esfera da cultura tem um paralelo na inclusão política e econômica – ainda que “por cima”, a partir do Estado – do povo e dos trabalhadores, graças ao reconhecimento de direitos trabalhistas, da expectativa de salários dignos para todos e do acesso mais amplo às benesses da vida moderna.

Diante disso, como reage a velha elite que comandava a República Velha, com sede em São Paulo, ainda de posse de suas fazendas de café e de suas fábricas, mas, agora, sem o poder de Estado e sem a hegemonia ideológica sobre a sociedade? De início, reage como sempre. Tenta a saída militar e fracassa, ainda que esse fracasso seja travestido, até hoje, de vitória da democracia e da Constituição, para toda criança paulista indefesa nos bancos escolares.

Em seguida, porém, é articulada uma reação diabolicamente inteligente para permitir que essa elite se mantenha como “elite do atraso”, ao mesmo tempo que “tira onda” de ser a “elite do progresso”. Para que isso aconteça, é necessário cooptar a inteligência para que esta faça o serviço sujo de vender o atraso como se fosse progresso.

O instrumento dessa elite do atraso será a Universidade de São Paulo, a USP, fruto de seu dinheiro e de seu prestígio, que vai se tornar o *think tank* do liberalismo “vira-lata” brasileiro. É ali que se gesta o mito nacional paulista, ou seja, o arremedo de projeto nacional da elite paulista, que será o contraponto conservador do elogio da mestiçagem.

Aqui é o lugar para desfazer possíveis mal-entendidos. Quando situo em São Paulo a matriz da “elite do atraso”, refiro-me à elite regional que, por sua força relativa, vai acabar comandando o país todo, tanto na dimensão material quanto na simbólica. Não me refiro, obviamente, ao povo paulista. Sou morador da

capital paulista, onde fui, aliás, muito bem recebido, e sei, por experiência própria, que boa parte de sua população odeia ou não se identifica com o trabalho sujo empreendido por essa elite. Ao localizar na USP a matriz ideológica da legitimação dessa mesma elite, não desconheço que muita gente boa, que não se identifica com este projeto mistificador e excludente e até ajudou a combatê-lo, fez e faz parte dessa importante universidade.

Dito isto, é inegável que a USP foi a ponta de lança de um esquema de poder elitista que resultou na elaboração da ideologia hegemônica do liberalismo vira-lata brasileiro. O vira-latismo reside no fato de que, enquanto Freyre ainda luta no terreno do inimigo para construir uma defesa, ambígua que seja, da “brasilidade”, Sérgio Buarque de Holanda vai ser o pai de uma interpretação inteiramente negativa do “caráter” do povo brasileiro.

Trata-se de uma mistificação de proporções gigantescas. Uma vez que Buarque teria produzido supostamente uma crítica social – ao inverter, no registro apenas negativo do “brasileiro cordial”, a balela do protestante americano honesto e bom –, sua defesa dos ideais mais elitistas das classes dos proprietários foi vendida como boa ciência de vanguarda. Até hoje muita gente boa cai nesse engodo.

Na realidade, estamos diante de um embuste em termos científicos. Como a ciência genuína sempre critica seus pressupostos irrefletidos, neste caso isto significaria refletir e criticar o racismo implícito em todas as comparações nas quais o culturalismo não passa de equivalente funcional do racismo “racial” explícito. Não foi o que Buarque fez. Pelo contrário, ele engoliu todo o preconceito racista travestido de ciência como verdade absoluta.

Estamos aqui na dimensão do mito nacional, ou seja, de um conto de fadas para adultos com o intuito de explicar aos leigos como funciona a sociedade. É a luta pela conquista do mito nacional hegemônico que permite colonizar a cabeça da população como um todo em benefício de uma pequena elite. Como isso se deu entre nós? Vimos que o apoio da massa da classe média urbana tinha sido decisivo para a vitória de Vargas e de seu projeto inclusivo. Dado que no período

anterior não havia como confiar nos resultados eleitorais, foi esse apoio nas ruas que conferiu legitimidade e base popular à Revolução de 30.

A questão para a elite afastada do poder era, portanto, assegurar que a rebeldia da classe média nunca mais se manifestasse espontaneamente e sem controle, como se deu no apoio a Vargas. E o que fazer para que, a partir de então, essa classe atuasse sempre como tropa de choque dos poderosos? Afinal, não se pode chacinar e espancar os integrantes da classe média como essa elite sempre fez com os trabalhadores e os marginalizados das classes populares.

A elite precisa da lealdade da classe média, pois esta é que representa os interesses da restrita elite de proprietários, seja no mercado, no Estado ou na esfera pública. Cabe a ela supervisionar os trabalhadores e fazer a gerência do mercado para os proprietários. É ela que julga e condena de acordo com os interesses da propriedade. É ela também que escreve editoriais e justifica e legitima a dominação de poucos sobre muitos.

Por conta disso, a estratégia da elite em relação à classe média foi recorrer ao uso da violência simbólica, e não da violência material, como fazia no caso das classes populares. A violência simbólica é aquela que não parece violência, que se vende como convencimento, mas que, na verdade, retira a possibilidade de reflexão e, portanto, de qualquer autonomia da vontade.

A dominação econômica e política precisa dos intelectuais porque a legitimação dos privilégios injustos precisa parecer justa e desejável. A reação da elite paulistana foi estimular a elaboração de um mito nacional concorrente ao de Getúlio e de Gilberto Freyre – e com este objetivo fundou a USP, universidade bancada com o seu dinheiro. Já na década de 1920, a mesma elite havia montado o principal aparato estrutural de dominação ideológica das outras classes, ou seja, a imprensa. Todos os atuais grandes jornais de São Paulo, alguns com outros nomes, mas com os mesmos donos, foram fundados nessa época e até hoje cumprem o mesmo papel de distorcer a realidade em nome dos interesses da elite.

Mas a imprensa apenas distribui informações e opiniões. Nenhum jornal ou jornalista cria as ideias que defende. Os bons jornalistas podem se apropriar de

uma ideia, o que é louvável, mas a produção de ideias se dá em outro lugar. São os intelectuais que têm o prestígio e a formação para tanto. Daí a importância de entender como as ideias são elaboradas e em função de quais interesses.

Com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936, essas ideias começam a disputar a hegemonia na década de 1950, chegam à maturidade na década de 1970 e se consolidam na década de 1990, quando Fernando Henrique Cardoso, o mais famoso e influente professor da USP, ocupou a Presidência da República. Essa hegemonia é hoje em dia decisiva mesmo na esquerda, e explica boa parte de sua hesitação e confusão e o fato de não ter um projeto próprio quando chegou ao poder.

Que ideias são essas tão eficazes e insidiosas que iludiram e ainda iludem tanta gente boa? Para compreendê-las precisamos examinar primeiro a “santíssima trindade” do liberalismo vira-lata brasileiro, hoje hegemonic na direita e na esquerda. As figuras principais aqui são Sérgio Buarque de Holanda, o filósofo da santíssima trindade, posto que foi o criador das noções mais abstratas que estão hoje na cabeça de todo brasileiro, como personalismo, jeitinho, patrimonialismo, cordialidade, etc. É dele que vai sair a ideia de que a corrupção é um traço cultural do brasileiro, o qual seria não só menos produtivo e inteligente que o americano, sempre infantilmente percebido como divino e maravilhoso, mas também desonesto desde o berço.

O historiador desse liberalismo vira-lata é Raymundo Faoro, que remonta ao Portugal medieval a origem dessa roubalheira supostamente inerente à cultura luso-brasileira. Não parece ter incomodado ninguém o fato de que a noção de “soberania popular” – que vai permitir, pela primeira vez na história, que se fale de “bem público”, passível de ser privatizado indevidamente por um particular e, portanto, de corrupção no sentido que conhecemos – seja materializada apenas no final do século XVIII, sob o impacto da Revolução Francesa.

O importante, nos casos de Buarque e Faoro, foi construir uma idealização do passado divinizado de ingleses e americanos a fim de lhes contrapor a imagem demonizada do Brasil e dos brasileiros. Assim, pouco importa que, na Idade Média, a vida na Corte portuguesa tenha sido exatamente igual à da Corte

inglesa. É preciso buscar a semente do mal lá longe na história, como se esta fosse a razão dos problemas brasileiros atuais. Depois parte-se para a elaboração de conceitos pseudocientíficos que dão um charme de inteligência e erudição à dominação social e econômica de fato.

Para mim, no entanto, o mais irritante disso é a pretensão de se fazer crítica social ao mesmo tempo que se legitima a pior tradição elitista. Daí vem o brasileiro como ser emotivo, o “homem cordial” que Buarque vai buscar em Freyre, mas sem reter nenhuma ambiguidade, apenas representando a negatividade do “corpo” e das emoções ditas primitivas.

A pretensão é a de mostrar que somos inferiores aos americanos, tidos como “puro espírito”, não só marcados por inteligência e produtividade, mas, principalmente, pasme o leitor, por “honestidade” e correção. As falcatrusas e roubalheiras do capitalismo financeiro americano, comprovadas na crise de 2008 e que continuam até hoje – nos balanços mascarados de empresas, no engodo de clientes, na sonegação de impostos em escala planetária –, tudo isso foi certamente obra de um brasileiro cordial que inoculou o veneno da corrupção nessas almas tão honestas e puras. Tal concepção do americanismo há muito vinha sendo gestada na inteligência paulista.

O impacto dramático da figura do *self-made man* americano parece ser inesgotável e imortal por ter sido talvez a realização histórica e material mais próxima de capitalismo igualitário funcionando como instância moralizante e edificadora. Uma força baseada na pequena propriedade que não opõe a comunidade nem a deixa à mercê de forças econômicas incontroláveis.

Tão ampla foi a difusão dessa figura, agora transformada em mito, do pioneiro ascético americano, numa época em que já não mais existia de forma significativa nos Estados Unidos, que ela vai servir de base para a entronização do liberalismo especificamente brasileiro.

O ponto de inflexão no desenvolvimento do capitalismo americano é marcado pela Guerra de Secessão (1861-1865). A formação de um capitalismo que passa do nível local para o âmbito nacional significa também um golpe fatal no capitalismo baseado nos pequenos e médios proprietários. Com as novas

linhas férreas interligando o país, surge um pujante mercado interno de produtores e consumidores.

O estímulo ao avanço tecnológico da agricultura induzido pelo Estado, o desenvolvimento de uma indústria protegida por barreiras alfandegárias e o aproveitamento das riquezas do subsolo como o petróleo criam as grandes fortunas da época dos “barões ladrões” e da corrupção desbragada da grande política.

A partir dessa época o pequeno empresário americano, protestante, destemido e livre, que, com seu suor e trabalho diligente, amealha um patrimônio e cuida da vida da comunidade, deixa a vida real para se tornar o mito americano por excelência. O *self-made man* vai continuar sendo o ponto nevrágico da autoimagem dos americanos, influenciando as grandes questões do país desde meados do século XIX até meados do século XX.³⁸

Na falta de um movimento de trabalhadores unificado e potente, enfraquecido em parte precisamente pela narrativa hegemônica do pequeno empresário livre, são os movimentos da pequena burguesia acuada e em extinção que vão fornecer o suporte populacional e a narrativa contra o avanço inexorável da grande propriedade e seu domínio da vida política. De 1870 a 1930, a vida política americana vai ser polarizada menos pelo antagonismo entre trabalhadores organizados e grande capital do que pela oposição deste contra uma pequena burguesia em luta pela sobrevivência.

Assim, essa figura mítica, que já não existia mais em seu próprio país original havia 80 anos, foi associada a outro embuste, no qual a figura mítica do bandeirante paulista era assemelhada ao pioneiro americano protestante, apesar do ridículo histórico dessa aproximação. Foi bem isto que permitiu tornar o mito paulista um adversário poderoso do mito nacional da mestiçagem. Vozes da época, como Vianna Moog, não se deixaram enganar pela farsa:

[...] a julgar pela atoada da literatura nacional em torno dos bandeirantes, dir-se-ia que o São Paulo moderno, o São Paulo das indústrias, o São Paulo do café, o São Paulo que constrói e monta o mais soberbo parque industrial

*da América do Sul, é obra exclusiva dos bandeirantes e do espírito da bandeira. Porque nisto de emprestar ao bandeirante atributo que ele jamais teve, o paulista de quatrocentos anos é um perfeito ianque. Se, para valorizar o símbolo que lhe é caro, for preciso atribuir ao bandeirante atributos orgânicos, ele o atribuirá, se para magnificá-lo for preciso torcer a história, ele a torcerá [...]*³⁹

Não obstante, até mesmo pesquisadores sérios se entregaram a esta aventura. Durante todo o século XX, essa ideia animou uma “excepcionalidade paulista” no contexto do Brasil, tal como o protestante ascético americano alimentou uma pretensa “excepcionalidade americana” no mundo.⁴⁰ Simon Schwartsman, no livro *São Paulo e o Estado nacional*, sumarizou a ideia geral que animava os construtores desse mito paulista.⁴¹

Como sempre, o pano de fundo, como em quase toda a produção do pensamento social brasileiro, era a história americana sendo contraposta como narrativa de êxito para explicar o relativo atraso brasileiro. Se, nos Estados Unidos, o Norte igualitário havia ganhado a guerra contra o Sul, o problema brasileiro era que a parte atrasada do Brasil havia vencido a mais moderna.

Isso tudo supostamente por conta do Estado. Por ter sido criado à sombra do Estado, o Brasil tradicional era elitista, corrupto e sem energia. São Paulo, ao contrário, tinha sido construído longe do Estado e de suas influências deletérias, o que permitiu a expressão do espírito de iniciativa e de independência típicas do bandeirante. Assim, teríamos aqui o mesmo espírito empreendedor do ascético protestante americano, ainda que com gênese secular. A reflexão tem algo de pueril. O inimigo de toda iniciativa é o Estado, que inocularia o vírus da desonestidade e da apatia na população.

Não só a história do bandeirante – um tipo aventureiro e inescrupuloso que prolifera sempre que a ausência de controles sociais permitem a ganância e a violência desmedida – é distorcida e idealizada. Também a função do Estado para o desenvolvimento capitalista é posta de ponta-cabeça.

Na realidade, não há nenhum exemplo histórico de desenvolvimento do

capitalismo sem o Estado. Foi o protecionismo alfandegário, por exemplo, que viabilizou o mercado interno tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, as pátrias do liberalismo econômico. Na Inglaterra, as políticas dirigidas pelo Estado é que possibilitaram a industrialização.⁴²

Nos Estados Unidos, um conjunto de políticas estatais planejadas e articuladas permitiu a formação de um forte mercado interno e fomentou uma agricultura de exportação.⁴³ O Estado como anátema do desenvolvimento do capitalismo é uma quimera para uso ideológico que não resiste aos fatos.

No entanto, o mito paulista vive dessa quimera. E teve de ser contraposto a outra, que se difunde no mesmo período histórico: o mito brasileiro proposto por Gilberto Freyre. Um não vive sem o outro, apesar de o mito paulista original ter se perdido como lembrança histórica viva.

Essa batalha ideológica refletia o fato de que a São Paulo do café, do trabalho livre e, logo a seguir, da rápida industrialização a princípio não detinha em suas mãos o poder político baseado no controle do Estado. Quando passa a ter esse poder, durante boa parte da República Velha, temos um alinhamento entre poder econômico, poder político e poder ideológico/social.

É a perda militar do controle do Estado na Revolução de 30 que afasta São Paulo e sua elite econômica do poder político direto, embora continue a ser beneficiada economicamente pelas políticas estatais. Tal acesso indireto ao poder político acabou por fomentar a demonização do Estado, com o objetivo de enfraquecer-lo sempre que necessário a essa elite e torná-lo manipulável de fora para dentro, por meio das campanhas de sua imprensa venal.

O núcleo da ideia é transformar o mercado, então dominado pela elite paulista, na fonte e no fundamento de toda a virtude. Ao mesmo tempo, transformar o Estado, quando estiver nas mãos dos inimigos políticos, em fonte de toda a vileza, corrupção e ineficiência. Por mais simplista e banal que seja, isto convenceu todo mundo, não só na época, mas até hoje, no Brasil.

Ninguém se deu ao trabalho de levantar aqui as perguntas mais óbvias. Por exemplo, se o povo é todo cordial e corrupto, por que essa corrupção sempre se

manifesta no Estado, e nunca no mercado? Afinal, o mercado era dominado por brasileiros cordiais também, não?

As lutas por hegemonia ideológica costumam ser de longa duração. Envolvem um processo de amadurecimento de ideias e de sua articulação com interesses específicos. A luta da elite paulista por hegemonia é complexa e passou por várias fases, pois não é fácil a articulação de interesses herdados do passado. Não existe apenas o embate com elites subordinadas e interesses regionais específicos. Há também o confronto com as classes populares, que iam se consolidando com o dinamismo do capitalismo paulista.

É em São Paulo que a luta de classes no país em processo de industrialização adquire a sua face mais violenta e significativa. Nesse contexto, a classe média, que também vai assumir seus traços mais distintivos em São Paulo, terá atuação decisiva na vida política nacional. O papel das ideias não é meramente explicativo e pragmático. As ideias dominantes explicam o mundo social e o tornam compreensível para a multidão de leigos, mas, para serem bem-sucedidas, devem falar ao imaginário e aos desejos socialmente compartilhados de classes específicas.

A questão aqui não tem a ver, e nunca teve, com a verdade. Como traço cultural brasileiro, a ideia de corrupção não passa de um instrumento para dominar e colonizar as pessoas, garantindo que a inferioridade seja moralizada. Quem é colocado numa posição moralmente inferior não pode se defender de seu algoz. Hoje em dia, por meio da repetição diária na imprensa, venal e vendida desde sempre, nas escolas e nas universidades, essa autoconcepção vira-lata virou uma espécie de segunda pele do brasileiro. Todos se veem deste modo e se compreendem a partir dessa perspectiva.

Pior, todos veem a si mesmos através de uma autoimagem degradada que implica perda de autoconfiança e de autoestima. A partir daí, 99,9% dos brasileiros, sejam ou não intelectuais, vão identificar o grande problema brasileiro como sendo apenas a corrupção no Estado e na política. Não por acaso, “patrimonialismo” é o termo predileto dos arautos da farsa da Lava Jato em conluio com a Rede Globo na manipulação do público.

Para quem quiser saber em detalhes por que a noção de patrimonialismo carece de científicidade, há um farto material de leitura nos meus livros anteriores.⁴⁴ Aqui, vou apenas ressaltar o óbvio. Lembremos do que foi dito, que a elite de proprietários de São Paulo, em 1930, havia perdido a possibilidade de usar o Estado como seu banco particular depois da ascensão de Vargas e seus aliados.

Ora, existe saída mais perfeita para os interesses dessa gente do que alardear que apenas o Estado é ladrão? Assim é que, literalmente, torna-se invisível não só a roubalheira real da elite dos proprietários, mas, além disso, ela é transfigurada em trabalho duro e honesto. Do mesmo modo, criminaliza-se – e com facilidade, uma vez que se trata de uma ideia popularizada pela divulgação erudita ou jornalística – o inimigo de classe toda vez que a soberania popular o coloca à frente do Estado.

Em seguida, basta atribuir a corrupção, suposta ou real, apenas aos adversários, como mostra a história desde 1954. Claro que isso só será usado contra Vargas, contra Jango e contra Lula e Dilma. Nunca contra FHC, Serra ou Alckmin, por exemplo. O ataque será seletivo e apenas contra aqueles empenhados em utilizar o Estado para defender os interesses da maioria, ou seja, os 80% ou 70% que não desfrutam de privilégios de nascença. Este é sempre o uso prático dessas ideias. Toda grande mentira tem de ter um grãozinho de verdade, senão não engana ninguém.

O grãozinho de verdade na balela do patrimonialismo é que também se rouba na política e no Estado, ainda que infinitamente menos que no mercado. Até porque o sistema político foi feito para ser comprado pelo mercado. Repete-se, nessa oposição Estado/mercado, o engodo da atividade policial que consiste em prender sempre o soldado do tráfico, que se expõe nas ruas, mas nunca o dono da boca de fumo, que é poderoso e intocável.

Se o liberalismo vira-lata tem como função ocultar a rapina da elite de proprietários, no que se refere à alta classe média e a frações importantes da massa da classe média, o mito vira-lata permite legitimar os seus privilégios de classe como expressão de uma suposta superioridade moral inata. Foi por conta

disso que frações importantes da classe média incorporaram como sua esta leitura da sociedade.

Para a classe média, o tema da moralidade, que lhe permite se ver como mais virtuosa do que a elite e o povo, torna-se mais evidente em função da maior ou menor sensibilidade à questão da corrupção restrita ao Estado. Agora há boas razões para se odiar e desprezar o povo: afinal, é graças à suposta conivência deste que existem líderes populistas corruptos e inescrupulosos. A preservação do abismo social da desigualdade mais injusta pode ser agora moralizada e justificada.

Assim, as formas mais universais de preconceito de classe de qualquer capitalismo – analisadas na seção inicial deste livro – adquirem uma dimensão nacional que permite legitimar a desigualdade mais cruel. Embora exista desigualdade em todo o mundo, a singularidade do nosso caso, tão monstruoso, deve ser buscada em contextos nacionais específicos, criados pela luta de classes, ou melhor, aqui, pela opressão de classes.

O mito nacional liberal e vira-lata é o elemento necessário para transformar a maldade e o sadismo de classe em virtude moral. Por conta disso, as frações majoritárias da classe média brasileira engoliram de bom grado o veneno destilado por sua elite e seus intelectuais orgânicos.

O terceiro nome da “santíssima trindade” do liberalismo vira-lata é Fernando Henrique Cardoso. Se Buarque é seu filósofo e Faoro o seu historiador, FHC é seu político, ou seja, aquele que vai realizar na prática o que os outros idealizaram. FHC representa o momento de hegemonia absoluta desse processo de dominação do povo e da classe média, que se consolida na década de 1990 a partir das ideias do liberalismo vira-lata que vinha amadurecendo desde 1930.

Entregar as empresas do Estado a preço de banana para os donos do mercado, desfazer a herança de Vargas, encolher as funções sociais do Estado, usar o orçamento para turbinar o setor financeiro com o dinheiro de todos, jogar a taxa SELIC nas nuvens para propiciar o saque da população inteira – essas foram as realizações do governo FHC. E, acima de tudo, transformar o Banco Central na boca de fumo da real corrupção brasileira, operando a gigantesca

transferência de recursos da sociedade inteira para os bancos e os rentistas que vivem de juros.

O Plano Real – concebido antes de tudo como mecanismo do mercado financeiro, pois a taxa de juro real é o que importa para o rentista e por aí se entende a defesa renitente da inflação baixa por todos os jornais vendidos aos bancos – teve como subproduto libertar o povo do flagelo da inflação diária e foi o único momento na história brasileira em que um representante da elite logrou efetivo apoio popular.

O governo FHC fecha o círculo da dominação dessas ideias que surgiram há 80 anos e agora se tornaram hegemônicas. Só de uma perspectiva histórica podemos aquilatar as suas consequências práticas. FHC restabelece o império da República Velha: uso do Estado como banco privado em benefício da elite de proprietários em um contexto em que o Plano Real permitiu, por um curto período pelo menos, um inédito apoio popular. De resto, as eleições e a soberania popular sempre foram o inimigo desse projeto. Quanto menos povo, melhor.

Daí que a noção criminalizadora e estigmatizadora da soberania popular como “populismo”, untada também de prestígio acadêmico uspiano a partir da década de 1960,⁴⁵ tenha se agregado às ideias de “personalismo”, ou seja, de um “povo de ladrões”, e de “patrimonialismo”, ou seja, de um país no qual o roubo só ocorre nos âmbitos do Estado e da política, nunca no mercado e na elite dos proprietários.

Para o populismo, tudo o que vem das classes populares é suspeito de manipulação, já que os pobres, coitadinhos, não frequentaram a USP ou as outras universidades nela inspiradas e nada entendem do funcionamento do mundo. Como os pobres não sabem votar, a soberania popular, representada por eles enquanto maioria da população, pode ser mitigada, estigmatizada e criticada, obtendo-se assim o caldo justificador para os golpes de Estado que proliferam na história política brasileira.

Desse modo, a minoria constituída pela elite e pela alta classe média pode pretender legitimidade para interromper o jogo democrático toda vez que o

populismo tiver conseguido “iludir” os pobres. A República Velha descobre o meio – não mais militar ou recorrendo à violência material, mas lançando mão de ideias – de se apropriar também da inteligência e da capacidade de reflexão dos brasileiros, a fim de manter indefinidamente seu poder e seus privilégios.

A oposição entre mercado e Estado como expressão da luta de classes – e a classe média como fiel da balança

A gênese específica do mito legitimador da desigualdade brasileira – o mito paulista, liberal-conservador, que consegue se tornar mito nacional a partir dos anos 50 do século XX – carrega em seu bojo e de certo modo eterniza a marca dessa época. Após a elite paulista ser afastada do controle direto do Estado, este passa a ser criminalizado toda vez que desponta a possibilidade de isso voltar a ocorrer. Como as classes populares foram massacradas e enganadas e não conseguiram construir um projeto nacional a partir dos seus próprios interesses, estes serão articulados por “interpota pessoa”, nomeadamente pelo Estado interventor.

As classes populares, reduzidas ao silêncio pela violência, assim como boa parte da massa da classe média, serão representadas pela ideia de uma maior intervenção do Estado na economia e na sociedade, com o objetivo de promover o interesse mais amplo e o acesso dessas classes às benesses do mundo moderno.

A criminalização do Estado, rotulado de patrimonial e corrupto, vai ser, na verdade, o único discurso das elites na luta pela hegemonia social, tendo como contraponto o mercado, agora virtuoso e paradisíaco. Como não se pode justificar a rapina direta das classes populares e da massa da classe média pela

elite, a criminalização do Estado e da política, vistos como o espaço da corrupção e do patrimonialismo, é crucial para neutralizar o único instrumento de defesa eficaz dessas classes.

Trata-se de um caso típico de moralização da opressão, quando se retira do adversário de classe, explorado economicamente, também a própria possibilidade de defesa política e moral contra a injustiça. Como a imprensa e a maioria dos intelectuais são cooptados pela elite, esse discurso se tornará, com o tempo, hegemônico. E em tal medida que até a própria esquerda, que deveria defender as classes oprimidas, numa espécie de *harakiri*, passa a enfiar a faca envenenada do moralismo de fachada na própria barriga.

Esse moralismo postiço das elites, visando ocultar a rapina da população por meio de mecanismos de mercado e de Estado, passa a ser a principal arma do bloco antipopular formado pela elite e pela alta classe média, que se cria nesta quadra histórica, para combater a livre expressão da soberania popular.

O mito paulista, agora mito nacional, passa a perseguir a eternização da República Velha por outros meios: mantendo o saque do orçamento público do Estado como banco particular da elite e mitigando, diminuindo e distorcendo o sentido da soberania popular.

Esses são os dois pilares da dominação social da República Velha, os quais desnudam a continuidade visceral do escravismo. Esse é o projeto elitista do mito paulista que, transformado em mito nacional, vai desde então impregnar todas as disputas políticas. Quem considera os partidos como únicos sujeitos da disputa política tende a ignorar a importância dos consensos sociais – no nosso caso, os mitos que disputam o imaginário social e que vão orientar a ação de todos os partidos, e não o inverso.⁴⁶

A luta política no Brasil até hoje obedece, portanto, ao mesmo esquema desde 1930. Há quase um século, essa é a verdadeira disputa pelo coração e a mente do público, indefeso diante de uma mídia quase sempre corrupta e venal. Quando o dinheiro do mercado se une à imprensa e aos intelectuais cooptados e servis aos poderosos, parte da massa da classe média e os setores populares

acabam relegados à raiva pré-política e à indignação desarticulada, as armas frágeis dos oprimidos.

Do lado da maioria silenciada, a esperança surge com o avanço, lento mas contínuo, do sufrágio universal, ainda que criminalizado pelas noções de populismo e de patrimonialismo. Este será seu principal aliado nessa trajetória de uma luta de classes tão desigual. Todas as conquistas dessas classes oprimidas serão resultantes da intervenção estatal fruto do voto.

A elite e a alta classe média vão defender o mercado como única forma de regulação legítima da vida social. Para tanto, a criminalização do Estado patrimonial serve como uma luva. Entre nós, a luta de classes assume a forma da preponderância maior ou menor, seja do mercado, seja do Estado, como agente de regulação das contradições sociais. É a semântica e a linguagem possível num contexto de quase absoluta negação dos direitos da maioria da população.

Assim, a oposição entre mercado e Estado assume a forma da expressão possível de uma luta de classes silenciada. Estamos desde 1930 sob a égide dessa dialética, que se mostra como a semântica que torna inteligíveis os conflitos sociais, ainda que sob uma forma reprimida e distorcida, para as classes sociais em disputa. Para os fins deste livro, vale notar a função de fiel da balança neste processo, uma função desde o início desempenhada pela classe média, sobretudo pela massa da classe média.

A alta classe média, que ocupa os cargos de direção no mercado, no Estado e na esfera pública, vai tender quase sempre a se alinhar com a elite e seu discurso ao mesmo tempo pró-mercado e anti-industrial. O anti-industrialismo dessa fração de classe, que reflete a fragilidade de um industrialismo sem industriais, tem a ver com sua posição de consumidora de artigos de luxo importados e, portanto, na contramão de qualquer política protecionista para a indústria nacional e, consequentemente, de taxas de câmbio que inviabilizem o consumo conspícuo de bens importados. Pois, afinal, a distinção da alta classe média em relação aos segmentos abaixo dela está, precisamente, na manutenção de um estilo de vida baseado na imitação de padrões de consumo importados.

Nesse sentido, o ataque contra o “câmbio vil” unifica esse setor de classe

média desde a década de 1920.⁴⁷ Isso explica o apoio decidido dessa fração à política desindustrializante e de câmbio favorável às importações levada a cabo por Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Essa fração de classe é uma aliada de primeira hora dos setores agrários, mercantis e financeiros que lucram com a importação e exportação em detrimento do crescimento do mercado interno.

A alta classe média brasileira incorpora, assim, o sentido mais típico do desterrado na própria terra, ansioso por imitar e se sentir um estrangeiro de primeira classe, como o europeu, em terras tropicais. Por isso, a exibição de marcas estrangeiras de luxo e o consumo de alimentos e bebidas similar ao de europeus e americanos tornam-se a prova empírica de sua singularidade e distinção diante das classes abaixo dela, incapazes de manter tal padrão de consumo.

O fato de a elite brasileira nunca ter desenvolvido um projeto nacional que contemplasse a participação de todos tem seu contraponto de classe na vocação vira-lata da alta classe média, que considera melhor tudo o que vem de fora. O bloco de poder formado por esses dois segmentos sociais atua com o mesmo modus operandi de uma potência estrangeira colonial, explorando e usurpando as riquezas de outro povo, inferior e estranho – no caso, o restante do povo brasileiro. Um pouco como os belgas fizeram com o Congo, na virada do século XIX para o XX.

A elite e a alta classe média são os “belgas” que não se veem como participantes do destino do Congo que dominam. Veem-se como integrantes de outro mundo, desvinculado das circunstâncias concretas que os rodeiam. Daí a espoliação da riqueza coletiva e a sua acumulação no bolso de poucos. Daí a imitação basbaque do estilo de vida estrangeiro, chegando ao ridículo de importar sêmen de americano loiro para que seus filhos tenham a aparência do modelo idealizado.⁴⁸

Na verdade, a alta classe média comporta-se em relação às suas classes irmãs europeias e americanas tal como a pequena burguesia desses países, ansiosa por imitar os gostos da alta burguesia de seus próprios países. Desse modo, perde seu

centro, ou seja, sua capacidade crítica de avaliar o mundo de forma minimamente autônoma. À diferença das classes dominantes nos países centrais, ela perde a “naturalidade” que lhe permitiria identificar vocações próprias e inclinações particulares.

Assim desnaturada, condene-se à imitação compulsiva e acrítica – o comportamento clássico da pequena burguesia em relação à burguesia. O caso dos procuradores e juízes da Lava Jato, que promoveram a destruição de grandes empresas brasileiras com atuação internacional competitiva – em benefício dos americanos e à custa de empobrecimento geral e anulação da presença econômica mundial do Brasil, sem falar na perda de milhões de empregos –, ilustra bem o efeito prático dessa vira-lata e obediência cega a tudo que vem de fora, típicas da alta classe média brasileira.

Sem dúvida, alguns desses procuradores e juízes agiram como agiram, em alguma medida, de “boa-fé”, imaginando combater a corrupção. Não entra no cérebro desses lacaios servis aos interesses dos seus senhores estrangeiros que, no caso, a corrupção era seletiva e definida pelo algoz, o que explica por que apenas um lado tenha sido prejudicado e o outro ficado só com as vantagens.

A imbecilidade objetiva é, portanto, o apanágio dessa fração de classe quando se relaciona com os seres superiores, admirados e dignos de imitação dos países ricos. Em relação à própria terra que exploram e humilham, por outro lado, só demonstram desprezo.

Desse modo, a alta classe média, como se verá mais à frente nas trajetórias de vida, é uma espécie de prolongamento perfeito da elite de proprietários. Nela conflui a defesa dos privilégios que mantêm a dominação social possível e invisível. Enquanto aos proprietários interessa reproduzir e aumentar sua riqueza, à alta classe média interessa manter sua posição privilegiada na gerência, supervisão e justificação dos interesses da propriedade em todas as suas dimensões.

A defesa do capital cultural prestigioso complementa-se aqui com o nível de renda que permite investimentos de alto retorno na educação e nas relações pessoais. Aí se tecem, de modo imperceptível, os vínculos entre esse estrato e os

proprietários. Vínculos invisíveis, posto que afetivos e aparentemente desinteressados, o que aumenta de modo exponencial sua eficácia. As trajetórias de vida reunidas na última seção deste livro mostram como isso ocorre na dimensão da vida cotidiana.

Em função de seus interesses materiais e de seus ideais, essa fração de classe se posiciona como uma espécie de delegada e representante dos interesses da ínfima elite de proprietários. Por isso é que se vê como parte da elite. Como os vínculos com a verdadeira elite de proprietários são orgânicos e muitas vezes pessoais e afetivos, a confusão é objetiva e desempenha papel decisivo na defesa engajada dos privilégios elitistas.

No contexto dessa fração, a posse de conhecimentos altamente valorizados, que pressupõem alta renda e tempo livre para o estudo, tem como resultado altos salários, prestígio e relações pessoais vantajosas, abrindo-lhe a porta para cargos e funções tanto no mercado como no Estado.

É outra a situação da massa da classe média, ou seja, aquela que vai desempenhar as funções intermediárias de supervisão, controle, administração e direção em todos os ramos, seja da esfera privada, seja da estatal. De longe a mais numerosa da classe, essa fração também desfruta de um privilégio baseado sobretudo na reprodução de um tipo de capital cultural, comparativamente de maior volume e mais valorizado do que o incorporado pelas classes populares.

São as funções típicas do *white collar* (colarinho branco), ou seja, as funções administrativas e técnicas intermediárias dos setores industriais, comerciais e de serviços que se opõem ao trabalho manual das classes populares. Essa classe se constitui com o aprofundamento da industrialização, nos setores tanto de produção quanto de distribuição, comercialização e transporte. Por outro lado, ela também se forma como resultado da expansão das atividades do Estado nas áreas de previdência, saúde, educação e infraestrutura.

A situação na massa da classe média é bem diferente da alta classe média e tende a assumir posições diversas conforme a conjuntura econômica e política. Se a alta classe média reverbera o discurso liberal-elitista, ao mesmo tempo pró-mercado e anti-industrial, a massa da classe média é mais complexa e

contraditória, pois, espremida entre as classes altas e as classes populares, vai refletir as angústias dessa posição ambígua.

Por um lado, a massa da classe média anseia pelo mesmo nível de consumo da alta classe média. Nesse sentido, parte dela vislumbra na ação do Estado interventor o meio para a expansão do bem-estar e difusão do consumo de qualidade. Assim, o apoio popular ao industrialismo conta com o significativo influxo de membros desta importante fração. A industrialização e a ampliação do mercado interno são percebidas pela massa da classe média como um caminho alternativo para o consumo de padrão europeu e norte-americano já alcançado pela alta classe média.

O apoio a Vargas e, depois, à sua política industrializante, consubstanciado, por exemplo, na campanha em favor da Petrobras, será aqui fundamental. Parte dessa classe, portanto, percebe a industrialização como possibilidade de expansão de seu bem-estar e padrão de consumo. É esse segmento social que o tenentismo estatizante da “modernização por cima” – que Vargas irá encarnar melhor do que ninguém – representa mais que qualquer outro.

Já outros setores dessa mesma fração de classe tendem a desenvolver uma posição antipopular como reflexo de seu medo da proletarização, o temor mais persistente nas frações da massa da classe média e na pequena burguesia de pequenos proprietários. Ainda que essa tendência seja universal em segmentos específicos da baixa classe média, no contexto brasileiro há um aspecto adicional que dramatiza e leva essa posição ao paroxismo: a influência do estigma legado pelo escravismo.

Uma vez que o desprezo pelo trabalho manual, antes exercido pelo escravo, perdura entre nós, agora no ambiente capitalista, sob a forma de estigma que afeta as classes populares do trabalho manual como um todo, o medo da desclassificação social atiça paixões radicais que flertam com o fascismo. No período de longa duração de quase um século que aqui nos interessa, esse público será arregimentado, em épocas distintas, pelo integralismo de inspiração fascista, pela defesa da ditadura militar e, hoje em dia, pela pregação de violência aberta por um Jair Bolsonaro.

Na manipulação fascista e protofascista dos setores da massa da classe média, o aspecto decisivo é sempre o terror despertado pela possibilidade de desclassificação social. Entre nós, a desclassificação, ou marginalização, implica o temor tanto da desumanização nas relações interpessoais cotidianas como também da perda efetiva de direitos, à qual o legado da escravidão condena os desclassificados e humilhados.

Essas tendências contraditórias na massa da classe média transformam essas frações em redutos receptivos tanto à pregação de esquerda, a favor de lutas nacionalistas, sindicais e anti-imperialistas, quanto à pregação de direita, em prol, por exemplo, de um Estado forte e autoritário. A relação de forças nesse embate será decidida pela força relativa, de um lado, da arregimentação e do convencimento realizados pela elite, e, de outro, das organizações das classes populares.

Na década de 1930, por exemplo, vimos o surgimento de dois polos contrários, formados por esses mesmos campos antagônicos que compõem a massa da classe média. De um lado, a Aliança Nacional Libertadora, a ANL, influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro, o PCB, defendia a reforma agrária e a luta anti-imperialista e contava com quase 500 mil membros, em grande parte recrutados na massa da classe média. De outro, com o grosso de sua militância arregimentada nos mesmos estratos, temos o integralismo de influência fascista e autoritária, que no auge chegou a contar também com cerca de 500 mil adeptos.⁴⁹

O tenentismo estatista e o governo Vargas vão de certo modo unir as duas tendências contraditórias no Estado Novo, inaugurado em 1937. Sua forma centralizada e autoritária realiza, por assim dizer, o ideário integralista, ao passo que sua atuação inclusiva contempla, por outros meios, os anseios mobilizados pela ANL. Durante o interregno democrático, de 1946 a 1964, o Partido Trabalhista Brasileiro – o PTB – e a União Democrática Nacional – a UDN – vão veicular, cada qual a seu modo, esses anseios contraditórios da massa da classe média.

Nessa quadra histórica, já o episódio do suicídio de Getúlio em 1954 permite

a veiculação do discurso moralista de uma corrupção restrita apenas às esferas do Estado e da política – discurso, como vimos, gestado pela elite paulistana e seus intelectuais como mito nacional que se torna pouco a pouco hegemonicó.

Em seu livro mais recente,⁵⁰ o cientista político André Singer discute um processo semelhante de longa duração no campo da luta de classes. No entanto, para o autor, ele estaria baseado nos partidos políticos, e não na reconstrução dos consensos sociais articulados, ou seja, nos mitos nacionais. Apesar de interessante e de ser facilmente associado ao ponto de partida que desenvolvo, vejo algumas limitações nessa abordagem. Antes de tudo, dado que os partidos são meras institucionalizações de visões de mundo prévias (ainda que com o tempo possam modificá-las), não há como captar adequadamente, na argumentação de Singer, a gênese dos mecanismos de construção de ideologias ou visões de mundo.

E são bem estes mecanismos que tornam compreensível a quem elas servem, uma vez que o dispositivo mais importante de todo poder é tornar-se invisível. A elite dominante pode atuar com mais liberdade precisamente quando sua ação se dá por interposta pessoa e pelo encobrimento sistemático de seus interesses.

Nesse sentido, Singer atribui, por exemplo, o partido do moralismo à classe média, literalmente escamoteando a atuação decisiva da elite de proprietários e a defesa distorcida de seus interesses – o fator principal no processo de dominação política. Fica obscurecido, assim, todo o processo de sedução e manipulação da classe média, conduzido em instituições de ensino cooptadas pela mensagem elitista e influenciadas pela mídia manipuladora.

A classe média aparece como capaz de escolher sua representação, o que relega a um plano secundário as distorções estruturais típicas do monopólio da propriedade material e dos meios de coerção simbólica. Não obstante, este deveria ser o aspecto central. Além disso, a diferenciação das frações de classe da classe média também não é objeto de um tratamento adequado.

A mesma insuficiência se repete ao longo da análise de Singer. É o caso das diferenças significativas entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores, sendo este último decisivamente influenciado pela mensagem

elitista moralista de fachada. Isso, por sua vez, compromete sua capacidade de mobilização e articulação de um projeto nacional alternativo – um aspecto que é também tratado de forma inadequada.

O que se impõe, portanto, antes de tudo, é saber quais horizontes são abertos ou fechados pelas visões de mundo dominantes. Só assim podemos entender por que partidos, indivíduos e classes sociais agem como agem. Essas entidades não atuam no vácuo, e sim num contexto pré-estruturado simbolicamente, o qual condiciona tanto a substância como a amplitude da atuação dos agentes individuais e coletivos.

A construção do mito hegemônico e a ampliação progressiva do mito regional paulista em mito nacional, realizada em grande medida contra Vargas e sua política inclusiva das massas da classe média e das classes populares urbanas, tinha, como se viu, o objetivo de dotar as elites de um discurso legitimador de seus privilégios.

Dado que o Estado era visto pelas camadas da massa da classe média e das classes populares como o mecanismo de intervenção “de cima”, como único meio de materializar seus interesses sem outra possibilidade de representação direta e autônoma, era necessário criminalizar e estigmatizar tanto o Estado como a política enquanto tais.

Os temas correlatos – que começam a ganhar um discurso articulado nesse período – de patrimonialismo, personalismo, populismo, jeitinho brasileiro, bem como a histeria em relação à corrupção política – visavam criminalizar o Estado sempre que este se colocasse como representante de demandas populares. Carlos Lacerda, grande orador e demagogo da UDN, vai exercer, praticamente sozinho, por meio da imprensa liberal, um papel semelhante, no episódio da queda de Getúlio, ao da Rede Globo à frente da mídia venal na queda do PT e na atual perseguição a Lula.

Gestadas por intelectuais e difundidas pelas universidades e pela imprensa, as ideias começam aqui a ganhar força prática e articulada no sentido de arregimentarem a massa da classe média e até de setores populares, em favor do projeto exclusivo das classes do privilégio.

Alcançado este estágio, o privilégio, econômico e cultural, consegue moralizar a opressão que exerce, tornando-a, em grande medida, invisível enquanto tal. A dominação passa a ser então desejada pelo oprimido, que a reconhece como força moral efetiva. Por este motivo, mesmo setores sociais que, objetivamente, só têm a perder com esse moralismo de fachada acabam convencidos por um discurso que os desarma e debilita.

A partir dos ataques bem-sucedidos de Lacerda a Vargas, a corrupção administrativa deixa de ser um delito como qualquer outro e vira uma histeria nacional, fomentada pela imprensa a soldo da elite. O mito paulista, agora mito nacional, celebra sua primeira vitória contra o projeto inclusivo de seu maior inimigo, Getúlio Vargas, levando-o inclusive à morte física.

A comparação com a situação atual de Lula nos permite perceber com clareza a continuidade do discurso e dos meios utilizados. O mito nacional do elogio da mestiçagem, comparativamente mais inclusivo, proposto por Freyre e assimilado por Vargas, sairá, a partir da derrota deste, do centro da arena política, ainda que Leonel Brizola e Darcy Ribeiro o reverberem topicamente nas décadas seguintes.

O mito freyriano vai se restringir crescentemente à esfera cultural, perdendo relevância no debate político. Na cultura, porém, tornado impotente como mecanismo de inclusão, continua a alimentar praticamente todas as leituras nas diversas artes acerca de uma suposta “originalidade brasileira”, ao passo que na política nada voltará a ocupar efetivamente o seu lugar.

O surgimento do PT, na década de 1980, inaugura uma dinâmica nova e importante, mas que será em parte neutralizada pela absorção, no âmbito do próprio partido, do discurso elitista do moralismo. Não por acaso o PT nasce como o partido da “ética na política”, com grande penetração na classe média. O mito paulista-nacional passa a ser de tal modo hegemônico que influencia decisivamente tanto o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, o partido da elite, como também o PT, o partido das classes populares, ambos nascidos em São Paulo.

O golpe de 1964 é o resultado de um contexto preparado desde 1954 e

adiado por uma década pelo trauma popular causado pelo suicídio de Getúlio. A tentativa de mobilização de trabalhadores rurais e urbanos, encampando um projeto nacional-popular alternativo ao elitista, termina por levar ao fim o breve período de redemocratização que durou 18 anos, assim como das alianças nele vigentes. Como sempre, a “boa burguesia”, a burguesia industrial que poderia ter sido o suporte de um projeto nacional e industrializante de longo prazo, mostra a fragilidade do processo de “industrialização sem industriais” estimulado pelo Estado.

Na verdade, na segunda metade da década de 1950, com Juscelino Kubitscheck, o presidente “bossa nova”, já se iniciava no Brasil o avanço do capitalismo monopolista da grande produção, um salto possibilitado pelo investimento estatal do período getulista nos setores de infraestrutura. JK cumpre à risca seu programa de desenvolvimento rápido, superando efetivamente desafios de 50 anos nos cinco anos de seu governo.⁵¹ Entre 1957 e 1962, por exemplo, a produção industrial aumentou em média 11,9% ao ano.⁵²

A entrada do Brasil na fase de produção industrial dos bens de consumo duráveis, cujo ramo mais visível e importante é o setor automobilístico, se dá em associação subordinada com o capital estrangeiro das multinacionais. A industrialização sem industriais se consuma em um capitalismo dependente do capital externo, sem construção de matriz tecnológica própria, empregando mão de obra barata e com o mercado interno protegido para alavancar o lucro dos investidores externos.

A ditadura militar amplia o poder de intervenção do Estado na economia, como meio de expansão da infraestrutura num modelo monopolista, reforçando assim a industrialização dependente e oprimindo as organizações populares e sindicais como forma de manter os salários baixos. Se para o povo, sobretudo o trabalhador pouco qualificado, o novo arranjo piora sensivelmente as condições de vida,⁵³ na classe média não ocorre o mesmo, em especial na alta e em frações da massa da classe média, a qual se diferencia internamente e se transforma qualitativamente.

É a ditadura militar, portanto, que consolida o *apartheid* brasileiro que opõe

as classes do privilégio econômico e cultural – que incluem 20% da população, precisamente o tamanho da classe média real – aos 80% restantes de despossuídos, estes em diferentes graus de exclusão.⁵⁴ Esse novo arranjo social e econômico da sociedade, favorecendo os 20% de privilegiados, se adapta a um novo arranjo da divisão internacional do trabalho. Agora, a sua direção é determinada pelo grande capital estrangeiro, e não mais pelo capital nacional ou pelo Estado.

O crescimento econômico passa a ser comandado por dois vetores complementares: a introdução de novos produtos de consumo duráveis, mais caros e destinados ao restrito mercado interno dos 20% privilegiados; e a exportação de produtos manufaturados, explorando a mão de obra barata, no contexto restritivo da divisão de trabalho internacional demarcada pelas grandes multinacionais. Isso implicava a manutenção da matriz tecnológica de ponta nos países de origem, restando ao Brasil a exportação de safras agrícolas e produtos ultrapassados.

Para a classe média, esse período consolida a internacionalização de seu padrão de renda e consumo em detrimento do restante da população. Ainda que a contenção salarial permanente seja precondição para tornar competitivos os manufaturados brasileiros, essa política não atinge os escalões médios e altos das grandes empresas manufatureiras e de serviços, cujos salários tendem a acompanhar as tendências globais do capital monopolista internacional.

Nas grandes empresas, os ganhos do pessoal técnico, administrativo e de direção intermediária tendem a ser regulados pelos ganhos da cúpula de executivos muito bem pagos. Daí resulta uma polarização salarial que se reflete na distribuição de renda da população como um todo. Assim, a parcela da renda pessoal apropriada pelos 10% mais ricos passa de 39,66%, em 1960, para 47,79% em 1970, inaugurando uma tendência que se consolida. No mesmo período, a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres caiu de 17,71% para 14,90%.⁵⁵

O novo padrão de industrialização cria, assim, uma polarização social na qual surgem não só estilos de vida muito diferenciados, como também mercados

distintos, com serviços e mercadorias de qualidade muito diferente. Passa a existir uma escola para os 20% mais ricos e outra para os 80% que ganham menos, serviços de saúde de padrões variados segundo o mesmo modelo e assim por diante.

Essa tecno-burocracia de classe média, empregada nos novos setores da economia privada e também no cada vez maior aparelho do Estado, tende a ver seus privilégios como “merecidos” e construídos por “esforço pessoal”. A meritocracia é um ponto nodal do mecanismo de identificação com as elites nacionais e estrangeiras, pois tende a santificar e legitimar o arranjo excludente dominante como sendo decorrente de uma competição social “justa”.

Na realidade, o que acontece é a consolidação de um padrão de desigualdade abissal e cruel que reproduz com outros meios a antiga sociedade escravocrata. Nos dias de hoje, é óbvio, não se segregam desde o berço e em função da cor da pele aquelas pessoas destinadas ao cativeiro.

Mas um tipo muito semelhante de segregação ocorre por meio de mecanismos invisíveis, como costumam ser os de classe. Ainda que a raça permaneça como indicador importante daqueles que podem ser desprezados e humilhados impunemente, são mecanismos de classe que viabilizam a nova escravidão e o novo apartheid. Isso se torna evidente quando temos a coragem de criticar a noção frágil, absurda e ridícula que reduz as classes sociais aos seus respectivos níveis de renda, impedindo a percepção do principal: entender o processo social que torna possível que uns ganhem tanto e outros tão pouco.

O fundamento mesmo desse apartheid está no processo específico de socialização familiar e escolar de determinadas classes sociais. Como estas só podem ser compreendidas como a reprodução de privilégios, positivos ou negativos, precisamos apenas identificar os privilégios reproduzidos por cada uma a fim de entender como se manifesta a luta, ou melhor, a opressão de uma classe sobre a outra.

O privilégio mais característico da classe média, responsável por sua legitimação mais eficaz sob a forma da meritocracia, é o acesso ao conhecimento mais valorizado que garante altos salários, bem como reconhecimento e prestígio

social. Como tendemos a considerar o dinheiro e o capital econômico o único capital a predeterminar as oportunidades dos indivíduos e classes sociais, esse capital cultural tende a ser invisibilizado. E justamente isso o habilita a ser uma justificação eficaz da desigualdade produzida entre, de um lado, as classes que o monopolizam e, de outro, as classes condenadas ao trabalho semqualificado e desqualificado.

No entanto, veremos que o capital que de fato se democratiza nas sociedades mais avançadas moralmente, e por isso mais igualitárias, é exatamente o capital cultural. Por toda parte, o capital econômico é mais exclusivo e restrito a uma pequena elite de proprietários. O que muda são os impostos pelos quais essa riqueza retorna à sociedade – e que, no caso do Brasil, sempre foram escandalosamente baixos.

Em países como Alemanha, Inglaterra ou Suécia, o capital cultural, em consequência de lutas políticas das classes trabalhadoras, tem seu acesso efetivamente democratizado, favorecendo a imensa maioria da população. No nosso caso, o conhecimento de ponta mais valorizado é apanágio das camadas médias, que não perfazem mais de 20% da população.

Com esse conhecimento, essa classe pode monopolizar os cargos bem pagos dos setores privado e estatal, criados no decorrer do desenvolvimento capitalista dependente. O privilégio começa no berço, como a marca mais irrefutável de injustiça, uma vez que ninguém deve ser discriminado por nascer na “família errada”. Como não existe a família em geral, mas sempre “famílias de classe”, ou seja, processos de socialização familiar singulares, que se reproduzem diferencialmente conforme a classe social, os privilégios resultantes das socializações familiares específicas são os mais importantes.

O acesso privilegiado ao conhecimento valorizado pressupõe uma renda comparativamente maior da família, de modo a comprar o tempo livre dos filhos para que eles se dediquem apenas aos estudos. Reservado às elites e à classe média, este já é um privilégio que invalida qualquer pretensão tola de merecimento e esforço próprio, dado que, no Brasil, os filhos das classes populares são obrigados desde a adolescência a estudar e trabalhar para ajudar

em casa – obviamente, na imensa maioria dos casos, acabam não fazendo bem nem uma coisa nem outra.

A compra do tempo livre dos filhos está longe de ser o único privilégio positivo da classe média a ser contraposto aos privilégios negativos das classes populares. Tão ou até mais importantes são as heranças invisíveis e não monetárias. A capacidade de concentração, a percepção da leitura como atividade a ser estimulada, a autodisciplina e o autocontrole, a possibilidade de incorporação dos pensamentos abstrato e prospectivo – tudo isso é repassado aos filhos da classe média de forma imperceptível, como produto da mera socialização familiar.

O filho das classes populares é condenado a reproduzir a falta de aptidão dos pais, reproduzida secularmente por práticas ativas de exclusão, exploração, humilhação e abandono. Por conta disso, muitos dos filhos dessas classes, aos 5 anos de idade, já entram na escola como perdedores, condenados ao analfabetismo funcional e, depois, ao trabalho semiqualificado e desqualificado.

O cotidiano familiar nas classes médias é bem diverso. Assim, um tio que sabe falar outra língua é admirado por todos e só isso produz na criança a percepção de que o aprendizado de línguas é algo bom e desejável. Do mesmo modo, a mãe que gosta de ler transmite ao filho o amor pelos livros. E assim por diante. Esse aprendizado afetivo, baseado na imitação das pessoas amadas e admiradas, faz com que uma criança de classe média entre na escola, por volta dos 5 anos, como vencedora.

O tempo livre para o estudo apenas aprofunda o privilégio e a desigualdade de ponto de partida. Sabendo de tudo isso, achar que seu privilégio é “merecido” ou “meritocrático” é muita cara de pau, não é mesmo, caro leitor e cara leitora? Mas é isso que acontece todos os dias em todos os lugares.

O processo social que explica tal estado de coisas refere-se a uma particular combinação dos preconceitos universais do capitalismo, examinados na parte inicial deste livro, com o mito nacional hegemônico aqui reconstruído. Na realidade, nos países mais igualitários do capitalismo social-democrata, o privilégio estético do bom gosto – sempre moral, pois distingue quem é superior

ou inferior – é uma forma de reconstruir uma desigualdade mais sutil sob o plano pressuposto de direitos institucionalizados. Ainda que a diferença entre os salários seja menor nos países social-democratas europeus do que entre nós, por exemplo, também lá existem disparidades, que precisam ser justificadas.

A sutileza do privilégio estético, separando as pessoas mais e menos sensíveis, serve para justificar um tipo de privilégio limitado, ou seja, funciona desde que a diferença social não seja abissal. Tal tipo de justificativa é eficaz porque nessas sociedades a enorme maioria das pessoas tem acesso a educação e a saúde de qualidade, além de um salário decente, ainda que menor do que o de outras. Além disso, a polícia não chega “esculachando” na casa de nenhum trabalhador, por mais pobre que seja.

Ou seja, para a enorme maioria, todos são gente, com expectativas humanas atendidas e a possibilidade de imaginar uma vida com conforto e com esperança. Nos termos discutidos neste livro, a esfera da dignidade, formada na socialização familiar e escolar, é efetivamente compartilhada nessas sociedades.

Como todos podem contribuir com seu trabalho para o bem comum – posto que tiveram boa educação e estímulo em casa para o estudo –, ninguém é desrespeitado nem tratado como animal e subgente, como ocorre no Brasil. Dito de outro modo: mesmo que existam pessoas “mais iguais que outras”, nessas sociedades ninguém é jogado na vala comum da animalidade e da humilhação cotidiana imposta por indivíduos e instituições. Essa é a diferença fundamental do Brasil em relação a essas sociedades que admiramos, e é isso que tem de ser explicado, não a baboseira, propagada entre os imbecilizados para legitimar o assalto da elite, de que somos um povo de corruptos.

Em função desse ponto de partida, toda a hierarquia das questões relevantes para se pensar o Brasil muda de forma radical. Primeiro, o culturalismo vira-lata de um suposto legado português aparece agora como uma piada de mau gosto com nossos irmãos portugueses que nada têm a ver com o hospício que criamos aqui.

Portanto, é da herança escravocrata – que não existia em Portugal – que se deve partir, e de sua continuidade até hoje sob outras máscaras, que não

decorrem mais apenas da cor da pele, mas dos processos de marginalização e de exclusão de classe mostrados anteriormente.

Segundo, a balela do patrimonialismo e da corrupção restrita à política e ao Estado, adotada tanto pela direita quanto pela esquerda colonizada intelectualmente pela direita para explicar o país, aparece agora como o processo de escamotear e ocultar o roubo e a rapina promovidos pela elite de proprietários. Com isso ela consegue moralizar e inverter as causas da opressão social e, ao mesmo tempo, fazer de idiota toda a sociedade. Essa explicação imbecilizadora é que toma o lugar da questão da desigualdade abissal que condena a maioria da população a uma subvida econômica, social e moral.

Ainda que o capitalismo funcione aqui de modo similar ao de outros países, todas as nossas mazelas sociais derivam do fato de que jamais alcançamos um patamar de dignidade abrangente. Pelo contrário, perpetuamos o processo desumanizador da escravidão por outros meios. Portanto, tratar a todos como gente depende de processos de aprendizado coletivo, aqui nunca realizados, e nada tem a ver com o vírus do culturalismo vira-lata obcecado com o jeitinho e a corrupção do país.

No Brasil, enfim, nunca tivemos uma luta de classes de verdade, na qual os interesses das classes populares tenham se feito valer como direito. O que sempre tivemos aqui foi uma cruel e covarde opressão de classe, na qual qualquer tentativa de diminuir, por pouco que fosse, a abissal distância social redundou em golpes de Estado e em estados de exceção.

O golpe de 2016 e suas precondições: o capitalismo financeiro e o papel das classes médias

Na década de 1980, o projeto da industrialização sem empresários industriais vai mostrar claramente os seus limites, patenteando a incapacidade do país para promover um desenvolvimento industrial com autonomia tecnológica, tal como o fizeram as potências asiáticas retardatárias, o Japão, a Coreia do Sul e, mais recentemente, a China.

O raciocínio de curto prazo da elite brasileira sempre boicotou qualquer tentativa de construção de uma base industrial e tecnológica autônoma. O desmonte da ciência e da tecnologia do atual governo Temer apenas revela de forma caricata o pensamento indigente da elite e seu descompromisso com o futuro do país.

No governo Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento previa uma reestruturação profunda do setor industrial e planejamento de longo prazo, mas foi boicotado pela elite empresarial, avessa à presença estatal no comando do esforço.⁵⁶ Por meio de sua mídia venal,⁵⁷ começa então o ataque à ditadura militar, não por seus defeitos e restrições à democracia, mas por conta de suas virtudes, ou seja, por seu empenho em formular um projeto de longo prazo para o país. Mais uma vez a classe média sairá às ruas, na campanha das Diretas Já,

imaginando-se protagonista quando na verdade cumpria um roteiro traçado de antemão pela elite.

A década de 1990, no Brasil, é marcada pela consolidação do capitalismo financeiro – que na década anterior iniciara seu arranque global a partir dos Estados Unidos e da Inglaterra. O capitalismo financeiro não é apenas uma nova forma de acumulação capitalista. Para que essa nova forma de acumulação se impusesse, implicando aumento exponencial da desigualdade social em todo lugar, foi necessário um gigantesco esforço combinado no sentido de mudar toda a concepção de mundo até então vigente.

Essa concepção de mundo, construída a partir de 1945, era alicerçada num compromisso de classes que implicava a participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade. O Estado democrático e social estava fundado no Estado cobrador de impostos, o efetivo financiador da estrutura social e educacional montada em praticamente todas as sociedades desenvolvidas. O acesso das grandes massas, pela primeira vez na história, a uma educação de qualidade e informação plural ensejou um radical alargamento das perspectivas democráticas.

O que discutimos anteriormente como “revolução expressivista”, que desde o século XVIII era restrita a elites intelectuais e artísticas, ganhou as ruas e as massas de jovens estudantes na década de 1960. A primeira geração de jovens bem-educados e com livre acesso à informação na Europa e na América do Norte passa a ameaçar o poder constituído no seu cerne. A questão deixa de ser a mera participação nos lucros do capitalismo para a maioria da população. Agora, o que estava em jogo era a tomada do poder político e social a fim de reformá-lo a partir de dentro.

O capitalismo ainda não tinha enfrentado inimigo tão poderoso. Antes tivera de lidar com os trabalhadores, que exigiam compensação financeira adequada por sua contribuição. Porém, mesmo a participação de trabalhadores em comissões de fábrica e mecanismos de cogestão (como na Alemanha, por exemplo) visava garantir boas condições de trabalho, e não redefinir o trabalho produtivo enquanto tal. Também o socialismo de Estado, ainda que militarmente

poderoso, não significava uma crítica ao “produtivismo” enquanto princípio fundamental da vida social.

Agora, os capitalistas viam-se diante de algo novo e verdadeiramente revolucionário, um movimento cujo suporte social eram seus próprios filhos bem-educados. O objetivo da revolução expressivista era redefinir os fins da vida social e modificar por dentro o uso do poder. A sociedade devia ser um experimento para a autodescoberta dos indivíduos e das comunidades solidárias, e o meio para alcançar isso era o controle do poder social.

Nesse contexto, perde todo o sentido o mero lucro baseado na transformação de todos os indivíduos em autômatos produtivos e disciplinados. A produtividade tem de ser um meio para a felicidade individual e coletiva, e não o fim de toda a organização social. A irracionalidade do capitalismo – no qual os seres humanos não passam de instrumentos de uma lógica econômica impessoal, voltada para o lucro, e não para as reais necessidades humanas – nunca havia sido exposta de modo tão ruidoso, massificado e bem-sucedido.

Na França – como sempre o país onde as lutas sociais atingem seu clímax –, os estudantes conseguem a adesão de 7 milhões de trabalhadores e quase obrigam o poder constituído a se render. Em todos os outros países avançados ocorrem rebeliões e protestos em massa. Nos Estados Unidos, a sua contracultura, tradicionalmente mais individualista, une-se aos movimentos contra a guerra do Vietnã e a favor dos direitos civis dos negros, ganhando um inédito sentido político e social. Na Alemanha, tem início de fato o processo de desnazificação do país, quando a chamada “geração de 68” toma nas mãos o destino da sociedade alemã e denuncia a geração dos pais influenciada pelo fascismo.

Mesmo no Brasil, onde não estavam presentes várias das precondições sociais europeias, o ano de 1968 assinala o início de forte oposição ao regime militar, com grande peso estudantil e da classe média mais crítica, como se viu no caso da Passeata dos Cem Mil e de uma série de protestos que tiveram como resposta o Ato Institucional nº 5 e o endurecimento do regime.

O que explica em grande medida o êxito do capitalismo financeiro é o fato

de ele ter conseguido engolir o protesto expressivista e depois regurgitá-lo segundo seus próprios termos. A antropofagia do financismo levou à redefinição em termos instrumentais daquilo que o expressivismo definia como fins inalienáveis. Se a proposta da revolução expressiva havia sido tornar o desempenho e a produtividade instrumentos da criatividade, da espontaneidade e da originalidade individual e coletiva, a contrarrevolução do capitalismo financeiro deveria, então, inverter os termos da equação.

Assim, na década de 1980, mas sobretudo nas décadas seguintes, uma nova onda perpassa todas as sociedades capitalistas no sentido de redefinir a produtividade e a acumulação infinita de capital nos termos da revolução expressivista. A criatividade, a espontaneidade e a originalidade agora passam a ser definidas como meio e instrumento, e não mais como fins em si mesmas: elas se tornam um insumo da produção capitalista como outro qualquer, servindo para diminuir resistências e aumentar a tolerância dos trabalhadores às demandas crescentes do capital.

A criatividade passa a significar não mais descobrir um caminho de vida próprio, e sim saber “gerir pessoas” e obter o melhor resultado corporativo. Com os atributos de originalidade, espontaneidade e autenticidade, ocorre a mesma colonização e inversão do conteúdo. O capitalismo financeiro se vende como emancipação e realização prática, apropriando-se da crítica mais profunda que havia sofrido.

Nesse sentido, a redefinição do trabalho e do mundo simbólico é a condição necessária para a intensificação e aceleração do processo de acumulação capitalista sob o capital financeiro. Esse movimento abre espaço para que este retome o total controle do mundo produtivo e da hegemonia ideológica na esfera simbólica.

Para arrematar a estratégia de dominação total, a divisão das classes populares é conscientemente explorada sob a forma da oposição entre as demandas por redistribuição, típicas dos movimentos dos trabalhadores nos últimos 200 anos, e as demandas por reconhecimento de minorias identitárias.

Defendendo estas últimas contra as primeiras, o capitalismo financeiro pode “tirar onda” de emancipador enquanto explora a todos igualmente.

Na esfera política, esse domínio se reflete no parcial desmonte do Estado social pelo enfraquecimento de sua base, ou seja, de sua capacidade de cobrar impostos. Controlado por grandes bancos e fundos de investimento, o capital financeiro consegue sonegar impostos em escala planetária, fazendo do Estado cobrador de impostos um Estado acumulador de dívidas. Incapaz de cobrar impostos dos mais ricos, o Estado é obrigado a pedir emprestado, aos próprios capitalistas, e ainda acrescido de juros, o que antes recebia como imposto devido. Esse é o real sentido da globalização.

O capitalismo financeiro vai não só assumir o comando do processo produtivo, como também se opor ativamente a qualquer forma de organização dos trabalhadores. Além disso, controla a vida simbólica por meio da aquisição dos órgãos de imprensa e dos meios de comunicação de massa. Passa a manter em xeque também o poder político, baseado na soberania popular, promovendo uma gigantesca reorganização da vida social. Toda a vida social é, assim, submetida ao objetivo mais importante que distingue o capital financeiro do capital industrial, ou seja, o lucro máximo no menor prazo possível.

No Brasil, o “menino de ouro” do capitalismo financeiro vai ser Fernando Henrique Cardoso. Como o leitor e a leitora irá lembrar, FHC é o terceiro nome da “santíssima trindade” do liberalismo conservador brasileiro, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Na história desse longo período, desde a década de 1930, em que se consolida o liberalismo vira-lata no Brasil e a balela da corrupção restrita ao Estado como nosso problema central, FHC é o elo prático e político da ideia que logra se tornar hegemônica na prática. Pois, na verdade, não foi na época de sua primeira formulação por Sérgio Buarque que o liberalismo vira-lata se tornou ideia hegemônica e uma espécie de segunda pele de todo brasileiro.

Isso só viria a ocorrer após décadas de luta política e ideológica pela consolidação dessa visão de mundo, na década de 1990, e sob a batuta de FHC. É com ele que se completa o longo processo que começa na Revolução de 30 e

representa a vingança da elite então derrotada. Essa mesma elite que até hoje encarna os princípios da República Velha: manter o Estado como instrumento de espoliação e como banco particular da elite; e, por outro lado, mitigar, combater e enfraquecer sempre que possível a soberania popular. Como é a soberania popular que por vezes põe alguém ligado às classes populares no Estado, é evidente que o grande inimigo da República Velha rediviva é sempre o mesmo: o povo brasileiro.

Na década de 1990, FHC põe em prática a mesma política da República Velha. Reduzido e desmontado, o Estado passa a contar apenas como orçamento, a ser dividido e saqueado pela elite de proprietários. O sistema da dívida pública é um dos mecanismos principais desse saque à população indefesa. O mesmo orçamento que, em medida crescente, é financiado justamente pelos mais pobres, dada a não progressividade do sistema tributário.

No governo FHC, a taxa SELIC chega ao patamar recorde de 45%, propiciando uma transferência descomunal de recursos de toda a sociedade para o rentismo dominante. Isso sem contar a forte suspeita de estudiosos de que dívidas prescritas tenham sido fraudulentamente inscritas no cadastro da dívida pública.⁵⁸ Ou seja, o Estado volta a ser instrumento de rapina da ínfima elite de proprietários e dos estratos superiores da alta classe média. No mesmo período, a indústria começa a perder o papel relevante que antes possuía. Paralelamente, a alta classe média, aproveitando o câmbio anti-industrial, volta a consumir produtos importados baratos, como na República Velha.

Há, portanto, a consolidação do pacto agrário-financeiro, anti-industrial, que existia na República Velha, com o apoio dos setores mais abastados da classe média que, graças ao câmbio favorável, podem voltar outra vez a se sentir “europeus” e consumir manteiga dinamarquesa e vinho francês todos os dias.

No entanto, FHC consegue recobrir esse pacote arcaico com o reluzente papel para presente do imaginário do novo capitalismo financeiro. FHC desmonta o Estado e promove a transferência de recursos, via mercado e Estado, do povo para a elite, “tirando onda” de campeão das minorias oprimidas e

defensor abstrato, já que sem recursos ou políticas públicas, dos direitos humanos.

Como no capitalismo financeiro em todo o mundo, a defesa abstrata de direitos difusos e das minorias toma o lugar da efetiva distribuição de riqueza e poder. FHC é, assim, a República Velha agora repaginada pelo discurso pseudoemancipador do capital financeiro, e com o charminho parisiense, livre-pensante, de sua origem uspiana.

Então se torna hegemônico o discurso liberal-chique da alta classe média e de amplos setores da massa da classe média. A visão liberal-chique – da qual o ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, é, hoje em dia, um dos arautos – combina uma postura avançada na esfera dos costumes com uma posição conservadora na política social e econômica. E FHC fez isso melhor do qualquer outro.

Assim, coloca-se como moderninho e avançado, assumindo posturas libertárias – como proteção de minorias, liberação da maconha, proteção ao meio ambiente ou defesa do direito ao aborto –, desde que a distribuição de riqueza e poder permaneça intocada. A alta classe média, como vimos, identifica-se por completo com esse discurso, assim como, ao menos em parte, a massa da classe média.

A armadilha aqui é a substituição de questões clássicas e seculares, como a defesa dos trabalhadores e das classes populares – por meio da redistribuição de riqueza econômica e poder social – pela nova agenda do capitalismo financeiro. O que se critica, para que fique bem claro, não é a legitimidade de todas essas reivindicações de minorias efetivamente oprimidas como indicação de respeito à autonomia e à liberdade individual. Ninguém com o mínimo de discernimento seria contrário a essa agenda.

O problema é a separação das agendas redistributivas, com o consequente enfraquecimento da reação política ao rentismo, o qual pode assim vender a exploração de todos em igualdade de péssimas condições como se fosse emancipação real. Com isso, FHC vira uma espécie de “ego ideal” das elites e das classes médias brasileiras, em especial da alta classe média: bem-falante,

articulado, bem vestido e “quase europeu”, um poliglota que “não passa vergonha” no exterior.

Na prática, ele realiza o ideário articulado por Buarque, Faoro e tantos outros. Com ele, o ideário da elite paulistana se torna imaginário nacional, unindo a elite de proprietários de todo o país e contando com o “apoio popular” da classe média europeizada em termos de estilo de vida e padrão de consumo. Uma vez que o Plano Real, concebido para assegurar margens reais de lucro ao rentismo, teve como contraponto de curto prazo aliviar o peso da inflação para os assalariados, esse foi o primeiro e único discurso elitista que conseguiu granjear, ainda que por pouco tempo, verdadeiro apoio popular.

A alta classe média está, assim, no melhor dos mundos. A progressiva substituição parcial da tecno-burocracia do capitalismo industrial, dominante na etapa anterior, pela camada dirigente do capitalismo financeiro propicia uma confusão real e objetiva com a elite de proprietários, que se torna, crescentemente, impessoal.

Como veremos adiante nos exemplos de trajetórias de vida, é a alta classe média que, cada vez mais, passa a incorporar o CEO das empresas e a defender o interesse do conselho de acionistas no mercado e na sociedade. A substituição do proprietário pelo CEO se dá de modo generalizado no novo capitalismo financeiro. Assim, o atendimento às demandas de lucro exponencial no curto prazo pode ser premiado com bônus milionários a cada ano. A linha divisória entre a elite de proprietários e a alta classe média se torna cada vez mais fluida e de difícil distinção.

Do mesmo modo, uma tendência geral amplia crescentemente a separação entre a alta classe média e a massa da classe média. Para a alta classe média, o capitalismo financeiro significa ascensão social e multiplicação de ganhos. A combinação de capital cultural especializado e rede de relações pessoais capilarizada torna essa fração da classe média permeável aos constantes desafios e novas oportunidades de negócios lucrativos. Trata-se de uma classe verdadeiramente flexível, pois pode se travestir naquilo que é demandado a cada vez pelo mercado em qualquer conjuntura.

Por outro lado, no caso da massa da classe média, o risco de proletarização é real por vários motivos. O desemprego estrutural no novo tipo de mercado, motivado pela absorção de novas tecnologias, atinge em peso esse segmento. A informatização da atividade bancária é um bom exemplo. Nas burocracias estatais, em todos os níveis, a pressão é crescente no sentido de sucatear serviços públicos e deprimir salários.

Não obstante, a massa da classe média, como vimos em outras situações históricas, tende a reagir de forma diversificada a esses desafios, mesmo que sejam comuns. É nesse segmento social que vamos encontrar o apoio à intervenção do Estado como agente regulador, bem como o apoio à radicalização fascista, devido ao temor à proletarização.

O ambiente mundial neoliberal dá força ao liberalismo vira-lata cuja gênese já examinamos em sua relação multiforme com os diversos estratos da classe média. O contexto internacional ajuda decisivamente a transformá-lo, a partir da década de 1990, num discurso preponderante a ponto de não existir um contradiscorso efetivamente articulado e desenvolvido.

A ascensão do PT ao poder de Estado mostra esse fato sobejamente. Ainda que tenha desenvolvido políticas sociais fundamentais em um país de desigualdade tão perversa, o PT o fez sem qualquer discurso articulado acerca do que estava fazendo. O discurso era construído pelo marketing eleitoral em cada eleição, mas não havia a narrativa deliberada de um projeto nacional alternativo ao projeto liberal antipopular.

A dificuldade de lidar com o discurso moralista de fachada, desde o chamado “mensalão”, mostra o PT prisioneiro da mesma visão de mundo de sua contraparte, o PSDB. Nada se construiu em substituição ao projeto da mestiçagem, como signo da inclusão das massas populares, como se deu na década de 1930. O PT é, afinal, filho do mesmo ambiente pseudocrítico construído em São Paulo para tornar invisível o lastro liberal-conservador e que depois, em decorrência da força econômica e ideológica da cidade e do estado, tornou-se hegemônico em âmbito nacional.

Se pensarmos não apenas na USP como fábrica desse liberalismo chique,

mas em toda a cadeia produtiva da dominação simbólica, podemos compreender melhor como a coisa toda funciona de modo tão eficaz. O lugar especial da USP é fundamental, como principal universidade do país e modelo para outras universidades, moldando num mesmo sentido a formação de todas as elites nacionais.

Ela também influencia as escolas do ensino médio e fundamental do país com uma visão distorcida do moralismo postiço e da suposta herança portuguesa enquanto problema principal, como vimos. No estado de São Paulo, inclusive, crianças indefesas ainda são expostas à mentira deslavada da rebelião elitista de 1932, alardeada como se fosse uma reação democrática e popular a Getúlio.

Mesmo assim, não se comprehende o mecanismo inteiro dessa distorção simbólica da realidade apenas com base nas escolas e universidades e na difusão acadêmica dessa visão elitista. É preciso compreender o processo inteiro, a cadeia produtiva completa, que inclui, além da USP, de universidades e escolas, também a imprensa, a cultura e a indústria cultural como um todo.

Nesse sentido, cabe examinar, por exemplo, a ação de jornais liberais e supostamente bem pensantes e mais plurais que os outros, como a *Folha de S.Paulo*, que, no essencial, repetem a mensagem conservadora; ou as revistas “charmosas”, que publicam brilhantes reportagens investigativas, mas evitam debates mais polêmicos; ou editoras que seguem o mesmo figurino. Essa cadeia produtiva simbólica é depois reproduzida em redes paralelas e locais em todo o país.

Por aí se entende como funcionam os mecanismos de consagração do prestígio e da autoridade intelectuais – ao mesmo tempo imitação e reprodução do charminho parisiense e impotente com sede em São Paulo. É toda uma cadeia de poder, prestígio e consagração simbólica que permite, ao fim, que ideias adquiram um sentido chique de supostamente emancipadoras, quando na verdade não passam de lixo e veneno para 98% da população.

Tendo como fundadores arautos do liberalismo chique, o PT cresce nesse ambiente e reflete de modo contraditório o veneno subliminar e antipopular – isso num partido que deveria defender a maioria oprimida. Os temas

pseudocríticos do populismo e do patrimonialismo vão fazer, por exemplo, que o PT se afaste da herança varguista e, durante boa parte de sua existência, também da defesa das maiorias desorganizadas (que seriam incorporadas por Brizola). O PT nasce, portanto, como mais um partido do moralismo postiço da elite e se torna o partido da “moralidade na política”, atraindo assim setores de classe média e dos sindicatos organizados.

O fato de o Partido dos Trabalhadores ter desenvolvido, a partir do carisma do ex-presidente Lula, o “lulismo”, na expressão marcante de André Singer,⁵⁹ como política de amparo aos mais pobres e marginalizados deve-se mais ao tino e à astúcia política do grande líder popular do que a um projeto partidário articulado e consciente. A lealdade conquistada nesses setores, antes os grotões mais conservadores da política brasileira, foi o ganho mais duradouro de uma política que, apesar de virtuosa, não soube mobilizar nem se proteger.

Apesar das conquistas históricas na luta contra a desigualdade abissal, a falta de um projeto alternativo deliberado explica boa parte da colonização do partido popular pelo discurso elitista do moralismo de fachada. Explica também boa parte do seu comportamento errático e hesitante em questões fundamentais, como, por exemplo, em relação ao aparato jurídico-policial do Estado.

Muitos, até pessoas inteligentes e argutas politicamente, não entendem claramente este ponto. A maioria acha que basta ter um projeto econômico alternativo e mais inclusivo que, espontânea ou magicamente, as pessoas vão compreender seu significado e seu benefício. Não se percebe a importância crucial de elaborar uma narrativa, ou seja, um projeto articulado alternativo ao elitista. Sem tal projeto convincente de longo prazo, não se sabe em que sentido, por exemplo, reformar o Estado, o Judiciário ou a política.

A inexistência desse projeto alternativo impossibilita um ataque ao núcleo do rentismo e da expropriação elitista, como corajosamente procurou fazer a ex-presidenta Dilma. Na falta de um projeto articulado e de uma TV pública com conteúdo plural, a presidenta viu-se forçada a deixar que a Rede Globo, braço midiático do próprio rentismo, explicasse a luta política à população nos seus próprios termos.

Sem um projeto político de longo prazo, é possível promover a ascensão social de setores sociais inteiros, como parcelas dos pobres e da massa da classe média, mas se perde a narrativa da paternidade deste esforço para igrejas e outros atores sociais nas cidades do Centro-Sul. Sem um projeto articulado se faz, também, *last but not least*, o serviço para o inimigo, como fez o Ministério da Justiça da ex-presidenta Dilma, urdindo o aparato legal para as leis de exceção utilizadas mais tarde pelos inimigos para golpear a própria presidenta e a democracia.

Ainda assim, tem muita gente boa que não vê a importância de se articular, ponto a ponto, tal projeto alternativo. Obviamente, essa incapacidade mostra até que ponto somos dominados pela hegemonia dessa visão de mundo liberal-chique, que se torna, com o golpe, uma visão de mundo crescentemente “neoliberal-tosca”.

A sociedade não é inteligível a olho nu. Sua compreensão é complexa e desafiadora para qualquer um, sobretudo para os leigos que nunca a estudaram, embora imaginem, apenas porque dela participam, que entendem seus mecanismos complexos. Sem um projeto alternativo claro e de longo prazo, fica-se refém das conjunturas e dos acordos de conveniência, como ocorreu com o PT em diversas ocasiões.

Nesse contexto, a questão real não é por que houve o golpe, e sim por que ele não aconteceu antes. Foi essa fragilidade simbólica que facilitou o golpe de 2016. O moralismo postiço da Rede Globo e da Lava Jato campeou praticamente sem oposição discursiva e articulada que pudesse denunciar a trama no seu nascedouro. Como foi dito, no próprio Ministério da Justiça da presidenta depois deposta montou-se o arcabouço legal que funcionaria como cortina de fumaça para o ataque à democracia.

Boa parte da classe média entrou no jogo de cartas marcadas da corrupção seletiva. A alta classe média, alguns poucos milhões de brasileiros nos grandes centros, sobretudo na comparativamente mais rica cidade de São Paulo, entrou na trama, em parte por motivos racionais, ou seja, economicamente comprehensíveis. Afinal, como se viu, ela ganha com o rentismo e a nova

configuração flexível do mundo social e participa do saque econômico ao lado da elite de proprietários. Nesse estrato, a imbricação com a elite e seus interesses é real.

A situação da massa da classe média é distinta, pois ela tem muito a perder com o ataque ao interventionismo estatal como mitigador de um mercado financeiro que rapina a economia popular e destrói a frágil rede de serviços públicos em construção. Cerca de 40% da desigualdade social deve-se ao acesso diferencial a serviços públicos – e isto nada tem a ver com a renda familiar. Para a massa da classe média, a investida do capitalismo financeiro contra o SUS, a fim de vender planos de saúde de bancos e fundos de investimento, tem consequências importantes. O serviço é pior e o custo é maior.

O mesmo acontece com o ataque às universidades e ao sistema de ciência e tecnologia. A massa da classe média precisa da universidade pública de qualidade para que seus filhos tenham condições de competir no mercado de trabalho. A alta classe média pode mandar e, na verdade, já manda seus filhos para universidades estrangeiras.

Isso sem contar o aumento da violência e da desigualdade, a degradação das condições de vida social em todas as dimensões e o empobrecimento e o desemprego estrutural que passam a atingir em peso também a massa da classe média. Como saúde e educação são bens que todos precisam e valorizam, o capital financeiro vai sucatear a prestação pública de serviços de qualidade precisamente nessas áreas a fim de vender saúde e educação pelos olhos da cara. A Emenda Constitucional 95, por exemplo, veio para realizar este serviço sujo.

Exposta à ação deletéria da mídia – o atual braço armado de uma elite que antes recorria a jagunços e hoje usa a mentira midiática como instrumento de dominação –, a massa da classe média se divide em campos opostos. Essa oposição é semelhante à existente no período posterior à década de 1930, quando se digladiavam nas ruas integralistas e simpatizantes da esquerda e da intervenção estatal na sociedade. Na massa da classe média, muitos, em especial os estratos mais ameaçados de proletarização, se voltam agora ao voto do protesto desesperado e irracional, que é bem o significado do apoio a Bolsonaro.

Como as causas reais do empobrecimento não são compreensíveis – aqui a mídia cumpre seu papel mais canalha –, o protesto assume a forma da violenta rejeição ao pacto democrático e seus pressupostos humanitários, percebidos como a causa de todo mal. Diante da invisibilidade da violência econômica da elite, o que sobra é a identificação mais rasteira e superficial de um inimigo que permite a externalização do descontentamento e do desespero.

O conluio entre Rede Globo, à frente da mídia venal, e a Operação Lava Jato conseguiu solapar as bases normativas da vida democrática, banalizando vazamentos ilegais e agredindo criminosalemente a presunção de inocência. Quando se ataca o núcleo normativo da democracia e do direito, o que resta é a violência aberta. O êxito deste ataque pode ser medido na atual preferência de muitos, na massa da classe média e nas classes populares, pelo candidato fascista e antidemocrático.

Uma parcela da massa da classe média, ao contrário, se engajou numa crítica ao processo de golpe, e muitos se arrependeram de terem se deixado usar pela manipulação midiática. Algumas trajetórias de vida estudadas a seguir mostram bem esse fato, que abre uma oportunidade real de aprendizado coletivo por parte deste estrato social, até mesmo para a crítica do discurso elitista hegemônico.

Esse quadro mostra quanto a classe média é diversificada e possui dentro de si todas as graduações de sensibilidade política e social. Um sintoma da abrangência dessas colorações possíveis é a preferência muitas vezes dividida entre Bolsonaro e Lula, refletindo a nova divisão do país como um todo.

Esse ponto nos ajuda a compreender a verdadeira diferença entre nossa sociedade e aquelas, mais igualitárias, que admiramos. Embora os motivos dessa diferença não sejam os do culturalismo vira-lata que até hoje a explicou, esta existe de fato, mesmo na distinção entre as classes médias brasileiras e as dessas sociedades.

Além de o privilégio estético – que permite legitimar a distinção social das classes do espírito em relação às classes do corpo – não possuir, entre nós, o contraponto de uma esfera da dignidade universalizada, também o mito nacional ajuda a consolidar o passado escravocrata e desigual, e ataca insidiosamente, por

dentro, a pretensão de uma esfera da dignidade universalizável. Ao estigmatizar o Estado e a política, o mito nacional dominante enfraquece precisamente as dimensões que são fundamentais à universalização de direitos.

Nas sociedades mais igualitárias – ainda que a hierarquia social baseada na personalidade sensível produza efeitos perversos ao construir a “solidariedade” entre os iguais e o “preconceito” contra as classes sociais excluídas da noção de sensibilidade –, o patamar de dignidade continua existindo. A dimensão do trabalho produtivo e útil para a sociedade produz não só autoestima e autoconfiança entre os trabalhadores, mas reconhecimento e apreço da sociedade como um todo.

No Brasil, ao contrário, o desprezo ao trabalho manual, semiqualificado e desqualificado que se devotava ao escravo perdura na atual sociedade. Para os estratos da classe média, sobretudo de sua massa, ameaçada de proletarização, a violência fascista passa a ser tentadora. Como esses setores são “meritocráticos”, a alternativa seria a de verem a si próprios como “fracassados” e culpados pelo próprio fracasso. O fascismo permite “exportar” a agressividade que seria dirigida contra si mesmo – levando ao alcoolismo e a outras formas autodestrutivas – para um bode expiatório. No caso, o antipetismo cevado pela imprensa venal. O medo que a predileção por Bolsonaro expressa é o medo da desumanização, um legado da escravidão que ainda marca a condição proletária e marginal no Brasil. Descer de classe no Brasil, para esse pessoal, é deixar de ser tratado como “gente”. Daí a força da pregação fascista entre nós.

A elite da rapina social, sem discurso convincente e com dificuldade de consolidar um candidato próprio, logrou, por outro lado, dividir a massa da classe média e das classes populares. Para tanto, recorreu ao seu único discurso, velho de 100 anos: a corrupção seletiva só dos inimigos políticos. A criminalização do Estado, como patrimonial e corrupto, é, na verdade, o único discurso das elites na sua luta pela hegemonia social, tendo como contraponto o mercado virtuoso, transformado em paraíso.

Como a espoliação das classes populares e da massa da classe média pela elite não pode ser explicitada, a criminalização do Estado e da política permite

retirar a única arma de defesa eficaz dessas classes. Trata-se aí de um caso típico de moralização da opressão, pela qual se retira do adversário de classe, explorado economicamente, a própria possibilidade de defesa política e moral. Com o tempo, esse discurso se torna hegemônico a ponto de a própria esquerda, que deveria defender as classes oprimidas, passar, ao modo do samurai, a enfiar no próprio ventre a faca do moralismo postiço.

Assim, se a fonte moral da ética do desempenho, aqui chamada de “dignidade”, se junta com a fonte moral do expressivismo para criar o conjunto tensional e contraditório que guia a nossa vida no capitalismo moderno, um papel decisivo também é desempenhado pelo mito nacional dominante. Vimos que todas as sociedades, até as mais igualitárias, possuem um aspecto de legitimação da desigualdade, disfarçada pela máscara do bom gosto estético.

Como toda estética tem uma moral, ou seja, serve para hierarquizar pessoas em mais ou menos sensíveis, o privilégio estético – seja real, comprado ou uma combinação de ambos – cumpre uma tarefa de legitimação da desigualdade que, por ser opaco e sutil, é muito mais eficaz. A sutileza reside no fato de que está garantida a estrutura de direitos universais exigida, pela ética do desempenho, para todos os que contribuem para o bem comum e o trabalho social. Mesmo que tal estrutura esteja cada vez mais ameaçada pela antropofagia neoliberal do capitalismo financeiro.

Neste contexto, os mitos nacionais de países como a França, a Inglaterra ou a Alemanha ajudam a garantir o mínimo civilizacional assegurado pela universalização de direitos da ética do desempenho ou da dignidade. Na França, a tradição de rebelião das classes populares foi consagrada na Revolução como o mito fundador do país e de sua solidariedade nacional. É isso que confere orgulho aos franceses. O mesmo se dá com os alemães e sua comunidade nacional de sangue e espírito. Na Inglaterra, é quase milenar a noção de que os ingleses têm direitos inalienáveis.

Ainda que estejamos sob a égide dos mesmos princípios morais, como toda sociedade capitalista moderna, o nosso mito nacional vira-lata predominante impede que a universalização da dignidade se construa como valor efetivo. Se a

ética do desempenho confere dignidade universalizável, ainda que contrabalançada pela hierarquia “invisível” que a noção de personalidade sensível materializa, a relação entre essas dimensões é diretamente afetada pelo mito nacional dominante, ou seja, pela forma como a sociedade se percebe de modo mais ou menos consciente.

Assim, a luta cultural e política pela hegemonia da forma dominante pela qual se percebe a sociedade, em cada mito nacional, é um instante decisivo para qualquer sociedade. É um elemento fundamental de seu processo de autoconhecimento, tanto quanto é decisivo o processo de autoconhecimento para cada indivíduo.

O nosso mito hegemônico, talhado com precisão de alfaiate para os interesses da ínfima elite de proprietários, nasceu assim para tornar impossível a universalização da ética do desempenho e da dignidade para o conjunto da população, como ocorre na França, na Inglaterra ou na Alemanha.

Nesse processo é que se forma uma aliança de classe antipopular entre a elite de proprietários e a alta classe média que já dura 100 anos. Ela é baseada tanto na exploração econômica como na humilhação cotidiana das classes populares. Esse é o dado arcaico e atrasado da sociedade brasileira, que impede o país de ser pujante e igualitário, apesar de tantas riquezas naturais.

Cabe a nós refazer este destino, e esta é uma responsabilidade que nada tem nada a ver com algum vírus cultural da corrupção ibérica e cultural que supostamente teríamos herdado, como nos têm dito nossos intelectuais cooptados pelos poderosos.

Desse modo, saber quem somos de verdade é o primeiro passo para retomar um caminho que foi construído por gente e, portanto, pode ser refeito por gente. Nesse sentido, a classe média e suas frações têm um poder inédito entre nós. Para onde elas se inclinarem, toda a sociedade, muito provavelmente, também vai se inclinar. A alta classe média é a verdadeira delegada, em nome da ínfima elite incapaz de incorporar ela própria todas as funções de comando, para o exercício da dominação social em todas as dimensões.

Mas, por outro lado, a massa da classe média tem a possibilidade de ser, num

país tão desigual e com classes populares tão perseguidas e desmobilizadas, um importante vetor de mudanças sociais, como foi no passado. O autoesclarecimento é um passo fundamental nesse desiderato. Se deixarmos o comando do país nas mãos da elite do atraso e da espoliação, corremos o risco de, em breve, não termos nenhum futuro, não só para nossos filhos e netos, mas para a nossa própria geração.

TRAJETÓRIAS DE VIDA

A alta classe média

Quando nos recusamos a aceitar o ponto de vista míope e simplista que reduz o mundo social e suas diferenças a patamares diferenciais de renda, constatamos a existência de um tipo de classe média comumente associado à elite por sinais exteriores de riqueza, que ganha muito dinheiro – como no caso do CEO de um banco – e entra nessa categoria por conta de sua origem familiar, do tipo de capital incorporado e do modo de vida.

Ainda que as fronteiras entre as classes sejam sempre muito fluidas, com características que se misturam na realidade concreta, é crucial saber distinguir entre, de um lado, o funcionário bem pago do capital e, de outro, a incorporação enquanto tal do capital econômico representada pelo proprietário.

Sérgio: o CEO de um banco explica como se compra o mundo

Sérgio não é um CEO qualquer. Muito inteligente, culto, leitor de psicanálise nas horas vagas – a mulher é psicóloga –, ele é dessas pessoas que têm prazer numa sinceridade desconcertante. Sérgio tinha plena consciência de quem era e do que fazia. Se no passado teve algum problema com isso, agora não deixava transparecer nenhum incômodo.

Desde a adolescência, ele era grande amigo de João Carlos. Filho de

banqueiros, havia acumulado fortuna própria na década de 1990, durante o governo de FHC, administrando fundos de investimento estrangeiros que ganharam uma grana preta com as privatizações levadas a cabo no período. Segundo Sérgio, João Carlos começou como um hábil representante de bancos estrangeiros e abriu inúmeras portas de investimento para os parceiros por meio de suas relações nos meios financeiros paulistanos, bem como no poder político e no Poder Judiciário, tanto em Brasília como em São Paulo. Lucrou tanto se utilizando do dinheiro alheio que fundou o próprio banco.

Nessa época, Sérgio frequentava uma faculdade de Direito nos Estados Unidos. Depois passou um ano em Londres, estudando finanças e ciência política e, por indicação de amigos do pai, estagiando num escritório que lidava com o mercado financeiro. Morou também em Sevilha, na Espanha, onde descobriu sua área jurídica de predileção: o direito administrativo.

No início dos anos 2000, quando voltou ao Brasil depois de quatro anos de pós-graduação no exterior, com pouco mais de 30 anos, o amigo João Carlos já era um multimilionário por “esforço próprio” e apenas naquele ano tinha ganhado mais dinheiro do que o pai durante toda a vida. Como o negócio do banco – aliás, o de todos os bancos hoje em dia – dependia da intersecção entre mercado e Estado, João precisava de alguém de confiança para cuidar da parte jurídica, antes terceirizada em diversos escritórios. Sérgio recebeu então carta branca para montar sua equipe de trabalho. Hoje o departamento jurídico é o centro nervoso do banco, com tudo passando pelas mãos de Sérgio, e ocupa um andar inteiro de um prédio moderno, decorado com luxo e bom gosto.

Quando lhe perguntei qual era seu trabalho, Sérgio não titubeou.

O João é o gênio, sabe onde estão o dinheiro e as oportunidades, pensa nisso o tempo todo. Eu só faço comprar as pessoas necessárias para que as coisas aconteçam como ele quer. Não fui eu que inventei o mundo como ele é, só procuro sobreviver da melhor maneira possível. O mais importante no Direito é conhecer os meandros da linha cinzenta entre o legal e o ilegal.

Meu trabalho é expandir ao máximo a margem da legalidade a serviço dos interesses do banco.

Como já existe toda uma legalidade paralela que cuida dos interesses do setor financeiro, meu trabalho é fazer com que o nosso banco fique com o melhor pedaço da torta. Nossa equipe tem mais de vinte advogados escolhidos a dedo e bem pagos. Mas eles fazem o ramerrão do trabalho jurídico. O dia a dia. Eu faço os contatos com juízes, políticos e jornalistas e cuido dos clientes estrangeiros. Com o serviço jurídico, no sentido tradicional, meu trabalho não tem nada a ver. É mais gestão de clientes, dar a eles o que querem, dizer o que querem ouvir, beber o que eles querem beber e ser discreto e sóbrio em tudo.

E o que eles querem?

Aqui em São Paulo o que move tudo é o dinheiro e todo mundo quer viver bem. As pessoas são compradas com dinheiro vivo e com depósitos em paraísos fiscais criados para isso. A gente sabe fazer bem feito. Sem deixar rastro. A cidade é toda comprada, não se iluda, toda licitação pública e todo negócio lucrativo, sem exceção, é repartido e negociado.

Todo mundo tem um preço. Até hoje não conheci quem não tivesse. E para todo negócio é necessário uma informação privilegiada aqui, um amigo no Banco Central ali, uma sentença comprada ali ou a influência de um ministro em Brasília acolá.

Além da compra direta, em dinheiro vivo ou depósito no exterior, a gente tem que paparicar constantemente os caras. Uma forma eficaz são os presentes constantes, sem a expectativa imediata de contrafavores. Isso gera simpatia. Às vezes você ganha até um “amigo”.

Todo mundo adora vinhos caros, e as mulheres desses caras adoram essas bolsas que custam 50, 60 mil reais. Se é alguém com conhecimentos técnicos, você pode promover seminários e palestras, e pagar muito além do

que se paga nesse tipo de mercado. Para cada tipo de cliente e de gente existe um jeito mais conveniente de comprar sem parecer que está comprando.

Não fazemos isso em troca de um serviço concreto. Isso é muito importante. O que construímos é um círculo de amigos. Temos uma lista grande de pessoas que simplesmente presenteamos no aniversário e em diversas outras ocasiões, ano após ano. Presentes bons e caros. Não economizamos nisso. Aí, quando você precisa, pode contar com a boa vontade do cara. Isso é o que chamo de criar relações de confiança.

E o pagamento direto por serviços específicos?

Obviamente isso também existe. Aí pagamos em paraísos fiscais, por meio de transferências sucessivas entre dezenas de empresas de fachada, de tal modo que nem Sherlock Holmes consegue refazer o caminho original.

Hoje em dia existem meios ainda mais eficazes de eliminar os riscos, mas este é nosso pulo do gato, e não posso lhe contar. Mas não fica rastro, posso assegurar. Esta, afinal, é a nossa mercadoria: a segurança no investimento. E, sendo um banco, tudo fica mais fácil. Não é só no caso do nosso banco: todos os bancos, inclusive os maiores, fazem a mesma coisa.

A mina de ouro de qualquer banco comercial ou de investimento é o Banco Central. Ali só entra gente nossa. E o país é gerido a partir do Banco Central, que decide tudo de importante na economia. É lá que a zona cinzenta entre legalidade e ilegalidade define a vida de todos. Isso não aparece em nenhum jornal.

Podemos fazer qualquer tipo de especulação com o câmbio, como nos swaps cambiais, por exemplo. Se der errado, o Banco Central cobre o prejuízo. Não existe negócio melhor. Se der errado, o famoso Erário paga a conta. Quem controla toda a economia somos nós e a nosso favor, o Congresso nem apita sobre isso. Quando, muito eventualmente, decide sobre

algo, apenas assina o que nós mandamos, essa é verdade que ninguém conhece porque não sai em nenhuma TV.

Claro que tudo é justificado como mecanismo de combate à inflação, e não para enriquecer os ricos. Para quem vê isso tudo funcionar a partir de dentro, como no meu caso, é até engraçado.

Essa é a estrutura legalizada pela opacidade do Banco Central e da dívida pública. Mas e os negócios ilegais mesmo?

Não existe negócio que não seja intermediado por um banco, seja legal ou ilegal. Essa história de operador e doleiro é coisa da Lava Jato e da imprensa para desviar a atenção da participação dos agentes financeiros. Os bancos são completamente blindados porque inventaram um meio infalível de distribuir dinheiro para quem já tem muito poder e dinheiro. Falam de todo mundo menos de nós, que comandamos tudo.

Para mim, aí é que está o poder real, o poder do dinheiro. Na verdade, são os bancos os operadores e os doleiros, e todo o dinheiro sai de bancos, seja dinheiro limpo – na realidade, sempre dinheiro que foi tornado limpo –, seja dinheiro sujo. A não ser que você fabrique dinheiro em casa.

Aliás, parte do lucro dos bancos vem de lavar dinheiro e intermediar transações. Mas o grosso da grana vem do Banco Central, das remunerações de sobras de caixa – que são ilegais, mas sobre as quais ninguém diz nada –, das operações de swap cambial, dos títulos da dívida – enfim, o Banco Central é nossa mãe. É tudo escancarado, mesmo com inflação zero e o país na ruína.

Nosso lucro é legal, ou seja, legalizado, já que somos intocáveis e ninguém se mete conosco. Boa parte dos juízes e ministros de tribunais superiores, como todo mundo no meio sabe, advogam por interposta pessoa, e nós somos os principais clientes de alguns e de quem paga melhor. São os bancos que pagam as eleições do Congresso quase inteiro. Aí você pode

legalizar qualquer coisa, qualquer papel sujo que a gente mande ao Congresso os caras assinam. Nesse contexto, onde se pode tudo, as operações abertamente ilegais são uma parte menor dos lucros, mas obviamente existem.

Se ninguém imprime notas de dinheiro no quintal, é óbvio que todo o dinheiro, inclusive todo dinheiro sujo, vem dos bancos, que retiram parte do seu lucro real intermediando essas relações e lavando esse dinheiro. Os bancos controlam o que você vai fazer com o dinheiro e todo dinheiro pode ser rastreado.

Toda transferência bancária tem um chip e, se você quiser saber de onde o dinheiro vem, dá para saber. Inclusive nas transações internacionais. Se a transferência é em dólar, tudo passa por Nova York e recebe um número. Mas ninguém quer saber, essa é a verdade. Como os bancos mandam na imprensa, nos juízes e nos políticos, a intermediação de todo dinheiro ilegal jamais é denunciada. E se for denunciar, você é que acaba preso. Isso eu garanto.

Como funciona mandar dinheiro para propinas no exterior, por exemplo, para comprar gente em Angola, na companhia de petróleo?

Você liga para o presidente de um banco [e cita, testando minha reação, o nome do presidente de um grande banco] e pergunta qual a comissão dele para fazer remessa.

“Assim, na cara de pau?”, pergunto. “E como você acha que funciona?”, indaga Sérgio, rindo e se divertindo com minha surpresa.

Lembra daquelas malas do Geddel? Como você acha que aquele dinheiro chegou naquele apartamento? Dinheiro não dá em árvore. Quem tem a

possibilidade de fazer o dinheiro circular de um lugar para outro são os bancos, mais ninguém.

Não há nenhum caso de corrupção em que o dinheiro não venha de um banco. Ou seja, os bancos são os intermediários, sempre. A imprensa nunca toca nisso porque é tabu. Afinal, a imprensa é nossa.

Como assim?

Vou lhe contar um caso. Assim que cheguei no banco, o João Carlos estava com problemas com um jornalista, metido a investigador, que publicava todo dia uma notinha chata sobre negócios nossos aqui em São Paulo. O João ofereceu milhões ao cara para apoiar projetos dele se aliviasse a pressão, mas o cara não aceitou. Foi um caso raro, pois era uma grana e tanto na época. O que fizemos? Compramos o jornal, um dos maiores do Brasil, e demitimos o fulano.

Agora decidimos o que sai ou não, pois somos os donos do jornal. Não precisamos pedir nada a ninguém. O jornal é literalmente nosso. Toda a imprensa hoje em dia é assim, de um modo ou de outro. Ou eles devem os olhos da cara aos bancos ou os bancos são os donos diretamente. Por isso não sai nada na imprensa contra os bancos. A imprensa é toda nossa: televisão, jornais, internet, o que você pensar.

E com os políticos e os juízes, como funciona?

Com os políticos você paga a eleição do cara e o que sobrar, se sobrar, porque toda eleição é mais cara do que se imagina de início, ele embolsa. Aí cobramos e montamos a agenda do cara. Ou então pagamos por serviço, como expliquei, normalmente uma parte em dinheiro vivo e outra em depósito sigiloso. Às vezes, num caso ou outro mais complicado, que precisa

ser resolvido para os negócios andarem, você faz um depósito no exterior para vários ao mesmo tempo.

A coisa funciona do mesmo modo em Brasília e em São Paulo, e com todos os partidos políticos. Aquilo que aquele maluco da Odebrecht fez, ao criar um departamento de propina, todo banco tem, é como os negócios andam, não tem outro jeito. Mas a gente não deixa rastro como fizeram esses malucos. Ninguém é “santo” [referindo-se à suposta alcunha de Alckmin no livro da Odebrecht], pode acreditar.

E com o Poder Judiciário?

Com os juízes os presentes funcionam que é uma beleza. O cara termina incorporando ao salário – afinal, é a mania deles. A coisa que mais irrita um juiz é saber que um advogado ganha muito mais do que ele. Na verdade, quando o advogado é muito rico, pode ter certeza que também enfia a mão na merda. Como advogado, para enriquecer de verdade, você tem que saber comprar promotores e juízes, além de advogados de outras empresas, para que escolham o seu escritório quando houver necessidade. A Lava Jato está cheia disso. Cansei de ver um colega fodendo o outro para depois ficar com a conta da empresa. Talento muita gente tem, mas construir um círculo de poder e dinheiro e saber gerir isso, mesclando cuidado e ousadia, poucos sabem.

É por saberem disso que muitos juízes ficam putos com o dinheiro que os caras ganham. Sempre acham que merecem ganhar ainda mais do que os advogados mais bem pagos, porque os riscos maiores seriam deles, e não dos advogados. Mas a verdade, e todo mundo sabe, é que a maior punição que um juiz recebe é aposentadoria compulsória, e mesmo para chegar a isso tem que aprontar um monte e fazer muito mal feito.

E como vocês recompensam os juízes?

É um pouco diferente, porque os caras são muito vaidosos, alguns se acham intelectuais. Quando o cara é muito vaidoso, o melhor método é pagar uma palestra com 100, 200 ou 300 mil reais, e ainda faz o cara se convencer de que é por sua cultura jurídica. Ou fazemos seminários internacionais com grandes jornais e revistas comentando e fotografando – aí eles piram. Nesse meio, você tem que saber comprar a vaidade dos caras, fazer com que se sintam mais importantes do que são. Ou então compramos diretamente a sentença.

Você pergunta o preço da sentença e paga, assim, na cara de pau?

“Como você acha que funciona?”, retruca Sérgio, sempre se divertindo muito por estar dando aulas de sociologia prática da vida real.

Vou lhe contar um caso que vai fazer você entender como tudo funciona. O João queria abrir uma casa noturna em Florianópolis, só para se divertir. O diabo é que encasquetou de construir a boate num lugar que era área de proteção ambiental, o MP [Ministério Público] local encravou e a história virou uma pendenga judicial. Aí tive que ir lá para acertar com o juiz. Quando deixei tudo combinado, o João mandou uma loura – que foi favorita dele durante um tempo e depois passou a trabalhar com a gente, dessas muito bonitas e de 1,80 de altura, como só tem no Sul – levar, numa bolsa grande dessas de marca, um milhão de reais, misturando reais e dólares.

A ordem do João foi mais ou menos assim: “Põe aquele vestido vermelho justinho da Armani que te dei, entrega a mala e faz o juiz feliz.” O fulano passou um fim de semana com a loura, ficou com o dinheiro e a mala, e o João construiu a boate bem onde queria. É assim que funciona com o Judiciário.

Mas não foi uma experiência agradável, vou confessar, já que a moça foi humilhada de um modo meio violento. Fomos ela e eu levar a mala com dinheiro vivo para o juiz. Começamos a discutir o modus operandi jurídico

do caso com o juiz e mais dois auxiliares na própria sala do juiz, depois do expediente.

Betina, era assim que a moça se chamava, era estudante de Direito e de vez em quando arriscava um palpite sobre o caso. A certa altura, o juiz se irritou e disse que ela não era advogada, mas puta, e estava ali para outro serviço. Na mesma hora, botou o pau para fora, na minha presença e de outros dois, e mandou a moça chupar.

Depois mandou que fizesse o mesmo com os dois funcionários. Em seguida entra um terceiro assistente, todos obviamente de confiança do juiz e de sua equipe “privada”. Ao ver a moça ainda de joelhos e já com o belo vestido meio rasgado, lança um olhar entre divertido e intrigado à cena, e então o juiz o interpela: “Quer também?” Ato contínuo, a moça cumpre pela quarta vez o mesmo ritual. Esse pessoal adora um abuso, quase tanto quanto dinheiro.

As mulheres sempre participam desse jogo?

Nem todo mundo gosta de misturar putaria e trabalho, mas se você for carente e cair nessa, está fodido. Aí fica na mão mesmo. E o diabo é que o que mais existe é gente carente afetivamente, que sem perceber cai nessa armadilha. Eu, por exemplo, não participo. Como tenho mulher parceira, não tenho este tipo de carência. Não digo que não tenha participado uma vez ou outra, nesses quase 20 anos em que trabalho aqui, mas não é a minha praia.

Mas tem muitos que gostam. Os estrangeiros, por exemplo, adoram. Passei um ano em Londres trabalhando como estagiário na área jurídica do mercado financeiro e lá a putaria é mais pesada. Onde tem muito dinheiro tem muita putaria. Pesada mesmo, todo tipo de coisa que você for capaz de imaginar. Tipo alugar castelo do século XVII para um fim de semana com muita droga e muita festa para todo tipo de gosto.

Afinal, todas as máfias do mundo estão por lá, russos, árabes, africanos, brasileiros. Londres é uma grande lavanderia atrás da fachada da realeza. Comparados com eles, somos amadores. Mas o João sabe fazer esse jogo, não é nenhum amador. Por exemplo, para funcionar, não pode parecer putaria barata, e o João é um gênio nesse jogo.

Outro dia tivemos um cara, um norueguês, da companhia de petróleo deles. O cara sabe tudo de prospecção de petróleo. O João se encarregou pessoalmente de armar a festa. Ele tem uma ilha em Angra só para isso, com heliporto e um iate lindo. Tudo encoberto pela mata atlântica, privacidade total. É um fim de semana de sonho.

A gente tem de 15 a 20 mulheres lindas, que podemos chamar a qualquer hora, algumas ganham presentes caros todos os meses, outras a gente paga mesmo, e nenhuma delas você diria que é puta. São lindas, elegantes, sabem conversar, usam roupas caras, se comportam e não destoam em nenhum ambiente. Algumas você deve conhecer, aparecem na internet, mas isso eu não posso contar. O norueguês, por exemplo, ficou tão louco que queria levar uma delas para a Noruega.

O João aproveita e chama ainda um juiz, um político, um amigo do mercado ou um procurador mais chegado, chama também alguns daqui do banco mesmo, que sabem criar o ambiente mais relaxado e agradável possível, tudo para criar um clima de festa normal. O segredo é forjar “amizades”. Às vezes montamos negócios inteiros com todos os interessados participando, mas sem parecer negócio, como se fossem amigos se divertindo.

Você tem que saber misturar e montar para parecer diversão entre os “parça”, entende? Lá as meninas sabem fazer o trabalho do melhor modo possível. Tudo parece a coisa mais natural do mundo, como uma festa normal e animada entre conhecidos. Nisso de criar uma relação de confiança, o João é impagável. Eu só faço o meio de campo. O astro é ele.

E cabe a você comprar as pessoas para os negócios andarem?

Quem existe neste mundo que não é comprado de alguma forma? Comprar alguém bem comprado não envolve só dinheiro. Você tem que comprar uma relação de confiança. Sem isso, todo o dinheiro do mundo não conta. E isso é um talento.

João costuma dizer que quem manda no Brasil, a elite, não soma mais do que 800 pessoas, e que ele e eu conhecemos cada uma delas. Desses 800 pessoas, 600 estão em São Paulo, 100 em Brasília e 100 no resto do Brasil. Temos uma relação excelente com boa parte desse pessoal, e diria que, com pelo menos umas 100 dessas 800 pessoas, temos uma relação de confiança construída ao longo dos anos.

Um banco, como qualquer empresa, vive de oportunidades de negócios que a conjuntura econômica e política cria. Se você é realmente um bom empresário, não pode ficar apenas esperando que a oportunidade surja com a conjuntura, pois aí vai ter muitos rivais e concorrentes.

Um bom empresário ou banqueiro é o que percebe a oportunidade quando ela aparece. Mas se você é muito bom, melhor que os outros, como no caso do João, então você tem que fazer com que a oportunidade aconteça só para você ou que você possa aproveitá-la antes dos outros.

Este é o segredo do nosso negócio. Se deixa passar uma janela de oportunidade, você não é bom no que faz. Mas nós somos muito bons no que fazemos. Nós criamos a oportunidade de tal modo que ela caia no nosso colo. Para isso servem as relações de confiança cultivadas ao longo dos anos.

Antônio: o gerente da cadeia de lojas e a luta de classes na classe média

Antônio Bianchi é gerente-geral de uma cadeia de lojas de roupas femininas com sede em São Paulo. A cadeia possui 12 filiais em oito das maiores cidades

brasileiras. Bianchi cuida pessoalmente das de São Paulo e visita regularmente tanto as franquias como as lojas próprias fora do estado. Lúcia Amaulfi é gerente de um dos departamentos da matriz em São Paulo.

Por meio de Lúcia foi possível reconstruir tanto o estilo de gerência de Antônio como a forma pela qual ela, típica representante da massa da classe média, reage a uma relação de trabalho abusiva. As entrevistas com os dois foram enriquecidas com a observação empírica do funcionamento das lojas em São Paulo e com breves entrevistas com outros funcionários e funcionárias.

O cargo de direção de Bianchi foi conseguido por intermédio das relações familiares de sua mulher, parente próxima dos proprietários da rede de lojas, uma típica empresa familiar que logrou crescimento expressivo a partir do ano 2000. Bianchi, como gosta de enfatizar, é quem chega primeiro e quem sai por último na sede administrativa.

Ele é admirador de Flávio Rocha, dono de uma grande cadeia de lojas, em parte concorrente mas em faixa de mercado distinta: as lojas Riachuelo. Ele se entusiasmou com a campanha deste à presidência da República (depois abandonada). Na eleição anterior, votara em Aécio Neves.

O que Bianchi admira em Rocha, além de sua trajetória pessoal, é a clareza do pensamento.

O Flávio Rocha aumentou a riqueza da família e não foi apenas mais um playboy que gasta em bobagens o dinheiro que os pais ganharam com suor. O que acredito é no trabalho. Por conta disso, faço questão de ter uma relação próxima com meus funcionários, eles precisam saber que podem contar comigo e também conto com eles. Um bom ambiente de trabalho é a chave para o sucesso da empresa.

Acho que o Flávio é o homem certo no Brasil para acabar de vez com a politicagem e os privilégios dos funcionários públicos, por exemplo. Ninguém trabalha bem se sabe que não pode ser demitido. Hoje em dia o Estado tem que funcionar como uma empresa, o que não dá lucro tem que acabar. O Flávio é o homem certo na hora certa. O Brasil tem que dar um

grande salto para a frente e agora, com todos os vagabundos e corruptos na cadeia, chegou a hora de fazer isso.

Quem é o grande inimigo do Brasil?

O PT quase acabou com o Brasil. A crise que vivemos agora é a herança que esse pessoal deixou. Aqui em São Paulo esse pessoal nunca se criou. Aqui a gente gosta de trabalho e ninguém ganha nada de graça. Ninguém gosta de trabalhar para os outros.

Você se refere ao Bolsa Família?

Sim, mas não só. O PT queria criar uma nova Venezuela por aqui. Esse pessoal gosta da bagunça, do caos, o Brasil estava indo para o precipício. É o nosso futuro que está em jogo, temos que dar um basta nisso. A corrupção e a ladroagem desse pessoal ia acabar com o Brasil.

Não sou contra ajudar uma pessoa, dar uma oportunidade, mas a gente tem que ajudar a quem se ajuda, como faço aqui nas minhas [sic] lojas. Meus colaboradores sabem que podem contar comigo e sei que posso contar com eles. Somos um time que joga junto e se conhece.

E como a política deveria ser tocada?

Temos que ter o mínimo de politicagem possível. O populismo é como uma doença, se você acredita nele vai ser enganado o resto da vida. Temos que dar espaço agora aos empresários bem-sucedidos, que não precisam roubar porque já têm muito dinheiro e sabem como tocar uma empresa de modo eficiente. O Estado tem que ser eficiente também, e não só uma mamata para quem não tem a competência de ganhar dinheiro no mercado. O mundo

moderno mudou e temos que acompanhar essas mudanças. Ninguém atura mais ser roubado por esse pessoal.

A dimensão política é importante para a vida de Bianchi – quase tanto quanto sua dedicação à empresa. Na verdade, as duas coisas se misturam de modo indelével. Lúcia Amaulfi, que entrevistei várias vezes, contou que, sempre que surgem assuntos políticos importantes, ele manda avisos aos funcionários – que chama de “colaboradores”, na melhor tradição da “nova língua” do capitalismo financeiro, que pretende transformar o trabalhador em “colaborador” ou “empresário de si mesmo”. Assim, quando da votação sobre a prisão de Lula em segunda instância pelo STF, Bianchi disparou vários e-mails a todos os colaboradores, pedindo que fossem à rua defender que a “justiça fosse feita”.

Lúcia me mostrou alguns desses e-mails. Neles Bianchi diz estar pensando no futuro dos próprios funcionários ao pedir que fossem à rua. Lula, por exemplo, devia ser preso para mostrar que existe lei no Brasil. O futuro do Brasil dependeria disso. E não são apenas e-mails.

Os funcionários de esquerda são sumariamente demitidos. Lúcia me conta que esconde suas preferências políticas porque Bianchi deixa bem claro que não admite militante “esquerdopata”, como diz, na empresa: “Do meu bolso não sai um tostão para militante esquerdista.”

Quando o STF negou o habeas corpus a Lula, Bianchi fez festa na empresa e em casa. Abriu garrafas de espumante Freixenet para os funcionários e cada um tomou uma pequena taça. Diante de todo mundo, abriu também uma garrafa de Moët & Chandon Impérial para ele e os assessores mais próximos da diretoria, e fez todos brindarem juntos. Lúcia nunca o viu tão alegre: “Estava exultante, parecia que tinha ganhado sozinho na loteria. Acho que nem lhe passa pela cabeça que alguém possa ter uma opinião diferente.”

Mas a festa de arromba foi em sua casa, à noite. Todos os diretores e gerentes foram convidados e comentaram depois. “No dia seguinte, foi a primeira vez que o vi chegar tarde ao trabalho”, conta Lúcia. O grito de guerra da festa era “viva a

justiça”, ou “foi feita justiça”, como ficou registrado em filminhos feitos com celulares.

Eu não consegui ir. Aquele foi um dos dias mais tristes da minha vida. Inventei um problema com minha filha pequena e não fui. Chorei muito, porque minha família foi dessas que o PT e Lula ajudaram. A gente saiu da merda por conta disso e eu pude estudar e minha irmã também.

Vim de Londrina, sou de uma família de imigrantes pobres que haviam sido expulsos da terra por grileiros na região de Maringá. Estudei na UEL e aprendi com minha mãe a não baixar a cabeça para ninguém. Como sou muito branca e tenho cara de gringa, ninguém imagina o perrengue que já passei.

Ainda pior do que ele, segreda Lúcia – que é de esquerda e vota no PT, mas, como outros funcionários, esconde o fato no ambiente de trabalho –, é a sua mulher, Maria Antônia, uma “peruaça arrogante” que adora bolsas enormes e chamativas da Dolce & Gabbana e roupas caras com apliques dourados.

Certo dia, ela entrou na loja e perguntou a uma empregada recém-chegada por que uma das luzes estava apagada no teto. A moça nem tinha olhado para cima até então e foi confrontada com o fato como se pessoalmente responsável pelo erro. Ela disse gaguejando que não sabia responder e levou, na expressão de Lúcia, uma “mijada” da mulher, que a acusou de descompromisso e falta de iniciativa. Lúcia a encontrou pouco depois chorando no banheiro e tremendo de medo de ser despedida.

Bianchi e Maria Antônia, no entanto, gostam de Lúcia. Quando perguntei o motivo, Lúcia explicou:

Não dou pinta de pobre e pareço rica. Não compro coisas caras, mas me arrumo todo dia antes de trabalhar. Depois, para sobreviver, aprendi a dizer

o que querem ouvir. Fico ouvindo essa perua dizer merda no meu ouvido o tempo todo e ainda dou trela. Ela me adora!

Lúcia é muita viva, inteligente e espontânea, e o fato de ser desbocada é o dado mais visível de sua origem popular.

Sempre penso na minha mãe, que, quando eu era pequena e falava demais no ouvido dela, dizia: “É melhor ouvir merda do que ser surdo.” Isso me ajuda até hoje. Outro dia ela teve a coragem de me contar que tinha ido ao cabeleireiro, um dos mais caros aqui de São Paulo, o cara que faz o cabelo de todas as atrizes, e se recusou a lavar o cabelo com uma funcionária negra: “Essa mulher não toca no meu cabelo!”, disse Maria Antônia na frente da moça negra.

Quando eu disse a Lúcia que este tipo de coisa hoje em dia dá cadeia, ela retrucou:

Não sei em que mundo você vive, mas esse pessoal diz o que quer e faz o que bem entende. Essa mulher tem prazer em humilhar os outros. Toda vez que visita a matriz uma onda de medo e angústia se espalha entre os funcionários. Poucos dias atrás ela encrencou com uma moça do interior de São Paulo que trabalhava na seção de cosméticos.

Maria Antônia olhou para ela e disse: “Você tem um rosto muito pálido e manchado. Ponha maquiagem para esconder isso. Afinal, é o que você vende aqui e tem que começar a usar em você mesma.” “Mas não gosto de maquiagem exacerbada”, disse a moça. Maria Antônia então respondeu: “Faça o que mandei! Só não mando você embora agora porque sei que é uma morta de fome e precisa desse emprego.”

Se a mulher pega pesado com os funcionários, Bianchi faz o tipo amigo e

compreensivo, o gestor de pessoas do capitalismo financeiro. Mas ele é, segundo Lúcia, tão controlador e “filho da puta” quanto a esposa: “Nunca me deixei enganar por estes dois. São unha e carne.” Além de Flávio Rocha, outro político de que Bianchi gosta é Geraldo Alckmin.

Ele é um político diferente, honesto, leva uma vida sem luxos e é dedicado à família. Você nunca ouve nada de estranho sobre Alckmin. A vida dele é um livro aberto e, além de tudo, é um cara simples. Mas para a presidência prefiro o Flávio [Rocha], que tem ideias novas, é destemido e ousado. Se ele não se lançar à presidência, meu voto fica com o Alckmin. Outro nome que gosto é o Meirelles, que entende o que o mercado quer.

Sergio Moro é outro ícone de Bianchi. Para ele, Moro é destemido e tem coragem de enfrentar os poderosos. Quando perguntado acerca de quem são esses “poderosos”, Bianchi não titubeia: “Lula, José Dirceu e Eduardo Cunha são os chefes das quadrilhas mais importantes do Brasil.” E Moro conseguiu “botar todo mundo na cadeia”. “Isso não é para qualquer um.”

Os funcionários e funcionárias que entrevistei relatam que Bianchi parte do princípio de que todos os funcionários pensam como ele. Em toda eleição, manda e-mails dizendo em quem vai votar e aconselhando em quem os funcionários, para o próprio bem deles, deveriam votar.

Exceto em nível nacional, em que a escolha é pela pessoa, no plano estadual é sempre o PSDB, com Alckmin e Serra à frente. Quando o tema são questões políticas candentes, ele convida os funcionários a irem para a rua protestar e diz que espera encontrá-los por lá. Segundo Lúcia, muitos vão com medo de se indispor com ele e o procuram na rua para “serem vistos”.

Na última vez, como vimos acima, ele chamou os funcionários para protestarem “em defesa do próprio futuro dos funcionários, contra o julgamento do habeas corpus que poderia libertar Lula da prisão”. Bianchi escreveu um e-mail em que pedia um “basta” e punição exemplar para os bandidos que

acabaram com o Brasil, em especial para Lula. Meio envergonhada, Lúcia conta que não conseguiu se esquivar.

Foi foda ver todas aquelas galinhas de classe alta cacarejando merda no meu ouvido. Mas tive que ir e quase todo mundo foi. Esse é o único emprego que tenho, meu salário não é ruim, e, se o perder, dificilmente encontro outro. Aprendi a sobreviver neste ambiente. E ainda tive que procurar o Bianchi por lá, para que ele me visse, afinal sou gerente da minha área. Não consegui encontrá-lo, mas fui vista por muita gente que sei que conta tudo para ele.

Ao topar com um colaborador nesses comícios de direita, Bianchi é especialmente efusivo. Abraça e cumprimenta. Ele acredita que o Brasil está à beira de uma revolução importante e quer que todos participem dela com o mesmo ardor e convicção que demonstra. Como sempre, “para o bem dos próprios funcionários”.

A família Prado

Fui recebido na casa da família Prado em duas ocasiões. A primeira vez foi uma entrevista tradicional com horário marcado e, a segunda, um almoço de domingo, um delicioso cozido no melhor estilo baiano, feito pela cozinheira da família que trabalha na casa há mais de 10 anos. O almoço valeu por várias entrevistas convencionais, sobretudo devido à interação espontânea entre os membros da família.

O ambiente descontraído leva as pessoas a revelarem mais o que efetivamente sentem e a esconder menos as opiniões que consideram controversas. Além disso, a observação dos comportamentos concretos é o ponto mais sugestivo de todos. Afinal, não controlamos nosso comportamento tanto

quanto nossas declarações e temos pouca consciência da forma como os outros nos percebem.

Discreto, afável e muito bem-educado, Luiz Prado é um engenheiro de minas muito bem-sucedido, com uma pequena empresa, da qual é o único funcionário, que presta assessoria a empresas internacionais interessadas na prospecção de pedras preciosas no Brasil. A especialidade de Luiz é a região amazônica, que conhece bem por estudos e viagens frequentes. Em 2011, um ano especialmente bom para seus negócios, Luiz chegou a ganhar 2 milhões de reais.

Sua mulher, Bibiana, também tem carreira de sucesso, como advogada de um grande escritório de São Paulo. Assim como Luiz, ela herdou a profissão. O pai era advogado conhecido, professor de universidade de renome e dono de uma banca respeitável. Os quatro filhos seguiram a carreira e, com exceção dela, todos trabalham no escritório deixado pelo pai, hoje aposentado e com 91 anos.

Bibiana conseguiu emprego no escritório de um ex-professor admirado por todos. Ela me conta que o maior orgulho de sua vida foi quando esse professor a convidou para fazer mestrado com ele.

Ele é que escolhia quem orientar, pois todo mundo queria isso. Mas era regra não escrita que ninguém podia pedir. A iniciativa tinha que partir dele e era a maior glória para um jovem estudante. Depois disso, ainda me convidou para o seu escritório. Assim, entre os filhos, sou a única que não continuou trabalhando com meu pai.

Como o escritório é especializado em direito criminal e administrativo, Bibiana atuou num dos processos da Lava Jato, pois entre os clientes havia empresas de construção civil implicadas na operação. Esse episódio mudou sua forma se enxergar as coisas e a vida política nacional.

Confesso que não era exatamente interessada em política e só votei no PT ou na esquerda nos mandatos de Dilma Rousseff. Sempre achei importante ter

uma mulher presidente da República num país machista como o Brasil. Sempre fui meio feminista, mas nunca gostei de política partidária. Preferia ficar longe disso. Mas a patifaria que vi na Lava Jato me abriu os olhos para muita coisa. Hoje vejo tudo de um modo diferente. Tenho outra visão política.

Como assim?

Isso é tudo armado, e muitos são uns cretinos. A justiça para eles não vale nada. São caras obcecados pelo ódio político, além de vaidosos. Tem juiz que o pai era fundador do PSDB e que tem um ódio psicótico de classe contra o PT e contra Lula. E o pior é que usam a blindagem que têm na imprensa para fazer todo tipo de patifaria, como mandar vigiar ilegalmente o trabalho da defesa e perseguir advogados, porque sabem que nada vai acontecer com eles. É isso que mais me incomoda. Eu me tornei advogada porque admiro o Direito, e hoje o Direito não existe mais no Brasil. E a culpa principal é deles e do estado de exceção que criaram no Brasil.

Eles fazem escutas ilegais o tempo todo, espionam o trabalho da defesa, hoje a gente sabe de tudo, um nojo! E ainda agem como promotor e juiz ao mesmo tempo, condenam as pessoas antes do processo, nunca levam em conta as provas, tudo por vaidade e ódio político. Tem gente que é psicopata e ninguém tem coragem de agir contra eles.

Não digo que seja todo mundo igual na Lava Jato, mas o Sergio Moro é o pior. O Bretas, por exemplo, entrou na mesma onda de aparecer para a imprensa e tudo o mais, mas não alivia para ninguém, ele acredita mesmo que está limpando o mundo. Ele é vaidoso, mas está tentando, ao modo dele, fazer bem o seu trabalho. Já o Moro tem como missão na vida destruir o Lula e o PT por puro ódio político.

Ele jogou o estado de direito na lama e ainda é homenageado por conta disso. O país está doente e quando mais a gente precisava do STF para

restabelecer o direito, mais a gente vê como as pessoas são covardes e egoístas.

Por que o STF tolera esse tipo de abuso?

Aí quem tem razão é meu velho professor, que é uma pessoa brilhante além de ótimo advogado. A melhor explicação para a covardia dos juízes indicados pelo PT foi ele quem deu. Esses caras, agora que o contexto político mudou, têm que provar que não possuem nenhuma relação com o PT. Exageram na mão precisamente para afastar qualquer suspeita. Aí se tornam mais realistas que o rei e são tão parciais quanto o Moro. Mas o circo está caindo. As pessoas percebem que tem algo errado. Essa mentira não convence mais. Fiquei tão chateada com tudo que tive medo de ficar doente. Preferi não atuar mais nesses casos. O jogo sujo é muito pesado.

Na primeira entrevista apenas com os dois, Luiz permaneceu calado enquanto Bibiana emitia as opiniões. Perguntei-lhe o que achava de tudo isso e, meio a contragosto, ele disse que entende a esposa, mas considera a opinião dela um pouco radical.

Acha que a Lava Jato cometeu exageros, é verdade. Talvez Moro devesse mesmo ter sido punido e afastado, mas nem tudo foi ruim. Afinal, pela primeira vez os poderosos foram presos no Brasil. Bibiana não se conteve e disse: “Então você nunca viu um poderoso de verdade, meu querido, esses continuam mandando como sempre.” Quando Luiz se levanta para pegar uma jarra de suco de uva, Bibiana me confessa:

O Luiz não é muito interessado em política, nunca foi, lê os jornais e acredita no que lê. Mas ele é um bom companheiro, é louco por mim e ótimo pai das crianças. Para mim é o que importa. O que nunca entendi é que ele tenha ganhado tanto dinheiro nos governos do PT, quando os negócios dele,

como os de quase todos, iam de vento em popa, e ainda assim tenha apoiado esse “golpeachment”. Acho que ele hoje se arrepende, com certeza, mas não vai me confessar nunca.

O almoço de domingo me deu a oportunidade de conhecer os dois filhos do casal: Juliano, de 21 anos, e Leandra, de 17. Juliano tem a mesma personalidade do pai e até seus trejeitos são semelhantes. Discreto e calado, só falou e se abriu mais quando provocado por Leandra.

Já esta parece mais com a mãe, com certa dose de rebeldia e voluntarismo ainda maior. É falante, inteligente e curiosa. Era o centro e o pivô de todas as discussões à mesa de almoço. Apesar de se dar bem com o irmão, sua ironia era ferina, tanto com ele como, em menor grau, em relação ao pai. Nessa casa da alta classe média paulistana, as opiniões e as visões de mundo se dividiam segundo o gênero.

Luiz me conta que seu interesse em minérios se deve à convivência com o pai, que trabalhou no Ministério das Minas e Energia durante o governo militar em Brasília.

Passei toda a minha adolescência em Brasília, numa casa no lago Sul, e tínhamos churrasco com os amigos todos os domingos. Meu pai era alto funcionário, uma espécie de braço direito do ministro. Foi ele que prospectou boa parte dos minérios preciosos da Amazônia. A exploração de minérios era então uma das prioridades do governo.

Quando saiu do governo, o pai fundou uma empresa que assessorava investidores e empresas estrangeiras. Peguei o know how dele; desde jovem eu o acompanhava nas viagens. Sofri muito quando ele morreu, foi o melhor amigo que tive na vida. Hoje continuo o legado dele. Fico contente que meu filho estude engenharia de minas e possa trabalhar comigo depois. Mas sempre procurei não influenciar as escolhas dele.

Existem relações políticas no seu trabalho?

Sempre tem, mas me defino como apolítico. Prefiro me concentrar no aspecto técnico e fazer meu trabalho do melhor modo possível. Mas é claro que todas as licenças de prospecção e de exploração são questões políticas, que exigem esforço político, e às vezes tenho que tratar disso também, mas não gosto nem é o meu forte. Meu filho pensa como eu, a política aqui em casa é coisa das mulheres.

Todos riram muito e Juliano confirmou o que disse o pai. Quando adolescente, o jovem morou um tempo nos Estados Unidos e tem o costume de misturar palavras em inglês em tudo o que diz em português.

Leandra participa de todo tipo de atividade política na escola com as amigas e assume o protagonismo com orgulho.

Aprendi com minha mãe que uma mulher tem que se defender, tem que ter atitude, e não aceitar calada as coisas que não concorda. Eu já li O segundo sexo, da Simone de Beauvoir, e leio todos os livros e vejo todos os vídeos da Marcia Tiburi. Também gosto muito da Manuela D'Ávila. Quero votar nela.

Esse exemplo, além do da minha mãe, são importantes para os mais jovens. Eles mostram que não sou louca por me sentir como me sinto. No ano passado teve a maior treta no colégio porque os meninos ficavam assobiando para as meninas de shortinho. E ninguém fazia nada a respeito.

Eu e minhas amigas compramos uns shortinhos bem curtos, que nunca uso, na verdade, só para provocar e marcar posição. Gravamos no celular e desafiamos os meninos envolvidos no assédio anterior, para ver se tinham coragem, agora, sendo filmados, de nos assediar.

Deu a maior confusão e todo mundo foi parar na sala do diretor, teve reunião extraordinária com os pais, uma confusão só. Mas ganhamos. Não

só acabaram os assédios, como o colégio instalou câmeras nos corredores para controlar os abusos. Foi uma vitória nossa porque mostramos atitude.

Enquanto Juliano ouvia a irmã com um sorriso irônico de Mona Lisa, os pais, sobretudo a mãe, pareciam que a qualquer momento iriam explodir de tanto orgulho da filha.

Renata e Roberto: a classe média de Oslo

Renata Berger e Roberto Gouveia moram no Rio de Janeiro, num belo apartamento com uma vista espetacular para a lagoa Rodrigo de Freitas. Ali fui recebido pelo casal num final de tarde de sábado, e o entardecer foi belíssimo.

Roberto é carioca, torcedor fanático do Fluminense e cirurgião-plástico. Renata é gaúcha e, apesar de morar na capital carioca há muito, guarda intacto o sotaque gaúcho. Pergunto-lhe de qual ramo da família vem o Berger, e ela me conta que da parte da mãe, confirmando a tradição brasileira de preservar de qualquer modo o nome estrangeiro caso seja europeu, mesmo que não seja o patronímico, mais ainda se for alemão – “mais branco que os brancos”, diria Gilberto Freyre. O costume está arraigado também em outras etnias, como a italiana. No Brasil, isso funciona um pouco como atestado de origem, uma porta de entrada lateral à casa-grande.

Renata é estilista de moda, tem parceria com uma loja on-line, para a qual desenha as roupas, além de escrever para uma conhecida revista feminina. É entusiasta do empreendedorismo sustentável. Durante a entrevista, ela se desculpa para atender a ligação de um amigo e depois comenta: “Esse cara, o Ricky, é sensacional, tem uma fábrica de sapato que só usa material *upcycling*. É a marca dele, é um cara com muita consciência política.”

Quando pergunto o que é *upcycling*, Renata explica que é uma palavra ainda sem tradução em português – ou seja, o mero emprego dela já é um capital, revelando o caráter de iniciado de quem a usa –, mas se refere ao processo de

transformar objetos já existentes em produtos novos, mas sem reciclagem. Renata continua com entusiasmo:

Esse é o método mais eco-friendly que existe. Primeiro, não precisa de energia para transformar o produto, como na reciclagem. Depois, evita que toneladas de tecidos terminem no lixão, onde levam anos para se decompor. Ele morou um bom tempo nos Estados Unidos trabalhando e aprendendo com um cara que praticamente inventou o upcycling. Só usando material descartado pelo exército americano, ele fazia roupas lindas. O Ricky se concentra em sapatos e já vende para o mundo todo. Ele é uma das pessoas que mais admiro no mundo.

As roupas que Renata desenha são comercializadas on-line e confeccionadas com material reciclado e *upcycled*, como redes de pescadores e malhas descartadas, submetidos a processos de tingimento que usam menos água e geram menos desperdício.

O mais legal disso tudo é que consigo criar uma nova história para um material que estava destinado ao lixo e a causar danos ao meio ambiente. Todas essas malhas e essas redes de pesca têm uma história passada que podemos repassar e dar nova vida. É possível unir o velho ao novo, já que acrescento malhas novas às antigas, e criar algo único e bonito.

Acho que meu trabalho permite essa continuidade do passado no presente, porque cada peça simboliza a possibilidade de criar beleza com algo que pensamos que já tinha dado tudo que tinha que dar. O que mais gosto é preservar a história que os tecidos usados guardam. Por isso, misturo as cores dos tecidos originais com técnicas de gotejamento de tintas a fim de criar roupas superestilosas.

Até então calado e bebericando uísque, Roberto entra na conversa: “A

Renata já ganhou prêmios importantes de tecnologia sustentável de entidades internacionais de renome.” Renata confirma e conta:

O prêmio foi por uma coleção de vestidos que fiz, anos atrás, toda baseada na obra de pintores importantes. Sempre gostei muito de arte, especialmente de pintura. Assim, uso muito os motivos do Pollock, do Kandinsky e do Matisse nas minhas roupas. A roupa pode ser arte também.

Se você une a beleza da arte à riqueza da história que toda roupa usada tem para contar, e isso de modo sustentável, com pouco desperdício, que vai fazer feliz a quem usa, então você está tornando o mundo um lugar um pouquinho melhor. Essa é minha forma de fazer política. Não acredito na política tradicional nem nos partidos. Se você quiser ajudar o mundo a ser um lugar melhor, você tem que make a difference naquilo que faz.

Em quem você vota?

Voto nas pessoas em quem confio. Já votei no Gabeira e no Freixo, mas gosto mesmo é da Marina, porque acho que ela indica um caminho diferente e ainda simboliza, na pessoa dela, a história dos povos indígenas no Brasil, que é uma das áreas em que atuo também.

Já fiz várias matérias sobre povos indígenas e adoro o artesanato deles, que também aproveito muito como inspiração para minhas roupas. Além do meio ambiente, a causa indígena é a que mais me comove. Faço parte de iniciativas como o fair trade, que ajuda na comercialização de produtos sustentáveis usando redes internacionais.

Estou indo cada vez mais para a Suíça, a Alemanha e a Áustria, por conta dos meus negócios e da minha facilidade com a língua, que aprendi na família, mas este é um mercado em expansão por toda parte. As pessoas querem cada vez mais se alimentar e se vestir e saber que o produto foi feito sem agrotóxicos e produzido pela comunidade local. Acho que esta é a

tendência do futuro. A gente tem que proteger o pequeno produtor e os métodos tradicionais de cultivo. Esse pessoal é representante de uma tradição milenar.

Eu me vejo como mera ajudante, um elo nesse processo que une o produtor e o consumidor. Essa é uma causa que abracei com muito amor e muita dedicação. Nós somos um país de assassinos de índios e hoje vejo como minha missão de vida divulgar a arte riquíssima desses povos.

Uso nas minhas roupas motivos indígenas e já fiz várias reportagens na revista sobre eles. Agora estou usando minha rede de contatos para ajudar na comercialização desse artesanato. É um pouco do que posso fazer para compensar tanta injustiça.

Renata me mostra diversas obras indígenas espalhadas pela sala e me explica o que cada uma significa. “É incrível”, diz ela, “mas os estrangeiros dão muito mais valor a isso do que nós mesmos.” E dá lucro essa atividade? “Antes dava mais trabalho que lucro, agora está começando a mudar. Eu só fico com a parte que tem a ver com meu trabalho de comercialização e procuro sempre dar uma remuneração justa aos produtores.”

Como surgiu esse interesse?

Eu e o Roberto fizemos uma viagem pela Amazônia que mudou nossa vida. Qual país no mundo tem uma natureza como aquela? E como a gente valoriza pouco! É um povo com cultura tão rica, apesar de tão sofrido. Depois passamos um tempo na ilha do Marajó e pude aprender sobre a cerâmica marajoara, que é o que mais vendemos para o exterior, mas o que mais gosto são as máscaras, como essas aqui que tenho em casa. São feitas com as cascas das árvores e têm toda uma simbologia muito bonita. Eu me orgulho de estar ajudando na divulgação dessa arte no exterior.

Como editora de moda, as reportagens de Renata têm sempre este perfil de

aliar a moda ao espírito ecológico e à defesa da expressão artística de comunidades ameaçadas. Mas Renata é uma espécie de faz-tudo na revista e também entrou na seara do feminismo de autoajuda.

Todo o mercado editorial está passando por dificuldades desde alguns anos, tivemos que demitir muita gente e foi tudo muito penoso. Agora tenho também uma coluna na qual ajudo a mulherada a não se desesperar.

Vou mais no meu feeling. Sou mulher e lido com mulheres o tempo todo, e sei onde o calo aperta. Procuro fazer com que as pessoas vejam a parte boa da vida que levam. É o velho lance do copo cheio e do copo vazio, depende como você encara as coisas. Uso minha própria experiência para dar um pouco de estímulo para minhas leitoras.

O Roberto não tem paciência para sair comigo e com minhas amigas do trabalho, prefere jogar tênis e tomar uísque com os amigos. Cada um tem que ter seu espaço, e a maior parte das reclamações das minhas leitoras tem a ver com coisas assim, em exigir demais da outra pessoa e do relacionamento. Eu uso as histórias que acontecem comigo e minha experiência para mostrar como a gente tem que ser inteligente para descobrir o lado bom das coisas e aceitar o outro tal como ele é.

Nessa hora, chega o adolescente filho do vizinho com os três cachorros do casal, que não tem filhos. Ele tinha saído para passear com eles na pista da lagoa Rodrigo de Freitas. Roberto me olha e diz: *Veja como a Renata é. Enquanto todo mundo fica comprando cachorros de raça, supercaros inclusive, a Renata pegou três cachorros na rua, são todos vira-latas, embora hoje não pareça, de tão bem cuidados que são. Mas estavam bem doentes e feios quando chegaram. Como sempre, a Renata transformou isso em política. Tanto na sua coluna na revista como aqui no prédio, com os amigos e vizinhos, ela incentiva para que cuidem dos cachorrinhos abandonados. Alguns amigos do prédio já aderiram. Tudo ela transforma numa causa política que possa make a difference. Não é muito a*

minha pegada, mas admiro muito a Renata. Por isso sou apaixonado por essa mulher. Ela tem um coração de ouro!

Caio: o gerente de fazenda

Conheci Caio Marcondes por meio de um colega, Sílvio, professor de uma universidade no interior de Minas Gerais, com quem Caio fez o curso de agronomia, antes de concluir o mestrado em economia rural na universidade de Purdue, nos Estados Unidos.

Atualmente, Caio administra uma grande empresa rural, com várias fazendas no Triângulo Mineiro e nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Ele mora numa delas, uma fazenda de criação de gado e cavalos de raça perto da cidade de Uberaba. Para a entrevista, Caio convidou o Sílvio e a mim para um churrasco de fim de semana na fazenda.

Caio tem verdadeira adoração por Sílvio, que guiou sua trajetória de estudos e é meio uma figura paterna para ele. Sílvio já havia me contado que Caio é um militante conservador no seu meio, com ligações familiares com o PSDB mineiro e, hoje, é admirador incondicional de Bolsonaro. A radicalização política do momento atual o jogou para a direita, explicou Sílvio. “Mas é uma pessoa boa, como você verá.”

Caio foi nos receber no aeroporto de Uberlândia e nos levou de caminhonete Hilux, na qual havia dois banners com o nome de Bolsonaro. Seguimos diretamente para o churrasco na fazenda belíssima, com gado bonito, cavalos de raça mais bonitos ainda, todos do haras local. O gado e os cavalos são o orgulho particular de Caio, que os revende para fazendeiros da região.

Os filhos e a mulher de Caio, além de alguns amigos, estavam bebendo cerveja e uísque puro malte. Assim que chegamos, a mulher nos cumprimentou e logo se retirou para dentro da casa. Era evidente que o clima entre os dois não estava bom. Depois, ficou claro que a desavença tinha a ver com o tema das “pescarias”.

Boa parte da conversa girava em torno dos acontecimentos e piadas acerca da última pescaria, supostamente de tilápias e tucunarés no belo rio Grande, ali perto. Na realidade, a pescaria, ainda que efetivamente realizada, era mais um pretexto para uma farra com amigos, uísque, cocaína e prostitutas.

Na semana anterior, Caio e a mulher haviam se desentendido pelo fato de ela ter confiscado as chaves da caminhonete, para impedir que o marido fosse “pescar”. Caio, então, viu-se forçado a pegar as chaves na marra, dando um safanão na mulher, cujos óculos foram parar embaixo da mesa. Muito míope, ela teve de engatinhar sob a mesa para recuperar os óculos em meio às risadas de todos.

Pelo visto, ao ser relembrado, o episódio ainda provocava muitas risadas dos amigos, até mesmo do próprio Caio e de seu filho mais velho, de 17 anos. Com indisfarçável orgulho, Caio chamava Júnia, a mulher, de “Dona Onça”, por seu temperamento forte, e previa que só conseguiria abrandar sua ira se a enviasse a São Paulo para fazer compras, um programa que costumava fazer com regularidade, junto com a filha mais velha, de 16 anos.

As garrafas de bebidas, que se esvaziavam com rapidez, eram guardadas para uma diversão a que se dedicariam depois do churrasco. Em casa, Caio tinha um verdadeiro arsenal, com espingardas calibre 12, pistolas automáticas de vários tipos e até mesmo um fuzil. As garrafas de cerveja e uísque eram despedaçadas a tiros, e cada rodada era motivo para apostas. Quando lhe perguntei se havia necessidade das armas para proteção da fazenda, Caio disse que ninguém seria louco para invadir a “sua” propriedade.

Eu não ameaço ninguém, mas não venham mexer com quem está quieto. Comigo não tem conversa. O agronegócio é a alma deste país, como, aliás, sempre foi. Isso aqui nunca teve indústria que não fosse protegida pelo Estado, ou seja, nunca teve vocação industrial de verdade. Nós nunca precisamos da proteção de ninguém, e toda a real riqueza deste país vem do campo. As divisas que temos vêm do agronegócio. O Estado só vem aqui para cobrar o imposto.

A esquerda acha muito bonita essa história de reforma agrária com a terra dos outros. Gente que não sabe trabalhar a terra e que não sabe retirar o que ela pode dar. E aqui não tem polícia nem patrulhamento para nos defender. Só quem vive aqui é que sabe. A nossa proteção quem faz somos nós mesmos, como tudo aqui.

Isso aqui é propriedade privada, fruto de meu trabalho, que acordo cedo todo santo dia e acompanho tudo com meu olho, sem delegar nada para ninguém. Por isso funciona. Por isso o gado melhora a cada ano e os lucros também. Se alguém vier aqui para tomar o que é nosso, eu atiro primeiro e faço perguntas depois.

E o Bolsonaro, o que acha dele?

O que gosto nele é a capacidade de falar o que ninguém fala. Gosto da sinceridade dele. Eu sempre digo o que penso e acho que ele é único político que faz isso, que tem colhão para assumir o que pensa. Normalmente, o político é aquele cara vaselina que você nunca sabe o que está pensando de verdade. O que não aceito é o Estado vir aqui só para atrapalhar e cobrar imposto.

Mas não houve uma isenção grande que o governo deu aos donos de terra?

Mas não falo desse tipo de imposto. Nós temos uma fazenda de feijão no interior de São Paulo e outra de soja no Mato Grosso do Sul. Em São Paulo tive problemas com um promotorzinho novo que encravou com uma guia de recolhimento de imposto que usávamos e quis nos processar. Aí mandei um recado para ele. Está bem quietinho agora, mal sai de casa.

Os amigos de Caio, que estavam perto da nossa mesa, riram a valer. Sílvio depois me contou como foi a história. Os caminhões de Caio usavam a mesma

guia de venda de feijão, que vale por 24 horas, para todas as operações realizadas naquele dia, e não para uma única operação, como manda a lei. Com o uso de uma única guia para todos os carregamentos de feijão, a legislação era burlada e pagava-se uma pequena fração do imposto devido.

Entendi então que, para Caio, qualquer imposto é um abuso e que ele se sentia espoliado pelo Estado. O jovem promotor que queria aplicar a lei se meteu com ele e depois, no linguajar de Caio, “meteu o rabinho entre as pernas”. “Como você fez?”, perguntei. “Mandei dar um aviso. Ele entendeu.” Todos deram uma sonora gargalhada.

Na visão de mundo de Caio, o Estado é um agente da corrupção que espolia quem trabalha. Ao indagar se apoiava a Lava Jato, Caio disse que sim, que Sergio Moro e Bolsonaro eram os maiores e mais corajosos brasileiros. Para ele, só a eleição de Bolsonaro vai assegurar a continuidade da Lava Jato. Caio não via nenhuma contradição na ameaça ao jovem promotor e no apoio à Lava Jato como suposto mecanismo de controle da corrupção.

Pelo contrário, percebia a ameaça ao jovem promotor pela mesma perspectiva do combate à corrupção estatal, uma vez que pagar imposto é alimentar a cadeia da corrupção sistêmica. Assim, Caio se vê como um baluarte na luta contra a corrupção do Estado e a favor do valor do trabalho duro e honesto.

Análise das entrevistas da alta classe média

A alta classe média, ou seja, a camada superior da classe média, que combina porções razoáveis de todos os capitais importantes – algum capital econômico e muito capital cultural, além de capital de relações pessoais –, destinada a gerir e supervisionar a riqueza da elite de proprietários, é uma fração de classe decisiva para o capitalismo financeiro hoje dominante.

Entre os indivíduos dessa camada social existe uma confusão real que os torna os perfeitos representantes dos proprietários – representados seja por uma

pessoa ou família, seja por um conselho de acionistas. Tanto os gerentes do comércio de varejo, como Bianchi, ou de propriedades rurais, como Caio, ou ainda os executivos de banco, como Sérgio, se veem todos como os responsáveis efetivos pelo negócio.

E de fato o são, o que torna sua ilusão pessoal uma “ilusão objetiva”, como diria Marx. O próprio mecanismo impessoal da valorização do capital financeiro cria as ilusões subjetivas da identificação pessoal e afetiva dos gestores com a lógica de acumulação do capital que representam. A progressiva substituição do salário por bônus, uma espécie de participação nos lucros, facilita a aproximação entre o gestor e o patrão. A confusão passa a ser real e objetiva, além de desejada pelo gestor, pois realiza, aparentemente, seus sonhos mais íntimos.

No caso de Bianchi, ele não só se refere a “minhas” lojas e “meus” colaboradores, como se a empresa fosse dele, como personifica com perfeição o gestor moderno, identificado com a defesa dos interesses de seus patrões. Isso só pode ser eficaz quando o gestor se sente o “verdadeiro patrão” e extrai uma gratificação emocional desse papel.

Enquanto a família dona da cadeia de lojas da qual Bianchi é o administrador recebe apenas os dividendos e lucros, cabe a ele empenhar toda a sua energia não só na administração do negócio, mas também no estabelecimento de relações pessoais com os empregados, de modo a vê-los como extensão e continuidade dele mesmo. Todo o corpo de funcionários, assim como ele próprio, não deve apenas cumprir com as tarefas, mas ainda representar politicamente os interesses do capital e dos proprietários.

E tal esforço é recompensado pela absoluta lealdade de parte dos funcionários. Muitos se identificam com o representante dos patrões. Isto se deve a dois fatores: primeiro, o capital financeiro teve um êxito retumbante em sua estratégia de transformar em instrumentos do lucro corporativo as demandas do expressivismo – que antes era revolucionário ao fazer da economia um meio para a busca da felicidade.

Daí que a reconstrução da ética da sensibilidade aqui proposta seja tão relevante para a forma como se vê o trabalho hoje em dia. Entender a gênese dos

fenômenos é o que nos impede de sermos enganados por eles. O objetivo do capitalismo financeiro foi confundir de modo objetivo, na personalidade do trabalhador, sobretudo em sua dimensão irrefletida e automática, a ética do desempenho e a ética da sensibilidade, definindo ambas como meios instrumentais para o sucesso tanto da empresa como de seus empregados.

Fora da vida na empresa, não deve existir mais nada. Agora, o que se requer do empregado, rebatizado de “colaborador”, é que se dedique por inteiro ao patrão, até mesmo nas horas vagas, e que também comemore, ao lado dele, as vitórias políticas deste contra os interesses do próprio trabalhador.

O caso de Bianchi é paradigmático. Todo seu orgulho advém da imagem que tem de si mesmo como um gestor “humano”, genuinamente preocupado com seus colaboradores no contexto de uma gestão compartilhada e solidária. Além disso, ele se considera empenhado em conduzi-los ao “bom caminho”, na vida social e política fora da empresa. É difícil avaliar quanto do comportamento de Bianchi é puro fingimento e cinismo, e quanto é convicção sincera e pessoal. A confusão dessas duas dimensões, moralidade e cinismo, até mesmo no próprio Bianchi, é inseparável de seu sucesso.

Nem todos, porém, se deixam sujeitar sem reação, como mostra o caso de Lúcia. Por outro lado, ela paga um preço alto para preservar a própria individualidade, pois tem de manter uma espécie de dupla personalidade na vida e no trabalho, ocultando suas preferências existenciais e políticas, até mesmo nas páginas privadas das redes sociais.

Ao modo da figura do agregado, discutida anteriormente, ela precisa se mostrar simpática com o gestor e até fazer de conta que não passa de mero prolongamento das vontades dele. Pior ainda, é obrigada, para fazer carreira e não ser despedida, a “ser amiga” da mulher do gestor, que ela, na verdade, odeia e despreza.

Lúcia é a incorporação perfeita da luta de classes no âmbito da própria classe média, entre a alta classe média – representada por Bianchi – e a massa da classe média – representada por ela mesma –, que se incumbe das funções intermediárias de supervisão e controle.

A competência e o esforço pessoal de Lúcia, advinda de um contexto familiar pobre, mas estruturado, a levaram muito além das expectativas de sua família original. Lúcia é uma vencedora, pois migrou para São Paulo e conseguiu um bom emprego, no qual ganha cerca de 6 mil reais líquidos – mais do que qualquer outro membro da família.

Pela trajetória familiar, Lúcia se inclui na massa da classe média mais crítica e de esquerda. Filha de posseiros expulsos por grileiros poderosos do Paraná, Lúcia sabe de quem é filha e tem orgulho da luta dos pais. Aprendeu a se acomodar e a disfarçar as próprias emoções para sobreviver. Mas sua solidariedade se dirige às vítimas das humilhações que conhece muito bem, porque também foi uma delas na infância e adolescência.

Em vários sentidos, portanto, a relação pessoal de Lúcia e de seus colegas de gerência intermediária com os patrões reflete as relações de classe entre a massa da classe média e a alta classe média: há tanto a possibilidade de identificação com o patrão, como a de oposição, ainda que silenciada devido à disparidade de poder na situação.

A realização das entrevistas para este livro me permitiu reconhecer com mais clareza a importância dessa fissura vertical e hierárquica na própria classe média. Se a alta classe média tende quase sempre a se identificar com os proprietários e seus interesses, na massa da classe média a trajetória familiar pode ser decisiva para uma identificação com interesses populares e uma visão mais crítica da sociedade.

Já a alta classe média, rural ou urbana, tende a ser reflexo dos interesses de seus patrões. Assim, se tomarmos os paulistanos Bianchi e Maria Antônia, a diferença não é tão grande se comparada com a alta classe média do interior aqui representada pela figura de Caio. O ódio ao Estado como cobrador de impostos, no caso deste, ou como “gastador social”, no caso de Bianchi, é bastante semelhante, refletindo a identificação com os proprietários que marca a postura de ambos. Ao fazer essas duas entrevistas, lembrei-me das análises brilhantes de Machado de Assis sobre nossa elite e seu cinismo de classe.

Tudo continua como há 200 anos. Caio sonega impostos, ameaça um jovem

e corajoso promotor – desses que não envergonham a classe como tantos outros – e se identifica com uma classe de proprietários acostumada a fazer da lei do dinheiro e do poder arbitrário a única dimensão importante da vida.

Ele mostra que, em nosso país, desde a chegada de dom João VI, a luta pelo império da lei abstrata e geral continua inconclusa. Quem tem dinheiro e armas e pode ameaçar com sucesso o representante da lei estatal – ou comprá-lo, dependendo do caso – exerce um poder sem freios, como vem ocorrendo há séculos.

Esse poder sem peias se mostra também no âmbito familiar, sobretudo em relação à mulher. O “safanão” que a mulher de Caio leva ao esconder a chave do carro e o ridículo a que foi exposta demonstram quanto ainda é aceitável no seu meio este tipo de tratamento social humilhante para a mulher. E Caio ainda apoia Sergio Moro e Bolsonaro como figuras éticas que enfrentam a corrupção.

É que a corrupção seletiva combatida por Moro é a do Estado que atende à população mais pobre, na verdade o alvo real da Operação Lava Jato, de modo que essa população possa servir apenas aos proprietários do campo e da cidade – como no atual governo Temer. Na verdade, o processo espúrio e sem provas contra Lula em nada difere da concepção também seletiva de corrupção adotada por Caio.

Seja na esfera estatal, seja na esfera do mercado – rural no caso de Caio e urbano no de Bianchi –, todos têm na “desfaçatez” de classe, como diria Machado, ou na cara de pau do moralismo postiço, como prefiro, sua marca mais nítida.⁶⁰

Para Caio, não há contradição entre fraudar o fisco e ameaçar agentes públicos de um lado e, de outro, apoiar cruzadas moralistas contra a corrupção. Para Moro, também não parece existir contradição em condenar alguém sem provas, desde que se esteja convencido do crime.

Bianchi expõe o crime efetivo melhor do que todos eles: o uso dos recursos do Estado a favor da maioria da população. Para Bianchi e Caio, o Estado deve ser uma empresa, confundindo a busca do lucro do mercado com a busca da universalização da cidadania do Estado. O Estado é visto por eles como um

banco particular – ou seja, uma empresa – dos proprietários e dos seus delegados da alta classe média, como vimos na reconstrução histórica.

Ao contrário de Caio e Bianchi, que ainda recorrem ao moralismo de fachada, Sérgio não recorre a nenhuma dimensão moral. Seu cinismo é aquilo que o pensador alemão Georg Simmel, talvez o maior estudioso dos efeitos do dinheiro e da economia monetária nas emoções humanas, chamaria de “cinismo blasé”, no qual a redução de todas as avaliações morais à mera quantificação monetária se soma à indiferença diante de tudo que é humano. Só por um efeito de espírito da época, tendemos a considerar Sérgio um espírito mais sofisticado do que Bianchi e Caio.

Para Sérgio, o que faz é apenas se adaptar ao mundo do dinheiro, o qual não foi inventado por ele. Ao comprar as pessoas, está somente seguindo as regras desse mundo. Ele não avalia, portanto, o que faz. Por outro lado, o que diz muito desse mundo, a indiferença afetiva e blasé de Sérgio o faz especialmente capacitado para atuar com êxito.

Sérgio é tão confiante no poder do dinheiro, do qual é representante, que sequer esconde ou maquia o que faz. Ele se permite ser completamente sincero consigo e com o entrevistador, numa postura bem diversa da hipocrisia e do autoengano de um Bianchi, por exemplo. Ao explicar como funciona o sistema financeiro e como todo mundo pode ser comprado, ele ainda avisa: “Quem denunciar é que vai preso.”

Sérgio é a mais perfeita comprovação da gênese histórica das relações de classe e poder entre nós como expusemos na segunda parte deste livro. A corrupção visada pelo moralismo de fachada, da qual Sergio Moro é o grande campeão, serve apenas para encobrir e tornar invisível a corrupção real. Esta não chamamos de corrupção, pois é legalizada pelo tipo de influência que Sérgio e o mercado financeiro têm sobre políticos e juízes. Reproduzi em detalhes o episódio da compra do juiz e da sentença, narrado por Sérgio, para mostrar o tipo de interesse seletivo e instrumental que comanda o moralismo de fachada em geral, e o da Operação Lava Jato em particular.

Não pode ser mais evidente o tipo de interesse seletivo representado pela

farsa da Lava Jato quando se blinda precisamente o sistema financeiro, a Rede Globo, a mídia venal e o Poder Judiciário, tudo para melhor assegurar a recaptura do Estado pela elite dos proprietários. Como vimos, trata-se de um esquema armado desde a década de 1930, e é o único roteiro que a elite e seus lacaios na alta classe média possuem contra a soberania popular. É óbvio, agora, o motivo que levou a Lava Jato a se fazer de surda quando Palocci quis contar o que sabia do mercado financeiro ou quando Emílio Odebrecht quis falar da Rede Globo.

Se é o sistema financeiro que faz a rapina legal e ilegal da população – utilizando o Banco Central para o saque do orçamento público em benefício dos rentistas por meio da dívida pública fraudulenta, da taxa SELIC, dos juros extorsivos e do assalto direto como remuneração ilegal e trilionária⁶¹ da sobra de caixa dos bancos –, resta à mídia comprada pelos bancos, assim como aos juízes e políticos também comprados, apenas o silêncio. Um assalta e rouba à luz do dia; e os que deveriam informar e punir distorcem a realidade e silenciam.

A corrupção trilionária do sistema financeiro tem que ser ocultada e acobertada pela mídia e pelo Poder Judiciário de modo a enfraquecer a política perante os ditames do mercado financeiro – uma vez que o Estado é a única instância que, bem utilizada, pode servir de anteparo a isso. Por meio de homens como Sérgio, a alta classe média cobra a sua gorjeta pelo trabalho sujo exercido em nome dos proprietários. Você, leitor e leitora, tenha cuidado e não esqueça o aviso: quem denunciar é que corre o risco de ser preso.

Mas a alta classe média também tem seu lado radical-chique, representado pelo ideal estético da ética da sensibilidade. Vale a pena recuperar as bases morais do nosso comportamento prático. Sem isso, não há como saber o motivo de as pessoas se comportarem como se comportam. No livro *A elite do atraso*, chamei essa fração da classe média de “classe média de Oslo”, uma classe média que mora no Brasil, mas tem uma agenda política escandinava, típica de países que solucionaram a desigualdade abissal entre seres humanos.

A noção de personalidade sensível pode ter várias leituras e interpretações. Por exemplo, pode significar o acesso de todos os indivíduos a um tipo de

sociedade que garanta tanto os direitos universais quanto o respeito às singularidades de cada um, dado que um não existe sem o outro. Pode ser ainda o fundamento para a construção de um vínculo emotivo com o mundo social ao redor e o mundo subjetivo dentro de nós. Já que os dois são, também, inseparáveis.

Essa leitura interpreta a ética da dignidade, ou seja, do trabalho útil para a sociedade, universalizável, como indissociável da ética da sensibilidade. A universalização de direitos para todos os trabalhadores não se contrapõe à luta pela expressão da singularidade individual. Pelo contrário, uma pressupõe a outra, como um processo de aprendizado comum. Individual ou social, a produtividade não se opõe ao aumento da sensibilidade. Esse era precisamente o sonho das gerações de 68 no mundo todo.

Mas estas deixaram de ser as leituras dominantes em tempos de capitalismo financeiro. Na imprensa, na indústria cultural e na vida intelectual, o capitalismo financeiro e suas forças não querem unir e vincular essas demandas a fim de fortalecê-las, e sim jogar umas contra as outras, de modo a enfraquecê-las. Ao promover uma falsa oposição entre elas, ganha-se a possibilidade de colonizar os indivíduos para seus fins.

Se possível, o ideal é fazê-lo de tal forma que tudo se torne mercadoria comercializável. Este é o melhor dos mundos para o dinheiro e os endinheirados: a força política de ideias revolucionárias é encolhida e dirigida para a criação de um mercado lucrativo com base em simulacros. Essa foi exatamente a aposta do capitalismo financeiro.

Como o capitalismo financeiro destruiu esse potencial de aprendizagem individual e coletiva? Primeiro, separando as questões da dignidade universalizável do trabalho útil daquelas atinentes ao expressivismo, ou seja, do esforço individual de autoconhecimento e das formas de vida decorrentes desse conhecimento. E por que isso ocorreu? Devido à necessidade de isolar e debilitar as demandas emancipatórias como um todo e, ao mesmo tempo, dar a impressão de engajamento num processo emancipador.

Assim, as demandas por redistribuição de riqueza e poder, típicas da classe

trabalhadora nos últimos 200 anos, acabam por ser separadas das demandas por livre expressão, típicas da ética da autenticidade e ligadas às minorias oprimidas por suas escolhas e estilos de vida. O capitalismo financeiro quer explorar todo mundo, indistintamente: mulheres ou homens, negros ou brancos, gays ou heterossexuais.

Desde que não se queira redistribuir riqueza ou poder, tudo pode ser aceitável pelo capitalismo financeiro, que em seguida ainda se vende como emancipatório e justo. Na verdade, as lutas por redistribuição e pela diversidade estão intimamente ligadas. A divisão hoje existente foi construída para enfraquecer as reações contra o domínio do rentismo e do capitalismo financeiro. Além da falsa oposição entre redistribuição de riqueza e poder e diversidade de gênero, orientação sexual, etc., interessa ao capitalismo financeiro expulsar as demandas do que reconstruímos aqui como ética da autenticidade e de expressivismo da arena política e social.

A defesa do meio ambiente aparece assim como a forma mais diabólica de separar sociedade e natureza, como campos de luta indissociáveis para o aprendizado moral e político que ensejaria um expressivismo bem compreendido. A ênfase na defesa do meio ambiente sem conexão com as questões sociais das quais depende a proteção desse mesmo meio ambiente – pensemos nos rios utilizados como esgotos por falta de infraestrutura para as populações pobres do Brasil – funciona também como uma espécie de fetiche.

Trata-se do fetiche de se perceber como um indivíduo avançado e reconhecido pela suposta defesa, ainda que inócua, de temas em voga que trazem dividendos simbólicos e, portanto, “agregam valor”. E ainda criam mais um mercado chique para produtos vendidos com esse rótulo distintivo.

É a esse gigantesco engodo que estamos submetidos, cara leitora e caro leitor. As descobertas morais e cognitivas, que deveriam levar a um aprofundamento da experiência humana, foram transformadas em mercadoria para debilitar a crítica de um mundo social injusto e irracional e, além disso, proporcionar lucros com a colonização da dimensão moral das pessoas.

A força dessas ideias é evidente em Bianchi e na renomeação de

trabalhadores como “colaboradores”, numa estratégia de domínio total do gerente sobre a vida dos subordinados, inclusive de seu tempo livre e de suas opções pessoais. Essa é apenas uma das frentes do capitalismo financeiro para colonizar e escravizar a alma, e não apenas o corpo dos trabalhadores. Mas em pessoas como Renata essa visão de mundo se torna totalizante e um mecanismo tanto de distinção social, quanto defensora de causas humanitárias, como de aumento de lucro e criação de novos nichos de mercado.

Com isso, há um verdadeiro obscurecimento das questões sociais relativas à pobreza e à desigualdade. E isso num país de desigualdade colossal e perversa como o Brasil. Tudo parece merecer atenção, menos as maiorias oprimidas, relegadas a um abandono e descaso seculares. Este tipo de tendência internacional, macaqueada pela alta classe média brasileira, adquire aqui um sentido perverso e arcaico, permitindo a reiteração do ódio e desprezo aos pobres e abandonados, sob o manto do politicamente correto.

Claro que o contexto dessas questões em países como Alemanha e Suécia é muito distinto. Esses países conseguiram, em grande medida, elevar a maioria da população a um patamar de equidade. Ali, as lutas pela preservação do meio ambiente e de espécies ameaçadas, por exemplo, é desejável e compreensível. Aqui, são os miseráveis, abandonados e humilhados que estão ameaçados de extinção por descaso social e político.

Essas questões sociais não possuem, porém, nenhum charme para a alta classe média europeizada. Uma agenda escandinava – daí o título de “classe média de Oslo” – entre nós, no sentido de subverter hierarquias óbvias, é uma excrescência e uma patologia numa sociedade que naturaliza “escravos modernos” e se ocupa com modas que “agregam valor” a mercadorias vendáveis.

A família Prado, por sua vez, mostra que situações concretas de injustiça podem produzir aprendizados possíveis mesmo na alta classe média. A experiência de Bibiana, baseada em sua participação em processos da Lava Jato, a fez compreender e aprofundar uma atitude de crítica social rara na sua classe

de origem. E a experiência da filha com o machismo e o preconceito na escola resultou na construção de uma perspectiva crítica semelhante.

O fato de ambas serem mulheres e sofrerem, pelo menos numa esfera da vida, o efeito de preconceitos renitentes, é facilitador de uma percepção mais crítica da realidade. Ainda que limitada, tal percepção mostra que o aprendizado moral, social e político é possível em qualquer classe social. São esses aprendizados, afinal, que comprovam que ainda há muita coisa que o dinheiro não compra.

A massa da classe média

Ronaldo: publicitário no Rio de Janeiro

Ronaldo é funcionário de um grupo de publicidade com sede em Barcelona e agências em várias cidades brasileiras, entre as quais Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Inaugurado em 2012, durante o boom vivido pela cidade, o escritório do Rio de Janeiro, onde trabalha Ronaldo, é um cartão de visitas da estética e da sociabilidade do capitalismo financeiro.

Conheci Ronaldo em 2013 por conta de meu estudo sobre os “batalhadores brasileiros”,⁶² no auge da moda sobre a “nova classe média”. Na época, Ronaldo me dizia que todas as empresas queriam saber como chegar a esse novo tipo de consumidor e que ninguém realmente os compreendia porque pertenciam às classes populares.

O que mais chama atenção na agência é que mais parece uma residência acolhedora, com poltronas para as pessoas se aninharem, cozinha e uma sala com mesas nas quais os computadores da Apple são os únicos acessórios que indicam se tratar de um local de trabalho. Tudo ali está destinado a eliminar a divisão entre lazer e trabalho na cabeça dos funcionários.

Na primeira visita que fiz, anos atrás, o gerente espanhol do escritório carioca, Paco, pediu a Ronaldo que me buscasse no aeroporto e me levasse para jantar, já avançada a noite. Fiquei com a impressão de que ele não achava que

estava trabalhando, tendo me levado a um restaurante quase às onze da noite e ainda me acompanhado durante o jantar.

A ideologia da empresa era a de que todos formavam uma família e que o trabalho eficiente tinha de ser criativo e divertido. Ao me apresentar, antes da minha palestra, Paco disse a todos: “Hoje não é um dia de trabalho. Hoje é um dia de aprendizado e de aula, como nos tempos da faculdade.” Tudo na empresa era destinado a mostrar que ali não era um lugar de trabalho, ainda que se trabalhasse o dia inteiro, sem pausa.

A confusão entre tempo livre e tempo de trabalho era patente entre os funcionários. Ronaldo me contou que Paco mandava e-mails à noite ou bem cedo de manhã, antes do expediente, e esperava sempre obter resposta. Ronaldo se sentia escravo do WhatsApp e não podia desligá-lo nunca. Mas achava isso normal e uma condição do trabalho atual.

Como os salários dos jovens publicitários não são muito altos e a maioria é solteira, alguns deles decidiram alugar juntos uma casa confortável perto da empresa, no bairro do Jardim Botânico. Numa rua calma e sem saída, a casa tem piscina e jardim, e o aluguel é dividido pelos quatro moradores, assim como as tarefas domésticas.

Ronaldo fala com evidente orgulho do bom relacionamento entre ele e os colegas de trabalho e de moradia. E não lhe parece problemático o prolongamento do ambiente de serviço em casa e fora dos horários de expediente. Pelo contrário, para Ronaldo, isso aproxima os colegas e faz o trabalho render melhor.

Ronaldo também se orgulha do fato de Jobson, o office boy da agência, negro e antes residente na Favela da Maré, uma violenta comunidade do Rio de Janeiro, ter ido morar de graça na casa dos jovens publicitários.

Foi ideia minha, mas todos concordaram. Nossa casa tem quatro quartos e uma casinha que ficava vazia. Jobson mora na casinha confortável do caseiro que não temos. Chegamos, inclusive, a ficar seis meses com dois quartos vagos, quando quase metade da empresa foi despedida no ano

passado por conta da crise e da retração dos negócios no Rio. Fiquei contente em podermos ajudar o Jobson. Ele tem uma história familiar muito triste, o irmão mais velho foi morto pela polícia e ele não se sentia seguro lá. Depois passava horas no ônibus para vir ao trabalho e voltar para casa.

Claro que não tinha tempo nem estímulo para estudar. Hoje ele passa os fins de semana lendo e estudando. É só dar uma oportunidade que as pessoas aproveitam. Só pedimos a ele para não levar os amigos da comunidade em casa, já que isso poderia comprometer nossa segurança, e ele entendeu muito bem. Na verdade, ele gosta mesmo é de ficar com a gente na piscina nos fins de semana. Ele é muito grato e diz que aprende muito com a gente.

E não tratamos ele como empregado, não, às vezes ele mesmo se oferece para fazer as compras de casa ou ir até a banca da esquina quando alguém pede. É uma forma de ajudar um pouco e retribuir o que fizemos, como ele próprio diz. Tem um colega que mora conosco que abusa um pouco e pede para ele trazer comida, tarde da noite, de um restaurante aqui perto na rua Jardim Botânico. Mas já dei um toque e ele melhorou.

O próprio Jobson é que não consegue dizer não. Como o país não faz nada para pessoas como ele, nós decidimos ajudar. O Jobson quer entrar para a universidade como todo mundo, mas agora não tem mais bolsa nem ajuda do governo. Não sei como ele vai conseguir. Pelo menos estamos ajudando como podemos.

Ronaldo me conta que o escritório diminuiu mais no Rio, mas também foi downsized, como prefere dizer, em Belo Horizonte e São Paulo. Ronaldo tem de viajar com frequência para essas cidades e, mesmo sendo muito jovem, a rotina é exaustiva.

Gosto do meu trabalho, mas as viagens são o que tem de pior. Primeiro, é muito cansativo e não gosto de andar de avião. Depois, termino perdendo

fins de semana inteiros quando o trabalho é mais demorado. É difícil manter um relacionamento desse jeito. Já perdi namoradas de que gostava muito por isso. A minha atual me comprehende mais e, quando dá, até vai junto comigo. Mas isso porque ela é jovem e só estuda. Quando arrumar emprego, já antevejo dificuldades.

É difícil conciliar trabalho e relacionamentos?

É a minha maior dificuldade até hoje. Já fiz estágios em Barcelona várias vezes e, apesar de a cidade ser legal, isso me fez ficar sem relacionamentos estáveis durante muito tempo. Se a viagem se estende por meses, é impossível manter um relacionamento e ser fiel. Fico me sentindo como uma rolling stone, sem parar em lugar nenhum e sem ponto de referência. Na verdade, nunca tive um relacionamento de mais de seis meses. No começo, quando a gente é muito jovem, até curte e aproveita a balada. Depois vai cansando. Hoje o que mais quero é uma companhia estável. Não quero me casar com o trabalho, até porque, mesmo trabalhando tanto e tendo a experiência e as qualificações que tenho, ainda não me sinto seguro.

E essa crise na cidade e no estado do Rio, que acabou com o crescimento de até pouco tempo atrás, a que você credita? Ao ataque da Lava Jato e da Rede Globo à Petrobras, que era a base da economia do estado e da cidade?

A política aqui no Rio ainda consegue ser pior e mais corrupta que em outros lugares. O que o Cabral fez aqui não teve comparação. Acho até que a Lava Jato e a Rede Globo podem ter ajudado a destruir a empresa, mas a responsabilidade maior é do representante eleito por nós e que traiu a população. Político a gente pode escolher, o que a Rede Globo faz ou deixa de fazer a gente não tem como intervir.

E você tem candidato para essas eleições?

Tenho, sempre votei na Marina, acho que ela tem este toque novo que a gente precisa. Acho que o Lula foi preso injustamente, sem provas, e por isso deveria ter a chance de ser candidato. Mas não votaria nele. Voto na Marina. Votei no Freixo aqui no Rio e ainda não tenho candidato este ano. Talvez vote na Marcia Tiburi; no Romário é que não vou votar. Seria a primeira vez que votaria no PT.

Inácio: corretor imobiliário que virou motorista de carros de luxo

Quando o conheci, Inácio era motorista de carros executivos no Rio de Janeiro e, depois, nos encontramos em outra ocasião. Partidário fervoroso de Jair Bolsonaro, Inácio acredita que as pessoas devem se armar para se defender de bandidos, em especial as mulheres, que correm o risco de estupro. Para Inácio, todos os políticos são corruptos.

Por conta disso, vota apenas em candidatos que já são ricos, pois supostamente não precisariam roubar do Estado. A exceção são os candidatos militares, como Bolsonaro, pois os militares seriam infensos à corrupção.

Mas a crença mais surrealista de Inácio é a de que sabe onde Lula teria escondido os milhões supostamente desviados da Petrobras. Embora muitos achem que tal dinheiro esteja na Suíça, Inácio tem certeza de que está na Alemanha, pelo fato de a primeira-ministra Angela Merkel ser muito amiga dele. Assim, Lula teria pelo menos 60 milhões de dólares enterrados em algum lugar da Alemanha.

Pensei com meus botões que a ideia não é tão maluca como parece. Depois de quatro anos martelando várias horas ao dia que alguém é ladrão, a mídia venal, comandada pela Rede Globo, consegue convencer muita gente de que qualquer um é ladrão ou criminoso. Aí é só achar o subterfúgio mais à mão.

Cada um pode construir a história que lhe parece mais verossímil. A condenação já está feita. Há até histórias de conflitos que começaram devido a mentiras deslavadas da imprensa, como a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha no final do século XIX. Inácio é mais um entre milhões que se agarram a algo que soa convincente.

Inácio conta que chegou a ganhar um bom dinheiro como corretor entre 2010 e 2014, período em que houve uma grande alta nos preços dos imóveis e aluguéis no Rio. Com o que ganhou, comprou um apartamento e quando a imobiliária faliu, em 2016, como muitas empresas na cidade, ainda restava um dinheirinho, que investiu na compra de dois carros de luxo, um que ele próprio dirige e outro que terceiriza. Às vezes trabalham juntos para algum evento que ainda acontece na cidade. “Ganho um terço do que ganhava antes e minha vida não é fácil, sou divorciado e tenho que pagar pensão para os filhos. Isso tudo por conta da roubalheira da política.”

Na opinião de Inácio, a política acabou com o Rio de Janeiro. O velho e surrado patrimonialismo continua sendo o mais perfeito bode expiatório para a rapina do mercado por seus donos, que permanecem invisíveis.

Mas ainda que possa confundir o mundo para as pessoas, a imprensa não consegue elaborar uma narrativa que seja favorável aos candidatos da elite e de seu partido, o PSDB. Assim, quem fica com os votos da direita é Bolsonaro, pois todos notam o comprometimento do sistema político como um todo. Ele é percebido como o político que despreza a política, uma contradição em si, um político apolítico e que vai botar ordem na bagunça. E é visto por Inácio como uma espécie de “vingador pessoal”:

O que gosto no “Bolsomito” é que ele diz tudo o que eu queria dizer e nunca ninguém antes tinha dito. O cara é corajoso e sincero. É isso que gosto nele. Eu apoio tudo o que ele diz. Tem que armar a população mesmo. Por que só o bandido tem arma? E tem que acabar com as empresas estatais, que são só cabide de emprego. O mercado é que é eficiente, nenhum empresário vai dar emprego só para retribuir favor.

O mercado é pensado por ele como livre competição, como nas padarias de bairro, competindo para ver quem produz o pão melhor e mais barato. Assim, o mercado não tem monopólios, não explora ninguém e os juros de 300% no cartão de crédito são uma recompensa justa à virtude inata do mercado.

Quando pergunto se a destruição da Petrobras – que interessava às petroleiras americanas e seus sócios no Brasil, tendo como tropa de choque a Rede Globo e a Lava Jato – não teria sido a verdadeira razão principal da decadência de seu negócio, Inácio não se deixa perturbar nas suas crenças. Na sua opinião, adquirida e bem administrada por estrangeiros, que são honestos por serem meros empresários, e não políticos, a Petrobras voltaria a fazer do Rio de Janeiro o que era. Neste caso, o lucro não iria todo para outro país e para as mãos de uma meia dúzia, e não mais para o Rio?

Ainda assim Inácio não se faz de rogado: se isso acontecesse a culpa seria inteiramente do PT, que teria usado a Petrobras para enriquecer e se manter no poder. O antipetismo é a fórmula mágica para os que se encontram em decadência social e precisam de um bode expiatório no qual jogar a culpa. Como Inácio acredita na meritocracia, sem um bode expiatório conveniente a culpa da sua decadência social teria de ser tributada à sua própria incompetência.

Para ele, administrada por estrangeiros, a Petrobras contribuiria para criar melhores empregos na cidade, pois teria maior produtividade. A oposição mercado/Estado aparece, assim, como a oposição entre o bem e o mal. A distorção midiática afeta pessoas como Inácio em seu próprio âmago.

Como se identifica como “alguém do mercado”, ele vê todo interesse do mercado associado e como prolongamento de seu próprio. Pergunto a ele qual economista ele costuma ouvir ou ler. No rádio, acompanha sempre os comentários de Carlos Alberto Sardenberg: “Ele é um cara ponderado, que mostra como o Estado é um saco sem fundo e tira por meio de impostos o dinheiro que o mercado precisa para investir.”

No caso de Sergio Moro, Inácio acha que o juiz é bem-intencionado, mas não pode ir mais fundo nas investigações sobre os poderosos. Quando lhe pergunto

se acredita na história de que Moro é do PSDB, Inácio diz que não passa de mentira. Ele seria um juiz duro, mas isento. Porém concorda que o PSDB se saiu bem.

É por conta disso que gosto do Bolsonaro. Ele não livra a cara de ninguém. Moro tentou, mas não conseguiu ir até o fim. É preciso um cara que tenha muito colhão para fazer essa faxina, e isso o Bolsonaro tem mais que qualquer um.

Para Inácio, Bolsonaro seria uma espécie de Sergio Moro com um fuzil na mão. É, aliás, incrível a contiguidade entre esses dois personagens no imaginário social de várias pessoas de perfil mais conservador que entrevistei. É como se o prestígio de Moro até 2016, quando ainda era tido como o xerife do bairro, e não apenas o “perseguidor pessoal de Lula”, tenha debandado depois para o “mito” em torno de Bolsonaro. Como se Moro tivesse passado o bastão em plena corrida de obstáculos para Bolsonaro, para que este concluisse o trabalho de limpeza que ele teria começado.

Tais pessoas são como que imunes ao aprendizado. O fato de Moro não ter realizado o que prometeu – a faxina geral e irrestrita, e não só a perseguição ao PT – não leva a uma crítica desse tipo de promessa vazia. Nem à reflexão mais profunda sobre o motivo de esse tipo de promessa ser sempre vazio e mentiroso. Ao contrário, sempre se procura o cara que, afinal, vai fazer o que os outros apenas prometeram em vão. E agora Bolsonaro é a bola da vez.

William: o engenheiro que virou motorista da Uber

Conheci William como motorista do Uber no Rio de Janeiro. Ele me conta que foi engenheiro da Petrobras e, com a crise na empresa, acabou sendo dispensado com vários outros: “Conheço mais seis engenheiros que foram demitidos na

mesma época e hoje em dia são todos motoristas de Uber como eu”, conta William.

Fiquei chocado com a derrocada econômica do estado fluminense e suas consequências no repentino empobrecimento das pessoas. Porém, ao perguntar a William como explicava essa crise da cidade e do estado, ele me fala da política, Sérgio Cabral e a corrupção do país.

Pergunto se não acha que houve um esquema montado para a Rede Globo e a Lava Jato demonizarem a empresa e entregá-la de mão beijada aos estrangeiros. William me responde que isso talvez tenha ocorrido, mas os políticos são quem a gente elege – e é dos políticos que temos de cobrar.

Esse tipo de resposta é muito comum, revelando até que ponto, para as pessoas, só existiria interesse organizado no Estado e na política, nunca no mercado. É como se o mercado fosse constituído de pessoas comuns, como o padeiro da esquina e indivíduos como o próprio William, e não de corporações poderosas, oligopólios e monopólios com poder de impor suas agendas. O real poder é invisível. É isso que o faz verdadeiramente poderoso.

Quando perguntado se ainda votaria em alguém, ele me diz que votaria no “mito”. “Em quem?”, perguntei “No Bolsonaro.”

Ele diz o que a gente acha dessa situação toda sem medo nem papas na língua. E doa a quem doer. O Brasil precisa ser refeito por inteiro. Aqui todo mundo só quer roubar e tirar vantagem. Nenhum país avança desse jeito. Tem que ter uma ditadura para botar ordem nas coisas.

O que você sabe sobre a ditadura militar?

Não sei muita coisa, porque nasci depois da ditadura. Mas sei que os militares roubaram menos e que pelo menos não havia tanta bagunça e insegurança. Olha para mim, dei um duro danado para conseguir as coisas e perdi tudo. E não sou o único, muita gente perdeu tudo por conta de

corrupção e da bagunça. Sempre fiz tudo direito, nunca fiz nada de errado, e quem leva tudo é o bandido. Bandido com gravata e tudo, mas bandido do mesmo jeito. Minha mulher é dentista e vota no Bolsonaro também.

Quando entrei na página do Facebook de Flávia, mulher de William, antes de entrevistar os dois em conjunto, vi o retrato de Bolsonaro para presidente já na capa do seu perfil. A página é atualizada várias vezes ao dia e Flávia tem orgulho de sua escolha. Apenas Sergio Moro tem ali tanto espaço quanto Bolsonaro. Moro é retratado como paladino da justiça e o flagelo dos poderosos.

Flávia compartilha tudo o que o Movimento Brasil Livre, o MBL, divulga nas redes. É uma linguagem binária, baseada na oposição entre o bem e o mal, em que as questões mais complexas são explicadas em esquemas simplificados e abertamente enviesados. O mercado é visto como a saída de tudo e o Estado sempre associado a corrupção.

Ela também frequenta as páginas do pessoal da esquerda para provocar. Se topa com uma foto da pessoa abraçando Lula num comício, dispara sempre o mesmo comentário: “Ah, agora entendi!” O sentido da mera associação com Lula faz parecer que a pessoa não é confiável e que tudo que vem dela é contaminado. Flávia repete compulsivamente este mesmo procedimento, como se para se justificar e se tranquilizar de suas escolhas.

Boa parte do Facebook de Flávia é dedicada a uma viagem que fez a um congresso nos Estados Unidos, em Atlanta, no estado da Geórgia, com passagem também por Miami. Ela conta para as amigas que levou “uma dura” de um policial porque estava encostada em monumento público. O episódio marcou muito Flávia, que o viu como uma demonstração do respeito que os americanos têm em relação ao que é público.

Por outro lado, também foi um dos maiores constrangimentos de sua vida. Ela se sentiu “muito pequeninha” e envergonhada. Em outra viagem, desta vez a Aracaju, fez fotos de turistas e de crianças em cima do nome da cidade numa via costeira, e nos comentários comparou a “falta de espírito público” no Brasil com a rigidez americana no assunto.

O encontro com o casal foi num bar na Tijuca, um bairro clássico da massa da classe média carioca. O local ficava bem perto de onde moram, e o pai e a mãe de Flávia, que moram com eles, também estavam presentes. Flávia é afável e um pouco tímida pessoalmente, mas insegura do que imaginava em função da agressividade de sua página no Facebook.

Após uma jornada de 13 horas dirigindo pela cidade, William estava visivelmente cansado. O casal tem uma filha pequena, de um ano e meio, que passa o dia sob os cuidados dos avós. William me conta:

Mal consigo ver minha filha, quando chego em casa ela já está dormindo. Quando planejamos ter um filho eu ainda era funcionário da Petrobras e pretendia curtir minha filha com um emprego seguro e tempo para a família. Mas deu tudo errado.

Hoje em dia o meu emprego e o da Flávia, que ganha mais que eu, não chegam juntos a 10 mil reais líquidos ao mês. Antes eu sozinho ganhava quase o dobro disso. E ainda temos que nos endividar um mês ou outro. Fico muito puto que, por causa de uns bandidos, eu tenha perdido meu futuro.

Quando vou poder trabalhar de novo como engenheiro? Minha revolta é grande. Mas existem milhares de pessoas na mesma situação que eu. Ou ainda muito pior. O Rio de Janeiro está na miséria. Não tem emprego para ninguém. A violência está por todo lado e todo mundo tem medo de sair nas ruas. É cada vez mais raro ver um carro da polícia.

A cidade está completamente abandonada. A gente ainda tem sorte de não passar fome. Tenho colegas de Uber que ainda pagam o aluguel do carro e trabalham como um bicho para ganhar 2 mil ao mês. Isso não dá nem para comer. Eu, pelo menos, já tinha carro próprio. O que ganho é meu.

Nessa altura de nossa conversa, os pais de Flávia, na mesa ao lado, começam a falar mais alto. Aposentado de 77 anos, Toninho está revoltado porque, naquele dia, uma menina de 12 anos teve o celular roubado nas redondezas. A menina

gritou e o ladrão foi cercado por populares. O motivo de sua raiva é que uma pessoa não deixou que o ladrão apanhasse da pequena multidão e ficou ao lado dele até a chegada dos policiais. E se justificou diante dos outros dizendo que todo mundo tem direitos humanos.

Era isto que revoltava o pai de Flávia. Toninho quase gritava para chamar a atenção de todos, mas os outros frequentadores do bar não lhe davam atenção nem se solidarizavam. Em vista disso, Toninho falava ainda mais alto:

Direito humano de bandido, que coisa é essa? Uma menina de 12 anos! Direito humano temos nós que trabalhamos, pagamos imposto, não fazemos mal a ninguém! Direito humano de bandido?! E nós, que trabalhamos e fazemos tudo direito, como ficamos?

A indignação de Toninho me parecia uma caricatura. Compreendi de imediato a filha Flávia, ao mesmo tempo insegura e agressiva. Medo e agressividade eram o verdadeiro oxigênio que a família respirava. Esse é o ar que todo fascismo respira.

Mirtes: a aposentada que foi às ruas e se arrependeu

O relato de Mirtes me foi contado em uma entrevista presencial, complementada por conversas via Skype. Ela adorou ser entrevistada e saber que sua história interessava a alguém. Mirtes é viúva desde os 50 anos e hoje tem 63. Contou-me que chegou a ir a alguns bailes para pessoas mais idosas, mas odiou a forma como os homens abordavam as mulheres nesses lugares.

Eu chorava toda vez que voltava para casa. A partir de certo dia desisti e me conformei com minha vida. Hoje vivo bem com minha “escolha” e me dedico apenas ao meu filho, que é cadeirante, professor universitário, e

depende muito de mim. Ele sempre foi a coisa mais importante da minha vida, mesmo quando o pai era vivo.

Mirtes me mostrou fotos das manifestações de que participou em Porto Alegre, com a família e os amigos, contra o PT e a corrupção. “Aquela foi uma época de ouro”, relembra. “Tudo indicava que iríamos refundar o Brasil e acabar com toda a bandalheira e sujeira da política.” Em todas as fotos, está vestida com a camisa da seleção e bandagem na testa, com palavras de apoio a Sergio Moro, sorriso aberto, abraçada com as amigas, numa felicidade pública que se tem entre nós apenas quando o país é campeão da Copa do Mundo.

Aquele foi um tempo diferente. Tínhamos um grupo de amigas e fazíamos encontros toda semana. Cada semana era na casa de alguém. A gente respirava política. Foi a primeira vez que me senti importante e senti que minha opinião valia alguma coisa. A política sempre foi importante para mim.

Sempre procurei me manter informada e lia todos os dias o Zero Hora, para saber as coisas daqui da região, e também a Folha de S.Paulo, para me informar sobre o país e o mundo. A Folha tem gente de todo tipo escrevendo, por isso eu lia e ainda leio o jornal inteirinho. Meu filho só pensa em engenharia e não lê outras coisas, mas eu o forçava a ler. Às vezes lia para ele as notícias. Um professor não pode ser alienado das coisas e do mundo.

Eu confesso que, entre 2013 e 2016, minha vida mudou inteiramente. Pela primeira vez senti que fazia diferença para a vida do Brasil como um todo. Sou muito ligada à família, e íamos juntos às manifestações, todos vestidos com a camisa da seleção. Passei a participar das redes sociais e fiz amigos no Brasil todo. Antes, quando usava as redes sociais, só postava fotos para a família.

Nos anos das manifestações, entrei em vários debates com muita gente, sempre evitando a violência e a grosseria, mas tentando convencer as

pessoas do mal que o PT fazia ao país. Eu realmente acreditei que tudo iria ficar melhor. E consegui convencer alguns. Tinha amigos que eram petistas fanáticos e que se decepcionaram com o partido. Eu me via fazendo algo importante para os outros e para o país. Era muito ativa nas redes, praticamente o dia todo.

Minha maior tristeza é a sensação de ter sido enganada. A corrupção só fez aumentar desde então e ninguém mais vai para a cadeia. Eu realmente pensava que o PT era uma organização de criminosos, e o Lula, um mafioso, o líder deles. Aqui no estado, sempre votei no PMDB, nunca no PT. E, para presidente, sempre no PSDB. Mas hoje vejo pelo trabalho do meu filho que as coisas não eram bem assim.

A universidade tinha dinheiro e ele sempre comemorava as pesquisas que ganhava do CNPq. Praticamente todo ano tinha pesquisa nova, e a nossa casa vivia cheia de estudantes que recebiam bolsas para os projetos dele. Ele até viajou para outros países, para pesquisar, tudo pago pelo governo. Agora não tem mais nada.

Isso mostra que tinha coisas boas também com o PT e isso tudo acabou. Minha aposentadoria é pequena e minhas três casinhas, que meu marido me deixou, são difíceis de alugar. Ninguém tem mais dinheiro. Baixei o aluguel de todas, mas ainda assim é difícil conseguir alugar.

Meu filho hoje em dia se preocupa mais com a política. Diz que o governo atual quer acabar com a pesquisa e com a inteligência no país e que ninguém liga para nada. Eu também acho isso. A universidade não tem dinheiro nem para papel higiênico e muitos querem abandonar a carreira por falta de perspectivas.

Isso me revolta porque sei que a pesquisa era a vida dele. Hoje os alunos desapareceram e ele está sem motivação para a vida e o trabalho. É por isso que me sinto enganada. Tanto esforço e tanta luta para isso? Participei de todos os comícios desde 2013.

Nossa ideia era construir um país decente, botar na cadeia os corruptos e usar o dinheiro para o bem do país, e não para o bolso dos políticos. Mas

hoje em dia o roubo é muito maior e não sobra dinheiro para nada. Alguns amigos das redes sociais agora apoiam o Bolsonaro por conta disso. Não confiam mais em ninguém.

E a senhora, o que acha dele?

Sempre achei esse homem horrível. O que ele fez com a deputada Maria do Rosário, aqui do Rio Grande do Sul, foi um absurdo. Um desrespeito em relação a todas as mulheres. Eu sei o que é isso na pele, ser tratada como bicho, sem o menor respeito. Tem homem que acha que mulher é um pedaço de carne. Aquilo que ele disse no voto dele contra a Dilma, homenageando um torturador, foi outro absurdo.

As pessoas perderam a noção das coisas e o ódio foi tomando conta. Esse rapaz é um doente, nunca votaria nele. Aliás, teve muito exagero contra Dilma só pelo fato de ser mulher. Com isso nunca concordei. Um sobrinho meu até colou um adesivo no carro com a Dilma de pernas abertas no lugar onde a mangueira da gasolina entrava. Convenci ele a tirar. Isso era uma agressão contra todas as mulheres, e não só contra a Dilma.

O que a fazia não gostar do PT?

Eu sempre fui contra o populismo. O povo é muito fácil de ser enganado por qualquer bobagem. Sempre desconfiei das propagandas que prometem muito. Especialmente no interior do Nordeste, mas nas cidades maiores também. E os pobres querem imitar os mais ricos mesmo quando não precisam e quando isso lhes traz problemas. Lembro da época, anos atrás, em que todo mundo queria ter um carro e, de repente, as ruas se encheram de carros, porque todo mundo, mesmo sem precisar, queria ter um carro como símbolo de status.

O rapaz que me ajudava nos consertos das minhas casas para alugar,

por exemplo, comprou um daqueles carros quadrados, mais velhos, devia ter uns 15 anos de uso, e o carro quebrava tanto que nem dava mais para contar com ele. Quando usava o ônibus, não atrasava nunca.

Depois passou a gastar o que ganhava em consertos para o carro. Mas a política estimulava isso. Isso eu sou contra ainda. Todo pobre queria ter carro para ter status. Mesmo sem poder manter. E o trânsito ficou horrível também.

A minha empregada, que está comigo há muito tempo e tem quase a minha idade, não dá conta mais de fazer faxina. Então a filha dela de 20 anos me ajudava todo sábado. Eu sempre dei tudo para elas, e não era coisa ruim não. Roupa boa, que usei poucas vezes, sempre dei para a mãe e para a filha. Ajudava em problema de saúde porque tenho médico na família.

A mãe sempre levava comida para casa, para a filha comer bem quando voltasse do colégio. E não era só sobra de comida. Do bolo que fazia para as amigas da política eu sempre mandava um pedaço. E não é que a filha de repente queria me cobrar pela faxina do sábado? Depois de tudo o que fiz por ela e pela mãe? Eu ajudei essa menina desde que ela nasceu.

E a culpa dessa situação era do PT?

Acho que o PT criou a política do “nós” contra “eles” e era isso que mais me irritava. Isso estimulou a ingratidão, que para mim é o maior defeito que alguém pode ter. As pessoas, especialmente os mais pobres, ficaram mais egoístas e não davam mais o valor devido às coisas. Isso era uma causa de revolta geral entre minhas amigas.

Foi o PT que estimulou isso. Foi puro populismo, só para ganhar o voto dessas pessoas. O voto de cabresto, como se diz. Em vez de estimular a paz e a união, estimularam a divisão, o egoísmo e a ingratidão. Minha mãe sempre dizia que não existe defeito pior que a ingratidão. Quem é ingrato e

não reconhece o bem que lhe foi feito é capaz de tudo de ruim. As pessoas estavam ficando egoístas e pensando só nelas mesmas.

E o que a senhora não é mais contra?

Hoje em dia, a educação não vale nada, e na época do PT era realmente melhor, tenho que admitir. Senti isso na pele com o meu filho. Ele passou a vida para ser pesquisador, ajudar o país, e ele é competente de verdade, vive para isso. A maior felicidade dele, e a minha também, era quando ganhava os editais do CNPq. Usava tudo que tinha para estimular os alunos com bolsa de iniciação científica. Todos tinham. Comprava livros para os alunos, publicava os trabalhos nas revistas, toda semana tinha reunião aqui em casa.

Sinto muita falta disso e ele muito mais que eu. O governo que está aí só quer roubar, rouba mais que o PT e não faz nada de bom. Está destruindo o pouco que a gente tinha. Não sei por que só a corrupção do PT era combatida. Hoje é muito pior, não sobra dinheiro para nada. Lutamos tanto por nada. É muito triste. Se soubesse não teria participado de tudo. Não valeu a pena. Simplesmente o que era ruim continuou e o que era bom acabou. Ficamos com o pior de tudo.

Lídia: como se todo tipo de racismo fosse uma coisa só

Lídia é negra e nasceu numa família pobre da periferia de Natal, no Rio Grande do Norte. O pai, mulato, era militar; a mãe, negra e neta de escravos, trabalhava como empregada doméstica. Lídia é a sexta de oito irmãos. O pai, 26 anos mais velho que a mãe, era o senhor absoluto da casa e tinha no rigor, na disciplina e na honra de cumprir a palavra seus maiores motivos de vida.

A mãe, por outro lado, trazia consolidadas em sua personalidade todas as

feridas do racismo “racial” brasileiro. Ela própria repetia em casa que “preto, se não caga na entrada, caga na saída”, e dizia às filhas e aos filhos que os brancos eram melhores em tudo. Também insistia que tinham de “clarear” a família, como uma responsabilidade pessoal de cada um.

Na lembrança de Lídia, era como se o racismo penetrasse em tudo e contaminasse tudo naquela casa. Como se o racismo estivesse antes de tudo o que se pensa, antes mesmo do disparo de qualquer sinapse no cérebro.

Por alguma razão, o pai de Lídia a escolheu para uma tarefa que, em vez de ser um prêmio, virou um tormento. Desde os 8 anos de idade, Lídia era encarregada de controlar o dinheiro que o pai deixava para toda a família, inclusive para a mãe. Essa inversão de autoridade rendeu a Lídia, e não ao pai, o ódio de todos, obrigando-a a lidar com todo tipo de vinganças e ressentimentos.

Tirava o dinheiro de sua própria cota para abrandar o sentimento dos irmãos. Mas era da mãe, que a chamava de falsa e fingida e dizia que ela não prestava, de quem recebia em tenra idade toda a raiva que não poderia ser dirigida ao pai. Sua infância foi marcada pelas constantes ameaças da mãe por causa desse drama familiar.

Um militar nacionalista que depois seria perseguido pela ditadura, o pai protegia Lídia e as outras filhas mais que os filhos. Apesar de conservador nos costumes, ele insistiu na educação delas, a fim de que “nunca precisassem de um homem para sobreviver”.

Ele mesmo se encarregou de alfabetizar os filhos, e todos chegaram à escola sabendo ler e escrever. Depois do golpe de 1964, o pai foi preso e enviado a Fernando de Noronha, sem soldo, o que agravou as dificuldades da família. Mesmo depois de solto e aposentado compulsoriamente, a redução dos rendimentos levou a família a mudar para São Gonçalo, na periferia de Natal.

A infância atribulada de Lídia a convenceu de que seu único caminho para sobreviver eram os estudos, aos quais passou a dedicar todo o tempo livre. Na escola pública, foi alvo do mesmo racismo que conhecia em casa.

Decidida a ser a melhor aluna, Lídia logo começou a se destacar. Mas em seu boletim escolar sempre havia uma nota destoante, no item “aparência”. Embora

recebesse “excelente” em todas as matérias, em “aparência” não passava do “regular”. Ela nunca entendeu essa nota. Afinal, tomava banho antes de ir à escola, vestia a melhor roupa que tinha e nem mesmo brincava no recreio para não se sujar. Nenhuma criança era mais limpa do que ela, mas não havia como mudar a nota de “aparência”.

Tinha criança que ia de chinelo, enquanto eu sempre ia de sapatinho, mas os outros recebiam “excelente” pela aparência, e eu nunca passava de regular, por mais esforço que fizesse.

Essa experiência infantil foi apenas a primeira do tipo de embate que Lídia iria travar a vida inteira. Sem compreensão racional do racismo, difundido na própria casa como um dado não só natural, mas percebido como “correto”, como um preconceito bem fundado, teve de lutar contra um inimigo insidioso.

Mesmo assim, para sobreviver, sabia que tinha de ser melhor que todos, como na escola, mesmo que tal esforço não fosse reconhecido. O estudo tornou-se então uma arma nessa luta inglória. Só assim ela podia ser “alguma coisa”. Ao *bullying* constante, Lídia se opôs com a indiferença, lembrando sempre da frase “o que não me mata me fortalece”, dita certa vez por um dos irmãos.

Sem montar uma defesa psíquica, é impossível conseguir, porque tudo arrasta você para baixo. Todos os dias, eu repetia para mim mesma que sobreviver é tudo.

Lídia continuou tirando as melhores notas. E passou em primeiro lugar no vestibular para o curso de engenharia zootécnica numa universidade federal. Com isso, conseguiu uma vaga no dormitório dos estudantes e passou a vender doces com uma amiga para se alimentar no refeitório universitário.

Para seguir adiante e ser minimamente aceita na universidade, Lídia assumia a maior parte de todo o trabalho em grupo. Embora todos recebessem a mesma

nota, era sempre dela o maior esforço. “Minha vida sempre foi assim. Já nem achava mais estranho, simplesmente era assim que as coisas eram.”

As boas notas a credenciam para um projeto do governo federal no Amapá, onde, como agente de saúde pública, liderava uma das turmas volantes que percorrem o interior, cuidando de gente pobre e de seus animais.

Tive que desenvolver uma agressividade que não era minha, senão como iria comandar homens e peões sem ser ridicularizada? Não foi nada fácil.

Depois foi transferida para o Rio de Janeiro, onde também se ocupava com o atendimento de populações carentes. Como o projeto contava com o apoio de um núcleo de estudos da Universidade Federal Fluminense, a UFF, constituído por pessoas de esquerda e formação humanista, essa experiência foi transformadora.

Pela primeira vez não me senti explorada por ninguém. Pelo contrário, passei a ser valorizada. Não havia reflexão ou debate sobre racismo ou política, eram simplesmente pessoas que respeitavam os outros. Eu me sentia feliz como nunca, apesar de o salário ser menor do que eu ganhava antes. Lembro só que me sentia feliz, sem saber exatamente o motivo.

Nós ajudávamos as pessoas mais pobres, gente que não tinha nada. Foi aí que conheci pessoas que tinham tido ainda menos chances do que eu. Essas pessoas eram culpabilizadas pela própria miséria e também se culpavam por isso, assim como na minha família nos culpávamos pelo fato de sermos negros.

Vi uma mãe condenada por todos por não ter vacinado a filha, que terminou morrendo. Ela nem sequer sabia que havia vacina ou que tinha esse direito. Mas todos a condenavam assim mesmo, como se ela pudesse ter agido de outro modo. E eu percebi que ninguém estava mais triste e desesperada do que ela mesma. Essa experiência foi como um espelho para

mim: conheci o racismo de classe, o racismo contra simplesmente quem é pobre e sem meios. Foi aí que percebi que todo racismo é uma coisa só.

Foi também nesse grupo que Lídia conheceu seu atual marido. Michel é branco, judeu não sionista, crítico da opressão do Estado judeu na Palestina, e ainda por cima de esquerda. A família se opôs ao seu casamento com uma mulher negra, mas Michel não desistiu. Na verdade, foi ele que ajudou Lídia a refletir acerca de sua vida nos termos de luta contra o racismo cotidiano. “Mas a luta é árdua e nunca termina, não vai terminar nunca”, assegura ela.

Na época em que namoravam, Lídia sempre inventava uma desculpa para não ir a restaurantes. Ela tinha uma “fobia”, um “pânico”.

Na primeira vez em que saí com ele para jantar, senti tontura e não consegui ficar. Não achava que ser servida num restaurante fosse coisa para mim. É como se as coisas que minha mãe dizia sobre a inferioridade do negro tivessem se tornado uma reação corporal, antes mesmo de qualquer pensamento ou ação. Se você for pensar na injustiça, não consegue seguir adiante. Passa a fazer parte de você, mistura sentimento e razão, e você fica sem defesa. Tenho até vergonha de contar, mas cheguei a comprar uma quentinha e comer na calçada e no frio, enquanto as pessoas lá dentro comiam à luz de velas.

Graças ao extraordinário esforço pessoal, Lídia conseguiu entrar para o quadro técnico de uma grande empresa estrangeira do ramo farmacêutico. Mas também ali, no começo pelo menos, sentiu a mesma exploração e a mesma sensação de não ter voz.

Nos últimos anos, as coisas mudaram para melhor. Entrou no comitê de gênero e raça da empresa, o que a motivou a ler e aprender mais sobre o assunto. Depois, apesar de branco e da classe média estabelecida, seu chefe é gay e, além de competente e justo, sabe o que é ser alvo do preconceito.

Mas isso não significa que acabe o racismo; como disse, ele não acaba nunca. Quando vou a congressos da empresa com os colegas, todas as vezes acontecem coisas só comigo, e nunca com meus colegas brancos. Semana passada, num congresso de funcionários da empresa em Belém, eu ia apresentar um painel e seguia para uma sala junto com os que iriam realizar palestras.

Na entrada, a moça não para ninguém, só a mim, que estava chegando por último. Ela me pede o crachá e, como nele está escrito “convidado”, e não “palestrante”, sou encaminhada a uma sala que não me permite ter acesso ao painel que vou apresentar. Eu explico e não adianta nada. Só quando vem um colega branco e insiste é que posso ir para o lugar que me pertence.

À noite, no jantar de confraternização dos participantes, a situação se repete. Todos entram sem que tenham de mostrar o crachá. Só a ela, Lídia, o crachá é pedido. Como muitos, ela o havia deixado no quarto do hotel. Um colega quis ajudar e chamar os organizadores. Mas ela já havia perdido a motivação e alegria, e preferiu voltar para o hotel. “Isso acontece o tempo todo, às vezes a gente cansa de lutar. O racismo desumaniza.”

E a política?

Ah, eu sou 13, eu sou Lula! Lula é como eu, nordestino, pobre, e isso desafia a grande indignação branca, rica e racista. Um membro da ralé, portanto, sem merecimento nenhum, sem diploma, a prisão dele é minha prisão, e de todos os pobres, dos que não têm nem nunca tiveram nada neste país. Eu voto em Lula porque Lula sou eu!

Gisálio: a vitória sobre a pobreza

Nascido numa família pobre, Gisálio tem 31 anos e é professor da rede pública de ensino em Brasília. Sua mãe era descendente de espanhóis que haviam

migrado para o Brasil fugindo da guerra civil na década de 1930. O pai era negro, nascido em Pernambuco e bisneto de uma escrava liberta. Criada no meio rural, a mãe de Gisálio, Angélica, conseguiu estudar e arrumou emprego num cartório de Novo Horizonte, no oeste do estado de São Paulo. O pai era caminhoneiro. Como os patrões de Angélica conseguiram um cartório novo na capital, ela se mudou para São Paulo, onde conheceu e se casou com o pai de Gisálio, contratado como motorista para a mesma família.

Gisálio nasceu em 1987, num pequeno apartamento de três cômodos no bairro de classe média de Santa Cecília. Pertencente à família dos donos do cartório, o imóvel foi alugado a preço módico aos pais dele para que morassem perto dos patrões e melhor os servissem. Gisálio teve uma infância de baixa classe média, sem luxos, mas sem necessidades. A família comia, por exemplo, carne todos os dias, ainda que quase sempre carne de segunda.

Ele lembra que o pai gostava de ler sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre temas de geografia. Um de seus passatempos era montar com o filho um atlas, na época vendido como suplemento do jornal *Folha de S.Paulo*. Para Gisálio, este foi um dos motivos que o levaram a gostar de geografia e história, a matéria que hoje ensina aos alunos da rede pública do Distrito Federal. Esse foi o grande legado imaterial do pai caminhoneiro e depois motorista.

Na virada do século XXI, os patrões perderam a concessão do cartório em São Paulo, e seus pais passaram a enfrentar graves dificuldades financeiras. A família voltou a Novo Horizonte, para viver de favor na casa dos pais de Angélica. A mãe ajudava com trabalhos eventuais no orçamento da casa, mas o pai teve dificuldade para enfrentar o desemprego e começou a beber. Foram mais de cinco anos convivendo com o alcoolismo dele, relembra Gisálio.

Esses anos de adolescência foram duros para ele. Não havia mais carne nas refeições, restritas ao feijão com arroz, de vez em quando reforçado por um ovo. Gisálio tinha vergonha do pai e da nova situação familiar. Além disso, a escola pública de Novo Horizonte era muito fraca e não preparava ninguém adequadamente. Ele relata que vários amigos da época caíram na criminalidade e

acabaram presos. Mas havia um professor, o de literatura, que conseguiu despertar nele um novo impulso para o conhecimento.

No contexto de pleno emprego dos governos Lula, o pai de Gisálio afinal conseguiu emprego como motorista. A situação melhorou um pouco e o aumento da renda familiar foi investido num cursinho particular pré-vestibular. O resto da família não via com bons olhos esse tipo de gasto. Um dos tios não se cansava de cobrar: “Qual o problema em ser motorista como seu pai? Você não tem orgulho dele?” Era quase uma agressão à família maior que Angélica insistisse tanto numa ambição tão desmedida para a família pobre.

Porém, tanto para o pai quanto para a mãe de Gisálio, o estudo dos filhos sempre havia sido um objetivo sonhado em conjunto. Aos 12 ou 13 anos, quando os colegas de escola tinham de trabalhar meio período, os pais aguentavam as pontas para que ele e a irmã só estudassem. “Quero ver você juiz! Ou pelo menos que vá para a Marinha”, costumava dizer o pai.

Em São Paulo, quando os pais ainda trabalhavam para o dono do cartório, Gisálio e a irmã frequentavam uma escolinha particular de classe média. Ele sentia vergonha pelo fato de o pai ser motorista, e mentia aos colegas dizendo que o carro do patrão pertencia a seu pai. Gisálio sentia na pele todas as ambiguidades do agregado entre nós, tema já tratado neste livro. As questões principais aqui são: Quem eu sou? A que mundo pertenço?

Mas foi no cursinho particular em Novo Horizonte, pago com esforço pelos pais, que se manifestou o resultado concreto do estímulo ao estudo semeado pelos pais em meio a tantas dificuldades. É que lá Gisálio encontrou bons professores que o estimularam. O professor de história lhe apresentou Marx, Gramsci e historiadores marxistas ingleses para interpretar o capitalismo e sua formação.

O de literatura abriu-lhe os olhos para os grandes autores brasileiros como Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Gisálio descobriu então uma inclinação política que nunca mais irá abandonar. Decidiu-se pelo magistério, a fim de fazer com outros jovens o que aqueles professores haviam lhe proporcionado, abrindo os seus olhos para o mundo.

Assim, entrou para o curso de história na Unesp, em Araraquara, depois de passar no vestibular com excelente pontuação. Isso só reforçou a sabotagem da família ampliada, dos primos e tios que não tiveram a mesma oportunidade. Mas o núcleo familiar se manteve ainda mais unido, agora que se tornava realidade o sonho da formação universitária dos filhos.

Ele lembra de ver o pai, pela fresta da janela do quarto, tarde da noite, no dia em que saiu a relação de alunos aprovados no vestibular, lendo e relendo na sala seu nome, como se não acreditasse no que via. Nessa noite, pela primeira vez na vida, Gisálio viu o pai chorar.

Enquanto estudava, se engajou no PT de Araraquara, participando ativamente das campanhas políticas do período. Antes de tudo, queria que mais jovens tivessem a mesma oportunidade que ele, e não a vida sem futuro e sem esperança que havia conhecido na escola pública.

Mais tarde, graças a bolsas de estudo do governo federal, Gisálio e a irmã foram estudar em São Paulo, para fazer mestrado na USP, ultrapassando assim todas as expectativas da mãe. Para ela, a USP era universidade de rico. Apesar de ter morado décadas na capital, nunca soube onde ficava a USP. “Pobre não sabe onde é a USP”, dizia, “para nem saber como chegar lá. Fazem de propósito.”

Agora o filho estava fazendo mestrado em pedagogia na recém-inaugurada USP Leste. Na universidade, Gisálio conheceu Aurora, professora no Distrito Federal, que também fazia mestrado. Os dois se casaram e hoje dão aulas na rede pública do DF, que paga salários decentes aos professores, como no Maranhão do governador Flávio Dino, pois lá existe um sindicato atuante e organizado que consegue eleger representantes para as câmaras estadual e federal. Gisálio e Aurora hoje fazem parte do núcleo do sindicato e participam ativamente da vida política da cidade.

Gisálio é o orgulho da mãe e o assunto preferido dela com as amigas. Influenciada pelo filho, a mãe é lulista.

Podem dizer o que for de Lula que só acredito no que meu filho me diz. E o

que ele diz é que, sem Lula, nem ele nem outros milhões como ele teriam chegado aonde ele chegou. E a raiva da imprensa dos ricos com Lula é por isso mesmo. Ninguém quer pôr dinheiro na educação para pobre subir de vida como ele subiu. O dinheiro deve ir só para os ricos.

Por isso estou com Lula e com quem ele indicar depois dessa prisão que os ricos arrumaram contra ele. Mas os pobres como eu não vão esquecer nunca o que ele fez. Hoje meu filho tem uma família feliz e uma vida digna como nunca pude ter, porque pôde estudar com bolsa de estudos do governo, as mesmas bolsas que o governo atual cortou. Esse golpe foi dos ricos para acabar com os pobres. Hoje não passamos necessidade porque nossos filhos nos ajudam.

Mas o filho não conseguiu mudar a opinião do pai sobre Lula. Para Gisálio, a mentira da mídia antipetista promoveu uma lavagem cerebral em muita gente, mesmo nos pobres que viram a vida deles e da família melhorar. Mas desconfia que há também outro motivo para o antilulismo do pai: ele nasceu em Pernambuco, perto da cidade natal de Lula.

Acho que a raiva dele é inveja. Como um pobre como Lula chegou a presidente e ele nunca deixou de ser motorista? É triste ver isso atrasando os pobres, ainda mais sendo meu próprio pai.

Mas Gisálio ama a verdade: melhor ver o mundo tal como ele do que ficar na fantasia.

Análise das entrevistas da massa da classe média

Na massa da classe média, as visões de mundo tendem a ser mais diversificadas, multifacetadas e polarizadas do que na alta classe média. Não só a massa da classe média é bem mais numerosa, como nela as trajetórias de vida, ascendentes

e descendentes, desempenham papel decisivo nas concepções de mundo e no comportamento prático.

Nesse segmento social, tende a ser maior a distância entre o discurso do capitalismo financeiro e a vida prática das pessoas. Se na alta classe média vimos a confluência de vários tipos de capital – econômico, cultural e de relações sociais –, que permite uma extraordinária flexibilidade e o aproveitamento efetivo mesmo de circunstâncias adversas, a situação é bem diferente na massa da classe média.

Nesse sentido, Ronaldo é um caso exemplar. Encarregado da gestão intermediária da agência, Ronaldo é uma espécie de faz-tudo de Paco, o gerente da empresa no Brasil, que não hesita em lhe mandar mensagens de madrugada, tratando de assuntos que havia esquecido de organizar para a manhã seguinte. Para Ronaldo, a flexibilidade no horário de trabalho não é um recurso à sua disposição, como no caso de profissionais da alta classe média, mas um grilhão. A servidão de Ronaldo dura as 24 horas do dia, pois está o tempo todo à disposição do chefe.

No princípio, Ronaldo tinha prazer com as viagens a trabalho. O estágio em Barcelona foi muito compensador e divertido. Mas a constância dos deslocamentos, sobre os quais não tem controle, o impede até mesmo de manter relacionamentos duradouros. Apesar de bem-apessoado e afável, nunca teve uma relação de mais de seis meses. Ele se ressente disso, especialmente agora, quando atinge uma idade mais madura.

O emprego flexível, típico do novo capitalismo, molda a sua vida e faz dele o apêndice indefeso da vontade alheia. Ao mesmo tempo, foi a lealdade absoluta a Paco que, em suas próprias palavras, permitiu-lhe escapar à serra do desemprego que hoje assola o país. No momento de redução dos quadros, ele permaneceu na empresa enquanto os colegas eram dispensados. A insegurança objetiva de Ronaldo o torna presa de todo tipo de superexploração.

Ronaldo demonstra razoável compreensão do contexto social e político maior em que vive. Mas, para ele, o mundo é assim e não há como mudá-lo. Ele

faz o possível para se adaptar, consciente de que aspectos fundamentais de sua vida continuam irrealizados.

A própria residência de Ronaldo é extensão do trabalho. Ele mora com colegas da agência, justamente para ficar mais perto da empresa, e obviamente o trabalho é o assunto dominante. Aqui, o capitalismo financeiro realiza a mais perfeita confusão de tempo de trabalho e tempo livre, de forma a transformar em trabalho, imperceptivelmente, toda a vida dos colaboradores.

O capital financeiro também determina o quadro de referência social e político de Ronaldo, impossibilitando-o de criticar e traduzir em termos políticos sua posição de fragilidade diante do chefe, o dono de todo o seu tempo. Nota-se com clareza a forma insidiosa pela qual o novo capitalismo manipula os trabalhadores sem raízes políticas e sem atividade sindical. O domínio do trabalhador é completo, até mesmo no âmbito de suas convicções e visão de mundo.

Por outro lado, Ronaldo não deixa de constatar as injustiças sociais e a pobreza, como se viu pelo modo como influiu no destino de Jobson, o office boy. Para ele, porém, não se trata de um problema derivado de uma estrutura social, ou seja, ele não percebe a desigualdade como decorrência de uma injustiça social estrutural. Sua ajuda concreta a Jobson reflete uma índole benéfica e uma compaixão sincera. Mas suas ações se restringem ao estreito círculo dos relacionamentos pessoais. Para ele, o máximo de engajamento político é a preservação do meio ambiente e a adoção de posturas favoráveis às minorias.

Dessa visão de mundo advém a preferência política por Marina Silva: a diversidade e o vínculo expressivo com o meio ambiente são percebidos como algo que tomou o lugar – como sempre quis o capitalismo financeiro, a fim de dividir e enfraquecer as lutas por emancipação social – das seculares demandas do movimento dos trabalhadores e oprimidos em geral por redistribuição de riqueza e poder.

Os casos de Inácio e William são também paradigmáticos para a massa da classe média brasileira. A trajetória de vida descendente de Inácio, que perde um emprego bom e lucrativo e tem de se adaptar a uma ocupação com menos status

relativo e um terço dos ganhos anteriores, o deixa ressentido e frustrado. Ele não comprehende que sua situação atual decorre de uma configuração social e econômica muito mais abrangente. Socializado no mercado, com uma concepção de mundo liberal, culpa a si mesmo pelo fracasso. Ele tenta desesperadoramente abrandar uma autopercepção desvalorizada, que poderia levá-lo, como tantos, ao alcoolismo e à depressão, canalizando-a para um objeto externo.

O antipetismo é o candidato ideal para assumir esse papel, por várias razões. Primeiro, este foi precisamente o sentido de toda a campanha midiática, sob o comando da Rede Globo, para estigmatizar o PT e o ex-presidente Lula: colonizar o sentimento antipopular, secularmente cevado pela elite nas camadas médias, de modo a mantê-la como aliada e tropa de choque de seus interesses.

Como sempre, o ódio e o desprezo ao povo, materializados na estigmatização da soberania popular travestida de populismo pelo ataque midiático, são acobertados com o véu do ódio seletivo à política, desde que esta tenha alguma vinculação com os interesses populares.

Desse modo, o ódio que Inácio volta aos políticos e à política serve de cobertura e racionalização, protegendo a sua autoestima. Se uma autoimagem de insegurança, fracasso e impotência poderia ser autodestrutiva e, portanto, impossível de ser admitida por ele, o antipetismo passa a ser o pretexto e desculpa perfeita para as desventuras da sua vida.

Assim, não é dele a culpa por seu fracasso objetivo, e sim de governos populistas que acabaram com o país. A distorção sistemática da realidade, promovida pela imprensa venal, permite inverter a realidade social e tornar invisíveis as forças objetivas de mercado que a comandam de dentro e de fora do país.

Desinformação e desinteligência, produzidas pela imprensa, se combinam como pretexto ideal para voltar a frustração dessas pessoas contra um objeto externo. Assim, a agressividade e a ansiedade que efetivamente sentem podem ser canalizadas a um bode expiatório externo, para explicar seu suposto fracasso, bem como, e talvez mais crucial ainda, impedir sua identificação com os mais pobres que “precisam” da política.

O medo da proletarização das camadas médias é um dos elementos mais importantes das ideologias totalitárias e agressivas. A própria sensibilidade moral a uma suposta corrupção comprovaria como essas camadas seriam “superiores” a essa gente duplamente inferiorizada: porque não se escandaliza com a corrupção seletiva, porque supostamente sobrevive à custa do Estado.

Por aí viceja o bolsonarismo. O medo da decadência e da proletarização abre caminho para a criminalização da esquerda, como forma de externalizar a agressividade no ódio ao pobre e à sua representação política. A ameaça efetiva de decadência social dessas camadas médias – agravada, no Brasil, pelo estigma da desumanização do escravo – é o que a torna a presa ideal dos discursos de ódio. É como se Inácio dissesse a si mesmo: “Veja como não pertenço a essa gente. Nada tenho a ver com eles, tanto que os odeio mais que tudo.”

Assim também mostra aos outros que não é um dos vagabundos que vivem à custa do Estado, transfigurando o desprezo antipopular em virtude moral. Tudo isso, por outro lado, ameniza, pelo menos superficialmente, sua própria sensação de fracasso: “Só não continuei me dando bem por causa da roubalheira dessa gente.”

Esse parece ser o dado essencial da pregação neofascista de Bolsonaro. Sem explicitar qualquer tipo de proposta política, ele expressa o ódio e a frustração de classe dos ameaçados de decadência social. Na elite, como se vê no caso de Caio, o administrador de fazendas, a causa é outra. Como o latifúndio pratica já a violência aberta e cínica, sem a dissimulação urbana, Bolsonaro aparece como o representante perfeito dessa elite arcaica, assassina e torpe.

Portanto, na massa da classe média, é o medo objetivo da proletarização que funciona como deflagrador de todas as crenças antipopulares. O absurdo caricato da crença de Inácio acerca do suposto dinheiro de Lula escondido na Alemanha apenas demonstra que são as necessidades objetivas dessas trajetórias de vida em crise – eventualmente até mais do que o poder de convencimento intrínseco a essas ideias – que as levam a se agarrar a tais opiniões.

Se as sandices da mídia atual têm um retrospecto histórico quase secular, e ainda contam com um exército de intelectuais e jornalistas oportunistas a reiterá-

las incessantemente, então aumenta muito o impacto de convencimento sobre aqueles que já possuem razões de sobra para acreditar em qualquer coisa que alivie o peso do fracasso percebido como pessoal.

No caso de Inácio, bem como no de William, a predileção por Bolsonaro advém do mesmo motivo: a necessidade de limpeza total da política. Em William, a agressividade é menor. Apesar de considerar Bolsonaro o único antídoto à crise moral do país, ele não é tão tosco e primitivo quanto Inácio. William acha que, na disputa entre latifundiários e sem terras, por exemplo, é necessário levar em conta ambos os lados. Não seria justo armar apenas os latifundiários. Se não é justa a invasão de terras, também não é justo que exista gente sem acesso à terra.

Parece escapar completamente a William o fato de que Bolsonaro não tem nenhuma sensibilidade para este tipo de justiça social equidistante. Já sua mulher Flávia e os pais dela seguem um caminho muito semelhante ao de Inácio. O servilismo em relação aos americanos, tidos como modelo de moralidade superior, e o ódio aos pobres e aos direitos humanos é a marca central da personalidade autoritária.

O modelo sadomasoquista parece ser o parâmetro aqui: a obediência irrestrita aos modelos convencionais de moralidade é apenas o outro lado da moeda do ódio aos fracos e oprimidos, pois a fragilidade própria tem de ser cuidadosamente afastada da consciência. Por aí se entende a agressividade descontrolada do pai de Flávia.

O pai de Flávia se percebe como moralmente superior aos outros, aos quais nega a condição de humanidade. Como a base dessa crença é frágil, pela proximidade social objetiva com as classes populares, ela precisa ser gritada para todos, dos quais espera a aprovação. Na massa da classe média, este é outro contingente cativo de Jair Bolsonaro.

Seus seguidores transformam o medo e a insegurança social em zelo pela moralidade, tal como esta é definida pela elite e a mídia. A impotência real se converte em potência messiânica compartilhada em nome da purificação

absoluta. Eles não são permeáveis a argumentos racionais, pois não têm distanciamento crítico em relação às próprias crenças.

São indivíduos que acreditaram no moralismo de fachada, disseminado pelas elites para que pudessem ser manipulados. Com isso, abre-se espaço para um moralismo radical, sempre em busca do herói incorruptível. O combate ao “populismo petista” vinha correndo muito bem com o paladino Sergio Moro à frente da perseguição político-judicial. Quando a seletividade do processo tornou-se óbvia, como no caso das malas supostamente endereçadas a Temer e Aécio, mostradas ao país inteiro, começaram a despontar o que podemos chamar de “viúvas do golpe”.

As “viúvas do golpe” são aqueles que achavam que a coisa era para valer, e não só para afastar das eleições o PT e o povo que este representa. Para essas pessoas, o problema é a “política”, e não a roubalheira do sistema financeiro e de seus donos. Assim, os moralistas radicais que não são cínicos ou hipócritas como os outros encontraram em Bolsonaro o seu messias. Eles querem uma limpeza total, “para valer”, da política, se possível por meio de uma ditadura, como se o regime militar tivesse sido um primor de honestidade.

Esse tipo de discurso encontra terreno ideal na classe média tradicional e conservadora. Ele permite articular e expressar tanto o ódio aos pobres – que “viveriam” da política – como sua superioridade moral em relação às outras classes. Esse segmento seria o único de fato sincero e bem-intencionado, ao contrário tanto das elites hipócritas, que só pensam em dinheiro, quanto dos pobres manipulados pelo populismo. Para esse pessoal, Sergio Moro só foi até a metade do caminho. Os “poderosos” não o deixaram ir mais longe. Quem deve completar a tarefa é Bolsonaro, o herói vingador.

Já o caso de Mirtes mostra a reação de uma camada mais estabelecida da massa da classe média. Também ela possui os preconceitos de classe típicos de seu estrato social. Os pobres estão aí para servir como os escravos serviam: sem direitos e objetivamente frágeis a fim de possibilitar uma servidão voluntária, antecipando os desejos dos senhores. Pobre não pode ter carro. Só atrapalha o trânsito e atrasa a prestação de serviços.

Por conta disso, Mirtes nunca gostou do “populismo petista”. Ao mesmo tempo, a trajetória do filho possibilitou-lhe um aprendizado importante. A capacidade de aprender diferencia essa fração dos emparedados sociais que seguem Bolsonaro. No período dos governos lulistas, William tinha emprego numa instituição que ia muito bem. Também Inácio se aproveitou do boom imobiliário desencadeado pelo PT e pelos investimentos estatais no Rio de Janeiro. Mas este elo causal objetivo nem sempre é levado em conta.

Mirtes se decepcionou com o moralismo de fachada da Rede Globo e da Lava Jato. Mas não cai na armadilha de procurar um herói vingador, que iria por fim limpar o país. Ao contrário, percebe que foi enganada. A felicidade do filho pesquisador, nos anos do petismo, também era a sua felicidade, agora transformada em desilusão e ressaca do moralismo.

Mirtes sabe que foi feita de tola. Quem tem coragem de perceber isso escapa da manipulação e do fascínio da pregação fascista. Mais ainda, ela reconhece que houve coisas boas no governo do PT, partido que antes odiava. Mesmo aos 63 anos, Mirtes consegue aprender com a realidade. Portanto, ao mesmo tempo que se acirra a radicalização manipuladora do fascismo, existe a possibilidade de aprendizado social na nossa quadra histórica.

Foi a ausência histórica de um contradiscurso, que se opusesse à narrativa dominante do liberalismo vira-lata, que lançou a classe média no colo da elite conservadora. Na verdade, não houve sequer disputa narrativa. Por isso, os aprendizados, quando ocorrem, são feitos em contato com a vida concreta, sem a adequada abstração e sem o encadeamento narrativo do contexto mais amplo. O risco desse aprendizado concreto é o de se manter fragmentado e descolado de uma explicação totalizante, a única forma de reconstruir em pensamento a realidade de forma crítica.

Há, ainda, as trajetórias ascendentes. Se o Brasil mantém perversamente as classes populares na impotência e na humilhação, existe sempre, por outro lado, a possibilidade de ascensão individual. Em cada 100 pobres, um ou outro consegue, superando obstáculos gigantescos e guiados por um extraordinário instinto de sobrevivência, ascender socialmente por meio do estudo.

São poucos os que alcançam isso, vencendo resistências em na família e os sentimentos de inveja e despeito dos mais próximos, além do racismo de classe e de raça mais crueis. A grande maioria sucumbe à pressão familiar e social para que se mantenham subjugados e impotentes.

Daí o interesse do depoimento de Lídia, pois permite constatar a ação de mecanismos que são invisíveis para os privilegiados, como o racismo “racial” arraigado na própria família e na mãe descendente de escravos, ou a opressão do preconceito “dentro do oprimido”, transmitido aos próprios filhos. Revela-se assim a ação insidiosa de todos os preconceitos sociais invisíveis. As vitórias contra o preconceito são sempre parciais e momentâneas, pois ele logo volta a se manifestar. Desse modo se sufoca, naqueles que têm pouco ou nada, a vontade e a capacidade de reação.

Igualmente notável, no depoimento de Lídia, é a percepção central de que todo racismo, de classe ou de raça, tem um núcleo comum, que serve para desarmar o oprimido, tanto o negro quanto o pobre, e anular a sua capacidade de reação. Isto se consegue na prática quando o negro ou o pobre – e com frequência ambos coincidem no mesmo indivíduo – é convencido de seu desvalor e de sua sub-humanidade. Por conta disso, poucos conseguem reagir e ascender. Não existe nada mais cruel do que a humilhação materializada na autopercepção do humilhado como justa e merecida.

Alguns dos que conseguem, no entanto, desenvolvem uma percepção do mundo social antagônica à de seus colegas da classe média estabelecida. Para Lídia, Lula é ela. O sofrimento do ex-presidente, preso sem provas e injustamente, é a expressão do mesmo sofrimento que ela teve de aturar calada a vida toda. É melhor voltar para casa e não participar da conferência à qual foi convidada porque aquele não é lugar para ela. Se ela estivesse ali para varrer a sala, ninguém lhe pediria o crachá.

Cara leitora e caro leitor, isto não significa que toda trajetória ascendente predisponha as pessoas a percepções mais críticas do meio social. Pode se dar exatamente o contrário. Há aqueles que até mesmo esquecem as origens e

incorporam, ao modo do escravo Prudêncio, de Machado de Assis, o espírito do opressor.

Nas entrevistas, porém, foi recorrente o padrão de que as trajetórias ascendentes tendem, em determinadas condições, a conscientizar politicamente o novo integrante das classes médias que veio das classes populares. De qualquer modo, comprova-se assim a importância equivalente tanto do ponto de partida de classe como da trajetória específica a cada indivíduo ao subir ou descer na escala social.

Conclusão: A classe média em tempos de capitalismo financeiro

Este estudo sobre a classe média brasileira nos levou a uma reconstrução histórica tanto da moralidade da classe em geral quanto de sua gênese especificamente brasileira. Começamos pelas questões essenciais de sua condição em qualquer lugar – pois o Brasil não é o planeta verde-amarelo do jeitinho vira-lata, tão prezado por nossos intelectuais colonizados.

Assim, partimos do universal, ou seja, da hierarquia moral subjacente ao capitalismo moderno como um todo, a fim de entender o particular, sua materialização singular na sociedade brasileira. A atenção aos elementos universais é o que, afinal, nos mostra que não existem diferenças relevantes na forma pela qual a classe média constrói seus privilégios nas sociedades modernas. Tais privilégios sempre se baseiam na apropriação do capital cultural mais valorizado e prestigioso – e isto não é como a jabuticaba, algo que existe só no Brasil.

Tampouco há diferença significativa entre a forma como essa apropriação injusta de capital cultural é legitimada, aqui ou em outros países. A meritocracia e o privilégio estético também estão na base de um processo que, no mundo todo, torna invisível e justificável o privilégio das camadas médias.

Esses fatos já demonstram como é superficial e frágil a noção de um planeta verde-amarelo e do jeitinho vira-lata, disseminada pela interpretação dominante.

O Brasil do jeitinho, do patrimonialismo e da corrupção só serve para moralizar a dominação de poucos sobre muitos.

O elemento especificamente brasileiro vai ser dado pela forma das relações de classe, ou seja, as relações peculiares entre a classe média e a elite, de um lado, e, de outro, entre a classe média e as classes populares. O mito nacional hegemônico, que estamos chamando de “liberalismo vira-lata”, é que vai explicitar essa relação e a forma singular que assume em nossa sociedade.

Como todo mito é nacional e específico – embora haja semelhanças entre os mitos nacionais de povos culturalmente dominados e entre os mitos dos países culturalmente dominadores –, é em função dele que toda sociedade moderna adquire aspectos característicos e únicos.

Afinal, o mito nacional é o conto de fadas para adultos oficial, a forma hegemônica pela qual a sociedade se percebe na dimensão simbólica mais articulada e refletida. Todos nós introjetamos e incorporamos o mito nacional dominante, tenhamos ou não consciência disso, como parte de nossa personalidade e de nossa visão de mundo.

Em boa parte, a nossa autoimagem é construída a partir da forma como nos percebemos como membro da sociedade maior, que, por sua vez, é fortemente influenciada pela forma como percebemos nossa sociedade. Exatamente por isso, o mito nacional hegemônico é um instrumento poderosíssimo nas mãos da elite dominante. Ainda mais eficaz no nosso caso, em que esse mito logrou se institucionalizar e virar uma segunda pele de todo brasileiro, que ninguém mais discute nem critica, a tal ponto que se tornou algo “natural” e “automático”.

Como a classe média brasileira é o suporte social mais importante do mito vira-lata da corrupção restrita à política, aí reside a peculiaridade dessa classe entre nós, e não as bobagens de um suposto jeitinho brasileiro.

Além disso, igualmente relevante é o “instante histórico”, o “diagnóstico da época”. O componente histórico atual vai, de certo modo, misturar todos esses ingredientes, conferindo ao resultado sabor, aroma e um colorido específicos. E o que marca o atual momento histórico é a dominação simbólica, social e econômica do capital financeiro.

Vimos que o capitalismo financeiro cria não só uma forma específica de acumulação de capital, com ritmo e lógica peculiares, mas também uma semântica, uma concepção de felicidade e uma narrativa nova para o mundo social. Essa narrativa se aplica aos trabalhadores, mas também aos gestores e supervisores, em níveis superiores e intermediários, que perfazem boa parte da classe média, seja a alta, seja a massa.

Como esse processo é objetivo e impessoal, todos nós acabamos sendo, em maior ou menor medida, influenciados por essa narrativa. Ninguém está livre dela. O uso da linguagem da emancipação para dominar melhor e de modo mais imperceptível, para alçar as pessoas à condição de colaboradoras e gestoras de si mesmas e para promover a diversidade (mas nunca a redistribuição de riqueza e poder) é o núcleo da mensagem do capital financeiro entronizado.

Esse assalto da consciência pública foi planejado, implantado com diabólica inteligência e com muitos recursos, aplicados na compra da imprensa, de universidades, de centros de pesquisa e de empresas da indústria cultural e de entretenimento. Sem a complexa e multifacetada ofensiva simbólica para moldar a concepção de mundo das pessoas, o capitalismo financeiro não poderia se apropriar dos recursos do planeta inteiro, como vem fazendo.

Toda a riqueza não estaria concentrando-se cada vez mais nas mãos do 1% mais rico se a inteligência coletiva não tivesse sido sequestrada e rebaixada. Essa mudança simbólica tem como objetivo viabilizar graus inauditos de exploração do trabalhador, deixando-o sem proteção sindical e isolado. Ao mesmo tempo, isso faz com que ele atribua a si mesmo as causas de seus problemas, seja de seu medo e ansiedade, seja de sua pobreza e exploração.

A novidade da estratégia de poder do capitalismo financeiro é que ela se vende como promotora da liberdade e da realização pessoal. A colonização de todo o vocabulário expressivista e da ética da autenticidade individual, anulando a sua dimensão ética e finalista em favor de resultados pragmáticos e instrumentais, serve precisamente a esse fim. O mecanismo de poder mais eficiente é o que se vende como favorável à liberdade individual.

A redefinição do trabalhador como “colaborador” ou “empresário de si

mesmo” escamoteia, assim, uma relação objetiva de subordinação. Além disso, como muitos são efetivamente “autônomos” – uma denominação que evoca liberdade –, inclusive na classe média, e contraíram dívidas bancárias para viabilizar sua atividade ou negócio, o patrão se torna crescentemente abstrato, invisível e imaterial.

Se revoltar contra quem, quando não se consegue pagar os juros escorchantes, senão contra si mesmo, por não ter se esforçado ou sido mais eficiente? Ainda mais quando os juros arbitrariamente altos são legitimados como “combate à inflação” por uma imprensa comprada pelos próprios bancos – ou, pior, quando tais juros são justificados pela maior inadimplência dos brasileiros, sabidamente corruptos e mal pagadores, como prega nosso mito viralata.

Se hoje em dia metade das empresas brasileiras e a maior parte da população está endividada até o pescoço, isso não provoca reação nem rebelião organizada nas pessoas.⁶³ Impossibilitada a externalização da agressividade contra o seu opressor de classe, como se dava antes, o indivíduo torna-se, em seu âmbito interno e pessoal, o local da luta de classes, onde o próprio indivíduo é seu pior alvo, exatamente como pretendido pelo capital financeiro hegemônico e sua nova semântica e estratégia neoliberais. A própria vítima da exploração passa a se ver como mau pagador e, em vez de se rebelar, se envergonha.

Invisíveis para as vítimas, esse novo dispositivo e essas novas estratégias de poder do capitalismo financeiro são de extraordinária eficácia. É um poder que se exerce de modo sutil e sedutor, vendendo-se como liberdade e autonomia individual. O Facebook é o exemplo perfeito desses novos tempos.

Todo o mecanismo de comercialização, precisamente concebido para atender aos desejos e necessidades de cada um, é produzido por nós mesmos com nossas “curtidas”, sem qualquer custo para a plataforma comercial. E tudo sob a aparência ingênua e confiável da troca de informações com amigos e familiares. Ninguém mais precisa invadir de modo ilegal nossa privacidade: agora nós a disponibilizamos, de graça, para que as empresas lucrem.

O Facebook é a metáfora acabada da estratégia neoliberal do capitalismo

financeiro, que nos coloniza e nos explora de modo imperceptível enquanto parasita e manipula nossas relações e nossos desejos mais íntimos. Isso sem contar o aspecto abertamente político do acesso aos dados pelos serviços de inteligência de potências estrangeiras – como denunciou Edward Snowden –, os quais nem sequer precisam dedicar esforço, dinheiro e tempo para nos espionar. Nós mesmos entregamos tudo de mão beijada.

Vendendo-se como libertária, a nova opressão do capitalismo financeiro não censura, não silencia, não impede, não proíbe. Não recorre a nenhum dos dispositivos de dominação normalmente associados ao exercício do poder. Ao contrário, ela nos estimula a contar nossa vida, a nos comunicarmos, a expor nossos desejos e preferências. Isso tudo como se estivéssemos curtindo, gostando, fruindo nossa liberdade individual.

Essa foi a real vitória da semântica e da prática de poder neoliberal do capitalismo financeiro. Sua principal diferença em relação ao capitalismo industrial, em que burgueses e trabalhadores se opunham de modo claro uns contra os outros, foi ter eliminado, da consciência do oprimido, a visibilidade da opressão. Pois a visibilidade do poder é burra. Diante de um capataz que nos obriga a fazer algo, seja com um chicote, seja com a ameaça do desemprego, é muito mais fácil encontrar formas de reação. A opressão é reconhecida e sentida por todos, o que lhes permite formar partidos e sindicatos e organizar a luta contra o inimigo. Daí as conquistas dos movimentos dos trabalhadores em todas as sociedades industrializadas.

Porém, o que acontece quando o inimigo se torna invisível? Quando não mais se mostra enquanto tal? E quando nós mesmos fazemos o trabalho sujo da dominação, sem cobrar nada por isso? Lembremos de Ronaldo, incapaz de distinguir o seu tempo na agência e fora dela.

Por conta disso, a doença de nosso tempo – cada época tem a sua doença característica – é a depressão ou o esgotamento. Como a agressividade e o ressentimento pela vida incompleta voltam-se agora contra o próprio indivíduo, e não mais a um objeto externo, um algoz visível, o mal-estar da vida moderna é percebido como fracasso pessoal.

A depressão como patologia da nossa época é o sintoma evidente dessa agressividade autodirigida, comprovando que a suposta liberdade é uma forma ainda mais sofisticada de opressão. Sofisticada, mas de consequências concretas, nos atingindo em nosso próprio corpo.

Por que não percebemos o potencial patológico deste novo capitalismo? Para esclarecer esta questão, cabe recorrer a uma reflexão fundamental de um dos maiores filósofos do capitalismo: o pensador alemão Georg Simmel. Num de seus textos seminais,⁶⁴ Simmel nota que a “sensação de liberdade” só é possível quando estamos transitando de uma situação social para outra. Afinal, não existe liberdade enquanto tal, ou seja, enquanto ausência de qualquer tipo de constrangimento. Estamos sempre inseridos num contexto que nos limita, nos constrange e nos obriga.

A sensação de liberdade, portanto, é peculiar às épocas de transição, quando as antigas limitações, vistas como aprisionamento, são substituídas por outros tipos de constrangimento. Nesse meio-tempo, enquanto esses novos constrangimentos não são ainda percebidos enquanto tais, eles podem ser tanto percebidos por suas vítimas quanto vendidos por seus algozes como se fossem liberdade real e efetiva.

Por conta disso, os constrangimentos típicos do capitalismo industrial, como o trabalho sob estrita vigilância, quando substituídos pela autovigilância do próprio trabalhador, produzem em nós e nos nossos contemporâneos a ilusão de maior liberdade. Na verdade, ocorre precisamente o contrário. Somos nós que internalizamos o capataz em nós mesmos e ainda economizamos o gasto em mão de obra para controle e supervisão do trabalho em favor do capital.

De início, porém, convertidas em “projetos”, as pessoas tendem a achar que se libertaram de todas as amarras e de todas as prisões simplesmente porque estas assumiram uma forma mais internalizada e sutil. É por isso que, apesar de patológica e insidiosa, a linguagem do capitalismo financeiro é irresistível. Ela pode se vender como liberdade, posto que aparenta ser libertadora, quando não passa de uma forma ainda mais sofisticada de controle.

Inácio e William trabalham de 12 a 13 horas ao dia, sem patrão visível,

crentes de que são empresários de si mesmos. Até Bianchi, que não pertence à massa da classe média com risco de se proletarizar, se considera patrão e retira todas as suas gratificações e alegrias desse fato. Chega mais cedo do que todo mundo e estende o horário de trabalho em festas e reuniões que refletem a politização e a amplificação dos interesses da propriedade contra os próprios trabalhadores.

Mas quem é Bianchi, na realidade? Quais são suas preferências e seus desejos verdadeiramente pessoais, aqueles que não se confundem com os interesses do patrão invisível? Teria ele alguma ideia disso? Será que imagina que algo assim possa existir? Para onde foi a autonomia e a liberdade de Bianchi como pessoa?

É o caso de Sérgio, o CEO do banco. Sérgio não avalia mais nenhuma de suas ações. Não existe certo ou errado, bem ou mal, amigos ou inimigos. Só existem operações visando o lucro do banco. Assim, tal como os “colaboradores” e “empresários de si mesmo” na massa e na alta classe média, mesmo quem está no topo desse processo, como Sérgio, não é livre nem autônomo. Como vimos, a liberdade e a autonomia implicam o não isolamento, são um tipo de empreendimento cujo êxito decorre de sua dimensão coletiva e compartilhada.

Mesmo uma esfera tão íntima quanto a de um relacionamento amoroso e sexual só é possível a partir de um “nós”, de algo compartilhado. Só com um outro aprendemos a perceber e desenvolver o que somos e desejamos; ninguém sabe quem é nem o que deseja isoladamente.

Isso vale para todas as esferas da vida. A amizade, a atividade política e até o autoconhecimento – nada disso é possível com o isolamento e o encerramento em si mesmo. Levando este raciocínio ao seu limite lógico, só somos gente e só somos humanos quando estamos incluídos num conjunto de relações significativas com outras pessoas.

É isso que o capitalismo financeiro se dedica a destruir para melhor dominar e colonizar os espíritos. Não são apenas os sindicatos, os partidos, as associações

comunitárias e os movimentos sociais que estão sob fogo cerrado, mas qualquer forma de relação significativa entre as pessoas.

Tanto Sérgio quanto Renata são operadores de um sistema cuja lógica ou lhes escapa, como no caso de Renata, ou, no de Sérgio, é assumida por seu valor de face, como tarefa a ser cumprida e com a qual não cabe qualquer relação ou avaliação pessoal.

O expressivismo, amesquinhado sob a forma de comércio no caso de Renata, domina por completo sua vida, suas escolhas, seus sentimentos e emoções. O charme que envolve esse tipo de atividade na verdade coloniza a ética da autodescoberta, da criatividade, da originalidade e da autenticidade, convertida agora em facilitadora de um nicho de negócios.

Todas as suas escolhas e opiniões são presididas pela semântica expressiva travestida de marketing em seu ramo de atividade. A incapacidade de enfrentar o desafio da autodescoberta efetiva e de estabelecer os vínculos sociais ensejados pela ética da autenticidade é substituída pela “compulsão a repetir”, patente na padronização de mercadorias destinadas à função de simulacro.

O capitalismo financeiro assumiu o desafio de converter pessoas em “projetos”,⁶⁵ cujos objetivos, finalidades, conteúdos, limites e até emoções são definidos antecipadamente pelo próprio capital. O caso de Sérgio é paradigmático. Ele afirma algo como: “Não fui eu que construí este mundo, só atuo nele do modo mais eficiente possível.” A lógica do capital é de tal modo transformada em sangue, músculo e emoções que não há mais distância significativa entre o ego de um CEO e o movimento do tipo de capital que ele representa.

Sérgio também não se percebe como lacaio de uma ordem que o transcende. Os rituais do poder – que envolvem adulação, obediência, antecipação de desejos pelos subordinados – ajudam a obscurecer a obediência cega a uma vontade impessoal e heterônoma. Todos, afinal, estamos nos tornando escravos por escolha, livremente. Sérgio está tão isolado de qualquer contexto significativo – ainda que sendo um poderoso CEO da alta classe média – quanto Inácio e William.

Mas, se este é o contexto histórico em que estamos todos inseridos e cujos efeitos sofremos igualmente, ele não se manifesta do mesmo modo em todo lugar. O capitalismo financeiro mudou o sentido da liberdade e da autonomia individual como forma de aumentar a margem dos proprietários no excedente social global.

O “financismo” representa uma ofensiva política por parte dos proprietários contra todo o resto da sociedade. O impacto dessa mudança não é igual em todas as sociedades. Naquelas com forte cultura democrática, construída, antes de tudo, pelas lutas seculares dos trabalhadores do campo e da cidade – como se deu na Alemanha, na França ou na Inglaterra –, o impacto, ainda que significativo, não tende a destruir por completo os acordos mais importantes da democracia social.

Já em países como o Brasil e os Estados Unidos, onde os movimentos dos trabalhadores foram sistematicamente perseguidos e deliberadamente divididos, o impacto é suficiente para ameaçar a cultura democrática. Mas ainda aí há diferenças importantes.

A cultura da democracia, ainda que individualista, nos Estados Unidos é incomparavelmente mais forte do que a nossa. A Suprema Corte americana, por exemplo, não se deixou acanalar pela pressão de uma imprensa venal, como o Supremo Tribunal brasileiro. Por isso, o caso brasileiro é muito mais passível de regressões acentuadas do que o americano.

Assim, se o contexto geral é similar em todas as sociedades modernas, as consequências variam de um país para outro. Trata-se, então, de entender por que o Brasil está sendo destruído e saqueado de modo tão inaudito e o papel da classe média nesse processo.

Como a classe média se distingue pela relação que entretém com a elite acima e com as classes populares, temos que esclarecer sua posição, primeiro examinando essa elite que não só despreza o próprio país como o vê como fonte de riquezas a serem saqueadas no curto prazo.

Para a elite americana, por exemplo, convém que a elite brasileira seja tão canalha. Exemplo disso foi o recente episódio em que figurões de Wall Street

elogiaram a promessa de Bolsonaro de entregar a Petrobras aos estrangeiros. Indagado sobre o eventual impacto de um fascista na presidência do Brasil, o financista respondeu: “Meu trabalho é garantir que os títulos sejam pagos na data. Quanto ao resto – cabe aos brasileiros decidir.”⁶⁶

Essa mesma elite americana não age assim em relação ao próprio país. Nenhum americano entrega as riquezas do país de graça aos estrangeiros. É o vira-latismo da elite brasileira que permite tal atitude subalterna diante das elites de outros países, as quais obviamente não têm nenhuma responsabilidade pelo nosso destino.

Sob a égide do rentismo, a elite de proprietários tem como aliada de primeira hora, como vimos, a alta classe média, que é sua verdadeira e mais fiel base social e política, que não só “sente” como a elite, mas se imagina parte dela.

A adoção por essa alta classe média de um estilo de vida europeu ou americano nos trópicos – seja com base nas profissões liberais ou, mais tarde, na tecno-burocracia dos setores privado e estatal – é, como se viu, a contrapartida objetiva de sua lealdade social e política à elite. Hoje em dia, a isso se acrescenta a participação nos lucros diretos e indiretos do rentismo.

Além dos multimilionários que ficam com a parte do leão, existe uma camada superior de rentistas também na alta classe média. Alguns poucos milhões de indivíduos entre nós participam dos mecanismos legais e ilegais de se apropriar da riqueza coletiva e do orçamento público.

Para esse segmento social, funciona com perfeição a “boca de fumo” da verdadeira corrupção brasileira, institucionalizada no Banco Central – cujo presidente é indicado pelos bancos – e efetiva materialização do poder do capitalismo financeiro. A corrupção dos soldados do tráfico, ou seja, a dos políticos, por mais execrável que seja, é apenas um apêndice menor da intermediação dos negócios dos donos do mercado na esfera estatal.

Os políticos não passam de lacaios nesse esquema. O episódio das malas supostamente dirigidas a Aécio e Temer, mostradas na TV, comprova isso. Eram pagamento de serviços prestados aos patrões dos políticos: as corporações e o sistema financeiro.

Tal como no combate ao tráfico de drogas, a polícia prende apenas os soldados do tráfico, enquanto os poderosos donos da boca de fumo continuam em liberdade. Foi exatamente o que fez a Lava Jato. A operação não se interessou pelas denúncias que Palocci queria fazer do sistema financeiro. Afinal, não vinham ao caso, que era só prender Lula.

Precisa desenhar mais ainda, caro leitor e cara leitora? Palocci queria mostrar as irregularidades de um esquema para drenar a riqueza da sociedade em benefício da elite e da alta classe média rentista. Não mais do que 2% da população brasileira. Nunca vamos saber dos detalhes, porque os paladinos da justiça seletiva só queriam ouvir as denúncias que lhe eram convenientes. E, na outra ponta do esquema, está a imprensa.

Este é o mecanismo real da corrupção entre nós: o sistema financeiro rouba e a imprensa mente, invertendo causa e efeito, tornando invisível o assalto real e distorcendo sistematicamente a realidade. A justiça seletiva apenas confere o selo da autoridade estatal a esse acordo.

Como o mito vira-lata é talhado de propósito conforme os interesses dessa elite do mercado, basta apontar o dedo para os soldados da corrupção política e lançar uma cortina de fumaça sobre o assalto real dos bancos em benefício próprio e dos rentistas daqui e de fora. Esse é o trabalho da grande imprensa amiga e devidamente comprada.

Nem sequer é necessário apelar para os negócios desonestos, como os que Palocci se dispôs a revelar para os ouvidos moucos e seletivos dos justiceiros. Basta analisarmos os negócios legais. O capitalismo financeiro não só colonizou a liberdade e a autonomia das pessoas, como também criou uma legalidade específica, ou seja, em português claro, uma corrupção legalizada.

Como entre 300 a 400 deputados no Congresso têm como única função intermediar o assalto ao Estado pela elite rentista e vender seu voto a quem pagar mais, os bancos podem mandar qualquer papel higiênico sujo que eles assinam sem olhar. Foi exatamente o que aconteceu nos últimos anos de governo Temer.

Assim se estabelece a corrupção legalizada. Por que não chamar esse procedimento de corrupto? Porque foi legalizado pela compra de deputados

venais? Então a mera aparência de legalidade do procedimento é mais importante do que seu resultado: a rapina multibilionária da sociedade inteira, inclusive da massa da classe média? Uma sociedade enganada deste modo tão pueril foi realmente feita de imbecil, não concorda, caro leitor e cara leitora?

Como funciona o esquema criminoso? Vamos considerar primeiro o assalto por meio de mecanismos de mercado. Quando o Brasil crescia a altas taxas anuais, nos governos petistas, o que fez o sistema financeiro e bancário para apropriar para si a riqueza coletiva? Ora, aumentou os juros de tal modo que, se em 2005 a dívida das famílias equivalia a 18,42% de sua renda mensal, em 2013 essa proporção subiu para 43,86%, chegando a atingir 46% em 2015.⁶⁷

Uma vez que a população como um todo estava aumentando seu poder de compra, os bancos decidiram – a partir de seu bunker no Banco Central e com a desculpa de combater a inflação – botar no bolso dos rentistas, elite e alta classe média, a riqueza que era coletiva. A dívida cresce na medida em que tarifas absurdas, como os 5% de toda compra a crédito no cartão, vão enforcando as famílias até que, em 2018, chegamos a 64 milhões de pessoas no cadastro de inadimplentes.⁶⁸

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contábeis (ANEFAC), as pessoas físicas pagavam, em fins de 2017, juros de 132,91% em artigos do lar nos crediários, 65,35% nos empréstimos pessoais junto aos bancos, 297,18% no cheque especial e 326,14% no rotativo do cartão de crédito. Na França, como informa Ladislau Dowbor a título de comparação, o empréstimo pessoal aos bancos custa 5% ao ano e os crediários cerca de 10% ao ano.⁶⁹

Como justificativa desse assalto legalizado, os bancos culpam a propensão dos brasileiros a não saldar suas contas, ou seja, ao velho mito vira-lata de uma corrupção inata e cultural. Tudo como se a alta inadimplência não decorresse dos juros abusivos e escorchantes e o culpado fosse a própria vítima.

As taxas de juros para as pequenas empresas familiares, típicas da massa da classe média, também são pornográficas: em média, 65,92%, sendo 31,37% para

capital de giro, 37,67% para o desconto de duplicatas e 149,59% para conta garantida.⁷⁰

As grandes empresas têm o BNDES ou os 5% de juros quando contraem empréstimos no exterior. As pequenas são tão exploradas quanto o restante da massa da classe média e da população como um todo. A cada ano, apenas por meio da cobrança de juros, a transferência de renda dessa grande maioria da população para a alta classe média e as elites de fora e de dentro do país, soma 1 trilhão de reais ou 16% do PIB.⁷¹

Neste contexto é que a imprensa alardeia que a corrupção política está na raiz de todos os males do Brasil. Basta comparar a merreca de cerca de 2 bilhões de reais que a Lava Jato diz ter recuperado para os cofres públicos, depois de quatro anos vasculhando a corrupção política, para saber qual é a verdadeira corrupção. Claro que a corrupção política é recriminável e precisa ser combatida. Ninguém discute isso. Mas esta é a corrupção dos pés de chinelo e encobre o assalto real da elite e da alta classe média.

Precisamos desenhar mais um pouquinho, caro leitor e cara leitora, para que fique bem compreendido como e por quem somos saqueados de verdade?

Então vamos ao assalto realizado por meio de mecanismos de Estado. Aqui é preciso compreender de que modo o orçamento estatal – quase todo obtido pela cobrança de impostos, os quais, por sua vez, são pagos majoritariamente pelos mais pobres⁷² – é transferido também para as mãos da elite e da alta classe média.

Os mecanismos desse saque são múltiplos, mas o principal é dívida pública. Em primeiro lugar, como é possível pagar uma dívida que a gente não sabe a quem paga? Você aceitaria pagar uma dívida dessas na sua vida privada? Uma dívida literalmente secreta, pois não se sabe a quem se deve nem quanto se deve? Pois é exatamente o que acontece com a dívida pública. Como veremos, ela não é nem dívida nem pública. Uma “dívida” pressupõe uma contraprestação, que no caso da dívida pública não existe. E a suspeita dos estudiosos é que ela é composta de dívidas privadas inclusive prescritas e ilegais.

Os bancos e sua imprensa nunca permitiram uma auditoria da dívida pública.

Se a dívida fosse legal, por que não aceitar uma auditoria? Afinal, quem não deve não teme. Se é secreta, é porque tem patifaria, não? Essa é exatamente a opinião de quem estuda a dívida pública brasileira.

Maria Lúcia Fatorelli, uma importante pesquisadora, comanda uma equipe de auditores fiscais que tomou como tarefa cívica realizar uma auditoria da dívida pública a partir de dados oficiais. Segundo ela, “o setor financeiro foi muito esperto ao escolher a dívida pública para ser o veículo do roubo de recursos públicos, pois o próprio termo ‘dívida’ está ligado a valores morais, como honra e responsabilidade”.⁷³

O esquema criminoso é simples: na conta da dívida pública também são incluídas dívidas privadas, sobre as quais há forte suspeição de que estejam prescritas. Em seguida, joga-se na mesma conta passivos bancários e prejuízos do Banco Central com a remuneração ilegal de sobras de caixas dos bancos. Por fim, acrescentam-se os prejuízos com a cobertura da variação de dólar nas operações de *swap* cambial, de modo a remunerar especuladores com o dinheiro suado do povo. Lembram as declarações de Sérgio sobre o Banco Central como a mãe dos banqueiros?

Mas a desfaçatez não termina aí. No saque dos recursos da população, os mecanismos privados se combinam aos estatais: a todo esse conjunto de “dívidas”, sem qualquer contraprestação ao Estado ou à sociedade, aplicam-se as mesmas taxas de juros abusivas que vimos anteriormente. E não apenas juros escorchantes, mas juros sobre juros, com atualização automática e cumulativa; contabilização de juros como se fosse amortização; polpudas comissões e encargos; resgates antecipados em benefício de bancos e especuladores com pagamento de ágio.⁷⁴

A ideia subjacente a esse esquema criminoso é que a dívida pública tem que aumentar sempre por mais que se pague. Em 2015, por exemplo, a dívida interna cresceu 732 bilhões de reais, ao passo que todo o investimento estatal em benefício da sociedade ficou em apenas 9,6 bilhões de reais.⁷⁵ Toda a economia entrou em retração, o PIB caiu, a população empobreceu a olhos vistos. Nesse

contexto desalentador, o lucro dos bancos atingiu 96 bilhões de reais, com um aumento de 20%.

Teria sido um lucro de 300% se as exageradas provisões de 187,7 bilhões de reais tivessem sido contabilizadas, posto que são utilizadas para que os bancos paguem ainda menos impostos.⁷⁶ Está bem claro, caro leitor e cara leitora? Por meio desse esquema, todo esse “lucro” é transferido da massa da classe média e da população como um todo para a alta classe média e a elite.

E por que a imprensa, aparentemente tão sensível à corrupção, não denuncia isso? Ora, os donos da imprensa fazem parte da mesma elite que vampiriza a sociedade e a massa da classe média. Iria denunciar o quê? A presidente Dilma caiu precisamente porque tentou diminuir os juros.⁷⁷ A elite se uniu contra ela, a alta classe média saiu às ruas, “escandalizada”, e a imprensa foi em busca de algum malfeito da presidente para derrubá-la. Esse esquema criminoso é a raiz e o núcleo do assalto da elite e da alta classe média em cima da massa da classe média e da população como um todo.

Ele é o real vampiro que suga nosso sangue sem dar nada em troca. Em vez de um assalto a mão armada, que constrangeria a todos, o esquema é feito no Banco Central por gente engravatada e séria, com doutorado em Chicago e outras paragens. E a imprensa ainda diz que o pagamento deste tipo de “dívida” é o que restou de sagrado neste mundo profano.

A Emenda Constitucional 95 congelou todos os gastos públicos com saúde, educação, ciência e tecnologia, para assegurar a continuidade desse esquema fraudulento que só beneficia a elite nacional e internacional e a alta classe média. É por conta dessa “dívida” que a imprensa comprada pelo mesmo capital financeiro propala que o gasto social não cabe no PIB.

Essa é apenas a forma atual de uma expropriação de classe que dura pelo menos 100 anos em nosso país. Um esquema que une elite e alta classe média, os nossos “belgas”, na espoliação dos “congoleses”, nós todos, deste grande e rico Congo chamado Brasil.

Desde a defesa do câmbio anti-industrial nas décadas de 1920 e 1930, passando pelo apoio à ditadura militar e sua tecno-burocracia, privilegiada por

altos salários internacionalizados, até o atual rentismo, a elite e alta classe média colonizam o espírito da população para assaltar o bolso da massa da classe média e do restante da população.

A massa da classe média é explorada de modo racional e irracional. Como seu privilégio de classe decorre do acesso restrito a um conhecimento comparativamente mais valorizado que o das classes populares, o sentimento antipopular da elite e da alta classe média procura ao máximo manipular o temor da massa da classe média de perder seus privilégios. Por conta disso, parte expressiva da massa da classe média é cativa de sentimentos protofascistas, expressos tanto no integralismo da década de 1930 quanto no apoio a Jair Bolsonaro hoje em dia.

Parte da mesma massa da classe média, no entanto, percebe sua dependência da intervenção estatal como único freio possível a um mercado desregulado, que assume a forma de livre sangria vampiresca de recursos para os privilegiados. É essa parte da massa da classe média que pode assegurar uma luz no fim do túnel ao reconhecer sua situação de exploração e sua ligação umbilical ao destino das classes populares.

Este livro se encerra antes das dramáticas eleições de 2018. Como as causas reais do empobrecimento do país, que vimos ao longo do livro, são tornadas invisíveis, o ódio cego tomou conta de grande parte da classe média e de setores populares. Jair Bolsonaro surfa nessa onda de ódio e violência irrefletidos. O antipetismo, construído pela mídia, é o bode expiatório da vez para canalizar frustrações e ressentimentos sociais sem direção. A população se torna incapaz de articular causa e efeito e compreender as causas reais do empobrecimento coletivo. Meu desejo é o de que, mais cedo ou mais tarde, as vítimas desse fraudulento esquema de violência material e simbólica que marcou a sociedade brasileira nos últimos 100 anos percebam essa violência como ela é: uma violência irracional e mesquinha, mas que pode ser detida e vencida por todos aqueles que a sofreram, incluindo a massa da classe média. Basta que recuperemos nossa inteligência sequestrada.

NOTAS

Introdução

1. NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.
2. SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Juiz de Fora: UFMG, 2010.
3. A pesquisa “Radiografia do Povo Brasileiro” somou 600 entrevistas qualitativas de longa duração com indivíduos de todas as classes sociais e teve a participação de 25 pesquisadores em todo o país. A finalidade inicial era perceber a relação entre socialização familiar e socialização escolar, visando capacitar a escola a perceber e mitigar os efeitos deletérios da socialização familiar precária. O projeto foi pensado como subsídio ao projeto Pátria Educadora, programa central do segundo governo Dilma Rousseff, interrompido pelo golpe parlamentar de 2016.
4. A principal diferença reside no fato de a base do cálculo ser a renda individual ou familiar. <https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge/>

A classe média e a construção do indivíduo moderno

5. Esta definição perpassa toda a imensa obra do sociólogo alemão Max Weber.
6. TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Loyola, 2009.
7. Ver, sobre Max Weber, o livro clássico de Gabriel Cohn. *Crítica e resignação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

A invenção histórica do “ser humano sensível”

8. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 vols. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Aprendizado moral e justificação de privilégios

9. SILVA, Sérgio e SALVADORI, Fausto. “Jovem morto na Favela do Moinho foi torturado a marteladas, diz família.” *Ponte*. <https://ponte.org/leandro-morto-moinho/>
10. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
11. SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
12. SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: Quem é e como vive*. 3^a ed. São Paulo: Contracorrente, 2017.
13. SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

A gênese da classe média brasileira

14. FRANCO, Maria de Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.
15. SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
16. WEBER, Max. *Hinduismus und Buddhismus*. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1997.

O campo na cidade

17. DORNELLES, Claiton. “Ana Amélia elogia ‘atirar ovos’ e ‘levantar o relho’ contra apoiadores de Lula.” *Jornal do Comércio*. https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/03/politica/618542-ana-amelia-elogia-atirar-ovos-e-levantar-o-relho-contra-apoiadores-de-lula.html. Acesso em 01/10/2018.
18. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

O advento do capitalismo industrial

19. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. Porto Alegre: Biblioteca Azul, 2017.

20. SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: Quem é e como vive*. 3^a ed. São Paulo: Contracorrente, 2017.
21. PATARRA, Neide. “Dinâmica populacional e urbanização no Brasil”, em *História geral da civilização brasileira – República*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
22. PATARRA, Neide, ibid.
23. MILLS, C. Wright. *White Collar: The American Middle Classes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
24. Como no caso da Revolução Praieira em Pernambuco. Ver SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil: 1930-1964”, em *História geral da civilização brasileira – República*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
25. DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”, em *História geral da civilização brasileira – República*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
26. SAES, Décio, op. cit.
27. DEAN, Warren, op. cit.
28. DEAN, Warren, ibid.
29. DEAN, Warren, ibid.
30. DEAN, Warren, ibid.
31. SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.
32. SAES, Décio, op. cit.
33. DEL ROIO, José Luiz. *A greve de 1917: Os trabalhadores entram em cena*. São Paulo: Alameda, 2017.
34. SINGER, Paul. “Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento”, em *História geral da civilização brasileira – República*. São Paulo: Difel, 1984.

A construção dos projetos nacionais: um mais inclusivo e o outro excludente

35. Na realidade, não existe separação possível entre “materia” e “ideia”. Toda realidade material é perpassada por ideia e valores, e vice-versa.
36. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
37. SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.
38. MILLS, C. Wright, op. cit. Ver também, do mesmo autor, o excelente *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
39. MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros – Paralelo entre duas culturas*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 227.
40. Por exemplo, LIPSET, Seymour. *American Exceptionalism: a Double-Edged Sword*. Nova York: W.W. Norton, 1997.
41. SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
42. GULLO, Marcelo. *A insubordinação fundadora*. Florianópolis: Insular, 2014.
43. GULLO, Marcelo, ibid.
44. SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.
45. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

A oposição entre mercado e Estado como expressão da luta de classes – e a classe média como fiel da balança

46. SINGER, André. *O lulismo em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

47. SAES, Décio, op. cit.
48. Época Negócios. “Procura por esperma americano aumenta no Brasil.” Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/03/procura-por-esperma-americano-aumenta-no-brasil.html>. Acesso em outubro de 2018.
49. SAES, Décio, op. cit.
50. SINGER, André, op. cit.
51. SINGER, Paul, op. cit.
52. SINGER, Paul, ibid.
53. SINGER, Paul, ibid. Na indústria de transformação, entre 1964 e 1967, o salário médio dos 50% mais mal pagos foi reduzido em 14%.
54. BACHA, Edmar. *Os mitos de uma década*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
55. LANGONI, Carlos. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

O golpe de 2016 e suas precondições: o capitalismo financeiro e o papel das classes médias

56. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O colapso de uma aliança de classes. São Paulo: Brasiliense, 1978.
57. Os artigos saíram a partir de 1983 no *Jornal da Tarde*, sob o título “A República Socialista Soviética do Brasil”, se referindo ao governo Geisel.
58. FATORELLI, Maria Lúcia. “O sistema da dívida pública: Entenda como você é roubado”, em *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2018.
59. SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

A alta classe média

60. Ver a análise de SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2012.
61. FATORELLI, Maria Lúcia, op. cit.

A massa da classe média

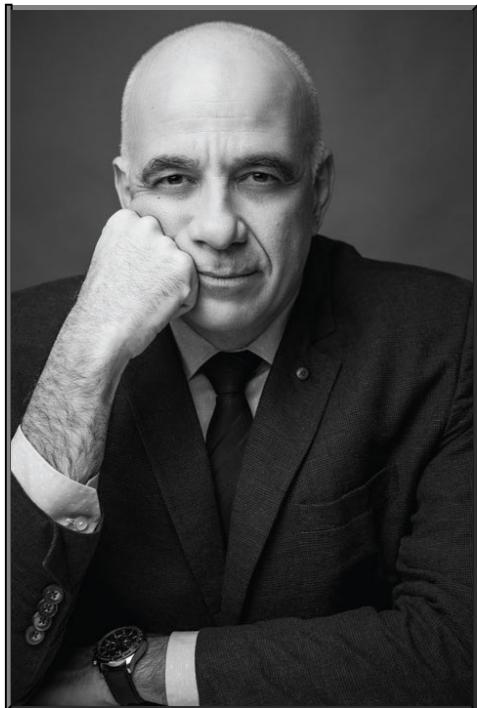
62. SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Juiz de Fora: UFMG, 2010.

Conclusão: A classe média em tempos de capitalismo financeiro

63. ABDALA, Vitor. “Percentual de famílias endividadas sobe de 59% para 62,2%”. *Agência Brasil*. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/percentual-de-familias-endividadas-sobe-de-59-para-622>. Acesso em outubro de 2018.
64. SIMMEL, Georg. *Das Individuum und die Freiheit*. Berlim: Wagenbach, 1992.
65. HAN, Byung-Chul. *Psychopolitik: Neoliberalismus und die neuen Machttechniken*. Frankfurt: S.Fischer, 2018.
66. WINTER, Brian. “Por que tanta gente em Wall Street torce por uma vitória de Bolsonaro?” *Folha de S.Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/por-que-tanta-gente-em-wall-street-torce-por-uma-vitoria-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em outubro de 2018.
67. DOWBOR, Ladislau. “O fim da farsa: o ciclo financeiro integrado”, em *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2018.
68. Ibid.
69. Ibid.
70. Ibid.

71. Ibid.
72. HORTA, André. “Imposto é coisa de pobre”, em *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2018.
73. FATORELLI, Maria Lúcia, op. cit.
74. Ibid.
75. Ibid.
76. Ibid.
77. SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

Sobre o autor



Jessé Souza é graduado em direito e mestre em sociologia pela Universidade de Brasília, a UnB, doutor em sociologia pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e fez pós-doutorado em psicanálise e filosofia na The New School for Social Research, em Nova York.

É autor de mais de 20 livros e de artigos e ensaios em vários idiomas. Entre seus maiores sucessos, se destacam *A tolice da inteligência brasileira*, *A radiografia do golpe*, *Subcidadania brasileira* e *A elite do atraso* (LeYa); *A ralé brasileira* (Contracorrente); e *Os batalhadores brasileiros* (Editora UFMG). Atualmente é professor titular de sociologia da Universidade Federal do ABC.